





O BRASIL

N.º 1369

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Sob a direcção de Fernando de Azevedo

SERIE V — BRASILIANA

VOLUMES PUBLICADOS:

- I — Baptista Pereira: FIGURAS DO IMPERIO e OUTROS ENSAIOS (2.ª ed.)
II — Pandiá Calogeras: O MARQUEZ DE BARBACENA
III — Alcides Gentil: AS IDEAS DE ALBERTO TORRES (synthese com indice remissivo).
IV — Oliveira Vianna: RAÇA E ASSIMILAÇÃO (3.ª edição augmentada).
V — Augusto de Saint-Hilaire: SEGUNDA VIAGEM DO RIO DE JANEIRO A MINAS GERAES E A S. PAULO (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay
VI — Baptista Pereira: VULTOS E EPISODIOS DO BRASIL
VII — Baptista Pereira: DIRECTRIZES DE RUY BARBOSA (segundo textos escolhidos)
VIII — Oliveira Vianna: POPULAÇÕES MERIDIONALES DO BRASIL (3.ª ed.)
IX — Nina Rodrigues: OS AFRICANOS NO BRASIL (Revisão e prefacio de Homero Pires) — Profusamente ill.
X — Oliveira Vianna: EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO (2.ª edição ill.)
XI — Luis da Camara Cascudo: O CONDE D'EU (vol. illustrado)
XII — Wanderley Pinho: CARTAS DO IMPERADOR PEDRO II AO BARÃO DE COTEGIPE (vol. illustrado)
XIII — Vicente Licínio Cardoso: A MARGEM DA HISTORIA DO BRASIL
XIV — Pedro Calmon: HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. (2.ª edição augmentada)
XV — Pandiá Calogeras: DA REGENCIA A QUEDA DE ROZAS (3.ª vol. da série: Relações Exteriores do Brasil)
XVI — Alberto Torres: O PROBLEMA NACIONAL BRASILEIRO
XVII — Alberto Torres: A ORGANIZAÇÃO NACIONAL
XVIII — Visconde de Taunay: PEDRO II
XIX — Afonso de E. Taunay: VISITANTES DO BRASIL COLONIAL (Seculos XVI-XVIII)
XX — Alberto de Faria: MAUA' (com tres illustrações fóra do texto)
XXI — Baptista Pereira: PELO BRASIL MAIOR
XXII — E. Roquette-Pinto: ENSAIOS DE ANTHROPOLOGIA BRASILIANA
XXIII — Evaristo de Moraes: A ESCRAVIDÃO AFRICANA NO BRASIL
XXIV — Pandiá Calogeras: PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO
XXV — Mario Marroquim: A LINGUA DO NORDESTE
XXVI — Alberto Rangel: RUMOS E PERSPECTIVAS
XXVII — Alfredo Ellis Junior: POPULAÇÕES PAULISTAS
XXVIII — General Couto de Magalhães: VIAGEM AO ARAGUAYA (3.ª edição)
XXIX — Jesuê de Castro: O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
XXX — Cap. Frederico A. Rondon: PELO BRASIL CENTRAL (edição illustrada)
XXXI — Azevedo Amaral: O BRASIL NA CRISE ACTUAL
XXXII — C. Mello Leitão: VISITANTES DO PRIMEIRO IMPERIO (ed. illustrada com 19 figuras)
XXXIII — J. de Sampaio Ferraz: METEOROLOGIA BRASILEIRA
XXXIV — Angyone Costa: INTRODUÇÃO A' ARCHEOLOGIA BRASILEIRA (edição illustrada)
XXXV — A. J. de Sampaio: PHYTOGEOGRAPHIA DO BRASIL (edição ill.)
XXXVI — Alfredo Ellis Jr.: O BANDEIRISMO PAULISTA E O RECUO DO MERIDIANO (2.ª edição)
XXXVII — J. F. de Almeida Prado: PRIMEIROS POVOADORES DO BRASIL (edição illustrada)
XXXVIII — Ruy Barbosa: MOCIDADE E EXILIO (Cartas ineditas) — Prefaciadas e annotadas por Americo Jacobina Lacombe (edição illustrada).
XXXIX — E. Roquette-Pinto: RONDONIA (3.ª edição augm. e illustrada)
XL — Pedro Calmon: ESPIRITO DA SOCIEDADE COLONIAL (edição illustrada com 13 figuras)
XLI — José-Maria Bello: A INTELIGENCIA DO BRASIL
XLII — Pandiá Calogeras: FORMAÇÃO HISTORICA DO BRASIL (2.ª ed., com 3 mappas fóra do texto)
XLIII — A. Saboia Lima: ALBERTO TORRES E SUA OBRA
XLIV — Estevão Pinto: OS INDIGENAS DO NORDESTE (Ed. illustrada com 46 gravuras e mappas)
XLV — Basílio de Magalhães: EXPANSAO GEOGRAPHICA DO BRASIL COLONIAL (2.ª edição augmentada)
XLVI — Renato Mendonça: A INFLUENCIA AFRICANA NO PORTUGUEZ DO BRASIL (Edição illustrada)

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA
Série V · BRASILIANA *Vol. XLVII*

MANOEL BOMFIM

O BRASIL

COM UMA NOTA EXPLICATIVA DE
CARLOS MAUL



1 9 3 5
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

INDICE

	Pag.
Nota explicativa	7
O portuguez, o indio e o negro	9
Os francezes	15
Os brasileiros	18
Os francezes no Maranhão	20
Albuquerque Maranhão	23
Defesa contra os inglezes	25
Progressos do Brasil no seculo XVI	27
A luta contra os hollandezes	30
Como e porque se deturpa a historia	36
Efeitos geraes da deturpação historica	37
A sociologia franceza	40
Causas da deturpação na historia do Brasil	44
O fatal influxo do bragantismo	47
O Brasil modelou a America	49
O indefectivel defensor do continente	52
Historia para o throno	60
Some-se a historia de frei Vicente	63
Historia pela Republica	68
Como se congregou o Brasil	73
O esforço para dissociar o Brasil	78
Os verdadeiros embaraços á unidade do Brasil	80
O patriotismo brasileiro	85
Nacionalismo — Necessidade para o patriotismo	87
A tradição anti-Portugueza	94
A tradição republicana	96

	Pag.
Porque a monarchia...	102
A degeneração do throno	108
A degradação dos Braganças	112
Pombal e as Companhias de commercio	118
6 de Março de 1817	123
Um cortejo de heroes	128
Sobre sangue generoso, lama bragantina... ..	136
O Brasil soberano — Sob o throno fugido... ..	141
Um povo de bravos, para um governo de infames	144
E foi isto o que veio fazer o Estado do Brasil... ..	149
O imperio Luso-Brasileiro	152
O melhor do lugar-tenente e a sua ficada... ..	156
Quem “Fica” é Portugal... ..	159
O primeiro governo brasileiro	165
Os beneficiados da independencia	171
Ataque á soberania nacional	178
Os motivos da dissolução... ..	182
A reacção de Pernambuco	187
O caminho para o throno de Portugal	195
O verdadeiro pacto da familia	197
O partido portuguez	201
A reacção da nacionalidade	207
Os marquezes e o respectivo senado	212
A assembléa de 1826	219
O padre Feijó	225
Evaristo e a turma de Montalegre a Vasconcellos	229
O triumpho sobre Feijó	240
Um lance de liberalismo — “Quero já”	245
O crime contra o Paraguay... ..	250
O indianismo	258
A abolição: A tradição brasileira para com os escravos ..	261
Infla o imperio sobre a escravidão	269
Abolição e Republica	276
A propaganda republicana	281
A revolução para a republica	291
A farda na republica	298
A reacção contra a republica	302
A federação brasileira	311
A politica Brasileiro-Bragantina	320
A descendencia de Coimbra	324
Immigração... Lima... ..	331
Raça	338

NOTA EXPLICATIVA

A obra de Manuel Bomfim é uma obra profundamente brasileira. Nella o mestre, fazendo um trabalho minucioso de revisão da nossa historia desde a formação colonial até aos dias presentes, procura estabelecer as bases do estudo para o conhecimento da nossa constituição em nacionalidade. E da sua leitura se conclue que, para attingirmos ao gráo da civilização em que nos encontramos foi a actividade da nossa gente a que mais contribuiu através quatrocentos annos de vicissitudes em permanente conflicto com a natureza e com o europeu.

Em “Brasil na America”, “Brasil na Historia” e “Brasil Nação”, Bomfim, em copiosa documentação de idoneidade insuspeitavel, põe em relevo as virtudes do indigena e do preto, as vantagens do cruzamento que com elles fez o lusitano, para a definição das nossas características.

Essa obra porém de historiador e de sociologo, focalizando os varios aspectos da nossa vida da colonia á independencia, não é para ser lida e comprehendida facilmente sinão por aquelles que se habituaram á pesquisa e á especulação dos phenomenos humanos. E' obra de erudito. A sua essencia, entretanto, precisa ser conhecida pelo maior numero, pelo que nella se contem de sentimento de brasilidade, de valor educativo, de informação preciosa sobre o Brasil e o brasileiro desde as suas origens.

Bomfim, em vida pretendeu fazer uma synthese das suas ideias ao alcance de todas as intelligencias, um apanhado que mostrasse com claresa e nitidez aos nossos compatriotas o que fomos e o que somos como particula da humanidade. A longa enfermidade que o abateu, impediu mais esse empreendimento. Mas a sua vontade expressiva poude ser realisada, com relativa facilidade, reunindo-se neste volume o que é fundamental naquella trilogia, e com as proprias palavras de Bomfim escolhidas das citações que só interessam aos especialistas.

Em "O Brasil" synthetizam-se os seus pensamentos e conceitos sobre o nosso paiz, na organização da sociedade, na expansão economica, na vida politica até 1930. Nestas paginas está o Brasil colonia, está o Brasil-Imperio, está o Brasil-Republica e está tambem o Brasil de amanhã em face das reformas sociaes que se operam no mundo e cuja influencia terá de produzir aqui os seus effeitos.

CARLOS MAUL

O PORTUGUEZ, O INDIO E O NEGRO

PORTUGAL terá sido o factor dominante, o determinante na formação do Brasil; mas outros valores humanos entraram depois a influir na constituição da sociedade brasileira que ella se tornou completamente diversa daquella origem. O portuguez organisador e educador desta nova sociedade teve que diluir, de inicio, a sua influencia na grande massa de selvicolas incorporados á vida colonial. Depois, com a entrada de numerosos negros houve uma desenvolvida mistura de gente a complicar a nossa formação.

O portuguez, menos refractario á fusão do que outros povos, juntou-se francamente, em sangue e costumes, aos indigenas. Aproveitou-os, tentou escravisal-os, e crusou com elles, o que não fizeram outros, principalmente os francezes. O portuguez foi o mais humano dos colonisadores, porque foi o que mais cruzou. Essa observação tem de ser fixada para achar a definição do typo racial e das formas sociaes peculiares ás gentes brasileiras. O Indio é para a Nação Brasileira um factor essencialmente importante, quasi decisivo. A nossa nacionalidade foi a que primeiro se pronunciou na America, por ter sido o Brasil o territorio onde melhor se misturaram em feliz combinação os indigenas com os colonisadores. E isso se explica porque, ao contrario do que succedeu na Asia e na Africa, aqui o indio contribuiu fundamentalmente com o seu sentimento de auto-

nomia e fortaleza para a affirmação dessas qualidades nacionaes.

Logo após á posse da terra, — assignala-o Capistrano de Abreu — diversos nucleos de portuguezes se constituíram no meio dos indios, adaptados aos costumes da terra.

E na lingua que falamos prevaleceu essa influencia, quer nos nomes dos logares, dos animaes nativos, das plantas, dos fructos, accidentes geographicos, rios, lagoas, quer na prosodia com que se distingue a fala do Brasil da de Portugal.

Portugal colonizou o Brasil, mas não poderia ter sido o seu verdadeiro "povoador", porque lhe faltava a materia-prima — gente, na proporção necessaria. Na população do Brasil que em 1822 se destacou de Portugal a dóse de sangue portuguez era inferior a 30%. Nos primeiros annos aportam aqui exploradores de acaso, tres ou quatro portuguezes mais notaveis de existencia referida na historia. Vêm depois as explorações regulares, com a instituição das capitánias. São remessas relativamente insignificantes, se as compararmos ás hordas de gentio com que ellas se encontram. E desde que a podemos apreciar, em vida e acção, a nova sociedade nos apparece como nucleos de portuguezes já muito misturados aos naturaes, em relação com fortes massas de indios na tradição de seu viver primitivo.

Nas tropas havia sempre corpos exclusivamente de indios, com quadros que eram geralmente cinco a dez vezes mais numerosos que os dos brancos. A flecha era arma official em cujo manejo os proprios europeus se adestravam.

O negro aggregado immediatamente ao colono, dá maior valor aos nucleos, mas só pode ser contado para diminuir a proporção do sangue portuguez.

Em contraste com os movimentos de ternura nos casaes misturados, ha a inveterada cubiça, a necessidade de viver e prosperar. O indio é a possibilidade de explorar a terra e de conquistar riquezas, e desde que a moral da epoca admitte a escravidão, escravizam-no, para tirar-lhe trabalho.

O Estado quer captar a boa vontade do indigena, mas é forçado a transigir com os interesses do colono, e este, em consequencia, abusa da sua situação de dominador: converte o captivo em animal de carga, illude as leis e regulamentos que limitam as possibilidades de captivar homens, provoca guerras entre as tribus, porque isso lhe fornecerá mais escravos; estimula os instinctos inferiores do gentio, fomenta a ganancia dos caçadores de escravos, com grave injuria aos principios de humanidade.

O historiador inglez Robert de Southey que estudou profundamente a historia da formação brasileira sustenta que o sangue indigena predominava no Amazonas e em outros pontos do nosso territorio, e assegura que se não fosse a tenacidade dos jesuitas protegendo os indios não teria sido possivel aos europeus manterem as suas colonias no começo do seculo XVII. E Diogo de Vasconcellos em 1612 escrevia ao Rei de Portugal que “sem o gentio mal se poderá remediar nem povoar tão larga costa”.

Ainda outro inglez, Koster que viajou pelo Brasil affirma que, sendo quasi “todos os homens que fizeram parte das expedições coloniaes dos portuguezes, sem familia”, isso prova a importancia do cruzamento das duas raças que aqui se encontravam no primeiro momento.

Já em 1556 um padre, de nome Pires, escreve de Pernambuco que se “fizeram muitos casamentos com mulheres da terra”.

Desde então os nossos índios se mostravam accessíveis ao que encontravam de humano no progresso europeu, e muito sensíveis aos recursos com que elle se realiza. Nos primeiros decenios de desbravamento, e que são decisivos, não ha outros exploradores nem trabalhadores: Pernambuco, S. Vicente, Bahia, até Maranhão, assim se fizeram. Mesmo no extremo norte, no tempo em que já entram francamente os escravos negros, são elles as principaes forças da terra.

Falando dos Potyguaras, diz Jaboatão que: “são grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre bem providos”.

Não se pode caracterisar a formação do Brasil sem referencias especiaes aos negros, que, escravos, trabalharam e produziram, incorporando-se, finalmente, na massa da população. Houve um largo cruzamento delles com brancos e caboclos, para todos esses patentes que ahí estão misturados. A esse proposito — ha verdades a accentuar: como efeitos biologicos, o cruzamento com os negros é analogo ao do indio: quando o influxo do negro, ainda o caso do Brasil é unico por toda a America; no emtanto, o negro teve muito menor influencia na formação primeira do Brasil do que se admite geralmente.

Considerados os typos medios nas tres raças — branca, amarella, e negra — as respectivas differenças se equivalem. Póde-se mesmo sustentar que anatomicamente a raça amarella é a que mais se distingue: tom de pigmento, conformação craneana, erecção do cabello. As razões de inferioridade racial que se allegam para os amarelllos são as mesmas, geralmente, que para os negrós; as difficuldades de cruzamentos uteis têm que ser as mesmas. Tudo o que foi argumento quanto aos cruzamentos com o indio, applica-se ás misturas

com os pretos. Por isso mesmo o assumpto foi estudado sob o aspecto geral: condições biologicas do cruzamento.

Não ha duvida nenhuma de que a influencia social dos pretos escravos e a expressão dos seus cruzamentos foram muito mais pronunciadas no Brasil do que em qualquer outra nação da America. E' sabido que, á parte algumas Antilhas, nenhuma colonia de Castella (nem mesmo o Perú) importou tantos pretos africanos como o Brasil. Alem disso, o Hespanhol tinha orgulho, com repugnancias que eram raras no portuguez, e não acceitava facilmente contactos exóticos, que para este são como que agradaveis. O Hespanhol cruzava menos. E é por isso que nas colonias de Hespanha, mesmo depois de oito ou dez gerações o branco ainda se nomeava "hespanhol". Elle não acceitava, nem mesmo fazer a vida em promiscuidade com as gentes de cor, ao passo que o portuguez, com o longo convívio da costa da Africa, facilmente produzia mulatos. E' natural, mesmo, que essas facilidades se transmittissem aos descendentes brasileiros. Dahi o largo cruzamento, e, nas mesmas proporções, o influxo do negro, muito mais sensível no Brasil. Quanto á America Inglesa, é certo que houve uma forte intromissão de africanos, na parte sul; mas alli, ainda eram mais intransigentes as repugnancias, mais imponentes os preconceitos, e o negro se conservou, até hoje, como raça á parte, numa mistura apenas verificada.

Comtudo, na influencia dos negros sobre a essencia da alma brasileira, foi menos pronunciada do que parece. E' innegavel que, nos meados do seculo XVII, já o Brasil estava definido, na reacção nacional contra o hollandez e na expansão nacional pelos sertões.

Nessa epoca o numero de escravos africanos era relativamente bem pequeno. Pode-se mesmo affirmar que a lavoura de canna de assucar se instituiu, e se gene-

ralisou, no trabalho dos escravos indios. Em 1580 só havia na colonia 8.000 negros africanos e já se contavam 130 engenhos, produzindo para a exportação 70 mil caixas de assucar.

Segundo as estatisticas vulgarisadas em 1628 e assegurando que os primeiros escravos africanos entraram no Brasil em 1548, sob Thomé de Souza, o numero de escravos nessa epoca era apenas de 30 mil; em 1755, sob o Marquez de Pombal, foram liberados os escravos indios que representavam um terço da totalidade dos escravizados. Conclusão: cento e vinte e sete annos antes, os africanos seriam quando muito 15 mil. Ora, quando o Brasil estava já feito de S. Vicente ao Pará, pelo littoral, esses mil negros não seriam quantidades importantes na respectiva população que se caracterisava pela caboclagem. A quadra decisiva da importação de negros foi o seculo de 1750 a 1850. Já existia o Brasil. O africano reflectiu ahi muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita, sem desvial-a, no emtanto, das suas linhas definitivas.

No segundo quartel do seculo passado — 1835 — a proporção no total de 3.500.000 habitantes, approximadamente, era de 58,5% de brancos, e o resto 17,5% de mestiços. Não se contavam ahi, para nenhum calculo, os indios. Graças ás entradas de immigrants, a um maior desenvolvimento dos brancos que fruíam, certamente, melhores condições de vida, e tambem por effeito das multiplicadas uniões mixtas, em 1872 a quantidade de negros puros se mantem a mesma em torno de 2 milhões, ao passo que a de brancos e mestiços subia a 3.800.000 cada uma, na proporção, em cifras rapidas, de 20% de pretos e 40% para cada uma das outras classes. Em 1890 os negros puros sobem de 100 mil, sómente, os mestiços vão a pouco mais de 800 mil, ao passo que os brancos vão a 6.300.000 deslocan-

do-se as proporções na seguinte forma: negros 16%; mestiços, 34%; brancos 50%. E' de notar ainda que a distribuição no paiz não era uniforme. Nos Estados de maior abundancia — Rio de Janeiro, Bahia, Minas e Espirito Santo, os negros subiam a 20%; no Districto Federal, Maranhão, Goyaz, Piauhy, Matto-Grosso, S. Paulo e Sergipe, chegavam a 13%, e no resto do paiz não passavam de 7%.

Tudo considerado reforça-se o asserto: o Brasil é um paiz de população cruzada, desde os seus primeiros dias, e foi com sua população cruzada que a nação appareceu e se definiu.

OS FRANCEZES

A acção da gente de França, nas costas do Brasil, começou bem antes da colonisação dos portuguezes, e só terminou com a victoria de Jeronymo de Albuquerque Maranhão sobre Ravardiére em 1617.

Haverá ainda manifestações de uma velha ambição, sobre o Amazonas; mas acabou, de facto, o poder dos francezes sobre as terras que serão o Brasil definitivo, e elles têm de resignar-se a colher os territorios de Castella, ao Norte.

Principiam então litigios de fronteira, em que esses adversarios não conseguem maiores vantagens, alem do máo effeito que gera no espirito das gentes brasileiras, uma sorte de tradição anti-franceza.

Bem consideradas as cousas, foi um bem essa insistencia do gaulez em assenhorear-se do dominio portuguez na America: o Brasil que nasce e se forma entre episodios de valentia e patriotismo, logo se revelou valente e patriota, e foi para essa boa guerra de defesa intransigente que deu os primeiros homens. Nenhum outro povo americano teve uma tal iniciação. O pri-

meiro estabelecimento em Pernambuco, já foi em contestação com o francez; e si o portuguez primava em tenacidade e sobrançeria guerreira, aquelle lhe respondia em teimosia e brio militar. Por mais batido que fosse, o francez refazia os recursos, dobrava o esforço e voltava; o bom auxilio do gentio era mais um motivo para insistir: animava, adextrava a caboclada, accendia-lhe o odio contra o portuguez, e conduzia os seus exercitos a novos combates: Bertioga, Rio de Janeiro, Cabo Frio, S. Gonçalo, Rio Real, Parahyba, Tejucupapo, Rio Grande do Norte, Ibiapaba. Com isto a acção contra os francezes repercutia na indole das populações coloniaes, unidas para a necessaria defeza.

Vencidos os francezes em Villegaignon, quatro das suas náos se dirigiram a Recife e tentaram um esforço sobre Pernambuco.

Antes mesmo da grande campanha sustentada contra os portuguezes, já as gentes de Pernambuco haviam sentido os duros efeitos da influencia franceza junto ao gentio: o terrivel ataque dos Cahetés foi acoroçoado e dirigido pelos francezes. O grande perigo, porém, foi quando, desencadeada a guerra contra os Potyguaras, alem destes, tiveram os francezes o concurso dos valerosos Tabajaras. A capitania de Pero Lopes e a de Duarte Coelho conheceram outros momentos dramaticos.

Estava, nessa altura, Portugal incorporado na corôa de Castella, e mais se aggravou o caso, porque, nos primeiros embates serios, a campanha foi sacrificada pelos dissídios dos dois capitães Fructuoso e Costejon.

Com os Potyguaras tinham os francezes levantado grandes exercitos, temiveis pela bravura do gentio, a maestria do commando e a qualidade das armas. Sob as ordens de officiaes francezes os valentes caboclos serviam-se dos canhões como aguerridos europeus. E

os portuguezes tiveram que lhes oppor poderosos exercitos coloniaes que foram os maiores da America, até aquelle momento: as tropas de D. Philippe de Moura.

Apezar disso, viram-se elles forçados a retroceder, derrotados. Num dos combates Diogo Dias chegou a perder 600 homens.

Foram pedidos recursos. Não vieram. Voltaram os francezes á frente do gentio que lhes ficara, e sitiaram o forte que está em poder de Martin Leitão. Costejon, abandonando parte da guarnição á furia dos indios, foge, não tanto por covardia, como por incapacidade para uma estrategia efficaz contra as poderosas forças inimigas. Já os Potyguaras tendo trucidado o resto da guarnição portugueza tratavam de destruir o forte, quando chegou Fructuoso com os soccorros que Martin Leitão obtivera em recursos locais. Foi restabelecida a autoridade portugueza, na Parahyba e refeita a fortaleza. Assentaram-se novas bases de alliança com Piragibe. Funda-se então a primeira povoação civil alli, a cidade de Philippa, á margem do Varadouro.

Chegam finalmente os recursos pedidos á metropole: a insignificancia de Moraes e 50 soldados.

Esse Moraes, tão faccioso como o desastrado Costejon é motivo de novas difficuldades. O pertinaz e intrepido Martin Leitão havia reorganizado as suas forças com o auxilio efficaz de Cavalcanti e Albuquerque e entra de novo em campanha, nos fins de 1585. Desafoga completamente o forte de S. Thiago e S. Philippe, soccorre a Piragibe cercado pelos potyguaras, e marcha ao encontro do adversario. Em caminho, a cinco leguas da bahia da Traição, é detido por una fortificação construida por francezes e valorosamente defendida por indios seus alliados. Toma-a. Apezar dessa victoria, a officialidade de Martin Leitão vê as cousas tão mal que se nega a proseguir. O capitão impõe a sua vontade, segue para diante, e quando chega a povoação dos fran-

cezes já estes haviam embarcado, levando para bordo todas as peças da fortaleza.

Mas os Potyguaras eram fortísimos, ainda, e o francez voltou a reunil-os para conservar o seu precioso apoio. Em 1587 nova campanha, agora no valle de Mamanguape. Os valorosos Potyguaras são dizimados, mas os francezes, refeitos na sua feitoria da bahia da Trahição, vieram ajudal-os em Capaóba, onde foi o mais forte da nova campanha.

A sorte esteve indecisa, mas finalmente pendeu para os portuguezes. Enquanto isto, outra lucta se accendeu nas terras do "principal" Tejucupapo, sempre auxiliados os Potyguaras pelos francezes. Nunca os defensores do Brasil-colonia desenvolveram mais valor do que alli. Houve capitão em cujo corpo se contaram quatorze flechas. Antonio de Albuquerque foi um dos heroes dessa victoria em que o francez mostrou quanto valia como soldado. Muitos dos seus officiaes acabaram a vida alli.

OS BRASILEIROS

Agora para a remissão definitiva da terra brasileira, vemos apparecer nomes que são de brasileiros, exclusivos da nossa historia: Cavalcantis, Albuquerque, Albuquerque Maranhão, Souza Dessa, Rangel, Bento Maciel, completados por Martin Leitão e Soares Moreno, heroes que sendo portuguezes de nascimento, são brasileiros em tudo o mais: educação guerreira, os interesses definitivos e até os sentimentos. Leitão é homem affeito ao Brasil, com affins aqui, e cuja acção, em todos os seus magnificos resultados, se caracterisava em ser um optimo aproveitamento dos recursos da colonia.

Esse exercito foi, certamente, a primeira affirmacão

da colónia, em manifestações das suas energias. Os proprios colonos tinham bem a consciencia de que a boa defesa da terra se devia aos brasileiros.

Pelo tempo da luta na Parahyba ainda é muito moço o futuro Albuquerque Maranhão, mas em 1595 já elle apparece ao lado de Manoel Mascarenhas, e depois será a figura principal na conquista do Rio Grande do Norte, para dirigir e assistir, dalli, a acção de Soares Moreno no Ceará. Com elle está o irmão Jorge Albuquerque. E' nesse influxo que se resolve definitivamente a situação no Norte, a qual, até aquelle momento, tem sido apenas dilatada e adiada. Gentios e francezes se afastam, com a colonisação que avança. Por intermedio de Jeronymo de Albuquerque fazem-se as pazes com o forte e melhor do gentio Potyguara. Essas tribus, agora, vão ser o contingente sensível na população estavel da colónia. A presença dos francezes para alem do Potengy obrigou o Governo Geral a fazer conquistar e fortificar o Ceará, onde Soares Moreno estabeleceu o centro da sua boa actividade. Conquistou antes de tudo a amizade do gentio; mas por si mesmo elle sempre foi um segundo Jeronymo de Albuquerque, com a sua inteira confiança a ponto de que, para aprestar a conquista do Maranhão, o mesmo Jeronymo manda-o a fazer o respectivo reconhecimento.

A longa experiencia daquellas guerras lhe tinha deixado a convicção de que toda a victoria estava em obter a boa vontade das tribus. Apesar de ter sido companheiro de Pedro Coelho nunca foi suspeitado pelo gentio. Frequentava as tabas, amava-lhes os costumes, e tinha extensas relações com todas as nações daquellas paragens. Destacado para a empresa sob os auspicios de Jeronymo de Albuquerque, dão-lhe como recurso dez soldados, um padre, um sino e os paramentos da missa. Nesse character de "capitão de cathechese" elle vae, mette-se com os indios, ganha-os definitivamente,

e leva-os a reconhecer a autoridade de Portugal, fazendo pazes com muita gente da colonia.

Converteu o gentio todo em amigos fieis, tirando das tribus os 5.000 frecheiros de que se ufanava. A frente dos soldados indios nas suas causas, tomava navios dos mesmos francezes de quem elles foram antes alliados constantes. Foi nesses oito annos que Soares Moreno teve que se apresentar nas vistas de seus commandados. Dahi a lenda de que elle se vestia e se paramentava como indio. O Ceará foi a grande escola desse capitão que teve de contender fortemente com os francezes e depois com os hollandezes.

Assim, desde que elle privou, a terra foi definitivamente do Brasil. Em 1615 ainda ha uma investida de francezes, mas basta o vigario Balthazar Correia para os repellir.

OS FRANCEZES NO MARANHÃO

Antes mesmo de se desenganarem do Ceará, estavam os francezes no Maranhão, mais animosos do que nunca, confiantes na alliança do grande morubixaba Ovyrapire, estimulados pelas façanhas do celebre pirata Rifant, senhor de toda aquella costa.

Em 1594 traz o pirata uma grande expedição, em tres navios. Perde o maior, e após contratempos, vem deixar no Maranhão os restos da aventura. Desde então preoccupam-se os portuguezes com os francezes no Maranhão. A expedição official de La Ravardiére é de 1612, mas bem antes, ainda no tempo de Henrique IV, e por ordem deste, estava elle no Maranhão, donde voltara tão animado que não poupou esforços para vencer as difficuldades resultantes nas terras de Tutoya que explica a expedição de cathechese em 1607, com os padres Pinto e Figueira.

A acção dos francezes no Maranhão tornou-se tão inquietadora para o Brasil que ainda em tempo de Diogo Menezes foi mandado por este um memorial reclamando do Governo de Madrid providencias contra o invasor. Veio Gaspar de Souza. A arrastada administração colonial teve, então, a resolução feliz de entregar o caso do Maranhão a Jeronymo de Albuquerque, e este, sem demora, confia ao intrepido e sagaz Soares Moreno a missão de fazer o reconhecimento do local e das condições em que alli se encontravam os francezes.

Partiu Soares Moreno em meado de 1613, numa embarcação pequena, sem gente, quasi, e sem recursos razoaveis. Apesar disso Moreno obteve tudo a que se propoz e ainda incendiou armazens dos francezes que lhe deram caça como quem poderia apanhar um inimigo perigoso. Um indio, inteiramente seu desconhecido, vem prevenil-o e elle consegue escapar á perseguição, trazendo comsigo esse informante e mais um portuguez captivo dos francezes e que delles fugira. Outra vez no oceano, o velho barco de Soares Moreno não tem meios de resistir aos elementos contrarios e vae dar, finalmente, nas Antilhas, em S. Domingos.

Por mais de um anno não houve noticias delle e Jeronymo de Albuquerque teve que iniciar a campanha como se o reconhecimento houvera fracassado. Quando Soares Moreno procurava informar-se, o estabelecimento francez estava em franco desenvolvimento e grande vitalidade. Dalli sahiam navios que aprisionavam embarcações hespanholas e portuguezas, escravizando as respectivas gentes. O indio e o portuguez libertados davam a Soares Moreno o calculo de 20 mil frecheiros indios a serviço dos francezes e affirmavam que o estabelecimento existia alli havia seis annos, desde 1609. A colonia formara-se por expedições differentes,

das quaes se destacam duas: a de 1612, sob o commando de Ravardière, e a que, em 1615, foi trazida por Duprat.

Na primeira viagem uns 500 aventureiros e para a ultima os depoimentos francezes dão 300 homens. Na tropa franceza de S. Luiz contavam-se, como officiaes, mais de vinte nomes de alta aristocracia, entre elles um Conde, um Joinville e mais um fidalgo escossez.

Ao chegar, La Ravardière teve logo, ao seu dispôr, mais de 3.000 frecheiros indios, segundo declarações de francezes.

A povoação foi considerada cidade, e logo se organisou a producção do necessario. O gentio livre e tapuyas escravos faziam a lavoura do que devia servir de alimento, ao passo que artifices vindos de França, auxiliados por indigenas trabalhavam nas industrias possiveis. Construíram-se navios capazes de affrontar o alto mar, e o commercio desenvolveu-se a ponto de provocar a vinda de navios de trezentas toneladas.

Estavam os francezes rodeados de tribus amigas, e que desse modo fechariam os seus adversarios num circulo de hostilidades. Era a esse inimigo que Jeronymo de Albuquerque vinha affrontar. As forças de Jeronymo de Albuquerque eram em quantidade que pode ser transformada em dois patachos, numa caravella e cinco barcaços. A ellas La Ravardière poudo oppor 400 soldados europeus, 4 mil indios, quatro navios e 46 canoas de guerra.

Chegou ao Maranhão, mesmo na boa posição de Guaxenduba, estavam os nossos em condições de sensivel inferioridade. No oceano tinham os francezes mais possibilidade, de accordo com o trafico seguido que faziam para alli; nas aguas interiores era absoluto o seu dominio.

O capitão brasileiro com os meios miseraveis de que dispunha com a sua tactica exclusiva, desfazendo as

insinuações de Diogo de Campos que ostentava orgulhosamente o titulo de antigo combatente em Flandres, aniquilou as forças com que o francez vem atacal-o.

Este, vencido, tem ainda superioridade em armas, aliados e em recursos materiaes, conservando um forte contingente de soldados europeus quasi igual á totalidade dos soldados portuguezes.

Chegado ás aguas do Maranhão Jeronymo de Albuquerque põe em pratica os seus processos habituaes com os gentios, procurando captal-os. A pouco e pouco, chegam-se os indios. Avisam-no do premeditado ataque dos francezes. Jeronymo despreza ou finge desprezar o aviso. A consequencia é o ataque do inimigo sem cautela. Trava-se a peleja, e tal foi a situação tactica das suas tropas que vendo o atacado em inferioridade de forças elle impoz de um lance impetuosamente a sua vontade aos atacantes, e foi senhor absoluto da luta para o triumpho immediato. Para os francezes não houve possibilidade de responder e menos ainda de vencer. Vieram atacar com a maior parte das suas forças: venceram duzentos soldados europeus e uns dois mil indios, deixaram de reserva outros tantos brancos e muitos indios ainda.

Finalmente morreram noventa homens inimigos entre os quaes sete grandes fidalgos; aprisionaram-se dezenove e foram queimadas 46 canoas segundo estatistica dos proprios francezes.

ALBUQUERQUE MARANHÃO

Vencem as forças brasileiras, mas é tal a desproporção de meios entre os contendores que ainda os francezes, apesar das perdas soffridas, têm superioridade. Restavam-lhes 200 soldados europeus, muito gentio al-

liado, todos os recursos materiaes de quem está em casa, num estabelecimento feito, e dominio absoluto, com o conhecimento perfeito, as aguas interiores e de todas as suas difficuldades.

Jeronymo de Albuquerque tinha ficado com uns trezentos soldados brancos e mamelucos, mas em tudo o mais, inclusive o tratamento dos feridos, estava á mercê dos vencidos.

Depois de mais de um combate, elle teve a ideia nítida da força que ainda restava aos francezes, e da necessidade de não fornecer ensejo a qualquer victoria, em que estes se retemperassem do golpe que receberam.

Jeronymo de Albuquerque acceita então uma tregua com La Ravardière, num gesto politico bem brasileiro á revelia da metropole, que as reprovou, embora dellas tirasse o resultado principal com os elementos de socorro.

Ao assignar com Ravardière o pacto de tregua, Jeronymo de Albuquerque accrescenta ao seu nome o de Maranhão, como significando um traço de nobresa puramente brasileira.

Veiu dahi um portuguez, Castello Branco, que procurou novo entendimento com os Francezes para annular a acção do brasileiro, o que não conseguiu.

Ravardière acabou entregando-se por completo a Jeronymo de Albuquerque, confessando que se os portuguezes não tinham meios de vencel-o, o general brasileiro, entretanto, lhe tomava todas as sahidas annullando-lhe os meios de defesa.

Sob o influxo desse Albuquerque Maranhão o norte se fez immediatamente Brasil, na propria tradição de Pernambuco donde procedia pelo animo dos que o conquistaram.

Alexandre de Moura, influindo em Gaspar de Souza, foi quem mais concorreu para que se destacasse do Brasil o que se chamou depois Estado do Pará-Mara-

nhão, desunindo-se assim a Nação que germinava na colonia.

De nada valeu o recorte separatista: o que um grande general brasileiro fizera, perdurou, e aquella terra, onde até a morte se exerceu a acção da nova energia de Jeronymo de Albuquerque Maranhão, ganhou definitivamente a alma do Brasil, como o affirmou nos momentos sombrios e agitados de após a Independencia.

DEFESA CONTRA OS INGLEZES

A luta sustentada no Amazonas foi, principalmente, contra inglezes e hollandezes. E' verdade que como factor da defesa territorial do Brasil, o nome do inglez apparece menos, como que esporadicamente, em episodios rapidos. Não haja illusão a esse respeito: depois da tutela da Inglaterra sobre Portugal dos Braganças, o Brasil, colonia portuguesa, não foi ostensivamente atacado. Antes, porém, esse dominio foi vivamente cubigado pela pirataria ingleza, até que o britannico, pratico, reconheceu mais vantagem e mais possibilidades em applicar os seus esforços sobre os territorios de Castella. Melhor se comprehenderá o desenvolvimento dos ataques inglezes ao Brasil, tendo-se em vista os tres periodos em que se apresenta a situação exterior de Portugal: conquistador soberano, até que é enfeudado na coroa de Castella em 1580; dessa data á Restauração, governo dos Philippes; o Portugal restaurado, aliado á Inglaterra.

No primeiro periodo o inglez ainda não é um povo ultramarino capaz de affrontar Portugal. As façanhas maritimas de que resulta a riqueza do Imperio Britanico começam com Drake e exercem-se furiosamente contra a Hespanha, inclusive os dominios portuguezes. Mas, como as primeiras operações são quasi que

exclusivamente de pirataria, o Brasil é menos procurado. A furia dos inglezes vae sobre os galeões do Perú e a India franceza. No terceiro periodo a Inglaterra tira de Portugal o que pôde, de um modo mais efficaz, sem se dar á pena de fazer conquistas ostensivas. Esses motivos geraes devem completar-se, no emtanto, com a essencial resistencia do Brasil e a sua capacidade de defesa. Ainda que fraco, desde cedo o Inglez avança sobre o Brasil. Começa no mesmo tempo que a colonisação regular dos portuguezes.

Tentaram os inglezes estabelecer-se na Bahia, primeiro, depois no valle do Parahyba, onde, segundo Southey, contavam com o apoio de mamelucos e christãos novos que os auxiliavam nessa tentativa de fixar-se no Rio de Janeiro e tambem no Espirito Santo.

Sobrevinda a annexação de Portugal á coroa dos Philippes, os inglezes, mais senhores do mar, têm mais desassombro nos seus planos, apparecem, successivamente, John Withall, Fenton, Wiltrigton, Liste, Cavendish, Lencaster, em epochas differentes, sendo todos mal succedidos, com excepção de Lencaster, que obteve exito em Recife.

Os inglezes começavam as suas tentativas sobre o Amazonas em 1616, na terra dos Tucujús. Estabeleceram-se uns duzentos, garantidos pela alliança dos naturaes e esperavam um reforço de mais de 500 aventureiros, quando Jacome Raymundo os atacou e desbaratou completamente. O commandante inglez era soldado de valor, e de renome nas guerras dos Paizes-Baixos. Nesse mesmo tempo procuravam elles estabelecer-se no Oyapock. Então o Rei da Inglaterra, Jorge I, já havia dado, a tres de seus servidores toda a região comprehendida entre o Amazonas e o Esequibo. A concessão foi transferida, depois, a uma companhia organizada por Norta, representante de Lord Buckingham.

Em 1623 os hollandezes eram vigorosamente bati-

dos. Dois annos depois cahia em poder dos portuguezes o forte Philippe, levantado pelos inglezes, e logo depois a fortaleza de Camaú. Do lado britannico apparecem grandes nomes: Roger Fray, Jayme Parcel, o conde de Brechier.

Do lado do Brasil os nomes são, Bento Maciel, Jacomo Raymundo, Francisco Coelho, Souza Chicharro, Antonio Cavalcanti.

Em 1632 desistiram os inglezes de ter o dominio do Amazonas Brasileiro.

PROGRESSOS DO BRASIL NO SECULO XVI

A energia dos primeiros colonos, communicada e renovada nas gerações que logo sobrevieram, não serviu apenas para defender a posse da terra, mas, principalmente, para fazer della uma patria, habitação propicia e definitiva das novas gentes aqui formadas.

O Brasil começou a vida civilisada na producção agricola, humanisando as paisagens, prendendo ao solo os que para aqui vieram. E graças á energia dessa primeira população a colonia realisou, desde logo, visiveis progressos.

Os primeiros colonos vinham, deliberadamente, fazer exploração estavel, pois que não havia riqueza para saque, e tiveram a fortuna de conhecer em boa experiencia, na Ilha, a cultura da canna de assucar, que era, então, a mais propria para o Brasil. Pernambuco, a terra fadada a essa cultura, foi, por isso, a primeira grandesa do Brasil, por todo o seculo XVI e XVII. Não só encontraram riqueza feita, grandes imperios, de relativa civilisação; mas o genero de exploração, e o proprio temperamento, não lhes deixavam fazer immediatamente população estavel, com a producção de assucar, para uma exportação notavel. Antes, mesmo, ainda em vida de seu fundador, Pernambuco deu mais

de 26.000 crusados de rendas a Duarte Coelho, e muito mais para a Coroa. Só os dizimos eram em mais de 60.000 crusados... No entanto, a grande prosperidade de Pernambuco só começou quando se conquistaram ao gentio as terras do Cabo, annos depois da morte do primeiro donatario.

Os francezes, á testa do gentio da Parahyba, conti-nuam a ser grave ameaça, sem que se detenha o desen-volvimento da capitania, e das terras contiguas. Já a Bahia tem desbravado e cultivado o seu famoso "Re-concavo", e, em 1576, o assucar do Brasil é o mais abundante na Europa. Pero de Magalhães calcula, para essa época, 33 engenhos em Pernambuco e uma expor-tação de 70.000 arrobas. Com a pacificação da Para-hyba, a producção vae a mais do dobro, em poucos annos. Ericeira dá para aquella capitania, em 1581, 67 engenhos, exportação de 260.000 arrobas, mais de 100 colonos com renda media de 5.000 crusados, e uns dez com a renda orçando entre 8 e 10 mil crusados; na Bahia haveria uns 36 engenhos, mais de 100.000 arro-bas de assucar na exportação, num movimento de mais de 1.400 embarcações — nas aguas interiores da bahia, mais de 100 colonos, com a renda de entre 3 a 5 mil crusados. As estatisticas de 585 variam: Linschoten, muito citado pelos europeus não peninsulares, abaixa a exportação do assucar do Brasil a uma cifra que coin-cide, pouco mais ou menos com as de Southey — perto de 200.000 arrobas para Pernambuco e Bahia; mas Varnhagen, de accordo com Handelman, dá a cifra de 220.000 arrobas. Rabello da Silva eleva ainda mais a exportação relativamente insignificante: 10 engenhos, para S. Paulo, Rio e Espirito Santo, sem menção de exportação. Ahi, a grande producção era de cereaes, gado, farinha de mandioca (grande exportação para a Africa). A actividade das gentes tomava outro rumo. Nessa epoca — 1587, iniciava-se um forte commercio para o Rio da Prata, que se provê de muita cousa no

Brasil. Foi o começo do desenvolvimento economico do futuro vice-reinado.

Ha um meio indirecto de apreciar o progresso e a riqueza daquelle norte; o tom de vida que ali se fazia, e a importancia dos despojos levados pelos piratas que ali se fartaram, no começo do seculo XVII. Fr. Vicente menciona que, em 1600, havia em Pernambuco 100 engenhos de assucar, 50 na Bahia, e 40 no Sul; ao mesmo tempo elle faz notar que, nos seus dias, era o porto de Pernambuco o mais frequentado. Pouco depois, o jesuita Joachim attestara — que Olinda é a mais rica e mais desenvolvida cidade da America. De facto, á parte os galeões do Perú, a cubiça dos grandes piratas se dirige para a Bahia e Pernambuco. No sul, a vida é mais rude, sem maior ostentação e o progresso se faz noutros aspectos, que não a riqueza immediata: prepararam-se as gerações que devem dar ao Brasil os longos sertões, as minas que, si não foram o apuro humano, trouxeram, pelo menos, o desbravamento das terras e o seu povoamento. Não admira, pois, que nos seus dias, já Fr. Vicente aponte o Brasil como o paiz a que se acolheria, talvez, a coroa portugueza, que, no emtanto, era a poderosissima Casa d'Austria. Antes, em 1578, o prior do Crato, pretendente ao throno, já via no Brasil nação digna de ser a séde da monarchia portugueza, cuja coroa, reivindicava. Na mesma contenda, o Rei de Hespanha, “considerando fazer proposta aceitavel, diz Southey, offerceria a coroa do Brasil ao duque de Bragança, em troca do reconhecimento dos seus direitos (de Philippe II) ao throno de Portugal”.

A prosperidade do paiz, no começo do seculo XVII, é tal que Southey sente necessidade de procurar causas especiaes para ella: o grande numero de “christãos novos” que para aqui vieram. Mas nós sabemos que essa primeira riqueza era expressão da canna de assucar, e que não era a lavoura a occupação preferida por esses judeus. O mesmo historiador, em face da opulencia e

importancia das populações colonias, é levado a concluir que a relativa liberdade concedida a essas populações representa a consideração com que o governo portuguez as trata, em vista da importancia que nellas reconhece. E' a legitima conclusão: quando a India minguava, o Brasil crescia em riqueza, tanto que mesmo depois das turbações produzidas pela occupação hollandeza, feitas as pazes, coube-lhe pagar metade da indemnisação a que o governo de Lisboa se compromettera. Com tudo isso, affirmou o padre Antonio Vieira "que a casa da India se converteu em casa do Brasil".

A LUTA CONTRA OS HOLLANDEZES

A defesa contra os francezes decide-se pela acção do primeiro grande brasileiro. E' a revelação do que a nova raça pode dar, mas tudo se faz como desenvolvimento da primitiva energia, sem distinguir-se formalmente da actividade portugueza, e nesse modo continua até que a colonia se completa ao Norte.

O heroismo dos que fundavam o Brasil dera tudo o que podia dar. Segue-se uma crise gravissima: a invasão hollandeza.

E' um perigo superior a quantos já têm ameaçado a colonia, e esta que já era uma patria esteve para desaparecer para a tradição em que se formara, porque essa tradição era representada agora na degeneração dos dirigentes portuguezes com a miseria do Estado. Não se allegue que a responsabilidade da direcção cabia então á coroa hespanhola, porque Portugal era a mesma nação de sempre, apenas dominada por um outro soberano. Os que respondiam pelo Brasil, porém continuavam a ser os estadistas portuguezes.

A Hollanda era então a potencia mais forte da Europa e atacava uma colonia praticamente abandonada. Portugal degradado, desapareceu implicitamente, e um

novo motivo, ao sopro vivificante da America, se impoz sobre os que pretendiam dominar Pernambuco.

O caso do Brasil, vencedor dos hollandezes é unico. A defesa de Pernambuco se fez numa verdadeira substituição de valores humanos: a mãe-pátria a abater-se, distante, na miseria da incapacidade, e uma nova patria que lhe salva a tradição e a impõe contra todos. Voltam-se as paginas dessa guerra e os heroismos resurgem a qualquer leve movimento como prova da decadencia do Estado Portuguez, a degeneração e a degradação de seus governantes, o eclipse de seu heroismo, a surgir de um sentimento nacional, já proprio do brasileiro, e o mais em que se expande a paixão patriótica: virtudes, dedicações, enthusiasmo, personalidades em relevo de força e de acção.

E como significação definitiva, culmina numa vontade soberana, inflexivel, condensadora de energias, organisadora de destinos.

Nas primeiras investidas contra a Bahia e Pernambuco, e que são recebidas pelas organizações militares anormaes da metropole, propostas á defesa armada, o invasor hollandez facilmente leva de vencida tudo o que se lhe oppõe. Depois quando a população se encontrar em situação de vencido e dominada, eil-a que reage, dá de si elementos efficientes, organisa o contra-choque, e finalmente repelle aquelles que venceram as tropas regulares.

Por toda a parte essas forças são miseraveis de incapacidade, quando não de covardia. Mas as gentes da terra conseguem guardal-a, a essa terra que já é uma patria nacionalisada. E' a primeira da America, tão real e definida, que não poude ser dominada nem absorvida.

Existia a tutela da metropole que não a poude defender; mas lutava contra o estrangeiro para continuar a ser da sua tradição. Desse momento em diante a metropole converteu-se em espoliadora feroz, no papel

de um inimigo danoso. A luta contra os hollandezes alimentava-se de energias essenciaes, indispensaveis.

Com a victoria illumina-se a consciencia nacional, duas gerações se passam, os descendentes dos heróes reclamam autonomia, na patria que libertaram, e a reivindicam contra os exploradores "Mascates".

As virtudes que hão de salvar o futuro Brasil, manifestam-se desde o primeiro desastre: o Estado portuguez se rende, o hollandez se estabelece. Mas a população repelle, immediatamente, o dominio do estrangeiro. Aparecem, com isso, nomes que são genuinamente brasileiros, até pelo nascimento. Avisa-se Pernambuco que virá com a sua gente affeita a defender o Brasil. Acdem da Bahia os senhores que estão nas suas terras, e nomeia-se primeiro commandante da reconquista o brasileiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Dahi por diante a luta será desenvolvida pela população contra o invasor. Não tardam Affonso Rodrigues, da Cachoeira, com os seus indios, e Melchior Brandão, de Paraguassú, e Lourenço de Britto, que encontra na população da terra um corpo de voluntarios. Desenvolvia-se a guerra com espanto dos hollandezes, que se não comprehendiam como os portuguezes entregavam as posições sem luta, menos ainda comprehendiam que era aquella nação de um povo de colonos que resistia á poderosa expedição que tomara a capital.

O sul não menos brasileiro e intransigente nos seus brios, vem com o fluminense Salvador Correia de Sá e Benevides. A força é quasi toda de brasileiros, mameucos e indios mansos, e começa a luta pelo Espirito Santo, donde desaloja os hollandezes e prosegue até a Bahia onde participa da victoria final.

Para agir contra a esquadra os irmãos Cavalcanti de Albuquerque armaram uma flotilha á sua custa. O Rei lhes reconhece o serviço em carta.

Na crise final, foi decisivo o concurso de Pernambucanos, Bahianos, Fluminenses e Paulistas, os verdadeiros combatentes na guerra que ali devia ser feita.

Preparam-se os reforços que deviam reconquistar Pernambuco. Vieram, com a triumphante e famosa esquadra de Oquendo, as truculentas tropas de Bagnuolo, a quem coube o inglorio papel de consagrar a definitiva derrota da metropole.

Eram no entanto veteranos das guerras europeas e em numero relativamente respeitavel: 4.000 homens de tropas regulares.

Com a estúpida e grosseira soberbia, os europeus irritavam a muitos brasileiros, fazendo arrefecer o entusiasmo dos menos confiantes, e determinam a passagem do formidavel mameluco Calabar para os holandezes.

Bagnuolo é o contraste do alagoano, valente quanto astuto. Perde-se o littoral da Parahyba, perde-se o proprio arraial do Bom Jesus e chega o momento em que só ha, de possivel, a retirada. E' a retirada para as Alagoas, sinistro e desesperado expatriamento de vencidos, soldados exgotados, entregues á miseria sem remissão.

Dos portuguezes, a maior parte havia ficado no Recife negociando com os holandezes. Com a retirada de Mathias de Albuquerque acabou o mais efficaz da resistencia official contra os invasores. A resistencia inicial foi organizada por um capitão nascido no Brasil, feito no espirito da nova patria, capaz de aproveitar as suas energias. Fôra dominado no primeiro momento, porque tudo lhe faltou, talvez, mesmo, a independencia de animo para ser inteiramente novo e brasileiro, e tambem porque os soccorros, viciados, vieram perturbar a sua obra. Tudo quanto Mathias obtivera, resultara do valor pernambucano. Com um pouco mais

elle teria expellido o Hollandez; mas, sem plano de grande acção, contrariado no que era possível, o capitão, victima do amparo nullo da metropole, teve de ser o commandante da retirada definitiva. Chamaram-no ao Reino, processaram-no, e, como criminoso, tiveram-no preso, até que a restauração, balda de valores humanos, appellou para elle, que lhe deu a unica verdadeira victoria, na primeira campanha contra Castella, em Montijo. Portugal incapaz, decahido, só sabe, agora, destruir o que não pode defender e castigar num individuo a miseria moral que é de todos. Mathias conseguiu apanhar Calabar e executal-o; mas a victoria continuou com os hollandezes, cada vez mais accentuadamente, pois que não era um Calabar, mais ou menos, que poderia dar superioridade a quem, degenerado, era necessariamente inferior. Depois de Porto Calvo (onde pereceu um mameluco), é que se accumulam as grandes derrotas, que terminam com a retirada até Torre d'Avilla, na Bahia.

No emtanto, a guerra tem de continuar algum tempo, porque Castella sabe que o seu Mexico e as riquezas do Perú ficariam á mercê dos hollandezes se estes fossem definitivamente senhores de Pernambuco.

Então insiste em garantir-se, e manda novos reforços cujo commando esteve offerecido a diversos, até que os da terra foram entregues á valentia desastrada de Rojas y Borjas, e os do mar (30 navios) á incompetencia de Lopo de Hozes e D. Rodrigues Lopo. Resultou dahi unia das ultimas batalhas de defesa do Brasil sob a responsabilidade dos militares da metropole. Foi a batalha da Matta Redonda, miseravelmente perdida, e que se caracteriza por estes factos: Bagnuolo foi contra a resolução de Rojas — de batalhar; quando este impellia os batalhões a avançar para alcançar a victoria que já se offerecia, é abatido por uma bala vinda de um dos seus esquadrões, o que lhe arranca, nas vascas da morte, a apostrophe: "E's possible que esto

se me hace, estando entre hidalgos portuguezes?” (foram palavras colhidas por Fr. Manoel do Salvador que o amparou); o filho de Bagnuolo recusa-se a assistir com sua gente aos batalhões que fraqueavam, e foge (foi preso pelo proprio pae); só os guerrilheiros — Camarão e Rabellino sabem fazer uma retirada honrosa, e, com isto, salvam os restos das forças. No Brasil, onde a população commum produzia os Barbalho, Camarão, Negreiros, Souto, Henrique Dias... a degradação portugueza não chegaria nunca a patêntear-se como aconteceu nas feitorias e fortalezas dos domínios africanos, quando os Hollandezes de Pernambuco quiseram apoderar-se dellas. Para assenhorear-se de S. Jorge de Mina, é enviado, por Mauricio de Nassau, o expedito Van Iperen, que lhe descreve ao principio — “... ter tomado o pulso á guarnição, e ser a cousa muito facil”.

De facto, chegados os hollandezes ao castello de S. Jorge, o respectivo commandante o entregou sem disparar um tiro, deixando ao inimigo, intactos, os trinta canhões e mais: nove mil arrateis de polvora, oitocentas balas de ferro e trezentas de pedra. Annos depois, já restaurado Portugal, é tomada a Loanda, sem maiores difficuldades nem peleja, e logo depois a ilha de S. Thomé, onde, após simulacro de resistencia, o governador se entrega.

O Estado portuguez registra a miseria de seu representante encarcerando-o pelo resto da vida. Tudo o mais que o hollandez tomou a Portugal fóra do Brasil elle o guarda, excepto Angola, porque um brasileiro á testa de uma expedição organisaada no Rio de Janeiro e cuja melhor força é feita de 600 fluminenses vae desentocal-o alli mesmo e o bate, e restitue a Portugal aquillo que soldados portuguezes haviam abandonado covardemente.

COMO E PORQUE SE DETURPA A HISTORIA

Aos grandes povos, enquanto mantem grandeza, não é difficil defender a propria historia, e ter nella o necessario estimulo e inspiração. Mesmo sem tal intuito explicito, nelles, a historia é, sempre, a expressão, exaggerada até, da grandeza nacional. O proprio valor que leva um povo a expandir-se e desenvolver o seu poder, leva-o a ennobrecer-se — ampliando os seus feitos, dando-lhes significação e valor muito além da realidade. Que maior importancia teve nos destinos da humanidade, Luiz XIV — as suas façanhas, em renovadas amantes e repetidas campanhas?... No emtanto, a historia do seu tempo, como a contam os Francezes, parece dominada pelo sensual orgulhoso de Versalhes... Ao lado, os inglezes inflam (com mais direito, certamente), nas façanhas do “Grande Protector” com o triumpho sobre o Batavo, enquanto os Allemães multiplicam os efeitos politicos do seu Grande-Eleitor... Tambem, si não fôra assim, nada mais facil do que compôr a historia universal: bastaria justapôr as historias nacionaes — e teriamos a total historificação dos povos.

Ora, quem assim procedesse, só obteria uma somma, contradizendo-se dentro de si mesma; uma verdadeira monstruosidade, visto que as historias parciaes não se completam, nem coincidem — nos limites de umas com as outras. Então, nos povos de grande prestigio intellectual e politico, para affirmação e consagração do mesmo prestigio, compõe-se uma “historia geral” como complemento da nacional, isto é, cuja “generalisação” se distribue especialmente para formar o fundo onde se destaquem os feitos em que se engrandece aquella a que ella vem servir, feitos cuja gloria é, necessariamente, sombra para os outros povos. Resulta, finalmente, que ha tantas “historias universaes” quanto ha de grandes tradições nacionaes que, assim, apparecem como centros de gravitação das outras tradições.

Com isto, o valor geral da historia se deturpa, na medida do valor que o historiante attribue ao seu povo, com relação aos fastos da civilização.

Quem descobriu a democracia para o mundo moderno? Quem inventou a liberdade politica?... Inglezes, francezes, e americanos, não poderiam estar de accordo nas respostas. Todos elles concorreram na realização desse pedaço de progresso; mas, para cada um desses povos, vale especialmente o proprio esforço.

E' natural, necessario mesmo, que cada um delles se reconheça como o autor da democracia, inventor da liberdade. Em face do prestigio desses povos, uma Suissa, a archaica Florença, não poderiam pretender primazia.

Finalmente, a historia fica a serviço de quatro ou cinco civilizações especiaes, aquellas que apresentam, no momento, um maior activo de contribuições, na obra da civilização geral.

A differença de poder e de valor effectivo entre as diversas nações vem a ser tão insensível como entre os proprios individuos. Na realidade das cousas, fôra impossivel achar o limite justo entre povos "grandes" e "pequenos", fortes e fracos. Comtudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa, desnaturam a situação, attribuem a si mesmo toda a força, e dividem as nações em — "grandes" e "pequenas".

No dominio da historia, ellas ainda procedem mais desafrontadamente, que não ha meio de pedir contas do abuso de prestigio. Nem mesmo, devemos estranhar que seja assim.

EFFEITOS GERAES DA DETURPAÇÃO HISTORICA

Francezes, inglezes e prussianos abarrotam-se hoje com as suas historias universaes, feitas para dar valor á barbaria dos seculos; e, levados por ellas, nem pode-

mos comprehender como, da barbaria curta e devota em que elles viviam no seculo XV, conseguimos vir á portentosa intensidade humana dos seculos seguintes. E' a historia de acasos sem nexos, de milagres illogicos. Nos mesmos volumes, em que centenas de paginas se deixam para as brutalidades do feudalismo e as miseráveis competições das dynastias barbaras, duas, ou tres, falarão, sem maiores consequencias — de Veneza, Florença, Pisa... Califados... cidades da Hansa... o Condado Portugallense... até que, sem outro preparo, chegamos ao deslumbramento da geral "Renascença", estupidamente explicada — pelos alfarrabios que alguns eruditos, dessa Constantinopla degenerada e decahida, trouxeram consigo, no fugirem ao Turco. Não os detem, nem a incoherencia, nem o illogismo. Que têm com esses alfarrabios — os antecedentes da expansão portugueza, as instituições democratico-industriaes de Florença, a longa e desenvolvida organização politica e commercial das cidades hanseaticas e germanicas, grandeza gloriosa da aristocratica Veneza... ?

Roma cumpriu o seu fado. O Christianismo, na vasta trilhagem do Romano, repisada pelos barbaros, com a instabilidade social e politica resultante dessas migrações pelo Imperio latino; o Christianismo cumprira tambem a sua missão — de desenvolver, nas populações conhecidas, a propaganda moral e os principios de justiça.

Era uma cultura em extensão. As hordas barbaras entraram definitivamente para a civilização latina em troca da dóse de barbaria que infundiram nas populações dominadas, e da nova estabilidade que assim impuzeram. Tanto fôra necessario, para essa cultura de vastas superficies: os principes barbaros, senhores por conquista, acceitam o novo credo, com a condição de continuarem dominando, em partilha com os seus guerreiros. A Igreja se refaz no accordo com a aristocracia, e os barbaros adoptam, da civilização, as utilidades

que comprehendem; mas impõem muita coisa da sua barbaria. Taes formulas de composição politica permitem que as populações, pacificas e organisadas na antiga Roma, continuem a viver numa relativa cultura civil; mas, desapparecida a politica universal romana, possuidos brutalmente pelos conquistadores os grandes centros de civilisação e de apuro do espirito humano, estaria suspensa a verdadeira evolução da especie, para elevação e solidariedade, si não surgissem outros centros de cultura, outras organizações em que se realisasse, de mais em mais, a socialisação da especie. E quando parece mais profundo o negrume feudal, e mais torva a barbaria, com os aristocratas "Cruzados", transitam monjes e especuladores plebeus, que trazem do Oriente muito progresso e muita cultura já esquecida, sepultada pelas camadas invasoras.

Mais importante, ainda, para a continuação do progresso é o Arabe, força gloriosa, flammejante de fé, mas tolerante; o Arabe, possuido dessa mesma cultura desprezada pelo barbaro, e que ergue a Hespanha menos barbarisada do que qualquer outra Europa, e faz, dali, o alto pensamento do Occidente, por todo o eclipse da "Idade-Media".

Emquanto Paris é um miseravel aggregado de lares sujos e lobregos, nas ilhas do Sena, e o grande duque de Normandia, poderoso Rei da Inglaterra, habitava a mesquinha "White Tower", Cordova tinha grandeza de arte e de intelligencia, riqueza e luxo, a exemplo de Roma imperial. A sua universidade era feita na philosophia de Aristoteles, na sciencia de Pithagoras e de Hypocrates: "...cidades tan populosas como las modernas capitales del mundo, poblaciones interas eram immensas fabricas de tejidos..." O Cairo, donde vinham esses Arabes, era o conjuncto de maravilhas comparaveis da Alcazar de Cordova, e o Alhambra de Granada, que são grandes bellezas, mesmo para os nossos olhos.

A magnificencia do Califa Mostanser Biliah, no seculo XI, faria inveja a um Luiz XIV; o monje Gilbert, papa Silvestre II, "o homem mais notavel de sua geração", humilde de nascimento, tem a fortuna de ser educado nas universidades arabes da Hespanha, e traz de lá um tal saber, que os barbaros da Europa Central o consideravam feiticeiro, que outra explicação não achavam para tanta sciencia, em segurança de pensamentos.

Isto era em 990, seculos antes da fundação da Universidade de Paris. Humbolt tem os Arabes como fundadores da sciencia positiva moderna; em 833, já o califa El-Mamom fundava observatorios em seus dominios, e fez medir um grau nas planicies de Palmira. Ao findar do seculo de Silvestre II, os sabios das universidades arabes jogavam francamente com a trigonometria espherica, e Abul-Vaja (600 annos antes de Tycho-Brahe) calculava a terceira variação lunar. Finalmente, era corrente, para elles, toda essa astronomia que os sabios occidentaes, do seculo XVI e do XVII, descobriram — nos livros arabes.

A SOCIOLOGIA FRANCEZA

Feita numa historia restricta, a França mais se isola quanto mais se enfaixa, assim, de presumpções. Na França nasceu a Sociologia, primeira expressão do "Positivismo". Ora, apesar do nome, nada menos positivo do que essa construcção, onde se prende a evolução do espirito humano á celebre "lei dos tres estados", onde se faz da "ordem" condição essencial á mesma evolução... Por isso mesmo, contemplemos a obra de Comte: ella nos apparece com grandeza de genio, mas rigida em proporções geometricas, incompativel com a malleabilidade da vida, pois toda essa obra é armada em generalisações preconcebidas.

A intenção evidente era dar uma formula da vida bem humana, na ascendencia para uma socialisação cada vez

mais perfeita, pela cultura da *sympathia* entre os homens, e resultou, do esforço de Comte, a doutrina mais antipathica e mais avessa á verdadeira humanisação da especie; doutrina sem ductilidade para corresponder aos imprevistos e novos aspectos da evolução social, doutrina onde as qualidades geraes de uma mentalidade media dominaram o genio do individuo, pervertendo-o, esterilizando-o no abuso das generalisações á "outrance", e no exagero das formulas, tão nitidas quanto vãs. Essas qualidades formam uma ambiencia, ou genio colectivo, a que se subordina toda a actividade.

Acontece, por isso, que a tradição franceza é como a expressão de uma grande civilização — sem grandes genios, e cujas obras de maior belleza — Paris — são de realisação colectiva. Em todos os momentos grandes talentos — muitos Racines para reforço da mentalidade colectiva, contra a qual as individualidades não têm poder bastante, sobretudo no que é preconceito... Gilbert, talvez porque abriu um tanto o espirito noutros horizontes de pensamento, lobrigou um pouco da verdade, si bem que applique a todos os observadores e viajantes o que é vicio essencialmente francez: "...os litteratos em viagem vão, em geral, procurar nos paizes longinquos a confirmação das suas imaginações e dos seus desejos bem mais do que visões verdadeiramente novas...

Chateaubriand, Gauthier, Flaubert, talvez mesmo Loti.

O proprio Taine não escapou completamente a essa tendencia deformadora, e por si mesmo a nota".

O Francez, pouco accessivel ao que lhe é extranho, compensa a deficiencia de realidade com as generalisações, a que só pede que sejam nitidas e accessiveis. As informações que recebe não são suggestões para observações proprias, mas materia de theorias immediatas.

Tal aconteceu com o "fetichismo", cuja historia, e

concomitante theoria, nasceram de observações escasas, superficiaes, incompletas e mal induzidas, recolhidas de quem não tinha qualidades para fazer sciencia. No emtanto, foi o bastante para que o criterio francez acceitasse o fetichismo como forma religiosa universal da humanidade primitiva, e, assim, entrou em todas as construcções sociologicas, inclusive o positivismo. Ora, está verificado de modo definitivo — que muitos dos povos primitivos nada têm de fetichistas. Mas isto não curou a doença: tão facilmente generalizou sobre fetiches, o Francez, como adoptou “totems e tabous” de tal sorte que, hoje, todas as systematisações sociologicas começam em “fetiches”, ou “tabous”, para acabar na historia de França, com rapidas e falhas referencias ao mundo antigo e classico. No emtanto, numa verdadeira historia para discriminação de valores, a conquista do Atlantico, apreciada nas condições e nos esforços que a produziram, tem muito mais importancia para o resto da humanidade, do que tudo que vae, limitadamente, de S. Luiz á revolução de 89. Em verdade — que pode valer uma sociologia que se faz sem a Iberia e sem a America? Ora, para um Francez, no circulo fechado da França, Carlos VII, o “victorioso”, é um vertice de historia, quando, no cotejo das grandezas da epoca, elle é um poder insignificante, sem nenhuma acção sobre o mundo, ao passo que a “Casa de Aviz” era uma verdadeira ascendencia sobre o refazer do occidente.

Erguer construcções, para o total da humanidade, com inducções havidas somente da historia franceza, equivale a mingoar o Homem, para mettel-o num bolso de calça.

O facto — o aspecto restricto da historia de França, explica-nos o pequeno alcance de conceitos dos respectivos historiadores, ou mesmo, a flagrante impropriedade de julgamento, sempre que têm de referir successos que não possam ser incluídos em qualquer in-

fluencia franceza. Tudo isto porque não sabem sahir dessa mesma influencia.

Espiritos como o de um Eliseu Réclus, ostensivamente libertario, emphaticamente "superior a preconceitos de patria": refaz a historia das grandes descobertas maritimas para dar aos barbaros piratas normandos da Islandia, pelas pequenas aventuras dali á costa fronteira a autoria da descoberta da America. Segue a rota dos grandes iniciadores da navegação oceânica, os portuguezes, no intuito explicito de ir apontando lendas e noticias incompletas, donde possa resultar duvida quanto á influencia delles na grande navegação.

Occupado em achar o que possa nublar a gloria portugueza, o grande geographo não chega a notar que esses mesmos navegadores deixaram, por todas as costas, de todos os continentes, traços tão vigorosos, que as posteriores camadas de — hollandezes, inglezes, francezes... não conseguiram apagar. Foi um rastro indelevel. No emtanto, mesmo quanto ao Brasil, acha Réclus que destacar a futil pretensão de Granier de que os piratas de Dieppe, um J. Cousin, ao lado de Pinzon, tivessem visitado as costas brasileiras em 1488. Nem o perturba a monstruosa anomalia: Francezes, da "grande" França, normandos e outros ousados, fazem as descobertas, e quem aproveita dellas é o "pequeno" Portugal; no emtanto, bastou que Colombo, em meio de castelhanos, com alguns castelhanos, tivesse descoberto as costas da America, e Castella, sem tradição de grande navegação, faz um imperio colonial. E' bem mais elegante fazer como os allemães, e dar o merito aos verdadeiros grandes navegadores, ou deixar, como os inglezes, a gloria das suas primeiras descobertas aos Cabotos, com toda a sua tradição italiana. Si não fazemos historia com o illogismo dos milagres ou na insufficiencia dos acasos, temos que achar a causa natural dos successos portuguezes, e comprehender o de-

seu desenvolvimento formal do seu imperio ultramarino, exemplo de todos os futuros imperios, como escola de colonisação moderna.

Tudo mais é deturpado, que nos interessa, todavia, tanto quanto se reflecte directamente nos antecedentes do Brasil.

CAUSAS DE DETURPAÇÃO NA HISTORIA DO BRASIL

O reduzido criterio historico dos Francezes tem sobre os nossos julgamentos effeitos mais accentuados, ainda, porque, nas ultimas luctas pela liberdade politica, a França entrou com um contingente excepcionalmente valioso, num tom relativamente novo — quando associava a liberdade limitadamente politica, em regimen democrata, á propria liberdade de consciencia e uma justiça mais humana. A respectiva campanha pronunciou-se no vigor intellectual dos seus Encyclopedistas, e todo o seu desenvolvimento doutrinario se fez numa forma superiormente equilibrada, harmonisando-se o pensamento aos encantos do estylo, como é proprio da mentalidade franceza. Sobre nós, desamparados mentalmente, na degradação da tradição bragantina que nos guiava; isto, ao influxo das reivindicações revolucionarias do seculo XVIII, teve uma repercussão sem igual, de povo para povo. Viamos pelos olhos dos criticos dali; julgavamos com os seus doutrinadores. E é muito natural. De um momento para outro, como nasciamos para vida politica e intellectual, na insignificancia da mentalidade portugueza de ha cem annos nós, de todo modo, feitos em tradição latina, encontramos o mundo agitado no turbilhão dessas reivindicações, com a embriaguez de doutrinas enternecedoras, ou exaltantes, de Rousseau a Fourier: que nos era dado fazer, si nos tomava a ancia de pensar em alto pensamento, si nos

agitava o desejo de ter vida politica, em regimen moderno? Entregamo-nos á orientação do espirito francez, rendidos á qualidade sensivel dos seus processos, e fomos, decididamente, caudatarios das doutrinas que ali se propagavam, caudatarios tropegos sem duvida, mas exaltados e convencidos. Tivemos, ali, os nossos grandes mestres, com a vantagem de uma assimilação prompta, e as desvantagens — de uma necessaria distorção dos nossos julgamentos, sem maiores fundamentos em observação propria, produzindo-se, com isto, uma forçada deturpação da nossa historia pois que a orientavamos, e julgavamos della, com um criterio de emprestimo, já de si insufficiente, sem o influxo daquillo que é a nossa tradição effectiva. Grande parte dos conceitos em que consagramos heroes e feitos, são reflexos immediatos, modelagens passivas, de ideias francezas.

Contamos e escolhemos como elles proprios o fariam.

A ultima forma desse influxo foi na voz e no prestigio do Positivismo. Quantos valores não se turbaram, no apreciar da nossa historia, pelos dogmas tirados secamente das doutrinas de Comte? Chega a ser monstruoso — o como se impuzeram, nas nossas apreciações, conceitos que, mesmo no mundo donde foram inferidos, nunca tiveram applicação possivel! No emtanto, santificamos e consagramos os que fizeram o Brasil pelos julgamentos geraes de uma doutrina cujo creador era inteiramente alheio ás condições da nossa formação, sem a possibilidade de ter um criterio justo a esse respeito.

E assim, ha um dia para a consagração de Tiradentes, e a queda da Bastilha, e a descida de Pedro Alvares na ilha da Corôa... e não ha suggestões, siquer — para que os brasileiros pensem patrioticamente na gente que já era o Brasil, e que lhe deu, na primeira massa da população, tudo que de bem tinha em si, toda

a sua experiencia da terra, até o alimento corrente, e que é o nosso alimento nacional até hoje. O Positivismo não conhecia o Indio; nada sabia do quanto elle serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso, não temos consagração official da raça que, se parece desaparecida quasi toda é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que bem se caracterisam nessa caboclada persistente dos nossos campos.

O Positivismo, no mesmo desembaraço com que prendeu o "progresso á ordem", distribuiu as raças em "affectivas" e "não affectivas", para acabar organizando as sociedades em theocracia sem Deus...

Não havia lugar para o caboclo, muitas vezes indifferente ao progresso, quando a ordem lhe desagrada, e inteiramente alheio a hierarchias, com ou sem Deus...

Vae passando o Positivismo; já não é um influxo, quasi. Mas, outros motivos externos de deturpação sobrevirão, e, si queremos alcançar um desenvolvimento legitimo, natural, no aproveitamento das energias que nos são proprias, temos que depurar a nossa tradição, expurgando, bem explicitamente, a nossa historia de todos esses influxos deturpadores, incoherentes, pôr isso mesmo que são extranhos, ás vezes, hostis, até, ao nosso passado. Todos esses motivos, e outros que são proprios ás nossas condições nacionaes, fazem da historia do Brasil um forçado enleio de sequencias dispartates, num todo confuso, desinteressante, nada estimulante e inspirador. Ora, é bem certo que — mais facilmente se chega á verdade pelo erro do que pela confusão.

A primeira necessidade, pois, está em dar logica ás derivações de effeitos historicos ao longo do nosso passado, e, para isto: reconhecer as causas de turbação no criterio historico, assignalar as mesmas deturpações, e accentuar a realidade do caracter brasileiro, como resultado effectivo e necessario dos antecedentes, isto é, da nossa formação historica.

O FATAL INFLUXO DO BRAGANTISMO

Seria logico distinguir as causas de deturpação, na historia do Brasil, em "exteriores" a essa historia, e causas "interiores", quer dizer, ligadas ás condições peculiares della. As causas exteriores têm um effeito apenas negativo: diminuem os valores brasileiros, assim como restringem o criterio dos nossos julgadores officiaes.

As causas interiores são de effeito positivo, pervertendo a opinião corrente, negando ostensivamente o valor dos que fizeram o Brasil, condemnando heroismos, infamando brasileiros de essencia, naquillo mesmo em que elles foram grandes, nobres e efficazes, como affirmação de tradição.

Causas de deturpação, inherentes á nossa propria historia, são esses influxos resultantes de uma metropole decahida, degradada em todas as suas energias, e que perverte os motivos politicos e o ambiente social, no mesmo esforço em que se apega á colonia que lhe dá vida e força apparente. Insidias e má fé dos processos, no Estado portuguez bragantino; corrupção, incapacidade, e, finalmente, má vontade dos representantes da metropole; decadencia geral da mentalidade portugueza, no seculo XVII e o XVIII; inclusão formal do Portuguez no Brasil; processo de independencia, com a transmissão, á Nação Brasileira, do deleterio Estado Portuguez que cá estava, inclusive a casa reinante... tudo isto se fez como constante violencia sobre o nosso desenvolvimento natural, desvirtuando completamente a historia desta patria.

Naquelle momento do mundo, com as condições de formação nacional, os povos americanos tinham que organizar-se em forma democratica, livremente, sem restricções dymnasticas, pois que em nenhum delles havia a necessidade historica de que resultaram as monarchias constitucionaes, pois que todos precisavam das

possibilidades de iniciativa, como só as puras democracias podem ter. Mas, como a longa perversão, não só perverte a historia, como as mesmas fontes em que ella se cria, o Brasil que recebemos trouxe um passado enraizado nos sedimentos podres de quasi dois seculos de braganismo. Com a tradição do respectivo Estado portuguez, superposta á legitima tradição nacional, tivemos que fazer, mesmo depois de trez revoluções, uma politica tal que, em regimen republicano, é esse monstruoso e infame olygarchismo como se organisou definitivamente a Republica Brasileira — oligarchias de coelomas aparentados, com toda a podridão de ventres fartos, em organismos que só vivem para o ventre.

Sobre tristezas, não valem recriminações: coube-nos, porque patenteiamos força, arrastar uma sobrecarga de miserias e torpezas.

Foi um destino. Pensemos, agora, em appellar para essas mesmas energias em que crescemos: por ellas remiremos o que nos diminue e elevar-nos-emos em correspondencia com o vigor dos primeiros annos.

Contemplaremos a nossa historia para exaltado conforto do espirito, e, nutridos dessa mesma tradição teremos a segura direcção de progresso e os motivos de justa confiança nelle.

Southey, num interesse que só pela verdade e a justiça se explica, diz-nos a razão de tal confiança: "Ao acaso abandonado o Brasil, tem sido com o esforço individual, em empresas particulares, que tem crescido este imperio, tão vasto como já é, e tão poderoso como um dia virá a ser". Nesse criterio de verdade e de legitimo enthusiasmo é que devia ser feita a historia da nossa tradição, para que se realizem os seus fins. Esqueceríamos miserias e torpezas, e teríamos o destino merecido como confirmação dos fados que em nós se annunciaram.

Para tanto, porém, é indispensavel refazer a historia que ahi está, afeiada e diminuida, onde todo o esforço tem sido para tirar luz dos negrumes que velam os ver-

dadeiros clarões em que o nosso passado se revela. E, destorcida, apoucada, sem outro talento nos que a retocaram officialmente sinão o do apoucamento, ou o do elogio imbecil e suspeito, toda ella se resolve no olvido obrigado do que deve ser lembrado, e a ignorancia intransigente do que seria conhecido, si bem conhecessemos os nossos interesses moraes e patrioticos.

A verdade desse laivo de pessimismo, todos a sentirão, quando procurarem responder: — Quantos brasileiros sabem como se fez o Brasil?...

Opacos relatos de governadores, notações de uma politica logo pervertida em feroz espoliação, não poderiam contar como aqui se organisou a vida, como se fez uma nação.

Qual a primeira revelação do que é tradição distinctamente brasileira? Quaes os transes em que ella se definiu como character de um povo em evolução?...

E, de tantos attentados contra essa tradição, resulta que ella se desintegra, sensivelmente, lamentavelmente, porque a tradição, que vale como consciencia nacional, não pode subsistir si nella se insinuam motivos que a contrariem, minando-lhe a coherencia de desenvolvimento. Tambem a consciencia individual, no seu equilibrio de saude mental: si nella penetra um motivo de incoherencia e dispersão, vem ter á loucura.

O BRASIL MODELOU A AMERICA

O zelo de uma tradição impõe como primeiro cuidado — “procurar, accentuar e affirmar” os seus titulos historicos, para bem marcar a situação que lhe cabe no computo das influencias que vêm conduzindo a humanidade. Quando a apreciamos a esse respeito, a tradição brasileira parece-nos insignificante, nulla.

O mundo moderno, como existe, apresenta-se nos quadros das grandes historias, que nada concedem á

tradição brasileira, ao distribuirem os valores em que hierarchisam os meritos dos povos.

Seria até irrisorio — que o pobre Brasil pretendesse ter lugar entre os factores historicos que collaboram na geographia do mundo moderno. No emtanto, a menos que se negue qualquer significação á distribuição da America, com as nações que definitivamente ali se formaram, temos de reconhecer que, nessa distribuição, para a feição que é hoje a do Novo-Mundo, foi o Brasil um dos motivos mais importantes, importante pelas suas mesmas energias de formação.

Essa annullação da tradição brasileira quanto a effeitos mundiaes vem a ser a deturpação exterior a que nos referimos.

E' indispensavel levantar a depressão em que nos afundam.

Si não fôra sombra de outras causas, simples e passiva materia plastica, sob o influxo de energias estranhas, a Nação Brasileira offereceria poucas constantes de garantia. Iriamos com ella, no apego necessario, mas timorato, porque teriamos de provar ainda, a nós mesmos, e aos outros, capacidade de acção fecunda. Felizmente, não é o nosso caso. A historia moderna se tem arranjado para mais grandeza das nações, arbitrariamente, sem nós, esquecendo-nos...

Pouco importa. Por isso mesmo, é ella inconsequente, avessa á logica, como quando consigna a constituição definitiva da America em nações — todas ibericas, no Sul, quasi nada dessa origem, no Norte, isto, depois de haver contado como, na primeira distribuição, o Novo-Mundo era exclusivamente das nações ibericas. Ciosas de logica, as historias que procurassem a causa de tal singularidade, encontrariam, em função dominante, as energias em que elle mesmo se revelou.

Para que não pareça parvoice de orgulho nacional, destrince-se o caso.

Quando se formularam definitivamente pretensões

portuguezas e hespanholas ás terras descobertas, o tratado de Tordesilhas dividiu o mundo, de sorte que: a Portugal coube a grande saliencia da America do Sul, no Atlantico, e, a Castella, o resto do continente — toda a America do Norte, e a America do Sul, a oeste da linha fixada no mesmo tratado. Os limites entre as extremas pretensões portuguezas e castelhanas não coincidiam. Pouco importa, uma vez que para o Brasil ficou quasi tudo quanto era reivindicado por Portugal, muito mais do que de boa mente lhe concediam os Castelhanos. Pouco importa, tambem, que as outras nações negassem valimento ao mesino tratado de Tordesilhas. Pelo contrario: para verificação dos valores que distribuiria a America, devemos começar por assignalar os protestos dos inglezes, francezes e hollandezes, contra a famosa partilha do mundo, como a fizeram os “descobridores”. Essas nações reagiram de modo realmente efficaz: investindo sobre os territorios americanos, e dahi resultou que, onde as energias colonisadoras não chegavam siquer para tornar effectiva a posse da terra, francezes, inglezes e hollandezes fizeram colonisação sua, para a feição geographica que hoje apresenta a America. Dá-se mesmo o caso de que, no continente Norte, a colonisação se caracteriza por tantas fluctuações que a feição dos fins do seculo XVI não faz esperar o estado em que ella se encontra nos fins do seculo seguinte, o qual, por sua vez, não dá os antecedentes logicos da distribuição definitiva.

Por toda a primeira metade do seculo XVIII ainda predominavam na America do Norte hespanhoes e francezes, de modo a fazer acreditar-se que a maior parte do continente seria para os seus descendentes.

Os colonos britannicos limitaram-se, por mais de seculo, á faixa que a brisa do mar afagava. Em verdade, a grande expansão territorial dos Estados Unidos foi uma simples posse por compra, no transbordar de uma grandeza sem contraste. Por si mesma, e nos povos que

formou, até os fins do século XVIII, a Hespanha não soube defender os seus territorios, que estiveram, sempre, para quem os quiz. No tempo de Philippe II, era tão ostensivo o seu dominio por toda parte da America, que os estadistas de Madrid já pensaram em rasgar o isthmo para ter a franca passagem entre os seus mares. No entanto, que resta hoje dos seus estabelecimentos no continente Norte?

Em contraste com as fluctuações do Norte, no continente Sul, a colonisação tem, desde o primeiro momento, character definitivo. Não é que faltassem, contra ella, tentativas porfiadas e poderosas, cujos effeitos ali estão ainda, nas Guyannas, em terras de Castella. Emquanto isto, o que coube a Portugal, quaesquer que fossem as investidas, foi intransigentemente conservado para a tradição portugueza, ou, mais propriamente, para a nascente tradição brasileira, pois que, de facto, o mais efficaz, na defesa definitiva, já foi feito de brasileiros, na realidade do respectivo patriotismo, defendendo-se contra ataques mais duros e prolongados do que os que as colonias hespanholas jamais soffreram.

O INDEFECTIVEL DEFENSOR DO CONTINENTE

Situado o Brasil na parte mais accessivel do continente sul-americano, defendendo-se e garantindo para si aquillo que considerava seu, elle garantiu com isto, para as gentes de Castella, todo o resto do continente, com excepção, justamente, do extremo Norte, cuja conquista, com o respectivo dominio, não dependiam dessa defesa. Com toda a propriedade podemos dizer: as colonias hespanholas da America do Sul garantiram-se por traz do Brasil.

Si os povos, que tentaram estabelecer-se nesta parte do continente, não tivessem encontrado a essa defesa, que foi obstaculo definitivo; si em vez disso, elles se tornassem senhores das colonias que tentaram; outra se-

ria a sorte da America castelhana. Por maior que pareça a obra colonisadora dos hespanhões, é incontestavel que — maior triumpho, em torno della, foi essa gloria, até hoje apagada e surda, dos que mantiveram, intransigentemente, para a tradição portugueza, as longas costas, atacadas por todos quantos, então, pretendiam expandir-se em colonias. A França era um valor que perdura, sempre em primeiro plano entre as potencias bellicosas; as suas tentativas, persistentes, por todas estas costas, duraram mais de um seculo, e resultou dellas — que o Brasil foi o unico paiz do mundo onde as armas francezas só conheceram insuccessos. Que a França era capaz de fazer colonia, prova-o o que ella obteve no Canadá e por ahi até o Mississipi, e o que ella realisou, depois, creando o segundo império colonial, actualmente. Note-se que, nas suas investidas, os francezes não eram estimulados, apenas, pelo motivo longinquo de fazer uma colonia, senão pelo empenho de proseguir num commercio, o do pau-brasil, que lhe era excellente, e, ainda, pela necessidade de ter uma escala, “estação”, diríamos, hoje, para a sua navegação proventosissima de pirataria sobre as naus das Indias.

Não pareça de somenos importancia o motivo — pirataria. Toda a expansão maritima hollandeza se fazia ostensivamente com esses intuitos; as grandes companhias das Indias — “Orientaes”, “Occidentaes”, eram, de facto, empresas de pirataria, distribuindo dividendos na razão das naus e dos galeões que apresavam. As expedições formaram-se em character livre, como si foram empresas privadas, porque era esse o euphemismo da pirataria official; mas, em essencia, a acção era do Estado.

Duguay Trouin, que, a titulo de vingar Duclerc, pirateou por aqui (garantido pela covardia parva de Moraes), era da marinha real, e o seu nome, ainda hoje, tem a consagração official — de symbolisar uma das unidades da marinha de guerra da França. Não esque-

çamos as origens do grande e poderoso Imperio Britannico... Os piratas diziam-se "corsarios" para tornar possível aceitar as riquezas e outros resultantes, de aventuras e saques, em que o tanto de valentia despendida era, mil vezes, ultrapassado pela insidia sordida, a inhumanidade feroz, e a torpe ganancia. No emtanto, os grandes piratas formavam personagens officiaes — Drake, Raleigh, o almirante Cavendish, o almirante Cook... até lord Clive e Hastings. Praticamente piratas, eram esses Batavos, que chegaram a desmontar a poderosissima Castella, e mostraram-se, durante deccennios, os mais fortes da Europa. Foi nesse momento que elles (Hollanda) se estabeleceram no Brasil. Então, ha o milagre de energia patriotica: Pernambuco, unico no mundo, resistiu ás Provincias Unidas, e bateu-as.

Dir-se-á (e o argumento se encontra, mesmo, em "Historias" do Brasil) que os "Insurgentes" só venceram porque a Hollanda havia entrado em declinio, haitida pelos inglezes. Tanto vale mentir, para não dar á memoria dos bravos pernambucanos um preito absolutamente merecido.

Os hollandezes foram batidos, sem mais remissão, de Tabocas á ultima dos Guararapes, em 649, e, então, pelo resto do mundo, o seu poder era incontestado. Nesse periodo, a Inglaterra que os bateu depois, estava anhelante, nas vascas da sua segunda guerra civil, a decisiva.

De 649 em diante, nem tentativas serias os hollandezes fizeram sinão a desorientada excursão sobre o S. Francisco, em 650, e que foi, de facto, simples ronco de estertor. E', este, um caso em que as datas dizem tudo: o ultimo reducto dos hollandezes, o Recife, foi tomado em 653; a guerra da Inglaterra á poderosa Hollanda foi declarada em 652, mas só terminou dezenas de annos depois. Nos primeiros combates o proprio grande Blake foi vencido. Apèz da indomavel pertinacia de Cromwell servido por almirantes geniaes, a definitiva victo-

ria só veio quando não havia, quasi, nem a lembrança do dominio batavo no Brasil.

E foi preciso o surto de um povo que, para tomar novos destinos, quebra violentamente as suas mais caras directrizes politicas.

A primeira grande victoria dos Insurgentes — “Guararapes”, é de 648, a completa eliminação dos hollandezes, deixando o Recife, é de 623; ora, em 672, as Provincias Unidas ainda têm um impressionante poder sobre os mares, poder que é o da armada de Ruyter — 150 navios, com que elle vae affrontar os inglezes (juntos aos francezes), nos seus proprios mares, obrigando o duque de York a retirar-se. Desta sorte, o mallogro do dominio em Pernambuco foi a primeira derrota para a Hollanda, invicta até então. Note-se ainda: o poder hollandez não era apenas valor militar sinão, tambem — riqueza, apuro intellectual, superioridade de instituições politicas. O Batavo, que tinha feito fortuna na pirataria, possuia, no momento, a maior somma de verdadeiro dinheiro, em bons metaes.

Um outro facto decide bem esse caso — ascendencia dos hollandezes, em face de todos os outros povos, nos meados do seculo XVII: é aquelle, a que já nos referimos, da colonia de “Nova Amsterdan”, na foz do Hudson, estabelecimento próspero, de mais de meio seculo, e cujo dominio foi deixado aos inglezes mediante arranjo diplomatico.

Com o poder supremo sobre a Europa, em seus dias de grandeza, a Hollanda aspirava explicitamente apoderar-se das fantasticas riquezas das Indias, de Castella. A luta que obstinadamente manteve pela posse do Norte do Brasil, onde se estabeleceu, era, principalmente, o esforço para manter o ponto de apoio, indispensavel, na repetida campanha que lhe daria a desejada posse das fabulosas riquezas.

Por seu lado, o Rei Catholico bem comprehendia a absoluta necessidade de reconquistar Pernambuco, e

não poupou esforços, empenhando nisso forças e finanças de Castella, além do que tirava de Portugal.

Nada conseguiu o Philippe, a não ser aquelle fustigar continuo dos guerrilheiros pernambucanos, e em que se roeu o brio hollandez.

Não fosse isto, para a victoria definitiva dos Insurgentes; fossem os hollandezes senhores definitivos e pacificos do Brasil, como lhe era deixado, depois, pelo Bragança; e outro destino seria o das colonias castelhanas. Ninguem contestará que, naquelle seculo, dado o precario da navegação, era impossivel tentar a conquista da America hespanhola, do Perú ao Prata, sem ter uma base de operações na costa do Brasil. Assim que a tiveram, mesmo na insegurança dos ataques brasileiros, os hollandezes atiraram-se a operar contra os dominios de Castella.

Do Recife, partiram expedições, felizes nos resultados, contra as Antilhas, e sobretudo, contra as escolas dos famosos galeões. Era tal o receio de ataques desfechados por esses corsarios, que os castelhanos os presentiam até pelo Amazonas acima. Pernambuco tornou possivel a expedição hollandeza que tomou pé em Valparaizo, chegando a construir um forte; do Recife ia partir, que já estava prompta, a esquadra que devia tomar Buenos-Ayres, quando a insurreição do Maranhão, victoriosa, fez comprehender aos hollandezes quão fragil era essa base, indispensavel para se estenderem sobre as Indias Occidentaes. Sustou-se a expedição e não foi mais possivel prover e sustentar os que se tinham estabelecido no Chile. O animo brasileiro protegera, na melhor forma, as colonias de Castella.

Na sua intransigente defesa, enquanto se formava. teve o Brasil de eliminar das costas do Atlantico quantos conquistadores as procuraram. Com isto. ter-se-ia conservado intacta a America do Sul, si Castella tivesse capacidade, ao menos, para guardar as suas Guyannas. Não seria mais difficil do que foi, para os de cá, guar-

darem o Amazonas, que era, aliás, o grande objecto de cubiça. Recebemos o primeiro embate dos povos que se levantaram para fazer a historia definitiva da expansão europeia em substituição á Iberia, rebatendo efficazmente o ataque de todos elles, o Brasil decidiu, uma vez para sempre... não só a sua propria sorte, como o assignala Southey, mas a de toda a America do Sul.

Então, por isso mesmo, mudaram-se completamente os destinos do continente ao Norte, até mesmo na parte que já era dominio effectivo de Hespanha, até mesmo nessas Antilhas onde primeiro desceram os castelhanos.

Incapaz para defender a posse dos territorios que lhe foram vivamente disputados; perdendo-os em proveito de inglezes, francezes, e hollandezes, Castella patenteou essa mesma incapacidade: foi o começo do seu declinio como nação de ultra-mar. Agora, os grandes piratas vão disputar, entre si, a presa que caiu das mandibulas frouxas do hespanhol e do proprio portuguez, lá por fora do Brasil. É a Inglaterra, a mais apta em tenacidade e segurança de planos, é quem recolhe a melhor parte, em detrimento mesmo do hollandez. Mas, essa partilha final já não interessa á nossa demonstração — de que o Brasil modelou explicitamente a America do Sul, e influiu decisivamente na distribuição do resto do Novo-Mundo. Parecerá excessiva, a proposição. Pondere-se, no emtanto, na realidade dos factos: a America do Norte foi tirada á Hespanha por esses mesmos que tentaram estabelecer-se no Brasil; as tentativas felizes, naquelle continente, foram todas, contemporaneas, ou posteriores ás tentativas frustradas sobre o Brasil; é natural, pois, que os successos daqui tivessem influido na marcha dos de lá.

São conjecturas; comtudo, ha toda razão de examinar taes effectos conjecturados, uma vez que se desenhnam em necessidade de logica.

Antes, porém, de qualquer outra apreciação, é mister

accentuar a acção explicitamente modeladora da expansão dos paulistas. Já foi notado, em palavras de Platinos, o effeito da energia dos nossos sertanistas, obrigando o governo hespanhol, inhabil nos seus meios officiaes, a entregar o desbravamento das terras e a assimilação do gentio aos padres da Companhia. Southey julga-se obrigado a, fazendo historia do Brasil, juntar-lhe a do Prata, do Paraguay, castelhanos, tanto os successos dali derivam dos do Brasil. Alem disto, ha a circumstancia de que essa mesma intervenção dos jesuitas resultou da experiencia feita na colonia portugueza. Foi, tudo isto, vida do Brasil, que, repercutindo no Sul, deu estimulo ás populações ali abandonadas pela metropole hespanhola. O Prata começa effectivamente quando, na costa oriental da Sul-America, já havia, explicito e intenso, o desenvolvimento de uma nova sociedade americana colonial, a brasileira, a primeira, repetimos. Outras nações americanas andaram com os seus limites, até hontem, á mercê de accordos diplomaticos, ou das incertezas da guerra. Os limites do Brasil, nas suas linhas geraes, estão definitivamente feitos desde os fins do seculo XVII: foram limites activamente desenhados na dilatação pertinaz dos brasileiros. As decantadas questões resolvidas no correr do seculo passado são devidas a extravasamentos da influencia nacional, e não desmentem o asserto. Ha uma excepção, sim: no Sul, onde o caso foi, ostensivamente, dirigido pelo Governo Portuguez, com a sua Colonia do Sacramento.

Dest'arte, a geographia do Brasil, feita pela sua historia, se nos apresenta — simples, nitida, facilmente comprehensivel, quando alcançamos acompanhar o seu desenvolvimento natural.

Seria pueril vir discorrer: si os brasileiros não houvessem repellido efficazmente os primeiros ensaios dos inglezes; si não foram as suas victorias sobre os francezes; si os hollandezes houvessem ficado por aquele norte até o S. Francisco; o Norte da America seria

assim... e mais... assim... Conjecturas sérias não podem ir até as formas ulteriores.

Mas, com toda a segurança, pode-se affirmar que si o Brasil tivesse ficado aos que tentaram dominio nelle, e aqui se fizessem fortes populações francezas, ou holandezas, ou inglezas, os destinos da parte norte seriam necessariamente differentes: em vez de uma, America ao Sul, inteiramente iberica, a par de uma, ao Norte,, com absoluta predominancia de neo-inglezes, teriamos aspectos inteiramente diversos. Uma cousa podemos conjecturar, concretamente, com toda a firmeza: si tivesse prevalecido aquella França Antartica, de 1550, não haveria motivos para que o Canadá devesse ficar para os que hoje dão character á nação que já prevaleceu. Aos francezes que fundaram o Canadá, com energias desbravadoras mais sensiveis que as dos inglezes vizinhos, não faltariam qualidades para realizar a sognhada França. Então, quacs as consequencias sobre os destinos da Europa? Com uma forte e florescente colonia nas abençoadas terras do Brasil meridional, a França de Richelieu abateria a Casa d'Austria bem mais efficazmente, numa politica ostensivamente ultramarina, e a França de Luiz XVI não se contentaria de contar triumphos em ephemeras vantagens no Rheno e na Flandres... E a Inglaterra, que novas e formidaveis difficuldades não encontraria, chegada á ultima hora, em 1650, para tomar conta do mundo?... Seria tudo bem differente... Para essa deturpação negativa, tambem concorreram os nossos historiadores, tomados pelo empenho de enaltecer o Imperio, ou occupados em deslindar pequenices, que parecem tiradas aos cestos dos verdadeiros historiadores: quem primeiro viu o Cabo de S. Agostinho, qual mais incapaz dos dois incapazes — si Fructuoso ou Costejon... Com o olhar preso nessas minguas de historias, não o poderiam trazer para procurar a projecção do Brasil sobre o mundo.

Não é cousa que conste explicitamente de documen-

tos, como dar-lhe importancia? Como aferir o valor de bandeiras, si não em indios baixados e em trilhas deixadas? Southey lhes mostrou o caminho: "A historia do Brasil á nenhuma outra de Portugal é inferior"... Elles preferiram ficar na mentalidade de um Oliveira Martins: "Gloriosos, não tivemos influencia sobre o mundo"... Como si houvera, para o mundo em que Portugal appareceu, maior influencia que daquella vontade absoluta que deu os mares ao trafico de todos... "Da empresa desses homens obscuros (os primeiros brasileiros) derivam consequencias mais amplas, e provavelmente mais duradouras, do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre ou das de Carlos Magno". Fiquemos com este conceito de Southey, nosso amigo, sim, mas sempre justo, e sempre capaz de alcançar o longinquo dos effeitos em que a formação do Brasil se reflectiu sobre a distribuição da America.

HISTORIA PARA O THRONO...

O Portugal restaurado pelos inimigos de Castella guardou o dominio do Brasil, e, como já era incapaz de outra cousa, teve de viver exclusivamente do mesmo Brasil. A India e o seu famoso commercio sumiram-se atravez da degradação geral da nação; a Africa era a simples colheita para os negreiros. Restava a colonia americana, fructo das energias sobrantas de 1500, a fecundar a ingenuidade heroica do gentio tupy.

E o Brasil, assim gerado, teve de continuar no seio da Nação portugueza. Mas, agora, mudou completamente a situação da metropole para com a colonia, esta, que se apresentou com as suas energias crescentes bem demonstradas — capacidade de defesa e na producção de riqueza, ao passo que Portugal, decahido, essencialmente degenerado, só é mantido em soberania pelo euphemismo da alliança ingleza. Nestas condições,

a questão se resolveu pela nova politica adoptada para com o Brasil, e que consistiu em destruir tudo que pudesse concorrer para a affirmação da nova nacionalidade, já manifesta, mas que devia morrer. De facto, si não o contrariassem e abatessem tão systematicamente, como o fizeram, o Brasil teria chegado á completa expressão nacional, rompendo para a soberania. Ora, a nação que vivia exclusivamente de ser metropole, não podia acceitar a situação de suicidio, e teve de dedicar todos os seus esforços a lutar pela vida na forma da sua capacidade. E como a tradição é factor essencial na affirmação da nacionalidade, o esforço se dirigiu explicitamente para ahí: Portugal restaurado foi, desde o primeiro momento, o inimigo implacavel da tradição brasileira; e a Casa de Bragança, para quem se fez a restauração, foi o principal conductor da deturpação e a adulteração da nossa historia nacional

O mal teve extensão de verdadeira calamidade porque, tudo conseguindo — até o assenhorear-se da independencia do Brasil, os Braganças lhe impuzeram a voz dos seus interesses — dymnasticos e portuguezes, realisando, finalmente, uma historia contra a verdadeira tradição brasileira.

Em verdade o Imperio foi o olvido systematico, quando não a diffamação, dos heroismos genuinamente nacionaes, pela consagração daquillo mesmo que a elles se oppunha. Houve, até, um quasi orthodoxismo historico, em correspondencia com o ambiente da politica imperial, orthodoxismo que consistia, justamente, em dar corpo a tudo que pudesse valer como prestigio para os que exploravam esta patria, contrariando mesmo, explicitamente, a expressão de seus sentimentos, velando as verdadeiras glorias da sua historia.

Foi assim que a Insurreição Pernambucana deixou de ter significação, no silencio em que a esqueceram, ao passo que se apuravam os opacos heroismos no Prata; assim se creou a lenda mentirosa — de que “a unidade

do Brasil foi resultado da independencia com a monarchia Bragantina, e que, autonoma, a nação se desencadeou em desordens e facções, finalmente dominadas pela força organica da politica monarchica...”

Um throno plantado no Brasil pelos portuguezes, com o intuito de desviar a inevitavel independencia para os interesses portuguezes; um throno que era, para todo o mundo, uma monstruosidade — contra a natureza, contra o espirito americano, contra a propria historia, irritante ás nossas legitimas tradições; um throno assim mal parado precisava justificar-se, e ter apparencias de motivos. Surgiu, então, o coro dos historiadores bragantinos, com o intuito mal escondido de demonstrar — que a nação devia pertencer á dymnastia “que fizera a Independencia”.

E, como esse titulo só não bastasse, entraram, os empreiteiros dessa historia, a infamar o Brasil, sonegando qualidades essenciaes do seu character, inventando vicios e crimes por conta da nação, para terem occasião de apontar serviços e benemerencia do mesmo throno. O primeiro effeito dessa historia desnaturante e antibrasileira foi o crime de deixar-se ignorada, para o grande publico nacional, a obra em que o Brasil é apresentado ao mundo, pela primeira vez como nação definitiva, de valor demonstrado — a Historia do Brasil, de Roberto Southey. Então, sobre ella, mas em opposição á tradição nacional, que nella se patenteia, surgem os historiadores por encommenda, opacos refractores, sem outro maior valor que o da distorção.

Um Varnhagen, apenas superado, em capacidade de deturpação, pelo inesquecivel escrevedor da Fundação do Imperio; comparavel em descriterio aos Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro. Não havia, para esses, outra orientação historica, sinão os degraus do throno.

Foi assim emquanto houve throno... Depois, para que reagir?...

SOME-SE A HISTORIA DE FREI VICENTE

Varnhagen em destaque especial, como modelo: é o systematisador dessa historia — para o Imperio e contra o Brasil. Terá, por isso, paragrapho tambem especial. Por ora vejamos nelle o homem que, conscientemente, sonega a primeira e genuina historia do Brasil, escripta por um brasileiro, a de Frei Vicente do Salvador. E, nesta altura, chegou o momento de contar, do caso, o bastante para dar ideia do que se fazia para abafar o Brasil desde que elle se revelou numa historia sua, mesmo porque taes processos se continuaram no grande historiador do Imperio.

Fr. Vicente, brasileiro da Bahia, escreveu a sua historia animado por um portuguez seu amigo, amador de erudições historicas, aparentado no Brasil, Manoel Severim de Faria. O trabalho, terminado em dezembro de 1627, foi prefaciado pelo autor em dedicatoria ao mesmo Severim, e a elle enviado, para ser publicado. "... junto com Vossa Mercê me querer fazer de tomar a impressão a sua custa". Fr. Vicente estava certo que o seu promettido Mecenas, por elle comparado a Alexandre, lhe publicaria o trabalho.

Finou-se dez annos depois; fez addições, ainda, a alguns capitulos mas morreu sem o consolo minimo de ver o seu livro divulgado, não obstante que o Mecenas-Alexandre continuava rico, amador de historias... Por que não se publicou o livro?... Porque não tivesse merito? Não: tanto merito havia nelle que, mesmo não sendo papel official, duas copias foram recolhidas ao grande archivo de papeis historicos do Estado portuguez — A Torre do Tombo. Quer dizer: os que retinham os destinos do Brasil, julgaram o livro de Fr. Vicente cousa especialmente importante, e que devia ser conservada... mas, escondida. Tanto tinha valor esse trabalho que, apezar de nunca impresso, rompeu a cova onde o enterraram, e era conhecido, de fama,

pelos que posteriormente se occuparam da historia do Brasil.

Tanto tinha valor, que ainda o tem, hoje, para nós outros, que nelle encontramos um testemunho de fé, em depoimento pittoresco e expressivo, insubstituivel quanto ao que foi directamente conhecido pelo autor eloquente, no que nos diz da tradição já formada, e que revela e incorpora em precisos commentarios. "Houve alguma força superior que a paralyssasse?..." A publicação do trabalho de Capistrano de Abreu deixa patente — admittir que tivessem impedido a publicação... Ninguem conhece melhor essas cousas do que o annotador de Fr. Vicente. Um dos seus primeiros reparos, é que o iniciador da nossa historia já tenha accentuado a importancia da colonia em face da metropole, tanto que poderá vir a ser o centro e refugio do governo portuguez. Antes, porém, porque era o que mais se impunha ao sentimento brasileiro de Fr. Vicente, elle havia assignalado males que já atormentavam o Brasil, ao mesmo tempo que dava a responsabilidade delles aos representantes da metropole e aos outros reinões: "... depois da morte de D. João III, não houve outro que d'elle (o Brasil) curasse, sinão para colher as suas rendas e direitos. E deste mesmo modo se hão os povoadores os quaes tudo pretendem levar a Portugal... O que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas publicas é uma piedade... nenhum as faz, ainda que bebam agua suja... e tudo isto vem de não tratarem do que ha de ficar, sinão do que hão de levar para o reino..." E' nesses termos, que o frade bahiano apresenta o Brasil, cuja historia entra a contar, sem esquecer de notar todas as excellencias da terra, ao mesmo tempo que discute a sem razão dos que dão a zona equinocial como impropria para a especie humana.

Toda a historia é conduzida, accentua Capistrano de Abreu, "com o sentimento de amor á terra natal". A

prova desse amor nós a temos, não no bem que elle diz do Brasil, como na vivacidade com que defende os interesses proprios, da sua patria, seja contra quem fôr, ostensivamente contra os maus processos da metropole. Quando a occasião se offerece elle mostra um homem da terra prestando serviços... “sem receber mercê alguma, porque os serviços do Brasil raramente se pagam”. Quasi ao findar, quando contempla as condições da colonia, onde só os brasileiros têm coragem de avançar pelos territorios desoccupados e incultos, pois que os reinões, já decadentes, não têm outra capacidade além da mercancia nas partes povoadas, Fr. Vicente diz-lhes a verdade: que os portuguezes não sabem povoar...

Consideremos desde já — que o nosso primeiro historiador era um character, num grande coração. Não hesitou, nunca, em chegar ao termo do seu pensamento, ainda que houvesse motivos para conter-se.

Bem o vemos no caso de Anchieta a trucidar Boulez. Exprimiu reservas, o seu sentimento de brasileiro; mas não ha no seu livro um grito de reivindicta, como não ha laivo de odio. Foi sempre discreto no censurar e elegante no condemnar: “O que os inimigos haviam deixado, levaram os amigos...” é o seu modo de commentar a deslavada rapinagem da gente de D. Fradique na Bahia. E quando os factos lhe bastam, elle não vae adiante: tal acontece no referir a miseravel insidia das autoridades portuguezas para com Zorobabé. No emtanto, houve momentos em que os seus conceitos (os já citados) vão até a vehemencia. Devemos reter, a esses conceitos, porque nelles está, certamente, um dos motivos que levaram a gente de Portugal a dar sumiço á sua historia. Ella era, já, um vivo protesto do Brasil contra as miserias com que o affligiam. Esconderam-na, e, apesar disto, a obra de Fr. Vicente teve um successo superior ao de muitos livros impressos, firmados por autores feitos. Foi uma repercussão que se estendeu até os nossos dias. Davam-lhe attenções especiaes —

Porque era perigoso deixal-a ao alcance dos brasileiros, e porque havia nella muita cousa a colher e roubar. Todos que estavam na intimidade dos interesses portuguezes conheciam-na muito bem. Fr. Agostinho de Santa Maria, o do Santuario Mariano, surripiou dali o melhor dos seus capitulos. Ora copiava, ora roubava. E roubava mutilando... Havia na Torre do Tombo dois exemplares da Historia do Brasil de Fr. Vicente, um que, incompleto, foi copiado para o Brasil, e é o vulgarizado como publicação official do Governo; um outro completo, annotado e corrigido pelo proprio Fr. Vicente. Este foi lido por Varnhagen, e se sumiu depois... O exemplar finalmente conhecido estava todo podado, faltando-lhe doze capitulos inteiros, fóra pequenos trechos esparços. Saiba-se, agora: a maior parte dos pedaços aproveitados pelo autor do Santuario são desses capitulos desaparecidos, e estão evidentemente deturpados.

Os termos de uma das notas de Capistrano mostrannos as falsificações que se fizeram nas paginas de Fr. Vicente, e si attendermos aos assumptos truncados, facilmente reconheceremos os motivos que determinaram taes profanações. De tudo isto resultaram maiores males, para o Brasil, do que o imaginavam os proprios perseguidores da nova nacionalidade: a primeira Historia do Brasil era a revelação de um espirito novo, a novidade de uma tradição nacional propria; tinha em si, por isso mesmo, inspiração para novos modelos no historiar de uma patria. Capistrano, depois de mostrar, em Fr. Vicente — "... o amor da patria e certeza do seu futuro, sentimentos raros naquelle tempo...", desenvolve o commentario: "Imaginemos que a Historia de Fr. Vicente, em vez de ficar enterrada... viesse logo á luz; as consequencias podiam ter sido consideraveis: serviria de modelo. Os archivos estavam completos e teriam sido consultados... As entradas sertanejas teriam attrahido a attenção e o conhecimento dellas não

ficaria em nomes escoteiros; muitas anedotas teriam sido colhidas, quebrando a monotonia pedestre ou solenne com que os Rocha Pittas, os Berredos, os Jaboatões affrontaram a publicidade. Fr. Vicente ultimou a sua Historia em 1627; só um seculo mais tarde, sahiu Rocha Pitta com a sua... Historia... da America Portugueza". Em Capistrano se repete a natural aspiração do espirito brasileiro: si viesse á luz... Não podia vir: seria luz para uma nacionalidade que se annunciava na colonia, e Portugal-metropole não podia consentir nisso, uma vez que o Brasil devia ser, apenas, um ubre. São cousas incompativeis ou existencias inassimilaveis — nacionalidade e ubre... E, para suffocar essa entidade, cuja existencia era annuncio de morte para a metropole, sepultaram immediatamente a obra de Fr. Vicente. Só podia apparecer, então, aquella historia em que até o nome do Brasil se offuscava, quanto mais a tradição!...

Voltemo-nos, agora, para o Sr. Varnhagen, que, em 1750, seria Rocha Pitta...

O livro do frade bahiano, sumido pelos portuguezes, era, para o espirito brasileiro, mais do que para o mundo geral da intelligencia, o *Consolatio* ou o *De Virtutibus*... porque, sendo por si mesmo uma obra de valor effectivo, era, ao mesmo tempo, a aurora da mentalidade brasileira e da historia nacional... Havia, em quantos se interessavam pelo Brasil, ancia de curiosidade, no irreprimivel desejo de conhecê-lo. Seria tarefa a que um historiador realmente brasileiro daria gostosamente a existencia: desencavar a historia de Fr. Vicente. Pois bem, o grande historiador, que, de tanto valer, acabou titulado em Porto Seguro, esse conheceu, ainda bem moço, o livro tão ardentemente desejado; leu-o, no exemplar completo; explorou-o o mais que poudo; já dissimulando a origem das informações, já fingindo honestidade num esquivo F. V. S. Chegou a publicar um capitulo isolado, e que lhe foi communicado

por João Francisco Lisboa; mas preferiu não cumprir o dever de brasileiro e de historiador, e não fez conhecido Fr. Vicente.

Ha mesmo a circumstancia de que o exemplar que esteve em suas mãos desapareceu. Por que procedera assim o Sr. Varnhagen? Ou julgou não dever concorrer para reforçar as legitimas tradições brasileiras, fornecendo mais argumentos contra a metropole, ou preferiu guardar para si a descoberta, servindo-se, no encoberto desescrupuloso, do trabalho de Fr. Vicente. O mais acertado será admittir a combinação dos dois motivos: O Sr. de Porto Seguro era um meditador, e tinha sempre fortes razões de proceder. Aliás parece que era vezo, no seu historiar, o esconder documentos de que se servia. Além dessa vez Capistrano aponta duas outras em que, a respeito de Pero de Goes e de Cosme Rangel” “... Varnhagen encontrou documentos que não especifica e não são conhecidos...” E, agora, no interesse da historia do Brasil: Que respeito e credito pode merecer um tal historiador? Que orientação esperar de historias assim entendidas e realizadas?

Finalmente um acaso, num desenvolvimento de dezenas de annos, levou uma copia do manuscripto do frade á Bibliotheca Nacional, e a geração dos ultimos dias do Imperio já conheceu a sua esplendida narração historica.

HISTORIA PELA REPUBLICA

Foi nos esconderijos de taes historias que desapareceram os grandes martyres e verdadeiros precursores da independencia do Brasil, aquelles cuja existencia, mesmo com a derrota em que se lhes tirou a vida, tornou impossivel a submissão, ou, ainda, a simples união do Brasil a Portugal.

E assim se explica que hajam distinguido o pobre homem de S. João del Rei, para nelle consagrar a aurora

da nacionalidade. Era preciso, para esconder ao Brasil a gloria dos seus verdadeiros libertadores, si, por acaso, alguma liberdade resultou da crise de 22. As historias officiaes fizeram-se o tumulto infame, onde se soterraram os grandes brasileiros de 17 e 24.

E o ingenuo esquarterjado foi a pedra com que o fecharam. Em verdade, o afastado e isolado Tiradentes, que mal podia fazer ao bragantismo vicejante sobre o Brasil? Bem differente era o caso, si a nação fosse levada a conhecer e venerar os proximos heroes de 6 de Março, revolução triumphante só vencida por ter sido generosa... Depois, a Republica realisada chega a provocar saudades do bragantismo integral. Nem ha o que extranhar, pois toda a nossa educação politica se fez no seio de uma nação que, ao dizer-se livre, repudiou os homens de Dezesete.

Ella propria, a Republica, que nada fez para louvar e venerar os seus feitos?... Não creou o seu culto, nem lhes deu a merecida situação na historia brasileira. Si, desde 22, houvessem trazido para o coração dos brasileiros aquelles que, de facto, se tinham sacrificado em amor desta Patria; si os seus meritos reaes viessem valer de estímulo nas consciencias...

E' natural que a sonhada democracia não desse nisto em que nos aviltamos...

Com a Republica, o caso se aggravou porque, mantido o criterio historico de sempre, como de facto se manteve, já não se pode esperar correcção: os historiadores republicanos, por isso mesmo, impõem-se como imparciaes nos seus conceitos a respeito do que toca o regimem anterior. Então derrama-se a historia de um Galanti, jesuiticamente imparcial, para ser efficaz nas opiniões que entende propagar. E vemol-o contar os successos de Dezesete numa tal serena imparcialidade que o leitor brasileiro não tem occasião, nunca, de sentir qualquer aversão pelo regimen dos Congominho, Luiz do Rego, Bernardo Teixeira... A revolução de 6

de Março foi entusiasticamente acceita pela população?... O padre historiador tem, prompta e imparcial, a explicação do caso: "... pois que havia de fazer o povo quando de repente tinha ficado sem o governador e agora via os padres e os frades á testa da revolta cantando Te-Deums e praticando outros actos religiosos para o bom resultado da insurreição?" O movimento é todo inspirado e conduzido por clerigos, como o Padre Pessoa, o vigario Tenorio... isto em nada commove o imparcial historiador. Quando chega á altura de referir a torpe profanação do cadaver santo do padre Pessoa, quasi pede desculpas — de lastimar o facto e redime-se perante o bragantismo com o notar que o relata na fé de monsenhor Tavares... Ora, essa ignominia teve uma publicidade absoluta.

Finalmente, arranja as cousas de forma a insinuar que, segundo a versão do mesmo monsenhor Tavares, os presos foram tratados com relativa brandura... Leiam-se as paginas do padre pernambucano, e lá está — que até deixavam os presos sem alimento!... De facto, o regimen do conde dos Arcos não poderia encontrar defensor mais habil.

Sem reclamos de imparcialidade, mas alçando-se em competencias, ahi está o Sr. Oliveira Lima, com todo o peso da sua multiplicada producção. Alem do livro arranjado em louvor de D. João VI: na sua mal-alinhavada historia do Reconhecimento do Imperio, a Nação brasileira apparece como obra do Bragança — da sua ousadia... Ora, em 1824, o aulicissimo e bragantissimo Sr. Carneiro de Campos, um dos primeiros marquezes do novo Imperio, apesar disto, attesta: "... a proclamação da independencia fôra effeito da virilidade em que se achavam estes povos... a propria consciencia das suas faculdades, progresso e recursos, motivara a sua emancipação; sem que jamais se deva presumir que a revolução de Portugal, as injustiças das suas Cortes, ou outros quaesquer eventos de condição precaria, pu-

dessem ser mais que causa occasional de acceleraçãõ desse natural acontecimento...” Depois disto, o volumoso historiador vem garantir que, em 1824, com a dissoluçãõ da Constituinte e a deportaçãõ das principaes figuras da Independencia, e prisões a eito, e clamorosas perseguições, e o Norte todo a revoltar-se...; que Pedro I estava em plena popularidade... Com o mesmo criterio e a mesma abundancia em louvar, elle, que já o tinha destacado, na gloria de guerreiro — como o unico rei conquistador que o Brasil teve, fez a consagraçãõ de liberal para D. João VI: “... quanto á entrada de livros, o seu governo foi perfeitamente liberal...” O Sr. O. Lima é bem representativo dos contemporaneos historificantes, que, a titulo de objectivismo, se ostentam bons moços cortejando toda reacçãõ. Isto os desobriga do labor preciso para alcançar a verdade historica, garante-lhes a boa vontade de quantos se acolhem ás falsas lendas, e lhes proporciona a consagraçãõ dos juizos feitos: Em 22, só era possivel a independencia com a monarchia... A dymnastia de Bragança foi o penhor da unidade nacional... Foi um bem que a séde da monarchia portugueza se mudasse para o Rio de Janeiro... D. João VI foi o verdadeiro proclamador da soberania brasileira... Pois não vemos um Euclides da Cunha abusar do seu enorme e justo prestigio litterario, para, no pretexto de resumir os antecedentes da Republica, recapitular o lendario do braganatismo até o ponto de ligar a unidade nacional brasileira á monarchia!? De caminho, porque assim o faz a falsa legenda, elle dá ao principe embusteiro — bravura, cavalheirismo... ao mesmo tempo que, em rapidas linhas menospresantes, recalca a revoluçãõ de 6 de Março — sob o grande vulto que faz para o imbecil, desgraçoso e apavorado, que foi D. João VI.

E como ha esse desenvolvido prestigio intellectual em torno do nome de Euclides, é indispensavel considerar em especial os seus conceitos a esse respeito. Si o Bra-

sil tivera tido uma legitima historia; si andassem pelas consciencias os nomes e os feitos dos que realmente merecem a gratidão desta patria, estaríamos por outros destinos, que nunca teríamos sahido da legitima tradição da nacionalidade: não haveria lugar para o espantoso bronze que Ottoni logo repudiou, que Varella apontou á maldição dos brasileiros; e elle não continuaria ali, fanfarrão de bronze, traidor, em todos os gestos, no emtanto arvorado para symbolisar a energia com que o Brasil affirma a sua soberania; não se manteria a sua imagem — para cunhar a commemoração centenaria da independencia da nação, cujos chefes mais nada aspiram do que impar ao lado de reis... Si tivéramos historia realmente brasileira, Pedro I só poderia ser evocado, em consagração da nacionalidade, como factor da reacção nacional que lhe abriu as portas de sahida; como o drastico benefico num organismo intoxicado. Assim o entenderam os bons brasileiros do tempo em que se clamava: constitucional quer dizer brasileiro, ligando-se, propiciamente, o amor da liberdade ao sentimento nacional. Uma longa noite outros embustes, para mais extensa deturpação, como que diminuiu o espirito da nação; tudo aquillo em que ella se affirmava foi abandonado, e vemos uma Republica que, no tocante á historia e ao zelo das verdadeiras tradições brasileiras, lá vae tropega, a consagrar definitivamente, com a sua acceitação, todos os crimes anteriores contra essa mesma tradição brasileira. E' uma Republica que, mesmo nas consagrações de significação historica, só tem lugar para os potentados da hora, em motivos de pura vaidade.

Os bronzes de vivos, as estatuas mentirosas ahi estão ridicularisando o culto nacional, e não ha um retalho de marmore, nem um recanto de rua que lembre aos brasileiros os nomes dos dois grandes criadores da historia nacional — Frei Vicente e Southey. Perdoa-se-lhes, aos mesquinhos detentores do Brasil, mais essa miséria de

animo, porque isto mais se explica por incapacidade, estupidez e ignorancia, do que por proposito de maldade.

Quantos, entre os milhares que vivem de ser governantes; quantos comprehendem a importancia que tem, para um povo, a verdade no culto das suas tradições? Quantos buscaram as paginas de Fr. Vicente — para contemplação desse passado, em que a consciencia nacional se illumina? Quantos saberão dizer — a importancia que houve, para o Brasil, nestes muitos annos que o philosopho poeta dedicou a esta nação, fazendo-lhe a historia, para realce dos seus legitimos valores? Quantos terão lido sequer as paginas de Southey?... Não estranhemos: elles são os puros representantes desse Brasil de D. João VI, de tradições desnaturadas, esquecidas, contrariadas, e que, por deixal-as assim desnaturadas, se descaracterisa, até desaparecer informe nesse conjuncto sem realidade — a America Latina, como aggregado disparate de povos indolentes, turbulentos e inorganizados. São elles os verdadeiros diffamadores do Brasil.

COMO SE CONGREGOU O BRASIL

Povo unificado em sentimento, nacionalidade affirmada em provas explicitas, tal se patenteia o Brasil no mais expressivo da sua historia. Acompanhamol-o no desenvolvimento, ao longo de toda a formação, e encontramol-o desde sempre um solo politico, por sobre o qual se aproximam e se solidarisam as gentes tanto quanto o permite a epoca e a ambiencia. Nenhumas divergencias a separar os nucleos de população, e, assim, nem conflicts, nem luctas localistas e dissolventes. Pelo contrario.

Si abstrairmos a estreita faixa littoranea sob o immediato influxo do Portuguez, a vastidão interior, onde

De forma o verdadeiro e exclusivo Brasil, pronuncia-se numa actividade nitidamente entrelaçadora, unificante. São as vigorosas correntes em que se faz essa circulação de gentes, e que, por sobre centenas de legoas, galgando serras e transpondo vãos, finalmente aproximam os campos de Guarapuava dos do Rio Branco. A primeira, dessas famosas circulações, iniciada com a expansão de Pernambuco, é depois, toda ella, por agua, e com isto tanto se facilita que, vinte annos após a conquista do Pará, Pedro Teixeira e Favilla alcançam para lá do Napo. Bento Maciel avança para o Norte, como abre longo caminho terrestre, a cincoenta legoas da costa, para ligar Pará-Maranhão. Nunca mais aquellas muitas aguas deixaram de ser sulcadas por todo o labyrintho de parás a igarapés.

Ainda não estão completamente reveladas as terras amazonicas, e as gentes da terra, a seguir os rebanhos de gado vaccum pelos chapadões e caatingas, desenvolvem uma estendida circulação que, a irradiar do São Francisco, faz communicar costumes, interesses e sentimentos, do rio das Velhas até para lá do Parnahyba.

Encontrando-se, chocando-se, Bahianos, Pernambucanos, Paulistas, aproximam-se em alma, tanto quanto se identificam pelas origens, a lingua, a religião, o sangue, por sobre a continuidade da terra. Capistrano de Abreu dá muitas das suas paginas magistraes para illustrar as correntes em que se unificou humanamente o sertão brasileiro: "A solução foi o gado vaccum". Ao Sul participando ao mesmo tempo da circulação sertaneja (pois que havia mais de cem Paulistas com fazendas de gado no alto S. Francisco), a actividade bandeirante cria o formidavel movimento a derramar-se por todos os grandes vales, ligando-os numa só população e cuja tradição envolverá, finalmente, todo o Brasil, dos campos da vaccaria e Iguatemy... a Cuyabá, Coimbra, S. Antonio do Madeira... com veios convergentes, para o Parahyba, o S. Francisco, o Parnahyba.

ba... E, como se continuam no tempo, encontram-se e confundem-se no territorio, de tal sorte que não é possível fixar-lhes um limite, nem separar ou isolar os respectivos influxos.

Correntes que se ajustam, ellas se fazem penetrantes, para criar a profundeza de sentimento nacional, que a tudo resistirá.

Dest'arte, quando se define uma politica propria á colonia ella se exprime num movimento nitidamente unificador, para uma centralisação cada vez mais accentuada, apesar das distancias.

Começa com a reacção contra o regimen inicial, das capitancias hereditarias, e continua ininterrupta, pois que é a expressão de uma tendencia formal. Cada um dos grandes governadores vale, sobretudo, como realisador dessa politica. A exemplo de Thomé de Souza, Mem de Sá trouxe e produziu novas restricções nas alçadas dos donatarios. E a tendencia prosegue em effeitos que se multiplicam, tanto que, apesar das necessidades reconhecidas, a dualidade do Governo Geral não pode subsistir. Lisboa mantem sob a sua immediata jurisdicção o Pará-Maranhão; mas tanto se aproximam e se identificam as gentes que, sob a tradição *commum*, não se lobrigaram limites. Nem se comprehende fosse de outra sorte.

Não ha um só, dos grandes formadores daquelle norte que não seja alastrada influencia, desde o S. Francisco ás aguas amazonicas — Bento Maciel, Sousa Dessa, Fragoso, Coelho de Carvalho, e outros multiplos Albuquerque, Cavalcantis, Lins, Maranhões...

Por isso, quando o Brasil tem vida politica para ser um vice-reinado, elle o é de facto — unificado, solidario... solidario principalmente em sentimentos, que são as bases primeiras de um Estado nacional. Capitancias que mallogram, capitancias em pleno exito... e as que se absorvem na coroa... e novas capitancias... vêm a ser as provincias do Estado do Brasil.

E dessa disposição primeira, em parte obra do acaso, resulta a maravilhosa harmonia de efeitos em que a nação se unifica de mais em mais, apesar de quanto cresce, pois cresce a modo dos organismos vivos, e se solidarisa na proporção em que cresce e se desenvolve. Pernambuco e S. Paulo são os grandes centros de actividade, na expansão do Brasil; Bahia dá a formula politica e assimiladora, na acção sensível dos Thomé de Sousa, Mem de Sá, Gaspar de Sousa, Botelho... Si é Pernambuco quem preside e dá energias vivas para a conquista de todo o norte, chegado o momento decisivo — ultimo ataque aos francezes, vae para Olinda o proficuo Gaspar de Sousa, apesar de que aquillo ainda seja o feudo valente dos Coelho e Albuquerque. Si tivessem razão os que denunciam para o Brasil esses factos de divergencias intimas e desmembramentos, em vez da assistencia que encontrou, Gaspar de Sousa teria provocado violentamente repulsa, qual occorreu tantas vezes entre castelhanos coloniaes.

O influxo de união nacional, nós o tivemos não ha que regatear — da propria tradição politica dos portuguezes. As condições especiaes do Brasil deram estimulo novo a essa tradição.

E resultou dessa combinação de cousas, um valor excepcional na caracterisação da nova sociedade politica em terras brasileiras.

Si attendemos bem a esses motivos primeiros até nós parece milagre — perfeita unidade do Brasil, perfeita, por isso mesmo que é sobretudo, unidade de tendencias essenciaes, superior a contingencias quaesquer de tempo e de rumo. Milagre, dissemos, pois que toda a formação do Brasil se fez com essas precarias communições pelo interior, sem outras communições maritimas senão as permittidas pelas monções de salão. A formação nacional se inclinou definitivamente para essa união, contra a qual nada puderam restricções que vieram depois na epoca em que a tradição brasileira foi

duramente perseguida. Foi quando a sociedade colonial se agitou em lutas civis — Mascates, Emboabas...

Lamentavelmente perturbadoras, essas crises não chegaram a provocar desunião no que já era, de facto, brasileiro. Tomaram desde logo, ostensivamente, o character de dissensões nativistas e, de certo modo, serviram para avivar os laços nacionaes.

Taõto assim que, em Pernambuco, ha espirito de união para subseqüentes revoluções; no sul, as populações brasileiras que se formaram em Minas não manifestam nenhum sentimento, para com os Paulistas, que se possa interpretar como resquícios das lutas anteriores. E quando é preciso dominar quilombos, lá vêm os Paulistas (o de Martyrios). Formado sobre um tão vasto territorio, colonia de uma nação insufficiente para o respectivo povoamento, assim como para promover o necessario desenvolvimento, o Brasil teve que receber varios outros influxos além do portuguez. Finalmente, dos fins do seculo XVII em diante, os factores sociaes em S. Paulo são totalmente differentes dos que se pronunciam em Pernambuco e fazem esperar gentes de indoles perfeitamente diversas. No emtanto, si as respectivas populações se definem em caracteres proprios, o fundo mesmo desse character são qualidades identicas, a essa que, brasileiros, todos nós reconhecemos. Quem negará que entre o maranhense e o catharinense ha mais aproximação social e mais semelhança moral e mental que entre o Picardo e o Auvergnat, o Milanez e o Napolitano?...

Essa virtude de unidade herdada do portuguez foi, depois, contrariada pela metropole, quando segrega administrativamente Pará-Maranhão, quando restringe o intercambio das capitancias, e, finalmente, quando, no delirio de 1822, tenta dissolver a nação em colonias parceladas...

Nada podiam, todavia, ephemerass contingencias contra o que era substancial, na estrutura do Brasil. Quan-

do o paiz se congregou em torno dos que exploraram a Independencia, sobreveio, naturalmente, por toda parte, um movimento affirmativo, necessario, e que era expressão de uma tendencia nacional superior a todos os outros motivos. Os que ligam tal movimento ao facto da monarchia, vêm pelo inverso: a monarchia contrariava os mais vivaces dos motivos determinantes da Independencia, e si esta prevaleceu foi em grande parte, porque a força de união dominava qualquer contrariedade. Veremos, em tempo, que foi a monarchia que poz em perigo a unidade da Nação. Depois da invasão holandez, nunca o Brasil passou por uma prova tão dura, a esse respeito.

O ESFORÇO PARA DISSOCIAR O BRASIL

Nas minas, a miseria do Estado portuguez dará razão, finalmente, á ganancia dos forasteiros que se atiraram contra os Paulistas, para que estes se afastem, como vencidos, attonitos, de traição em traição.

Mais ao Sul, em actividade de contrabandistas, far-se-á a expansão para o Prata, obra de soldadesca espuria, incapaz de desenvolver o Brasil que já existia. Dahi, resultarão multiplicados desastres e males.

No coração do Brasil pernambucano, estimular-se-á a torpeza gananciosa do reinol mercantil, para enfraquecer os da terra, em longa luta civil, e, depois, amesquinhal-os no perdão, e, depois de perdoados, perseguil-os ainda, e matal-os nos degredos, ou nas masmorras immundas do Limoeiro... Pouco importa: através de todas essas e de futuras provas, o Brasil continuará unido.

O Portugal bragantiro, empenhado em manter a colonia, para ubre em que alimente a sua incapacidade, torna-se o implacavel inimigo da tradição — de um Brasil unido. E, comprehendendo que é preciso quebrar essa união, em que a colonia o apavora, repete os ensejos de

desunião. Mas, pois que taes ensejos são, de facto, ataques ao Brasil, com elles mais condensa a tradição, que teve a sua grande prova quando, na defesa da Bahia, se encontraram os Pernambucanos de Cavalcante de Albuquerque com os Fluminenses e Paulistas de Salvador Correa. E tal vigor se encerra na tradição, que ella engloba esse mesmo Rio Grande do Sul, de formação relativamente heceterogenea, onde se incorporaram influencias outras — de visinhança, a ponto de um Capistrano consideravel-o avesso ao animo brasileiro.

Comprehende-se o zelo do historiador, que é realmente brasileiro; mas é preciso reconhecer que o Rio Grande foi, justamente, a marca indefectivel, em que o Brasil resistiu, desde os meados do seculo XVIII, á expansão, muitas vezes violenta, do Castelhana. Os descendentes de uma colonisação heceterogenea — refugio de portuguezes aventureiros, vigorosos Açorianos, ultimos bandeirantes, salteadores e contrabandistas, taes descendentes absorveram a tradição brasileira, como lhes era possivel, sobretudo porque ficaram abandonados, muitas vezes, nos seus recursos exclusivos, para resistir ao Platino, que, agora, era o representante de um novo surto de nacionalidade. Nelles nos Sul-Riograndenses, devemos admirar a nimia expressão desse espirito de nacionalidade unica, milagrosamente unica, quando os povos que nelle se caracterizam vêm de origens tão distinctas: Pernambuco, de que logo se desprega Pará; S. Paulo, em cuja ilharga se forma, immediatamente, o Rio de Janeiro; Bahia, com toda a sua imposição de capital... E ha, ainda, centros secundarios, mas nitidamente differenciados, desde o primeiro momento: um Sergipe, longo refugio de Tupynambás, Cahetés e Cariryrs, escorraçados da Bahia e de Pernambuco, nascido de necessidades especiaes, e, depois, por longo tempo, a marca do Brasil brasileiro, em face do dominio hollandez; Ceará indestructivel reducto do gentio Potyguara, em todo o seu brio, guardando a tradição do

longo trato com o francez; Espirito Santo, primeira freguezia no Brasil colonial, e que, deixado a si mesmo, é sacrario, de longas tradições locais...

Cada um dos centros é uma constante irradiação de tradições e influxos especiaes, a que resistem, no entanto, os centros secundarios, todos gravitando para o motivo geral, superior, o Brasil unido e solidario pelo menos em sentimento, quando não lhe deixavam meios de unir-se concretamente. Assim, nunca se produziria, no desenvolvimento do Brasil, situações como essas em que, no Prata, ás populações coloniaes foi prohibido o uso do idioma do colono, resultando que, numa capital historica, qual Assumpção, o falar do gentio veio substituir, para a massa da população, a lingua castelhana. Teria havido, por uma grande parte da colonia, uma primeira epoca em que a lingua geral fosse mais usual do que o portuguez; mas a tradição politica, em que se formou o Brasil, logo corrigiu o caso, a ponto de que, aldeias de caboclo puro, na terceira geração christã, já haviam esquecido o falar dos avós.

OS VERDADEIROS EMBARAÇOS A' UNIDADE DO BRASIL

Deste modo se fez a legitima historia do Brasil. Mas houve a crise de depressão ligada á longa infecção bragantina, e a Nação brasileira teve que ser independente — guardando toda a miseria do Estado portuguez que aqui se achava, coroado nò embusteiro e jactancioso filho de D. João VI. Foi o bastante para que historiadores falhos, arvorando-se em historiadores do Brasil, viessem affirmar que a unidade nacional resultou da forma de independencia — com o throno...

Ora, monarchia, dymnastia della, todo o regimen... eram cousas tão precarias que, apesar da mesma prostração, o primeiro principe foi banido e enxotado, e o segundo ainda veio a ser eliminado, levando comsigo

o regimen. Desta sorte, é parvoice, si não má fé para calunnia, o pretender-se que cousa tão fraca, e frouxa, e viciada, pudesse ter virtude para effeitos tão vastos e definitivos.

Taes historiadores, que tanto andaram pelas paginas de Southey, não tinham a comprehensão bastante para apanhar as perspectivas em que o inglez, ao longo de seculos, por extensões de mundos, viu aqui, uma só historia — a do Brasil. Nem mesmo depois que tal lhes foi apontado documentadamente, puderam ou quizeram elles reconhecer a verdadeira causa da unidade nacional do Brasil, e fizeram presente della, que é uma verdade, á mentida independencia do principe. Isto fizeram porque era o meio mais proximo, ainda que o mais torpe, para condemnar os movimentos de 17 e de 24. Incoherencias, os proprios anachronismos, não os detêm. Repetem que Amador Bueno repelliu a corôa que lhe offereciam, e com que se dividiria o Brasil; referem toda a longa lucta dos Paulistas contra forasteiros, sem apontar, no emtanto, qualquer velleidade separatista ou a possibilidade de desmembramento; antes, já haviam consignado a revolta dos mesmos Paulistas contra Salvador Correia, e que terminou em composição honrosa, tanto lhe faltavam motivos de reivindicações localistas; citam demoradamente as dissensões graves no Pará, e, mais: a revolta de Bekman, a revolta de Philippe do Santos... até o ensaio de tentativa de conspiração, dos poetas de Villa Rica, que davam os lazeres a levantar os enthusiasmos faceis do Tiradentes... Tudo notam sem deixarem suspeitas, siquer, de que haja parcella da população mal disposta para com o resto do Brasil, ou desviada do espirito de união nacional.

Todos esses movimentos são localizados, estrictamente limitados, pois que isto resulta dos proprios motivos que os determinaram; mas, apesar de localizados, nenhum delles é apresentado como tentativa de desagregação das gentes ou luta de umas populações com as

outras. Depois de tudo assim contado, vem um Varhagen, e, com a semcerimonia de quem dá do que não é seu, affirma — “O Brasil deve a Pedro I a sua unidade...”, asserto que será repetido pelo Sr. O. Lima, já, agora, na acção do almirante mercenario: “A esquadra ás ordens de Lord Cochrane foi o agente principal da nossa união...”

Admitte-se que um neo-castelhano, na mentalidade de quem se fez numa atmospheria de facções, possa affirmar que é geral, na America Latina, a tendencia á desagregação. Nas paginas de brasileiros, si conhecem a tradição nacional, affirmações destas são requintadas falsificações a serviço de motivos mesquinhos. Os primeiros deturparam, mentiram, por interesse de proselitismo; os seguintes repetem a mentira, por incapacidade de critica, ou falta de valor para restabelecer a verdade.

E, ainda hoje, encontramos nas suas historias: ...si não fôra a independencia com a monarchia, ai do Brasil! Ter-se-ia desmanchado em mil pedaços... e seria como nas antigas colonias hespanholas...

Não discorrem num pensamento: babujam proposições sedições, sem um momento de critica superior — para reconhecer que, no caso da unidade nacional, não pode haver paridade entre os efeitos da colonisação castelhana, e o que resultou da formação do Brasil. Sinceras, taes historias só têm uma explicação: são vozes dessa mentalidade que admittia ser possível fazer um Estado livre e moderno com os restos exgotados de negreiros decahidos e degradados sem valor, siquer, para comprehender a propria degradação; são os historiadores proprios para essa politica que reduziu o Brasil dos fins do seculo XIX, a discutir a serio de oportunidade a questão da escravidão legal, e a ter como ideal mais generoso a libertação dos negros escravos, quando, pelo resto do mundo, havia dezenas de annos, os conductores de ideaes diffundiam o socialismo, o

communismo, a anarchia libertaria... como eliminação de quaesquer fronteiras convencionaes entre os homens. A mentira dessas historias é mais irritante ainda porque, de facto, a independencia de 22, longe de ser benefica á unidade nacional, foi um motivo de divisão da Nação brasileira, ao mesmo tempo que eram supplantados os verdadeiros apóstolos da emancipação do paiz, na realisação de um regimen livre. Apreciaremos a seu tempo o enleio daquella independencia, e verificaremos, então, que si apezar de tudo o Brasil conseguiu sahir-se dali ainda unido e coheso, foi porque a sua unidade de longe lhe vinha: era indestructivel, a ponto de poder resistir á prova maxima — de uma politica de expedientes curtos, sem alma de legitimo patriotismo, politica em cujos momentos salientes só encontramos attentados contra o Brasil. E a Independencia foi, finalmente, aquelle embuste que nos obrigou a refazel-a, já agora em penosas complicações internas, e nos levará de novo a refazel-a, pois o verdadeiro obstaculo contra ella é essa infecção de que ainda soffremos.

Ha perversão substancial em affirmar-se — que foi a Independencia, com a monarchia, que criou a unidade, quando essa já existia, como expressão mesma da nacionalidade, tão explicitamente patenteada.

A unidade é francamente anterior aos feitos de 22, e tanto que um dos mais vehementes motivos dos Paulistas, na sua representação de fins de 21, foi o intentarem as côrtes desmembrar o Brasil. Nesse mesmo tempo, as juntas provinciaes, não obstante serem instituições locaes, manifestam-se, todas, partidarias de um Brasil unido, e, por toda a parte, tratam as tropas constitucionaes como inimigas, pela razão de que, por toda parte, essas tropas se mostram partidarias das cortes que intentavam dividir o Brasil. Naquelle momento, todo movimento de independencia seria ostensivamente opposto á politica das cortes para com o Brasil: seria para uma união explicita. Compenetrando-

se dessas verdades, veio o principe embusteiro collocar-se na corrente do movimento, para desviar-o em beneficio proprio ainda que pondo em risco a mesma unidade. Dest'arte, quando os abstrusos theoristas da unidade pela monarchia, apontam motivos de desagregação, que foram eliminados ou dominados pelo governo monarchico, não fazem mais que registrar effeitos produzidos exclusivamente pela independencia mentida, como a fizeram, effeitos cujos desenvolvimentos poderiam, realmente, ter recortado o Brasil. Si não: quaes foram as difficuldades politicas a que teve de attender o Governo da Independencia? Desde logo, a desconfiança com que foi recebida a mesma independencia tramada em beneficio do reinolismo renitente, e realisada com os absolutistas da vespera. E a desconfiança desatou em effeitos de que o Brasil muito soffreu: Protestos explicitos contra o modo como burlavam a nação; desorientação nuns, desanimo noutros, quando sinceramente pretendiam acção patriótica; reacção na propria politica imperial, desde que José Bonifacio, na sua indiscutivel probidade politica, procurou realisar um Estado alguma cousa brasileiro; dissolução acintosa e perfida da Constituinte, e pronunciados excessos contra os mais explicitos estadistas nacionaes. Resultaram dahi as crises violentas, essencialmente turbadoras e estiolantes por que passou o paiz, illudido, abocanhado pelo dymnasta de curta aventura, em cuja alma lutavam as duas degenerações: de Carlota, ferosa e cruel, e do D. João — lorpa insidia covarde.

E, com isto: a revolução de 24 em que resurge o legitimo Brasil a lutar pela sua independencia; o estado de irritação desorientadora e desorganizante a que ficou reduzida a nação, agitada entre as aspirações brasileiras e as reivindicações do lusitanismo renitente.

Ao mesmo tempo que todo o paiz arquejava nas garas das commissões militares, com que o Imperador portuguez procurava eliminar o que era legitimamente

nacional, uma guerra injusta, ingloria exgotava a nação, e a tornava odienta, assim como a desprestigiava nas repetidas derrotas...

Tal é o activo dessa Independencia, que aniquilaria o Brasil, si nas suas energias essenciaes não se encontrasse o brio que atirou para o seu verdadeiro logar o libertador charlatão e traiçoeiro. Onde, por toda aquella longa crise, as tentativas de divisão da nação, e os symptomas de desagregação? Das rapidas lutas, na Bahia, no Maranhão e Pará, não ha que referir, porque tudo não passa de reacção contra os interesses portuguezes: dos que são das Côrtes, dos que são de José Clemente.

Seguem-se reivindicações legitimamente brasileiras, em que não é possível achar — nem manifestações facciosas, nem influxos de desunião: vinte e quatro é a legitima, e muito logica, continuação de dezeseite.

O PATRIOTISMO BRASILEIRO

Sentimento que brota da terra através dos corações que della vivem, o patriotismo é formula de solidariedade vivaz, explicita, vigorosa, concreta, porque procede na nitidez e no vigor dos motivos egoistas, para effeitos nitidamente sociaes. Elimina o que não pode englobar, mas traduz-se forçosamente em unificação, e funde disparates, como aproxima longinquos, comtanto que as mesmas repetidas necessidades tenham repetido a acção de sua defesa commum. De outro modo, como poderia haver patriotismo para suissos, separados de raça, de tradições idiomáticas e religiosas, mais do que os separam os proprios despenhadeiros alpestres?...

Na paizagem de patriotismo — a terra impregnada do Homem — habitos, ideias, estimulos, lembranças... conduzem-se para um motivo pessoal e superior, que é o vinculo vivo entre gentes definitivamente localisadas. confiantes no chão em que se amparam.

Tanto quanto o repitam, nunca será demais proclamar-o: a conquista definitiva da civilização definiu-se no sedentarismo agrícola.

Por que? Porque assim teve o homem todos os recursos para apurar a si e a natureza, e, sobretudo, porque, só então, foi possível a legítima expansão patriótica. Ninguém pretenderá negar que o Homem seja essencialmente social: um animal político... Mas, outra verdade indiscutível é a de que a socialização humana se realisa concretamente, em grupos nacionais, levados por motivos patrióticos. Assim como dentro de cada sociedade nacional, existem, por necessidades indeclináveis, os grupos — classes, corporações, círculos, institutos... também, na humanidade, se particularizam as tradições histórico-políticas, e o viver social se faz, imediatamente, como o viver de agremiações históricas — as nações.

De outro modo, seria preciso que as consciências não se reconhecessem na sua unidade de motivos pessoais, seria preciso que as necessidades comuns não fossem compreendidas como interesses gerais, referidas às condições especiais do agrupamento. Acontecerá que, dentro da mesma paisagem tradicional, se encontrem classes distintas, em luta: não negará, com isto, a realidade das afirmações patrióticas, e toda divergência se reduzirá a disputarem-se, as classes opostas, a situação política dentro da pátria.

Ha, já o notamos, poderosos elementos egoístas no patriotismo; mas isto não o rebaixa, nem o incompatibiliza com os motivos essencialmente sociais, e de significação grandemente moral. Só nos animais ganglionares (insectos sociais), exclusivamente instintivos, de socialização somato-physiologica; só em tais seres, seria impossível que o egoísmo interviesse em efeitos socializantes. No Homem, pela sua mesma compleição nervosa, dada a riqueza cerebral para repetidas iniciativas, a vida moral e social ha-de ser, sempre, um qual com-

premisso ou ponderação de egoísmo e sympathia (altruismo), em todos os lances que dizem com a familia, e a corporação professional, e os motivos nacionaes, e os interesses de classe, e os ideaes de humanidade. A idéa de que ha formal opposição ou antagonismo entre individuo e sociedade é puro preconceito, sem mais valor que o de dar um thema ás serodias dissertações do bacharelismo em ostentação de sociologia. Pelo contrario, esses aspectos completam-se, em vez de repellirem-se: individuo e sociedade, egoísmo e sympathia, organização e revolução... combinam-se na realização da vida social, como em cada personalidade se combinam — habito e iniciativa, conservação e reforma, consciente e inconsciente, aspiração de repouso e horror á monotonia, disciplina e exigencias de liberdade... Ideal de exclusiva humanidade será chimera; mas, uma Humanidade realisada no ajuste sincero das patrias com a eliminação ou unificação das classes, é conquista possível, proxima, talvez, quando os grupos nacionaes houverem comprehendido o não valor dos dissidios que enfraquecem as patrias, em vez de engrandecel-as; quando os verdadeiros educadores sentirem a monstruosidade das organizações sociaes feitas no predomínio de uma classe sobre as outras, e na exploração destas por aquella.

NACIONALISMO — NECESSIDADE PARA O PATRIOTISMO

Reconhecido que não pode haver realização social sem o agrupamento nacional, nutrido de patriotismo, temos de admittir a legitimidade, a necessidade, mesmo, do nacionalismo. . Corresponde ao que ha de egoísmo no patriotismo, e manifesta-se, explicitamente, como sensibilidade de orgulho, motte em que se repetem as exigencias do sentimento patriotico.

Nelle, no nacionalismo, fala concretamente a defesa da tradição. Diletantes de patriotismo, insinceros, molles e tibios, desarticulados de convicções, desmentem o empenho de affirmação nacional, e a condemnam, para evitar os choques provocados pelas attitudes nitidas e intransigentes.

E afastam-se mais depressa ainda, a fugir da vilita lançada sobre o nacionalismo, pelos que precisam enfraquecer o espirito de nacionalidade para terem as mãos livres, na exploração de que vivem. Que se afastem: não são esses os que fazem os destinos das patrias. Aos que não se envergonham de pertencerem a uma tradição, si querem ser humanos, justos e bons cidadãos, si precisam de justificar-se perante a propria consciencia, que leiam um Hoffding, humano, mas imparcial no assumpto. E' ao fazer moral philosophica, moral de quem nunca foi outra cousa sinão — psychologo, moralista, e philosopho: "O sentimento nacional só se torna claro, na consciencia, chocando-se e irritando-se contra os estrangeiros. Uma lei psychologica quer que seja necessario um contraste mais ou menos forte para dar a um estado de consciencia o seu character nitidamente accentuado. . .

O sentimento nacional só pode existir, em pleno ardor, manifestando-se com a força cega do instincto. Elle foi uma poderosa força historica . . . e teve por effeito manter e fazer crescer a cohesão nacional".

Condição natural, necessaria, na realisação da sociedade humana, o nacionalismo não deve ser considerado degradante, ou motivo de menosprezo. No caso, a grandeza de animo não estará em negal-o, mas em eleva-lo depurando-o de tudo que é aggressivo e inhumano. Para tanto, não é preciso diminuir o zelo com que consideramos a nossa propria patria; como para amar e estimar aquelles que nol-o merecem, não desistimos do orgulho com que nos consideramos a nós mesmos. Como povo, reconhecemo-nos numa tradição, e, como formula

de vida, a consciencia de um povo é nacionalismo, valendo por uma profissão de fé, que, em cada animo, se desdobra: confiança intima no destino da nação, e solidariedade absoluta com esse mesmo destino. O explorador transitorio, que só deseja facilidades para a sua exploração, terá por ideal patrias sem physionomia, desnacionalizadas, onde se acceitem todas as formulas, e que, por isso mesmo, não terão outro destino senão o de serem eternamente exploradas; mas quem sinta a necessidade de affirmar-se, por si e pela tradição humana em que existe; quem não se contente de ser materia informe, para o goso exclusivo de exploradores, e queira concorrer para o desenvolvimento e o progresso de um grupo humano; aspira definir e apurar a sua tradição nacional: será nacionalista, pretenderá que a sua patria não supplante ninguem, preferirá que ella se levante ao sol de uma humanidade bem humana, em plena justiça; mas ha-de querer que ella tenha um logar proprio sob a luz desse mesmo sol.

Repassando successos de dezesete, Barbosa Lima teve de reconhecer a nossa deficiencia em “defender os foros de autonomia propios ás fortes individualidades, que podem e devem viver por si com inconfundível e accentuada personalidade, de physionomia estavel e definida”. Pois não é lamentavel que cheguemos a isto, que hesitemos nesse direito a ter physionomia, e que nos illudamos quanto á necessidade de affirmação nacional? Alberdi — argentino, transuda anglicismo por todas as juntas do pensamento, mas, quando chega o momento, é peremptorio e reclama, até, “uma philosophia argentina, das necessidades sociaes e moraes do nosso paiz, clara, democratica, progressiva, popular...” tudo com vistas ao povo a que pertence. Um Réclus, já o notamos. E destorce a historia, reforma o merito dos factos e dá aos navegadores francezes ou normandos um desenvolvimento de acção alem do que é legitimo. Um Blasco Ibañez, tambem com a preocupação de des-

prezar preconceitos de patria: quando julga o passado da sua Castella, mostra-a — gloriosa, e prospera, e elevada em espirito, emquanto era conduzida pelas dynnastias nacionaes; passa a principes estrangeiros (a Casa d'Austria), e é como que ferida nas suas forças vivas, atirada á decadencia, desnacionalisada: "... Carlos V e o filho roubaram-nos a nacionalidade". Na penna de um quasi libertario, a formula é preciosa. Iremos pelos mais desimpedidos revolucionarios afora, até o communismo integral, e encontraremos sempre, quando humanos, a defesa da nacionalidade, quer dizer a affirmação da patria. Um Rappoport, theorista do communismo, em pleno marxismo: "La nationalité est un fait qui crève les yeux... é um facto que salta aos olhos. Não basta soprar sobre ella para fazel-a desaparecer. Melhor ainda. Quanto mais procuram eliminall-a pela violencia, mais se affirma a nacionalidade. mais procura impor-se... Defendendo as suas particularidades nacionaes mais insignificantes contra a brutalidade dos povos conquistadores, as nações opprimidas defendem a sua liberdade, a sua dignidade". O proprio Lenine, no momento critico — ás vespervas da revolução de Outubro: no mesmo brado em que procura arrancar as massas á guerra imperialista, exora-as a que defendam, intransigentemente, em guerra justa, a nova patria, que se institue. Parte de uma tradição, cada um desses revolucionarios generosos teve que se render á necessidade — de ser representativo da mesma tradição e bem affirmar a sua nacionalidade. E' impossivel resistir ao influxo da humanidade immediata, e, franco, ou latente, todo verdadeiro apostolo social fala com a voz de uma patria, e é um nacionalista.

Pode o Homem ampliar a consciencia até alcançar o conjuncto da humanidade, e dilatar sobre ella a alma dos affectos, para sentir-se irmanado em dores e aspirações; mas, em si mesma, cada consciencia reflectirá, necessariamente, a tradição em que foi formada, e o

coração palpitará concretamente ao influxo de lembranças e imagens que são dessa tradição. Caracteres de abnegação irão até o sublime da acção moral, em sentida solidariedade, mas, ao reclamar para todos a inteira justiça, o apóstolo incluirá nessa justiça o direito de dar á sua consciencia o tom que é proprio — o tom da sua tradição, sagrado direito á vida moral.

Qualquer que seja a condição historica de um povo, a affirmação nacional tem de fazer-se pelo destaque bem explicito dos relevos da sua tradição, e isto incluye a necessidade de ajustar a esses relevos todas as contingencias da actualidade. Finalmente trata-se daquella mesma necessidade — realizar o presente sob a inspição da tradição, estimulado pelas suas energias latentes. Si a lembramos, agora, é que nos chegou o momento de, sem hypocrisias, reclamar, da historia, o indispensavel estímulo, em affirmação de nacionalismo. E como a nossa tradição é simplesmente uma derivação divergente da tradição portugueza, não n'a podemos affirmar sinão em contestação, e como divergencia, dessa mesma tradição da metropole.

Nisto se condensa uma das mais expressivas fatalidades historicas, para nós; como para qualquer dos povos coloniaes. Coolidge, professor de diplomacia, numa obra de intuitos ostensivamente diplomaticos, não pretende, siquer, illudir-se quanto a essa necessidade e affirma: todo o nacionalismo dos norte-americanos se fez formalmente contra os inglezes... "Foi o programma obrigatorio na educação civica das successivas gerações de Yankees". Por outro lado, ninguem contesta que a grandeza formidavel a que chegou aquella republica foi devida a causas que vão além dessa concretisação de nacionalismo. Para crescer, elles como que se suggestionavam com o lemma — *The greatest country on earth...* e alcançaram a situação desejada. Mas, lá não chegariam si, antes de formular o programma de conquistas, não se sentissem distinctos en-

tre os povos, capazes de uma grande missão no mundo, e, esse sentimento, nas suas energias essenciaes, fez-se explicitamente como nacionalismo, em contraste com a Inglaterra: "Era uma theoria corrente — que um dos primeiros deveres do ensino de historia, na escola — para o livro, como para o mestre, estava em inculcar ás creanças ideias patrioticas... A Inglaterra estava naturalmente designada como inimiga natural, batida, repellida, mas sempre ameaçadora e perigosa.

Ninguém poderia exagerar o effeito produzido sobre milhões de alumnos, e a que ainda se juntavam os livros para a mocidade, romances populares, discursos de quatro de Julho e outras obras no mesmo estylo.

E isto foi assim, assignala o mesmo professor, até 1899, quando finalmente, em guerra a Nação Americana, a Inglaterra veio collocar-se, francamente, ao lado da sua antiga colonia". A outro proposito, a exposição do Sr. Coolidge nos mostra: "... a opinião publica muito hostil á Inglaterra... As causas de antagonismo entre os dois povos de lingua ingleza eram tão numerosas que faziam esquecer outras influencias...

Com a Inglaterra, relações raramente amistosas... Durante mais de um seculo, separados nessa antipathia tradicional, os dois povos se diferenciaram e distinguiram tanto, que podem vir a uma relativa aproximação, sem que haja perigo de que a tradição americana se relaxe, e que a nação possa perder nas suas qualidades de character, e alterar os seus destinos. Além disto, a grandeza a que chegaram os Estados Unidos é, por si mesma, um poderoso motivo para que a nação se despreoccupe um tanto desse aspecto de defesa.

Bem differente é o caso do Brasil. Ao passo que nas colonias inglezas, o movimento nacional só se manifestou quando houve o motivo que determinou a propria independencia, aqui, sociedade mais promptamente cons-

tituida, e, desde cedo, ignominiosamente tratada, logo se manifestou um sentimento nacional muito vivo, e que levou os Brasileiros a lutas ostensivas, mais de uma vez, em mais de um lugar. Foi o inelutavel destino. Com o regimen feito para a colonia, Portugal, a degradar-se, tornou-se um motivo de irritação constante, e de irreductivel antipathia para a nacionalidade que se formava. E esta, por fim, levanta-se explicitamente contra a antiga metropole. Portugal transigiu, é verdade; isto, porém, só serviu para prolongar e agravar a opposição dos sentimentos e interesses brasileiros e portuguezes. Quando começou a situação historica — em que as divergencias entre as duas populações já fossem motivos de conflictos?... Certamente na luta da Insurreição, para ser formal na indisposição contra Mascates e Emboabas... Acaso, antes: quando o grande mameluco Jeronymo de Albuquerque teve de oppor a sua sobrançeria ás impertinencias de Diogo de Campos, e quando affrontou as perfidias de Caldeira Castello Branco. E como a miseria se agrava, desde 1640, ha opposição manifesta entre o Brasil que quer existir e affirmar-se e a metropole degradada, vem viver de opprimir e espoliar o Brasil. Por isso, quando na colonia houve gente brasileira para ser um povo, o portuguez appareceu-lhe como a premencia do mal, contra o qual se fez preciso lutar — repellindo-o, eliminando-o, bannindo-o. Na consciencia da sua nacionalidade, o brasileiro teve que concentrar em Portugal a maxima aversão, em repulsas e repugnancias irreductiveis. Perigos de oppressão, lembranças de perfidias covardes atrocidades, tensão de esperanças mentidas, desesperos de dolorosas derrotas... e mais esperanças para mais decepções e mais desrespeitos... tudo se fundia em sentimento nacional, ostensivamente dirigido contra o inimigo já secular.

A TRADIÇÃO ANTI-PORTUGUEZA

Vimos de Portugal vasados numa abundante infusão de sangues, temperados de outras tradições, que, por simples, não eram menos vivaces; vimos dali, mas formamos nova tradição, distincta, diversa, cada vez mais diversa — ramo que se destaca, e mais se afasta quanto mais braceja e se estende para a vida. Independentemente dos motivos politicos: tyrannisados, espoliados, diminuidos pela metropole apodrecida, os brasileiros tinham que accentuar e caracterisar o seu nacionalismo em opposição com o portuguez, porque esta é a lei das differenciações historicas: no mesmo surto em que uma nação affirma a sua existencia, apodera-se das suas qualidades caracteristicas, isto é, as que já lhes são proprias; cultiva-as attentamente, dando a essa cultura o vigor de uma luta de tendencias, relativamente áquelles, justamente, que lhe são mais proximos, e com quem poderia haver confusão. Nesses conflictos, reforçam-se as qualidades divergentes. Ao longo da historia, encontram-se frequentes exemplos de taes lutas, sendo que nenhum é mais eloquente do que aquella que deu lugar a formar-se um Portugal, tão diverso de Leão-Castella, onde nascera.

Uma tradição não se engana, porque já é definição e caracterisação de vida, em expansão instinctiva. A nossa tradição se fez como expressão constante de nacionalismo, como a de todos os povos vindos de uma ramificação historica, sobretudo quando estiveram submettidos a uma metropole. Assim, claramente nacionalistas, hemos de conduzir-nos, até que, firmes e garantidos por victorias decisivas, tenhamos, com isto, neutralizado os effeitos das persistentes ascendencias. Uma tradição visinha, sobretudo se teve ascendencia, e si mantem influencia com intervenção activa, será sempre turbadora da nova tradição, turbadora por irritante e retardadora. Vale, então, como attracção em-

bryonaria, a embaraçar as novas formas de vida que se desenham. Nella revivem germens, que serão, como na biologia, tumores cancerosos, a crescerem com o sacrificio do organismo inteiro. A saude de um povo é, de certo modo, a pureza das respectivas tradições, tanto que, mesmo sentindo-se forte, cada nação continua a zelar e a defender a sua historia, linhagem de desenvolvimento que deve proseguir, sem desnaturamento, sem outras modificações além daquellas que incluem a propria evolução progressiva da sociedade nacional.

Em nenhuma parte da America são mais formaes essas condições do que no Brasil. Sendo o povo onde mais cedo se manifestou sentimento nacional, é aquelle cuja tradição tem sido mais embaraçada pela influencia da metropole devido á insistente promiscuidade de gentes e de interesses...

Quando procuramos, nas palavras de Fr. Vicente, qual o valor da nova patria sobre os corações, já o encontramos distincto do animo portuguez, que é, ali, directamente visado "... tudo vem de não tratarem do que ha de ficar, sinão do que hão de levar..." Insignificante reparo de passagem? Não: o bahiano se repete, para mostrar-nos que é uma constancia de sentimentos. Trezentas e cincoenta paginas adiante quando lhe vem a estima por D. Francisco de Sousa, é porque este "... acaricia as vontades dos cidadãos e naturaes da terra, e se fez cidadão e natural com elles", ao passo que os outros, "tratam mais do que hão de levar e guardar".

Feitas as gentes brasileiras nesse espirito, foi como si se cavasse uma definitiva separação, em tom de incompatibilidade. Mal a sentimos naquelles dias de D. Francisco das Manhas; mas desde que se aproximam — portuguezes e pernambucanos, no Arraial de Bom Jesus, surdem rivalidades dolorosas de que já soffre a colonia. Congregam-se os Insurgentes, e a vontade do Brasil tem de impor-se, mais de uma vez, contra pre-

tensões do portuguesismo... Não se passam trez gerações, e a separação é odio, a denunciar irreductivel necessidade de eliminar o mal. E' o odio com que são combatidos Mascates e Emboabas. A luta se decidiu pela derrota dos que apenas começavam a viver, e dahi por diante toda a vida do Brasil será unguida nesse odio, conduzida pela necessidade de lutar contra o objecto delle... As victorias que mantêm os portuguezes na situação privilegiada serão novos motivos de separação e de mal-querer. E a tradição se reforça nesses motivos bem definidos nos successos que delles derivam.

No Norte, como no Sul, bem cedo se patenteia a opposição nacionalista contra os reinões.

A TRADIÇÃO REPUBLICANA

O Brasil, não só antecedeu qualquer das republicas hespanholas em movimentos de independencia, como, mais do que ali, aspirou sempre um governo republicano-democratico. No Senado da Camara de Olinda, posto uma republica aristocratica — ad instar de Veneza... A epoca, no remoto Brasil, não poderia suggerir instituições mais livres, principalmente a um fidalgo. Todavia, elle falou em Republica Independente, lembrando, até — “que se procurasse o apoio de um principe christão contra Portugal...” Era a revivescencia do proposito já esboçado na acção dos Insurgentes; mas, os brasileiros eram muito ciosos da sua tradição, para que accitassem adoptar a soberania de outra nação em represalia áquella que os formara. O alvitre não foi admitido, e os senhores de Olinda preferiram appellar lealmente para o proprio rei de Portugal... Fosse qual fosse o resultado, o conceito corrente, dahi por diante, é o de que “havia em Pernambuco dois partidos, um realista, outro republicano”. E nunca mais se dissipou, na terra brasileira, a aspiração logo incorporada nas

suas mais legitimas tradições — independencia num regimen livre, democrata, republicano.

A conspiração de Villa Rica, no enthusiasmo facil de poetas e a jactancia simploria de Tiradentes, parecidos de somenos importancia... O throno, mesmo, tendo-o como inoffensivo, o admittiu para precursor da independencia. E, com isto, a conjura de 1789 se reduz, nas historias communs, á pusilanimidade dos outros prisioneiros ao lado Joaquim Xavier, com as carnes do esartejado, dadas aos urubús, segundo o gosto do bragantismo reinante. Ha, no emtanto, da apparente insignificancia revolucionaria, varios aspectos a destacar: o movimento é datado de 789, o anno da Bastilha, mas, de facto começa mais cedo; antes de 786, ha em Coimbra um grupo de estudantes brasileiros que se chamam de republicanos; nesse anno de 786, o mineiro Vidal Barbosa e outros brasileiros, estudantes de medicina, “entabolam relações com os agentes do Governo Norte-Americano”.

Tudo isto leva a acreditar que si a ideologia desses revolucionarios deriva do encyclopedismo, o movimento projectado se liga immediatamente á Independencia dos Estados Unidos. Aliás, é essa a opinião explicita de Armitage: “Quando se declarou a independencia... da America do Norte, aspiração vaga se manifestou, a conseguir-se outro tanto no Brasil”. E ali está o depoimento de Joaquim Maia, tocante aos seus entretenimentos com Jefferson, e que é a peça mais lucida e razoavelmente livre, da parte dos que participaram do caso: “Os brasileiros consideravam a revolução norte-americana como expressão do que lhes é preciso fazer”.

Trazido o plano de independencia por esses que vinham da Europa, elle é logo acceito, justamente porque estava na linha dos sentimentos geraes, da capitania, e de todo o Brasil, bem sabiam os conjurados.

Felicio dos Santos, que attentamente estudou esse ponto de historia, é peremptorio: “O modo rapido e im-

previsto por que se abafou a conspiração, não deu tempo para conhecer-se, com exactidão, a sua magnitude...”

O certo, porém, é que tinha raizes em todos os pontos da capitania, e mesmo fora della... Antes, o chronista do Diamantino já havia accentuado: Não, foi só o amor da Independencia... foi, principalmente, o odio á monarchia... A palavra cidadão já era conhecida, e a encontramos em documentos da epoca”. E Felicio dos Santos, nos nomes que inclue, patenteia a importancia do movimento. Terá havido aquella proclamada pusilanimidade; mas tudo faz crer que, a proposito de perdoar e commutar as penas em degredo assassino, exageraram a mesma pusilanimidade. A verdade é que em razão das suas ideias republicanas, manifestadas então, José Joaquim Vieira de Couto fora assassinado em Lisboa, com o pretexto de ser amigo dos francezes; José Eloy Ottoni, seu primo irmão, foi perseguido em nome da Inquisição, tudo isto sob a allegação de serem maçons, pois que toda a propaganda de liberdade se fazia, então, nas lojas. “Os conjurados eram todos iniciados na maçonaria, introduzida por Tiradentes, de volta da Bahia...” (Felicio dos Santos).

A bestialidade da repressão bragantina de 1789 fôra para matar todas as velleidades: no emtanto, ao findar o seculo, ha quem se congregue, na Bahia, para o fim explicito de fazer a Republica brasileira... O padre Fonseca Neves denunciou, em 1789, a existencia de uma sociedade revolucionaria na Bahia, em cujas sessões se davam vivas á Liberdade... denuncia confirmada no dia 12 de Agosto, pelo apparecimento de papeis sediciosos. Então, sob o governo de Fernando Portugal, abriu-se uma devassa, e quatro infelizes, considerados chefes, foram sentenciados á morte e executados em 8 de Novembro de 1799. Os mais foram degradados para a Africa, onde se lhes terminou a existencia. Não demora que, sempre no segredo da maçonaria, se accenda o rastro revolucionario, em Pernam-

buco. Em 1801, são denunciados os irmãos Cavalcanti como — pedreiros-livres, republicanos, por conseguinte. Monsenhor Tavares fala das primeiras lojas como fundadas em 808, mas Souza Falcão insiste em que — foram os Cavalcantis os introductores da maçonaria em Pernambuco, na data já apontada — 801. E tudo leva a crer que essa é a verdade. Está verificado que os Cavalcantis estiveram em difficuldades, nessa epoca, e foram obrigados a expatriarem-se. Si desde 1799 havia lojas na Bahia, é muito certo que não tardaria a sua entrada em Pernambuco, cuja maçonaria, posteriormente, esteve sempre em relação com as lojas a que, em 1817, fora recommendado o padre Roma. De todo o modo, logo no começo do seculo, recolhe-se á sua Goyana o grande Camara Arruda, rico de sciencia verdadeira e de são brasileirismo, em cuja inspiração organisa as lojas maçonicas — de proselitismo politico-revolucionario, e de onde sairá a revolução heroica, virtuosa e republicana de 6 de Março. O absolutismo que dominava o Brasil não permittirá que essas lojas appareçam quaes são, e ellas se disfarçarão em academias, nominalmente de letras, e, na realidade — clubs jacobinos. Barbosa Lima nol-as mostra multiplicadas e activissimas, no ardor de Domingos Martins, Cavalcanti, Cabugá... sob o doutrinamento de Camara Arruda, que, republicano, para ser humano e justo, formula, bem claro, o seu programma: “A escravidão, a inferioridade legal das gentes de cor, é o mal essencial do Brasil: devemos remil-o com a monarchia ou sem ella...”

O bragantismo mantinha esta patria absolutamente fechada ao pensamento livre, sobretudo quanto a assumptos politicos; mas em torno do Arcopago de Goyana se disseminaram as paginas francamente revolucionarias, em que os discipulos e companheiros de Arruda completam a sua formação politica. O livro de Reynal sobre a Revolução Americana era da leitura de todos

aquelles pernambucanos. A Declaração dos Direitos do Homem, o almanack do Père Gerard, traduzidos para o portuguez, eram especialmente diffundidos. E, com isto, o celebre Club Social, filiado aos Jacobinos, mandou emissarios a Pernambuco. A historia das celebres lojas-academicas forma, então, a historia mesma da propaganda, para a grande e generosa revolução que devia fazer a independencia do Brasil com a Republica. Foi a prova decisiva e gloriosa, apesar de tudo, do esforço pernambucano em prol de um Brasil realmente soberano e livre. Até um Andrada — Antonio Carlos, ouvidor ali, foi alcançado pela chamma: em sua casa funcionava um dos clubs politicos, a Universidade Democratica... E comprehende-se bem a nitidez e vehemencia do movimento que chegou a ser uma revolução triumphante. Naquelle Norte, onde foi mais accesa e vigorosa a lucta de defesa da nova patria, devia despontar e affirmar-se a intrepida resolução de fazer um Brasil francamente nacionalizado. Então, num impeto realmente revolucionario, os descendentes dos Insurgentes abatem o poder da metropole madrastra, e proclamam uma republica exclusivamente americana.

Culminancia de patriotismo e vertice de angustia para a alma brasileira, 6 de Março de 1817 será, para sempre, o marco illuminado onde se mostra a legitima aspiração desta patria. E ahi se quebraram destinos que se annunciavam em glorias... O sangue do mais puro nacionalismo teria corrido inutilmente, para ser lambido pelos cães, si continuando nós no Brasil polluido pela independencia de 1822, não tivéssemos nesse feito o motivo de confiar e esperar. Por isso mesmo, no remir das tradições, é indispensavel restituir todo o seu valor á revolução de independencia na liberdade, como o fizeram os republicanos do Capiberibe. Seis de Março, supremo desastre no trauma de que ainda soffria a Nação brasileira, será por isso contemplado e meditado especialmente, quando for occasião de estudar esse mes-

mo trauma, em efeitos e extensão. Neste momento — reintegração de tradições, baste-nos accentuar o caracter de emancipação radical e pura democracia, daquela vigorosa reivindicação nacional. Destinos alheios — o acaso, que nestas praias atirou o resto dos Braganças, torceram os nossos fados, e fomos definitivamente contaminados pela esteril e longa miseria que elles nos trouxeram... Encaremos a fatalidade, em vista de todo o passado genuinamente brasileiro que ahi está, confirmando as nossas qualidades de Americanos para a Republica. Ingenuo e leal, nos transes de Dezesete, Pernambuco foi dominado e ultrajado, para que se desse o Brasil aos interesses do luzitanismo que nos peiava; mas tudo não passou de traição em injuria das tradições genuinamente brasileiras, sempre nitidamente republicanas. Como o Imperio tramado em 22 contrariava dolorosamente os intuitos nacionaes, definidos desde 1789, o animo de Dezesete reponta em 24, em 31, 37, 48... E comprehendemos, agora, porque os historiadores officiaes tanto se esforçavam para reduzir taes movimentos, ao mesmo tempo nacionalistas e republicanos, a motins de renitentes desordeiros. No caso o que era uma historia sincera e patriotica devera accentuar é que, em povo tão tranquillo, os motivos de revolta fossem taes, e tão potente o espirito de nacionalidade, que venceram o proprio horror á desordem, para chegar á franca revolução... E comprehendemos, ainda, como um Andrada, de formação aristocratica e tradição bragantina, mas, brasileiro sempre, se ligasse tão facilmente e sinceramente ao movimento que deu em 6 de Março. Os Pereira da Silva e equivalentes, a ultrajar os patriotas pernambucanos, resolveram o caso Antonio Carlos affirmando que elle fôra obrigado a servir á revolução. As cartas á familia, na sua absoluta sinceridade, ahi estão para provar que o franco brasileiro de 1822 não se dobraria a servir uma causa, contra as suas

convicções. Voluvel, Antonio Carlos, é possível; refalsado, covarde traficante de opiniões, nunca.

Desastre para esta patria, ainda assim, o movimento de dezete manteve a significação de impor ao proprio Bragança a realidade da Nação brasileira: na mesma victoria do conde dos Arcos, comprehendeu o throno que não poderia mais guardar ostensivamente o Brasil para serviço de Portugal... E o conde dos Arcos veio a ser o primeiro ministro do Brasil, nominalmente separado. Seis de Março, que devia fazer um Brasil realmente brasileiro, fôra tramado no seio da maçonaria, e, dahi, as grandes iras do absolutismo portuguez contra a propaganda maçonica, taxada de infecciosa.

Pedreiro livre era synonymo de brasileiro — separatista, revolucionario, republicano: "... veneno trazido de longe... opiniões destruidoras, com as quaes alguns malvados quizeram infeccionar a nação portugueza..." Assim o diz claramente o Governo portuguez, em 1820, quando, depois de executados os mais perigosos, indultou os revolucionarios ainda não summariados. Entre estes, como monsenhor Tavares, Antonio Carlos, e os muitos esquecidos nas enxovias da Bahia, estava, certamente, o cirurgião Vicente Ferreira de Guimarães Peixoto, de Olinda, e que, antes de 17, havia fundado, em sua casa, uma escola secreta, reaberta em 21, no titulo bastantemente expressivo de Loja 6 de Março.

PORQUE A MONARCHIA...

Bem antes da Independencia, já era forte a actividade maçonica do Rio de Janeiro, e isto significa, na tradição brasileira, actividade essencialmente politica — separatista e republicana... Tanto era assim, que, por effeito da vida maçonica, estava preparado um movimento revolucionario, para rebentar em 18 de Fevereiro de 1821. O governo teve denuncia do caso; houve pri-

sões e processos, que, finalmente, foram suspensos porque a habilidade politica do ministro Thomaz Antonio entendeu desviar o perigo por um acto de magnanimidade: perdoando os implicados — “o escol da sociedade carioca”, diz-nos o Sr. Assis Cintra, na fé das informações que poudes reunir. E, de facto, houve muita gente incluída na devassa.

O perdão veio a 16 de Março; mas foi em vão, pois que um mez depois, em 20 de Abril, tem o governo denuncia de nova conspiração. Redobra de vigilancia, sem maior resultado: a 4 de Outubro, garante Beauville, devia estalar outro movimento, cujas proclamações chegaram a ser affixadas. Foi tudo isto, sobre a esperteza lerda de D. João VI, que levou a confessar, mesmo ao filho de quem desconfiava — que o Brasil não tardaria a separar-se de Portugal. E elle sabia, tambem, que tudo isto era tramado na maçonaria, já então sob a direcção dos Ledos. Garante o mesmo Sr. Cintra, que o Ledo deputado fôra para Lisboa — “com o fim occulto de mandar informações...” Tal intuito nos explica, talvez, por que o dr. Ledo foi tão pouco ostensivo no seu brasileirismo, ao lado dos Feijó e Barata. E vale a pena continuar a transcrever alguma cousa das trezentas e tantas paginas com que elle procura tirar a José Bonifacio a gloria de ter feito a Independencia de 22: “Do processo instaurado contra os conspiradores (Fevereiro de 21) ficou provado que a ideia da Republica partira da loja maçonica Commercio e Artes, por inspiração dos irmãos Gonçalves Ledo... A politica, em virtude disto, ordenou o fechamento da Loja Commercio e Artes, e organisou a perseguição dos maçons, perigosos alteradores da ordem. Mas os maçons continuaram a conspirar”. Não se dirá que os textos e argumentos do Sr. Cintra bastam para despedaçar o pedestal em que assentaram o patriarcha de 22; mas são eloquentissimos — para demonstrar que a tradição da Maçonaria brasileira, mesmo no Rio de Janeiro, era nítida-

mente republicana, e que foi a ambição torva e a competência mesquinha de Ledo que desviaram a Maçonaria dessa tradição — de Republica.

O livro inteiro, turgido de citações como é, não chega a maior effeito do que a simples secção do capitulo, do Primeiro Reinado, de L. F. da Veiga, secção que, no titulo bem significativo de — “José Bonifacio, Patriarcha”, tem por intuito provar que — o patriarcha foi quem menos fez pela Independencia. Com a vantagem de gastar menos espaço, o Sr. Veiga não se fatiga em fazer o paralelo de merito — Andrada-Ledo, e, com isto, a sua argumentação ganha muito. Toda ella se resume nos dois itens: A Independencia é obra de todo o mundo, menos de José Bonifacio; ella ficou feita em 1808, logo não podia ter sido feita por José Bonifacio... Qualquer que seja o effeito desses historiadores a podar o velho Andrada, as suas paginas têm, de facto, um grande merito: patenteiam, em luz de evidencia, que a Independencia era inevitavel, e que nenhuma possibilidade havia contra ella. E, com isto, pois que a orientação era até contra ella. E, com isto, pois que a orientação era, até então, republicana; pois que a melhor actividade estava na Maçonaria; por si se demonstra que foi Ledo, com o trazer a Maçonaria para o principe, quem mais concorreu para que não se fizesse a Republica em 1822. No momento de estudarmos os effeitos de Bragança, acharemos os titulos em que Gonçalves Ledo tem o seu merecimento. Nesta instancia, o intuito é somente mostrar que a tradição do Brasil sempre foi pela Republica. Era fatal que assim se faria a Independencia, pois que, nunca, ninguem poderia contar que a ingenuidade, a estupidez, a ambição, a filaucia e a traição chegassem a unir-se para uma longa actividade, contra o Brasil, como aconteceu em o nosso 22. Desse conluio sinistro, sahiu a Independencia com a Monarchia, quando, antes e depois a tradição, genuinamente

nacional, era republicana. Por isso, em 22 mesmo, já existia um partido republicano.

A memoria de Fragoso, dessa data (com o intuito de propagar a ideia de união com Portugal) faz appello explicito á existencia do perigo — Republica. Ao apresentar a Ordem do Cruzeiro, produzida com a Independencia, para gloria della, arrazôa o velho Andrada: “O Imperador, a exemplo dos seus gloriosos antepassados...”, e, por isso, foi duramente atacado pelos republicanos, refere a chronica do tempo.

A adopção da monarchia foi, de facto, uma victoria do lusitanismo, amparado no inglez, contra as nossas aspirações. As peripecias do reconhecimento do Imperio pelas grandes nações ahi estão para demonstral-o.

Apezar de que já aqui estava o throno dos Braganças, e do fortissimo apoio que encontrava nos portuguezes — entrincheirados nas suas posições, elle não lograria ficar definitivamente, si não fôra o gabinete de St. James, a fazer finca-pé em favor da coroa portugueza, sua alliada.

O Sr. O. Lima, no livro destinado a accentuar a grandeza dos serviços de Canning ao Brasil, o que destaca, de modo impositivo, é a verdade: sem a ostensiva e intransigente intervenção favoravel do inglez, toda a machinação portugueza teria mallogrado. No caso, os seus conceitos têm valor especial: illustram-se de excellente documentação diplomatica, e vêm de uma mentalidade que se não assemelha, em nada, á de um jacobino, isto é, a um extremado republicano. O Sr. O. Lima chega a affirmar que — “Em 23-24, Pedro I estava em plena popularidade!...” Pois bem, comtudo, commentando as difficuldades oppostas por Portugal ao reconhecimento, diz esse historiador: “... uma terra (o Brasil) que, na essencia democratica, se vangloriava de constitucional, e, entre homens de Estado que andavam intimamente, e, em muitos casos inconscientemente, mesmo, solicitados por predilecções republicanas...” Já

não se trata, pois, de demagogos, anarchistas, facção extrema... segundo o conceito dos historiadores bragantinos, repetidos no proprio O. Lima, mas de — homens de Estado, com predilecções republicanas...

Historiador de D. João VI, do Reconhecimento, e dos movimentos republicanos, o Sr. O. Lima dá todo o peso da sua opinião para affirmar que a Independencia foi, desde logo, uma cousa solida, por ter sido — “de-sejada e applaudida, tanto pelos que ambicionavam obter depressa a emancipação do Brasil, como pelos que receavam ver o paiz cahir nas mãos da facção extrema...” Já sabemos: esta facção se compõe dos republicanos. Adiante, o sensatissimo dissertador diz todo o seu pensamento, numa nitidez que espanta: “D. Pedro cingira a corôa imperial para não ver o Brasil torçar-se independente debaixo do systema democratico... (republicano)”. Este mesmo, Pedro I, reconhece a existencia de um forte partido republicano, quando allega, ao Governo inglez e ao pae: “... não posso fazer maiores concessões (a Portugal) para não dar motivos em que se fortaleça a propaganda dos demagogos... “Nas Instrucções a Gameiro, quando esse é mandado tratar do reconhecimento junto ao Governo de Londres, lá está: “... insistirá nos esforços que S. M. I. tem feito para suffocar algumas facções dispersas, que a effervescencia do seculo tem animado contra os principios monarchicos...” Pelo seu lado, Canning, o grande fazedor de nações neo-ibericas, não teve maiores difficuldades, no tocante ao Brasil, do que a de conserval-o para a casa de Bragança.

Dahi, o seu esforço em apressar o reconhecimento por parte das outras nações europeas: “... a forma monarchica, adoptada pelo novo Brasil, estava, em face da poderosa facção demagogica nacional, por assim dizer, dependente da prompta sancção européa...” Justificando, nesses termos a acção do grande estadista inglez, o Sr. O. Lima nol-o mostra — ameaçando, com os

republicanos brasileiros, a obsoleta diplomacia portugueza, e a teimosia reaccionaria dos homens da Santa Alliança: Ah! Vocês relutam em reconhecer o Imperio Brasileiro? Então, abandono-o, e hão de ver o Brasil perdido para a corôa portugueza; uma monarchia de menos, no mundo, e una republica de mais...: "Canning convenceu a Metternich de que a destruição do throno brasileiro, fatal no caso do não reconhecimento, seria mais fatal ao principio monarchico, por ambos os estadistas acatado". Por sua vez, o enviado de Pedro I, Caldeira Brant, esse aprendeu tão bem a licção do inglez, que á primeira objecção do representante da Santa Alliança, prompto respondeu: "Querem fazer cair o Imperador... Tanto peor para elles..." Quer dizer: a não transigir com a truncada revolução brasileira, os soberanos europeus sacrificavam irremissivelmente o throno de Pedro I aos republicanos. Adoptando esse pensar o Sr. O. Lima, depois de chamar o partido republicano de — facção turbulenta, admite que a maioria da Constituição, dissolvida por Pedro I, era de radicaes, adversarios do principio monarchico...

Note-se que, naquelles dias, ser republicano significava affrontar um inimigo implacavel. O odio do Bragança perseguiu o grande brasileiro Paes de Andrade até na Inglaterra. Comtudo, como era a tradição nacional, mesmo no Brasil possuido pelos brasileiros de D. João VI, continuam as gerações de republicanos a oppor-se vivamente ao regimen instituido, sempre com vistas a realisar as suas aspirações. Ninguém contestará que o animo primeiro, para o movimento de 31, foi de republicanos.

Teremos de dar paginas especiaes a esse resurgir da alma nacional.

Por ora, tão somente consignemos as paginas imparciaes dos adversarios, quando mostram democratas, radicaes e republicanos... entre os que crearam a situação de que resultou o 7 de Abril: "... Tendo abdicado

o primeiro imperador... paisanos, militares, republicanos, federalistas e liberaes, pareceram todos concordar!...” Nestas palavras, Moreira Azevedo insinua que, nesse mesmo acto — da Abdicação, os republicanos afrouxaram dos seus intentos. Ora, ahí está toda a historia, a contar-nos as successivas tentativas delles, exaltados, para mudar o regimen, em opposição á politica contemporisadora dos moderados. Num desses momentos, em Abril de 32, os federaes, exaltados, chegaram a levantar ostensivos vivas á Republica. A energia de Feijó dominou-os, no momento, elles, porém, continuaram a existir, tal o attesta o sensatissimo Evaristo da Veiga, ao fazer o elogio de Pedro I, morto: “... as opiniões vão achar-se divididas como em 31, entre os que desejam a sustentação da monarchia constitucional, e aquelles que, a todo custo, quereriam a proclamação da Republica”. Depois, foi toda a miseria que, atravez dos Araujo Lima, Hermeto, Calmon, Bernardo de Vasconcellos, deu lugar ao: — Quero já e á Dissolução previa. Então se provou que se não extinguiu de todo a voz da tradição republicana: no arremesso de 42, mesmo derrotadas, em Pau d’Alho, as tropas revolucionarias gritavam — Viva a Republica! Abaixo o throno estrangeiro que nos avilta!...”

A DEGENERAÇÃO DO THRONO

Si procurarmos os effeitos da degeneração nas classes dirigentes em especial, si os classificarmos segundo as qualidades e actividades degradadas, temos, então, os attestados completos, e numa extensão de symptomas já allucinante. Começa, naturalmente, pelo proprio throno, e manifesta-se, nelle, com as primeiras ondas de riqueza. A exhibição manuelina em Roma, e o rolar de dinheirama, como o Venturoso o ostentava num Aviz, já é degradação de criterio, degradação na proporção

que vae dos grandes estadistas que conceberam, planejaram e realisaram a exploração dos mares ao reinante enfatuadamente pueril e nullo. Em si mesmo, esse neto de Lencaster era a transparencia de um tarado: bronco e faustoso, orgulhoso, pulha, máu e ingrato, sordido e dissipado, ingrato e injusto, sybarita sem gosto, medindo valores humanos a peso de dinheiro, unico valor que apreciava. Acolheu, explorou, adulou os judeus, até o dia em que os vendeu miseravelmente á Castella, quando, estultamente, imaginou chegar ao imperio da península: “A qual obra (perseguição dos judeus) não tão somente foi de grão horror misturado com muitas lagrimas, dor e tristeza dos judeus, mas ainda de muito espanto e admiração dos christãos”.

Nesse commentario, de um chronista da epoca, temos a medida do rei portuguez que iniciou a campanha anti-israelita. Fez vir de Lisboa vinte mil judeus, para serem baptisados á força, e, com isto, desencadeou contra os desgraçados a populaça, já meio ensandecida. E a historia de Portugal teve de incluir a sua primeira pagina — de ferocidade bestial e covarde: “Este baptismo forçado... revela a politica dubia e falsa de um governo que não tinha a coragem purista do castelhano, depois de ter perdido o bom senso e a humanidade dos tempos anteriores. Deshumanos, os actos, eram ao mesmo tempo covardes...” E começa a carnificina hedionda; “Os bandos iam caçar pela cidade os judeus escondidos... Traziam-n’os ás manadas de quinze ou vinte, amarrados, semi-mortos, e lançavam-n’os aos montes nas fogueiras... Os sinos dobravam a rebate chamando os fieis á matança... No primeiro domingo, matou-se meio milhar... Na segunda feira mataram-se mais de mil... “Na terça feira, acalmou a furia, porque já não achavam quem matar”. Trez dias e trez noites durou a orgia... mais de trezentas pessoas queimadas, mais de duas mil mortas... “Espírito mercantil afortunado, “com o acanhado dum negociante, ouvia

todas as intrigas". Despotico e caprichoso"... era um ser mediocre para quem o mandar não passava de uma satisfação e um goso mesquinho e pouco nobre..."

O seu reinar, em vez de officio espinhoso, era um molle abandono... um paraizo de delicias faceis". Comia, adormecia, ouvia os conselheiros tratarem dos negocios publicos ao som de musica permanente. Enquanto ceava, dançavam os moços-fidalgos. "Sabia á rua, numa procissão de elephantes rhinocerontes e menestreis, a imitar estultamente principes asiaticos. "Esta inferioridade do rei, fala o mesmo portuguez, fez com que elle não soubesse imprimir ao dominio do Oriente o character de um imperio pondo-se a commerciar por conta propria. Mas, mesmo como financeiro, era um incapaz: consumia e esbanjava toda a renda do reino e das Indias, e ainda "contrahia emprestimos a juro de agiotas, de sorte que o seu Portugal já era um pedinte". Foi elle quem deu a um seu fidalgo — o exclusivo dos bordeis dos Algarves.

D. Manoel presidira com sinistra competencia o vertiginoso declinio de Portugal, elevado pelos dois João de Aviz: "A corrupção desvirtuára todas as qualidades do character nacional", diz o Sr. O. Martins, ao fechar o capitulo do seu reinado. "A justiça era um mercado... e a nobreza ingênita... traduzia-se num luxo impertinente e miseravel.

"Segue-se-lhe D. João III, o fundador do Brasil e em quem o espirito se eleva, para mais accentuado des-equilibrio: tinha intuições de genio, como quando comprehendeu a importancia do Brasil, e arrecessos de louco — ao ir buscar a Inquisição, para aggravar as desordens em que já soffria o Portugal da decadencia. A sua tara se manifestara, justamente como beatice fanatica. São, teria sido um grande mystico. Procurou pôr termo ao desbragamento da India, com a seriedade de um grande homem de Estado, e consumiu as finan-

ças do reino, a comprar, em Roma, a Inquisição — para queimar os restos de judeus e as bruxas, que a insanía geral apontava. Foi humano, ao supprimir as torturas e mutilações dos criminosos communs, e exaltava-se em sadismo, ao ter noticia das torturas, nos autos da fé, por elle mesmo accendidos. Será por tudo isto que Fr. Luiz de Souza o chama —o Homem de curto juizo. Entrado na decadencia, Portugal lhe deve mais do que a qualquer outro: deu-lhe o Brasil.

Dentre os outros filhos do Venturoso, destaca-se D. Duarte, o duque de Guimarães, devoto a seu modo — degenerado: “Uma vez metteu na cabeça de um judeu uma carapuça untada de therebentina, e, puxando-a, arrancou-lhe os cabellos...” E’ apenas imbecilidade, má, sem ser tão funesta como a do seu irmão, o Cardeal D. Henrique, que preferiu o castelhano, ao sobrinho, o verdadeiro successor, e que seria um rei nacional. E ainda não teve a coragem de poupar maiores males — entregando logo o reino ao Philippe: preferiu deixar o paiz em plena crise. .

O caso de D. Sebastião, de curto mysticismo, cruzado anachronico, insensato em tudo, é o caso typo: — de um Aviz degenerado. E acabou a dynastia... Mas não acabou a degeneração dynastica. Vamos encontral-a mais grave e mais feia nos Braganças, todos tarados, nas peores das formas, sem um typo accessivel á sympathy, sem um momento de remissão.

Do duque de Barcellos, a fomentar a luta em que seria assassinado o príncipe sabio, o Regente D. Pedro, a passar por D. Jayme, até o que trahiou, numa vez só, Portugal e Brasil, o nosso Pedro I; não ha um, em realce que não seja repulsivo como degradação humana”. A descendencia de Nunalvares (Braganças), um heróe e um santo, foi uma successão de intrigantes, de máus e doidos, ou de egoistas vulgares.

A DEGRADAÇÃO DOS BRAGANÇAS

Talvez que o heroe dos Atoleiros, o Nunalvares interesseiro, que se oppunha ás formulas justas de João das Regras fosse, por sobre heroe e santo, um experimentado onzenario... Aceitemol-o, comtudo, no puro valor de virtude, mas reconheçamos que a sua prole desceu muito: degradingolou dessa virtude abaixo, e cahiu no profundo das ignominias. Já houve historiador que pretendeu explicar toda essa miseria com o sangue do Barbadão, cuja filha é a propria mãe do Aviz... Não é preciso infamar o pobre humilde, acaso, o plasma mais vivificante em tudo aquillo.

Não é preciso, porque, mesmo sem sangue vil, a profunda degeneração, como a dos governadores portuguezes, era bastante para vencer toda virtude, e tornar abjecta qualquer descendencia de heróes. Finalmente, pouco importa a causa: o que nos interessa é o facto — reconhecida degeneração dos Braganças. Era assumpto de chronica universal. As côrtes e os governos da Europa conheciam-na bem. Richelieu, desde que entrou em luta com a Casa d'Austria, resolveu aproveitar o Bragança, como seu instrumento, nesse papel — de restaurador de Portugal, com o que muito se diminuiram os dominios do rei de Castella. Em 634, offereceu-lhe, para a empreza — 50 navios e 13.000 homens, e o duque de Bragança ainda hesitou, que elle não era nenhum heróe. Hesitou muito; só em 640, e com o concurso poderosissimo da Hollanda, entrou em acção. Agora, o exito estava garantido: França e Provincias Unidas, a apoial-o! Antes, elle era o homem da sua riqueza e do seu socego". A éra das tergiversações, dos compromissos fracos, em que a sua natureza mesquinha se prazia, terminara... Obrigavam-no a decidir-se, o que era uma dor d'alma, para o seu genio quieto, pequeno, egoista. "Foi uma victoria facil, a do primeiro momento: deram-lhe a corôa, sem a despeza de um

tiro. Mas, depois quando a paz de Westphalia desembaraçou a Hespanha da Hollanda, e que elle viu a possibilidade de ser fortemente combatido, presentindo riscos", D. João IV não resistiu ao medo, e tratou de se salvar a si.

Não duvidara alienar o ultramar e subscrevera todas as exigencias humilhantes... mas arriscar tudo, inclusive a cabeça... "Foi quando elle se deu, inteiramente, e com Portugal, ao Inglez. Em rapida summula de character, Lucio de Azevedo qualifica-o: "... pusilanime, ingrato, vingativo, cruel..." e desafia a serie das suas consagradas cruezas.

Vêm os filhos de D. João IV; D. Theodoro, que devia reinar, de quem dirá o mesmo historiador: "... mal entrado na adolescencia, dado a devoções e já maniaco da astrologia, bisonho, mettido em si, um tanto mulherengo..." Nem é preciso mais para patentear a degenerescencia. Do que se lhe segue, D. Affonso, e toda a historia de sua vida, abjectamente tragica, na degradação de um "... character immundo, inclinações vis, gostos obscenos..." A esposa, a rainha, preferiu o cunhado, e os dois, numa rebellião palaciana, encerravam-no e tomaram-lhe o poder. Esse irmão é aquelle a quem os francezes, benevolamente, consideravam — um tanto doido. Foi o proprio que completou a submissão e subserviencia de Portugal á Inglaterra, com o celebre tratado de Methwen. Teve duas glorias: lançou o pobre Portugal numa guerra de equilibrio europeu, e fixou as formas do definitivo absolutismo em Portugal. O filho, D. João V, consegue adiantar-se em degradação a todos os Braganças, já famosos como degenerados. Foi o rei singelamente classificado em beato e devasso, reinando num mundo de costumes ridiculos e nojentos. Para dar-lhe os meios de beatice e devassidão, a fortuna lhe trouxe as minas do Brasil. "Enfatuado e devasso, corrompeu e gastou, pervertendo-se tambem a si e desbaratando toda a riqueza da nação. Teve como

secretario o nosso Alexandre de Gusmão, que deixou d'elle, e do seu reinado, o retrato ao vivo: "um mar de superstição e ignorancia... um bolonio esteril e contrafeito"... Uma alma de beata velha, num corpo de macho coroadado, podia ter accrescentado. Tornou Portugal definitivamente carola, inteiramente encravado na fradaria:

"A fradaria absorve-nos; a fradaria suga tudo, a fradaria arruina-nos". Com elle, a corrupção não mais teve reservas: "Tudo se consegue com quaesquer quatro bolas, garante o mesmo Gusmão, si applicadas decentemente a qualquer bonzo, quando não possa ser ao vizir seu protector". Era devoção, orgia e sanguinarismo. Gastou mais do que rendiam as minas; levantou a alvenaria pesada e desgraçosa de Mafra, deu ondas de conegos á Patriarchal, e teve um recanto de amores no convento de Odivellas. Tinha-as de toda sorte: freiras, barregãs, dançarinas". O rei devoto e lubrico... imperava sobre a aristocracia e as freiras... bailarinas e cantoras de Opera... tendo por amante no seu harem uma cigana... Não lhe bastavam os requintes sensuaes... de luzes e incensos... comia ambar". Foi quem mandou queimar o judeu Antonio José, porque o chamou governador da ilha dos Lagartos. Quando acabou de cobrir Portugal de conventos, espalhou-os fartamente pelo Brasil. Quadruplicou os canonicatos, e, em Portugal, não havia imagem de santo que não tivesse corôa de ouro offerecida pelo rei. Tinha como confessor o afamado Fr. Martinho, o proprio heróe da Martinhada, escripta pelo celebre Camões do Rocio, de quem, elle mesmo, D. João V, era companheiro. O filho e herdeiro, do rei beato e devasso, foi D. José, nome com que reinou Sebastião José de Carvalho e Mello. A protervia má desse estadista em falso e o ouro do Brasil permittiram a esse Bragança encher um reinado, não sendo ninguem. Não tinha intelligencia, siquer, para comprehender o papel a que o reduzia Pombal, nem

coração para impedir muito mal inutil. Casou a filha e herdeira, a que foi D. Maria, a louca, com o irmão, o bronco D. Pedro III, para que o casal, — tio degenerado e sobrinha demente, dêsse ao mundo o desgraçoso tarado, D. João VI. D. Maria foi a propria que assignou a sentença de esartejamento de Tiradentes, com a honra de ser louvada, depois por José Bonifacio. Na desgraça do seu fado, tinha o dom de fazer triste e negro o ambiente onde vivesse, e mostrou mais senso e criterio quando louca do que nos dias de lucidez: o filho, o Principe Regente, fugia a ceter, para embarcar, abandonando o reino aos francezes e veio-lhe, a um assomo de pudor: “Mais devagar! dizia ao cocheiro, diriam que fugimos!” O destino patenteando cruamente a degeneração, a redime de outras referencias.

O filho, de D. João VI, o neto, Pedro I, já pertencem á nossa historia. Quando for occasião de analysar os capitulos em que elles se movem, com as acções apreciadas, a inferioridade de espirito se mostrará. Por enquanto, registrem-se, apenas, juizos de historiadores, ou portuguezes, ou estrangeiros imparciaes. “D. João VI, o ultimo dos Braganças, deixou, apenas, aquelle enjão que provoca o vomito... Epitaphio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma serie de reis doidos, ou mentecaptamente máus... Egoista e secco como D. João IV, tinha inclinações fradescas como D. João V... a esperteza soez de D. Pedro II, o plebeismo de Affonso VI... Começava por ser quasi disforme... pés e mãos enormes, e uma inchação das pernas, doença antiga da familia... vertigens e ataques de melancolia, hemorroidas... amarello, rosto flacido, beiço carnudo, sem vida... deliquios, timidez e medo, e, pelo medo, estonteado, prompto a subserever todas as baixeças e humilhações baixas... Avarento, quasi revolucionou Lisboa, porque lhe roubaram 12 moedas... Indolente,

gordo, vulgar, pouco intelligente...” tal o sentia e comprehendia o Sr. O. Martins.

Gervinus, sem motivos para dar-lhe mais espaço, é summario: “... fraco, boçal, governando em nome da mãe louca...” Salles Torres Homem, enquanto ainda era Timandro, define-o pelo que lhe falta: “A dignidade, a fé, a lealdade, a severidade de costumes, a energia de character, a illustração, tudo enfim quanto é indispensavel a um Rei, faltava-lhe...” O Sr. Pereira da Silva, sem nenhum intuito de malevolencia, teve de pintar-o num desatino tal, de covardia e terror, que já não é o simples medo dos covardes normaes. Armitage, inglez bragantista, e que alcançou muito perto a fama dos seus actos — regente e rei, sente-se obrigado a ser compassivo; e, se deixa de lado a pobre criatura, olha para o mundo onde elle se retracta, e desanda: “A moral da côrte era tambem a mais baixa...” O Sr. Oliveira Lima chega a ter, quasi, enthusiasmos pelo governo que elevou o Brasil a Reino Unido, mas, ao mesmo tempo, considera-lhe a corte — “Ignara e moralmente corrupta”. Enquanto esses deslisam sobre a molleza de D. João VI, Maximiano Machado, baseando-se em Soriano, mostra-o qual é: Fez assassinar covardemente Fr. Ignacio de S. Caetano, confessor da Rainha, e que era um homem, porque este o tratava como um imbecil e um lorpa que era. Foi este crime que desencadeou a doidice da rainha. O nosso Pedro I, em quem o Sr. O. Lima reconhece o erotismo de Carlota Joaquina, é, de facto, linhagem de Bragança, excitado por aquelles fogos da mulher que, por isso, até fazia medo ao rei: “... desadorava o ardor da esposa infiel...” Armitage tem exclamações. “Eram infidelidades do Conde dos Arcos, (primeiro a ter ideia de uma independencia em favor dos portuguezes), e dirigido pelo carrasco do padre Roma, preparou o movimento de traição, que começou por enxotar o rei e pae, e acabou por tirar-lhe o dominio effectivo do Brasil. Foi nesse intuito

que elle, apenas principe real, fez fuzilar os eleitores reunidos na Praça do Commercio, depois chamado o Açougue dos Braganças. D. João VI estava escandalizado contra o Principe Real, por ter ajudado os esforços feitos para obrigar-o a sahir do Rio de Janeiro. “No momento de traçar o character de Pedro I, por si, e por Evaristo da Veiga, seu evidente inspirador, Armistage não hesita: “O imperador tudo machinára para ter o goso da autoridade livre e suprema por que tanto anhelara, mas... se tornou incapaz de governar, pela aquisição dessa autoridade... Afastava da sua presença os homens probos... comprazia-se com a mais vil adulação... Continuava a frequentar cordeal e familiarmente os individuos de baixas classes... Passava a maior parte do seu tempo com a sua concubina publica, a quem cumulava de riquezas... ao passo que a imperatriz era obrigada a pedir pequenas sommas emprestadas aos criados... Em vez de amigos, tinha favoritos... Fez de um criado portuguez, secretario: “Chalça”, bulhento, extravagante, dissipado e insolente... tanta influencia ganhou no animo de seu augusto amo, que se pode avançar, sem exaggeração, que partilhava com elle a autoridade suprema”. As palavras do Inglez encerram a documentação de uma caracterizada degeneração, o influxo de um Brasil, joven e viçoso, alliviaria, um tanto, a figura de D. João VI, da sua chaticice hedionda; os ardores de Carlota Joaquina, a sua ambição, desprevenida de senso, realçara, no seu filho, a classica sordidez dos Braganças, para dar-lhe esse mentido aspecto de aventureiro e entusiasta, sem lhe afastar a degeneração essencial, antes aggravando-a em impetos novos. Napier, que conheceu a prole de D. João VI, deixa dos dois — D. Pedro e D. Miguel, um juizo que equivale a um diagnostico de loucura. O Dr. Casanova, medico de Pedro I, não tinha mais duvidas, a respeito do seu valor mental”.

“O Imperador é louco; si me vierem dizer que elle

anda atirando pedradas, não me causará surpresa”. José Bonifácio quiz modificar esta expressão do doutor... mas este replicou que o estado actual de sua majestade se resentia de uma alienação mental muito pronunciada. Era isto em começos de 23; seriam prenuncios dos accessos epilepticos que lhe voltaram logo depois... um ataque epileptico de que soffreu o imperador no dia 6 de Junho (1823), quando já havia cinco annos que não fôra accomettido de tal incommodo, que na juventude por vezes experimentara. Sim: a semente de D. João VI, pelo utero de Carlota Joaquina, não podia deixar de produzir um epileptico, com tons de paranoico. E o ambiente estava feito nesses conceitos. Armitage reflecte-o, quando nos mostra toda a familia de D. João VI (menos D. Benedicta) “distinguindo-se, apenas, pela incapacidade”, até mesmo para comprehendr a situação que lhe era feita pela revolução constitucional de 1820.

POMBAL E AS COMPANHIAS DE COMMERCIO

Sebastião José de Carvalho e Mello, com todas as suas pretensões a regenerar Portugal e restabelecel-o, potente e efficaz, fornece a prova mais completa da profunda degeneração em que o velho reino se dissolvia, porque elle mesmo, Pombal, é, bem explicitamente, já o vimos, um caso de degeneração. Havia, no “grande estadista”, fumaças de talento, vangloria de patriotismo, tudo por sobre a negrura de uma alma torva e cruel. Os seus talentos eram fulgurações desassistidas de senso critico, numa intelligencia já impropria a assimilar a verdadeira experiencia que a vida moderna offerecia, intelligencia sem compenetrção das necessidades essenciaes da nação; nenhum dos grandes ideaes que agitavam a Europa daquelles dias chegou a perpassar-lhe pela sua mente. E Pombal nunca chegou a comprehendr os novos destinos em que Portugal poderia

refazer-se, nem o rigor da dieta a que aquelle povo de mercadores degenerados devia submeter-se, para curar-se. Todo o seu talento consistiu em, tendo dinheiro a faltar, que lh'o davam as minas, formular um programma para, com a lama desse dinheiro, sobre a purulencia do momento, levantar a encenação de uma grande nação, cujas energias consistiam no que elle comprava e importava, e custeava com esse mesmo dinheiro. Nem lhe ocorreu, á sua intelligencia de estonteado, rever a historia do Portugal glorioso, para verificar — como se combinara e se nutria a obra humana de que resultou a sua grandeza. Conhecia a França, a Inglaterra, a Hollanda... e planejou realisar o que era gloria, força, grandeza e progresso em cada uma dellas, com o enxertar, no Portugal decrepito, alguns dos processos já apurados naquellas nações, sem dar nenhuma importancia ás energias essenciaes donde resultaram os mesmos processos. A Inglaterra é fabril, importam-se artesãos inglezes; existem ali “juntas de commercio”, criemos uma... A Hollanda fez grande commercio com as suas “companhias...” organisem-se “companhias” de commercio... Os francezes têm universidades, e litteratura, e sciencia... copiemos as suas universidades... Os allemães prussianos têm exercitos disciplinados, entreguem-se as forças portuguezas a officiaes allemães... Patriota, o seu patriotismo dava, apenas, para considerar a si mesmo o essencial e o bastante realisador do novo Portugal.

Deste modo, a sua obra, inexoravelmente, ostensivamente, eliminou o pouco que ainda restava de outras energias nacionaes. O seu patriotismo satisfazia-se de que, em amontoados decretos, apparecesse uma organização nova materialmente moderna; mas os seus olhos não lobrigavam o rebaixamento moral — de uma patria reduzida, por elle, duramente, á condição de logradouro de seu despotismo, campo facil para a sua inexperiencia politica e social... Opprimia e humilhava, asia-

ticamente, a velha nação, impondo-lhe os seus caprichos pessoases, as suas cruezas vis, e ufanava-se — de estar reconstituindo Portugal. Enforcou summariamente, sem processo, em altos paus erguidos pelas esquinas das ruas, os ladrões e incendiarios, deixando-lhes as cabeças pregadas nos patibulos para exemplo. Procurou os homens onde ainda havia qualquer sombra de character: desterro-os, ou fel-os executar. Chegou á insanía, na crueldade destas execuções.

A actividade de Pombal foi, de facto, portentosa: tinha dinheiro e um reino á disposição das suas iniciativas, e fez tudo quanto planejou. Si do seu governo não resultou mais do que uma aggravação de miserias, qual o vemos no governo seguinte, é que essa actividade, nos intuitos e nos processos, era a mais impropria para uma verdadeira regeneração. O caso expressivo como é, não teria maior importancia para estas paginas, si, por tantos modos, não se estendesse ao Brasil a obra de Pombal.

O menos reconhecido, nessa extensão, está na tradição de despotismo e autoritarismo, ligada ao renome do grande homem de estado.

Ainda hoje, para os nossos mirrados estadistas, o ideal da acção politica e de formula de governo é esse construir á Pombal, em ostensiva tyrannia, e bem arrogante autoritarismo. Finalmente, elles se dispensam de construir, mas a prepotencia e a ostentação de energia parece-lhes indispensavel á funcção de governador. Um “Governo Forte!...” alcançar e merecer um tal qualificativo, resume o essencial das suas mais sãs ambições de gloria. Constructor em “papier-maché”, Pombal não procurou outra base para o Portugal que intentou levantar, sinão o Brasil mesmo. Não lhe dava a mente para verificar — da persistencia de producção das minas em que se abastecia, e menos ainda, para perscrutar o futuro, e imaginar até que ponto o Brasil, nas affirmações em que se patenteara, poderia consentir — em

ser, eternamente, o ubre de Portugal, sobretudo do Portugal desalmado que elle criara. Estadista de ribalta, elle só apanhava, da vida moderna, as exterioridadês uteis; por isso, em vez da cura das energias mesmas da nação decadente, pintou-a de progresso, mascarou-a de força, e, quando o seculo se encaminhava para novas formas politicas, mais justas e humanas, consagrou toda a sua obra baseando-se na justiça suprema de ser o Brasil uma "possessão" de "Portugal". Deste modo, sem a intelligencia sentida e intuitiva, como no verdadeiro estadista, timbrando em tudo desfazer para reorganizar nos lineamentos do seu plano, elle foi, de facto, um desorganizador, pois tanto valem as organizações em falso, isoladas do genio da nação, como elles as fez. Poderia, em detalhes, apparentar boas intenções; os effeitos, porém, foram sempre nocivos.

Tal se verifica no caso dos indios do Brasil: libertou-os definitivamente, ao mesmo tempo que afastava os padres; e, como não era capaz de conceber uma organização efficaz em substituição, deixou-os desamparados, em peor condição, infinitamente peor do que a de antes. Não podia Carvalho e Mello comprehender a differença no papel historico dos jesuitas, aqui, e nas colonias de Castella. Via nelles uma sombra ao seu poder, um obstaculo á plenitude do seu despotismo, e os extinguiu brutalmente, á custa de injustiças e infamias, sem nada attender da falta que elles poderiam fazer a esses mesmos indios, cuja sorte pretendia melhorar.

Ha um momento, em que o Sr. O. Martins se alça em conceitos, e affirma: "Pombal salvou o Brasil" — com o eliminar os jesuitas. Ao mesmo tempo, mostra acreditar que os "padres" eram senhores dos negocios do Brasil, e que só a energia de um Pombal pode ter razão contra elles... Quanta monstruosidade no costado da historia!... E' de mais! Admittir que na colonia onde, em 1658, com Salvador Correa, se impoz aos jesuitas aquelle convenio; na colonia chefiada por aquella Bahia,

ostensivamente e exclusivamente dos Governadores Ge-
raes: naquelle Pernambuco, onde quasi não se citam os
“padres”; admittir que nesse Brasil havia, como elle o
diz — um regimen theocratico, tanto no governo e na
organisação do trabalho!... Os “padres” tinham pre-
tendido muito; mas, em contraste com a tradição poli-
tica herdada pelos brasileiros, em face do desenvolvi-
mento natural dos dois centros de expansão — Pernam-
buco e S. Paulo, elles tiveram uma influencia limitada
ao bem. E quando, pelos varios motivos historicos, se
lhes diminue a influencia, si já não fazem grande cousa
como bem, tambem não chegam a ser instrumentos de
mal. Tanto é verdade tudo isto que, na epoca da sua
expulsão, os jesuitas puderam sahir sem que se produ-
zisse nenhum abalo na vida da colonia, a não ser a falta
de uma assistencia equivalente nas aldeias que lhes eram
confiadas.

Accrescente-se á acção de Pombal, sobre o Brasil,
o golpe que elle desfechou na salutar tradição das ca-
maras municipaes, destituindo-as, entre cutros, do pri-
vilegio que ellas tinham alcançado — de influir no lan-
çamento dos impostos. Ahí começou o declinio de usos
politicos, que seriam a base de instituições verdadeira-
mente democraticas. Ao mesmo tempo que assim des-
truiu as possibilidades de se organisarem, futuramente,
governos locais adequados ás condições de cada parte
na colonia, Pombal entregava a sua economia, e toda a
sua producção, ás celebres “companhias” que fomentou
no intuito real de extorquir o maximo, e de abafar com-
pletamente o paiz — politicamente, financeiramente, eco-
nomicamente. Uma analyse desse regimen — das “com-
panhias”, mostrará os effeitos mortiferos da decompo-
sição portugueza. Por ora, trata-se, apenas, de ligar as
“companhias” á forma de degradada redempção. Ellas
tinham o monopolio de todo o transporte, da importa-
ção, como da exportação; faziam o preço do que com-
pravam e do que vendiam. Negociavam sem riscos. No

justificar os privilegios de que gosavam, ellas falavam a linguagem desembaraçada — de quem não precisa, siquer, ter pudor: "... pretendia augmentar o seu lucro á custa do commercio... o que não podia obter sendo elle livre".

Todas ellas pertenciam á gente de Pombal, que as organisara para serem reflexo da sua politica, canal de distribuição entre os seus apaniguados, do que se colhia do Brasil. A "junta" e as "direcções" pertenciam ostensivamente ao Governo, e tinham um character nitidamente politico. Pertenciam exclusivamente aos interesses do Portugal, definitivamente antibrasileiro: "... a "companhia" tinha o direito de tomar embarcações, cortar madeiras onde lhe fossem precisas, pelo preço que valessem (a criterio da Companhia); obrigar trabalhadores, barqueiros, taverneiros, artifices, ao serviço dos seus armazens e arsenaes, donde não podem ser distraídos por ordem estranha..." Um outro momento, resume Maximiano Machado: "As companhias absorvem em seu proveito todo o trabalho do Brasil, e toda a actividade, deixando em seu lugar a pobreza e o desanimo". E de tal sorte sorveram a fortuna dos brasileiros, que, não obstante terem sido abolidas logo depois do governo de Pombal, nos fins do seculo passado — em 1890, ainda se faziam execuções de hypothecas, de engenhos e fazendas, em nome das antigas dividas a essas companhias.

6 DE MARÇO DE 1817

Marco illuminado do nacionalismo brasileiro, dissemos da revolução de **dezesete**. Sim; porque em vão procuramos na nossa historia motivo de maior gloria. Mesmo perdendo, os homens que se levantaram em Pernambuco, definem-se como apóstolos e heróes. Ainda os menos famosos: um Tenorio, ou Peregrino, ou José

Henrique, ou Carneiro da Cunha, ou Rabello... são figuras para o culto de uma patria. O sacrificio de todos aquelles grandes brasileiros foi, certamente, o golpe mais forte e mais doloroso, para a nação que devia nascer ali mesmo. E, nessas perdas, ella se diminuiu tanto que, ainda hoje, o sentimos. Como quando a vemos tropega, no caminho da liberdade e da justiça, infiel aos ideaes de democracia, infiel aos proprios motivos patrioticos; como quando se deixa conduzir por dirigentes — continuadores do pôdre Estado portuguez, e quando corre para que se desnaturem as suas mais gloriosas tradições.

Encontramo-nos com um Brasil politicamente miseravel... Subamos pelos tempos: Conde dos Arcos, Congominho, Bernardo Teixeira, Luiz do Rego... foram os ultimos, e os mais nitidos, em precipitar-nos nessa miseria. Nem é possivel comprehender a monstruosidade de um Brasil que se emancipa com a "Independencia de 7 de Setembro", sem buscar referencias na revolução essencialmente brasileira, de "dezesete", e cujas energias foram abatidas pelos sicarios de Bragança.

Ninguém insistiu ainda nisto, que é essencial no caracterisar a Independencia de 22: o Conde dos Arcos, que foi o verdadeiro vencedor de Domingos Martins e os companheiros (**é licito atirar-lhes como a lobos...**) foi tambem o iniciador dessa Independencia, factor principal della, pois foi elle quem, na gana de ser ministro do Principe, no Brasil, plantou-lhe n'alma a combinação traiçoeira — de despejar o pae para a Europa, e aposar-se do Brasil, desde logo... O Conde dos Arcos tinha razão em ligar a sua ambição á do futuro Imperador do Brasil: fôra a sua victoria que quebrantara o Brasil, para tornar possivel ao Bragança colher a "Independencia..." Tudo era possivel, então; bastava ousar, porque, de facto, depois de "dezesete", o Brasil era uma nacionalidade a refazer.

O que foi aquelle movimento, só o podia bem comprehender o proprio portuguez: sentiu cahir-lhe a presa das mandíbulas. Desde aquelle momento talvez, que a verdade venceu a lorpa resistencia do cerebro de D. João VI. Por tudo isto, o golpe da repressão foi proporcional ao valor da presa, e, sobretudo, aos sustos dos que temeram perdê-la; por isso mesmo, a repressão se distingue, não só pela violencia e crueza, como pela infamia e cobardia dos processos. E, numa sombra de cobardia e infamia, velaram a memoria dos heróes sacrificados.

Na lobrega e mentida democracia em que estamos, a sombra que o Imperio lançara sobre aquelles feitos se tornou mais espessa, na camada de ostensivo esquecimento em que os deixam. Cousas que deveram ser lembradas na constancia de um culto, são ingratamente abandonadas, como se a realisação de uma patria se pudesse fazer sem exaltada veneração, como se pudermos elevar e exaltar os corações, com os bronzes que nos dão, nas commemorações das tristes campanhas do Imperio... "Tempo virá, talvez, em que o SEIS DE MARÇO será para todos os brasileiros um dia de festa nacional". Assim pensava, porque o desejava, Monseñhor Tavares, que foi dos punidos nas enxovias do Conde dos Arcos. Ainda não o é justamente porque, até hoje, o Brasil não sarou das feridas com que prostraram o Pernambuco de Arruda e do padre Pessoa. Para os que comprehendem a extensão da desgraça, "seis de março" é o dia de "luto santo", motivo de longinqua esperanza, no pensamento de que, quando um povo include na sua historia paginas daquellas, tem o direito de esperar, mesmo quando todo o ambiente cheira a podridão.

Não caberia, aqui, refazer a historia de "Dezesete"; nem seria preciso, quando os nossos intuitos são, apenas: assignalar o valor dos que entraram na revolução, e foram sacrificados; mostrar, no que os revoluciona-

rios fizeram, o espirito politico em que se inspiravam; pôr em cotejo com o proceder magnanimo e generoso delles, os processos cruelmente torpes de Portugal; verificar — que aquelle espirito de “dezesete” deve subsistir, apezar de tudo, pois que elle é a propria alma do Brasil; reconhecer, na politica ulterior do bragantismo, o empenho contra essa mesma alma nacional brasileira, a ameaça suprema para o Bragança; constatar, finalmente, a misera condição do Pernambuco que se revolta, e a justiça da Revolução.

Um chronista da epoca diz dos heróes pernambucanos: “... fogosamente se desposaram com a liberdade...” E nobremente acceitaram a morte, diria para ser completo, porque, assim se caracterizam todos elles: nenhum hesitou em marchar para a revolução, nem se maculou de covardia ante a morte. Os menos arrogantes, apenas temiam: que a carcassa miseravel tremesse, com injuria do espirito heroico, e antes que tal pulesse acontecer matavam-se. Em face da covardia dos marchaes e generaes que lhes entregaram as fortalezas e se renderam sem disparar um tiro, o valor dos pernambucanos sobreesae como a vehemencia dos tiroteios pela calada da noite. Vencidos, cahidos nos enleios da propria generosidade, uns, depois dos outros, entregues ao carrasco, sob a pressão dos tratamentos e castigos de um Luiz do Rego, ou a justiça de Bernardo Teixeira, não houve quem desfallecesse e renegasse. Foi quando o apostolado heroico se santificou em martyrio.

Republicano, ou monarchista, bragantista, ou não, o brasileiro si tem um coração para o Brasil, não pode ser indifferente á constancia de animo e ao destemido patriotismo das victimas de “dezesete”. E é por isso, que, a um brasileiro, as paginas de Varnhagen serão sempre injuria ás suas verdadeiras tradições. Devem ser conhecidas, para serem repudiadas: “... ingratos á mão bemfazeja (do Bragança) que prescrevera o regimen colonial e abrira as portas do Brasil a todas as nações

amigas... aos rasgos de generosidade do veneravel Enéas, (Enéas é D. João VI...) do verdadeiro fundador do Imperio, do primeiro imperador do Brasil..." São os seus conceitos mais cordiaes, para os compa-
nheiros de Domingos Theotonio. Será isto, apenas, insufficiencia mental, ou o simples babujar da subservien-
cia?... Deve ser mal mais profundo: a incapacidade de sentir uma patria.

De facto, si o pensamento, em Varnhagen, se inspi-
rasse de motivos brasileiros, elle nunca teria escripto
taes injurias ao melhor do nosso patriotismo, e, sendo
injurias, são apenas sandices. Aliás, para apreciar o
valor dos revolucionarios de dezeseite, não ha melhor
criterio do que esse mesmo: o como se atiram contra
elles os historiadores do Brasil bragantino, mesmo na
Republica. E temos de tomar pela mão o Sr. Oliveira
Lima, em algumas apreciações, das suas "Notas á His-
toria" de Monsenhor Tavares. O historiador academico
pega-se, sobretudo, a Domingos Martins, que, na es-
pessura do seu estylo, nos apparece como um politico
quasi energumeno, descontrado de acção, sem capa-
cidades para a missão a que se atirou: "Domingos Mar-
tins seria o unico que acreditava na possibilidade de al-
cançar a victoria definitiva por meio do idealismo re-
volucionario; elle e tambem o padre Pessôa, dois typos
acabados de jacobino, o primeiro dotado de uma activi-
dade ardente não hesitando diante de qualquer illega-
lidade ou violencia..." Para justificar-se o historiador
junta ao peso dos seus conceitos o texto de um retrato
de Martins, da penna de Francisco Luiz de Souza:
"... trinta a trinta e cinco, estatura ordinaria, delgado,
movimentos rapidos, olhos de uma extraordinaria viva-
cidade, testa descoberta, physionomia risonha, modos
agradaveis e conversação attractiva, onde se misturavam
sempre ideias republicanas..." Já se viu mais sympa-
thia, em feitio de revolucionario?

Em tudo que esse e os outros historiadores apontam

como falhas ou defeitos dos revolucionarios — idealismos, sentimentalismos, jacobinismo... um criterio de justiça verá: sinceridade, enthusiasmo, ardor de solidariedade humana... Com todo o seu volumoso pensamento, o Sr. Oliveira Lima insiste em pretender — que os revolucionarios foram condemnados desde logo, na sua tentativa, devido á questão das raças, e que a “junta oscillava entre o pavor da enchente escrava...” Ora, si ha assumpto em que os homens de “6 de Março” se apresentassem com ideias bem nítidas e promptas, é esse da escravidão. Ninguem sentiu melhor o grande mal que deriva directamente da instituição servil! “Um cancro!...” Vencedores, numa terra de senhores de engenho, os revolucionarios tiveram de dizer muito claramente como entendiam que se devia attender ao caso: “... uma emancipação que não permita mais lavar entre elles o cancro da escravidão, mas deseja-a lenta, regular, legal”.

UM CORTEJO DE HEROES

Mesmo sem intuito de fazer cotejos, não se pode lembrar aquella epoca, sem que se evoquem as duas grandes figuras — o sabio José Bonifacio e o outro, tambem verdadeiro sabio e patriota, egualmente conhecido do mundo scientifico europeu — Camara Arruda. Ao passo que José Bonifacio é um espirito tão na feição de ideias do Portugal de D. Maria I, que o adoptam para ser, ali, o grande professor, de maior saber, Arruda faz a sua existencia como simples medico da Goyana, estudioso da natureza do Brasil, apostolo da redempção da sua terra. Apesar de seu character ecclesiastico (professara para carmelita), Coimbra não o aceita por infectado de ideias francezas, e elle teve de passar-se para a França, onde fez os seus estudos medicos, na epoca, justamente, da grande crise — de 787 a 795.

Teve nomeada nos centros francezes, e, secularizado pela Curia Romana, a "Academia de Sciencias" de Lisboa honrou-se, elegendo-o socio, ao mesmo tempo que o designava, com José Bonifacio, para viajar pela Europa e apurar os seus estudos. Arruda preferiu voltar áquelle ambiente tão brasileiro — do Norte, entre Pernambuco e Parahyba, e, em 1796, já lá estava, como medico. Nunca foi mais do que — Brasileiro, sabio, medico, patriota. Deixou uma serie de estudos, em assumptos da natureza brasileira, certamente mais copiosos que os de José Bonifacio. No entanto, ainda não era essa actividade que elle mais apreciava, e a que dava os maiores esforços, senão a propaganda das grandes verdades de liberdade politica, nos principios de justiça assim como o preparo de uma geração de brasileiros, capazes de libertar realmente o seu paiz, e de realizar, nelle, um programma de governo humano, democrata. A grandeza d'alma dos heróes de "dezesete", o seu indefectivel ardor de justiça, o desprendimento de interesses, a força de character e a elevação do pensamento, são de Arruda, que os illuminou e educou. Todo aquelle movimento, igualmente litterario, philosophico e politico — das "lojas academicas" fez-se sob a inspiração directa de Arruda, que tinha nas principaes figuras da epoca e da revolução discipulos e pupilos. A sua cartatestamento, ao padre Ribeiro Pessoa, diz muito bem tudo isto:

"João — A morte se approxima... A minha obra secreta manda... para a America Ingleza ao nosso amigo N. por nella se conterem cousas importantes, que não convem ao feroz despotismo ter dellas o menor conhecimento... Conduzam com toda a prudencia a mocidade em seus inspiros, para que nenhuma providencia a exceda. Tenham todo o cuidado no adiantamento dos rapazes Muniz Tavares, Manoel Paulino de Gouveia, José Martiniano de Alencar e Francisco de Brito Guerra. Como assim acabem com o atrazo da

gente de côr, para que logo que seja necessario se chamar aos lugares publicos, haver homens; porque jamais pode progredir o Brasil sem elles... Com a Monarchia ou sem ella deve a gente de côr ter ingresso na prosperidade do Brasil... Sou dos agricultores que não colheram os fructos do trabalho, mas a semente está plantada. Dona Bara de Crato (mãe de Martiniano de Alencar), devem olhal-a como heroina. Remetto logo a minha circular aos amigos da America Ingleza e hespanhola; sejam unidos com esses nossos irmãos, porque tempo virá de sermos todos um...” Retenha-se: “Seremos todos um...”

Koster é um testemunho necessario, sempre que se trate de julgar o valor dos homens de dezesete, muitos dos quaes foram das suas relações. A fama de Arruda lhe deu o desejo de conhecê-lo pessoalmente: procurou uma carta de apresentação e foi até a Goyana, onde o grande brasileiro já esperava a morte. Visita-o, e a impressão que recebe é tal que elle, certamente habituado a tratar com homens de merito scientifico, tudo resume nesta reflexão: “Um governo previdente, que calcula todos os serviços a obter de um homem de um talento superior... não poderia deixar de acolher... O discipulo amado, e companheiro da grande confiança de Arruda, era o padre Ribeiro Pessoa, de cujo talento e saber aquelle fez reiterado elogio, a ponto de lhe dedicar a designação scientifica da mangabeira — “ribeira...” E Ribeiro Pessoa é um dos sinceros conductores do movimento de “Seis de Março”. Koster confirma esse alto conceito a respeito de Pessoa, insistindo, sobretudo no valor moral: “João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, amigo e discipulo do Doutor Manuel Arruda... Devo confessar que nunca encontrei pessoa de maneiras mais agradaveis. E’ amado de todos que o conhecem; a gente do povo, principalmente, tem por elle uma profunda veneração. Estive por muito tempo

em relações com esse bom padre, sem nunca lhe ouvir uma palavra dubia, fosse a quem fosse.

Os seus modos, o som da sua voz, annunciam sempre essa bondade que nelle dominava. Um mulato livre, chamado Bartholomeu, disse delle, uma vez: "Si vê uma criança cahir, corre, levanta-a, limpa-a, e não faz isto porque os outros o vêem, mas — porque o seu coração assim manda!"

E Koster transcreve, dentro do texto inglez, estas proprias palavras, em portuguez, para continuar: "E' para lamentar que elle não tenha obtido um lugar em que as suas excellentes qualidades tivessem mais vasto campo para se exercerem; mas elle está satisfeito..." O francez Toilenare, tão citado pelos bragantistas, era amigo desse padre, cujo valor sempre enaltece: "O homem mais interessante com quem se podia encontrar um viajante, desejoso de informações do Brasil"! Sacerdote catholico, virtuoso e respeitado, elle era ao mesmo tempo um discipulo de Condorcet e d'Alambert, sectario, si quizerem, mas sincero e candido; na inexcedivel "bondade que o dominava". Conhecia de leituras (ou mesmo por suas correspondencias) todos os grandes revolucionarios da epoca — de Jefferson a Bolivar. Republicano revolucionario, tinha a visão bem nitida das necessidades do Brasil — franquias municipaes, unidade nacional... Mas, em tudo, tão generoso e bom que não podia vencer, lutando contra quem lutava. Domingos Martins era a outra grande alma da revolução. E contra elle, já o vimos, desceu a nuvem dos urubús arvorados em historiadores porque reconhecem que elle era um homem. Em nenhum momento se revela o energumeno, ou o curto visionario, dos que dão o Brasil para gloria do Bragança. Era um forte politico, o grande organisador da propaganda maçonica, em relação com o movimento do estrangeiro, e que teria vencido, certamente, sem a mansuetude desorganisadora, e a generosidade desacautelada dos Pessoa, Domingos Theoto-

nio, Tavares, Fr. Miguelinho... O seu maior crime foi ter perdido, e aceitar a responsabilidade da derrota, por ter sido o mais activo. Negociante, é grande, na medida em que se eleva sobre os sordidos interesses do commercio. Muniz Tavares, clérigo, condiscipulo de Ribeiro Pessoa, do mesmo ambiente de absoluta generosidade, não comprehendia, algumas vezes, a rigida acção de Martins; não se segue dahi que fosse um seu desaffecto, nem ha, na sua historia, conceitos que o desabonem como homem, ou ponham em duvida a sua fé revolucionaria. Martins fez summariamente uma eleição, para promptamente, dar forma ao governo revolucionario, e Muniz Tavares estranhou o processo. Eis o mais importante. Ha um depoimento do mesmo francez Tollenare, interpretado em detrimento do caracter de Martins. Que vale isto, quando toda a devassa nada revelou que o deshonorasse, quando toda a maligna historia dos Braganças nada pode levantar de positivo contra elle?

Um nome singelo, é o de Domingos Theotonio, capitão de artilharia, valente da legitima valentia. A sorte da revolução colloca nas suas mãos o poder dictatorial, e elle, quando já não se sente victorioso, é ainda o magnanimo e generoso, que será accusado apenas de muita bondade. Alma de justiça, ao encontrar-se com a morte, deixa a nota do seu caracter: "... Não é a morte que me atemorisa, mas o medo do juizo que se fará da minha acção..."

André de Albuquerque Maranhão, resumo symbolico de fidalguia simples, constante coragem e amor á liberdade, é a perenne affirmação de patriotismo na descendencia do grande mameluco. André Maranhão é o proprio que só pode ser vencido pela traição, como é constante nas victorias dos Braganças. Koster que o conheceu, e foi seu hospede, testemunha: "... não tira mais riqueza das suas terras, pela muita humanidade com que trata os escravos". Monsenhor Tavares, tão

sobrio de elogios, o destaca: "No Rio Grande, abraçou a causa da revolução André de Albuquerque e Maranhão, illustre pelo nome, e mais illustre pelas virtudes civicas".

Muitos outros nomes de seculares, nomes illustres, e de esperanças, figuram na lista dos condemnados e executados: Perigrino, duplamente heroico — quando resiste ás proprias supplicas do pae e quando enfrenta a morte; Rabello, commandante de 22 annos; Carneiro da Cunha, Augusto Xavier de Carvalho, Amaro Coutinho, que combate ainda, quando quasi todos já desesperaram, e nega-se a fugir para poupar a vida, e os que poupados, não tomam medo de lutar e resurgem em 23-24: José de Barros Falcão, Guimarães Peixoto... Comtudo, o rôl dos mundanos cede em importancia diante dos 50 nomes de clericos que se declaram revolucionarios.

A lista começa, depois de Pessoa Montenegro, com padre Roma, primeira victima da repressão bragantina. Era uma grande actividade, e dos mais confiantes; viajara, fizera-se conhecido pela sua intelligencia e o ardor republicano. Destacaram-no para estender a Revolução até a Bahia, onde havia lojas de adeptos. O Conde dos Arcos, que entrara, talvez, em conciliabulos com os conjurados, teve aviso da chegada do revolucionario, fez prendel-o ao desembarcar, mandou condemnal-o por alguns dos seus sequazes, num simulacro de conselho de guerra, para, na mesma noite, executar-o. "Os bahianos viram como morre um homem livre", commenta Monsenhor Tavares. Um, como Pereira da Silva, teve de reconhecer — a franqueza, a dignidade do seu heroismo. O Padre Tenorio é outro, bem conhecido de Koster, que privou com elle longamente. Depois de enumerar, em pagina cheia, meritos e serviços substanciaes do então vigario de Itamaracá, o Inglez resume: "E' um homem excellente, que conhece os seus deveres, e estuda como desempenhal-os do melhor modo

possível. Elle esteve, igualmente, na necessidade de desenvolver uma certa força de character e de mostrar firmeza como sacerdote, coragem como homem, e mostrou que não lhe faltava, nem uma cousa nem outra... Não é indigno da alta reputação de que goza". Foi valente, sem fanfarronadas, e Monsenhor Tavares nol-o mostra empunhando a espada para defender a Revolução. Temia não ter animo, no momento supremo, e tentou matar-se — não se alimentando. Ao ser executado, diz o francez Tollenare, dois carrascos choravam ao influxo da bondade que no seu rosto transluzia. Frei Miguelinho, grande saber, eloquencia, virtude... vale sobretudo pela generosidade e o estoicismo. Foi quem mais influiu para que a Revolução não tomasse precauções contra o enxame de reinóis que se deixaram ficar, e adheriram, para trahirem ao approximarem-se os Congominho e Rodrigo Lobo. Não podia comprehender que, no Pernambuco redimido, o triumpho da justiça não fosse uma patria de fraternidade.

Os proprios inimigos vencedores, já cançados de executar, quizeram achar o meio de poupar-lhe a vida, e, juizes, insinuaram-lhe — que negasse a assignatura em certos papeis apontados. Fr. Miguelinho despresou a torpe generosidade offercida, e assegurou a sua responsabilidade, para maior gloria da morte a que o condemnavam.

Monsenhor Tavares, condiscipulo do Padre Pessoa, parece, no momento, figura secundaria: modesto, idealista, bondoso, será mesmo perdoado, para dar, dos companheiros, o immortal testemunho da sua obra. Ahi podemos apreciar-lhe o espirito, para reflectir que: si um secundario tem todo aquelle valor, quanto não valiam os outros? O tom em que fala é o da verdade: "Narrarei o que vi, e o que pessoas de summa probidade me referiram. Falo em presença de contemporaneos". O seu livro, num paiz que fosse realmente uma patria livre e consciente, já teria tido o numero bastante de edições

populares — para edificar a educação das successivas gerações. Na sobriedade sincera da verdade, a sua historia nos mostra o mundo ignobil que, pela força da ignorancia, venceu os revolucionarios — mais humanos e magnanimos de que ha noticia.

Ainda hoje, quando já temos a mente refeita em conceitos de philosophia livre e reivindicadora, o pensamento de monsenhor Tavares se nos impõe, e elle nos apparece como um espirito moderno. Romantico, elle não perdia, no emtanto, a lucidez, na apreciação da turva actualidade que o envolveu. Considera que os companheiros perderam por não terem, desde logo, realizado os principios democraticos: por não terem feito eleições. Não tardará, porém, que, por si mesmo, indirectamente corrija o julgamento: “Numa revolução, os factos marcham mais rapidos que as ideias...” Não haverá, para o caso, observação mais profunda do que esta. Os factos são novas necessidades que surgem dos proprios effectos da Revolução. Adiante, elle reflectirá: “Fazer — e dirigir e sustentar uma revolução não é a mesma cousa”. Então, quando procura a causa effectiva do desastre, chega a este conceito, quanto aos companheiros, mais responsaveis do que elle mesmo: “Não se lembraram que com facilidade se pode transplantar a lei, mas não o espirito de sabedoria...” Mais de uma vez, o seu pensamento subiu ás grandes verdades: “O espirito humano no progresso do melhoramento é illimitado: fraco para tudo que executar, é ao menos forte na sua concepção”. Da escravidão, elle diz o que diria o mais moderno dos sociologos actuaes: “... é o mais terrivel dos flagellos que martyriza o Brasil, retarda a sua civilisação, corrompe os costumes, e o empobrece...” Padre catholico, mesmo já velho, quando escreveu a sua historia, sustenta a doutrina da tolerancia religiosa, e defende a obra de Pessôa, a esse respeito: “... prevenir os horrores do fanatismo, com o principio salutar da tolerancia religiosa”. Não admira que,

por si mesmo, elle offereça a explicação — da presença de tantos clerigos na Revolução: “O liberalismo está na razão directa da instrucção: o clero de Pernambuco não era ignorante; dahi nasceu a cordialidade com que abraçou a nova ordem de cousas e a firmeza com que a sustentou até o fim”. E a verdade transluz nas suas paginas. Depois, cita nominalmente os mais notaveis entre os padres republicanos... O portuguezismo, nos seus diversos Chalaças, não podia perdoar o legitimo patriotismo de Tavares, que deixou testemunhos assim: “... os portuguezes, innocentes e culpados, tremiam da vingança dos soldados: estes, porém, mostraram-se verdadeiros pernambucanos... não mancharam a victoria com o desenfreio... nenhuma casa foi violada”. Compare-se esse proceder, com o da soldadesca de Congominho ou de Madeira... Nem crueis, nem covardes: não houve exemplo de deserção. Uma má sorte fez que os chefes cahissem, ou se dispersassem, os “marinheiros”, victoriosos, occuparam as posições, “e não houve um soldado que tivesse tido o pensamento de bandear-se...”

SOBRE SANGUE GENEROSO, LAMA BRAGANTINA...

Os homens de Dezesete não tiveram, certamente, o genio politico, qual consiste em triumphar apezar de tudo. Perderam, mas, no que fizeram, foram dignos da terra que amavam, e da reputação de que gosavam. Nem fôra humano que, nos processos de que usavam, lutando com as armas da sua virtude, apenas, pudessem elles vencer o regimen de bragantismo, que aqui se implantara em cheio: violencia de cancro, a mais desenvolver-se, quanto mais apodrece. Lembremo-nos de que as colonias hespanholas, revoltadas, tiveram de lutar por mais de dez annos, quando tinham contra si uma me-

tropole que, por algum tempo, foi até inexistente, e nunca teve meios de transportar, para este continente, os pobres recursos de que dispunha. Enquanto isto, os pernambucanos de 1817 revoltaram-se contra todo o poder da metropole — aqui estabelecida. Foi a rebellião de uma parte, apenas, do Brasil, contra todos os recursos de Portugal, inclusive a sua alliança com a Inglaterra. Terem a coragem da Revolução, já foi indicio de extremo valor. Perderam... sobretudo porque foram generosos e confiantes.

Não obstante as queixas, os agravos e os justos motivos de odio, não houve, em parte nenhuma, um desforço, ou um attentado, contra portuguezes, e os seus haveres. Tudo se reduziu aos golpes de Barros Lima. Desde que os generaes e capitães portuguezes, que deveriam lutar, se renderam, sem coragem de arriscar a vida, elles lh'as concederam e garantiram generosamente. Timbravam em dar prova de magnanimidade, que ia até ao amor pelo algoz da vespera. Perdão, indulgencia, fraternidade, generosidade... Em instrucções do juiz do crime, em Recife, condemna o Padre Miguelinho: "... quaesquer actos de violencia contra as pessoas ou propriedades de nossos compatriotas naturaes de Portugal, ousando fazer ainda differença de brasileiros e europeus contra a prohibição do governo..."

Fernandes Pinheiro, que trata do assumpto no fito de justificar Luiz do Rego, foi obrigado a consignar: "A maior generosidade sellou todos os actos dos revolucionarios, e as palavras de perdão e esquecimento foram as primeiros pronunciadas... No manifesto da revolução, nenhum insulto á administração passada. Respirava-se uma atmospherá de paz e concordia..." Mon-senhor Tavares completa o quadro: "Brasileiros e portuguezes não podiam conter as lagrimas, e juravam mutua concordia..." Brasileiros de hoje, ainda admittimos — que a Revolução de 6 de Março se sacrificou pela generosa confiança.

Muitos dos revolucionarios morreram ás mãos daquelles mesmos cujas vidas haviam poupado. Moraes e Silva, o do dictionario, magistrado em Pernambuco, convidado, como Antonio Carlos, a vir para a Revolução, não quiz; os revolucionarios respeitaram-lhe a opinião de um modo absoluto: no momento em que o destino começa a dobrar-se, eil-o, activo, ao lado dos bragantistas, para facilitar-lhes a victoria.

Não tardou o primeiro desastre, que lhes devia patentear o grande erro — de confundir reinões e brasileiros republicanos... E os olhos não se lhes abriam; românticos, persistiam no enlevo, de quando cantavam:

NO CAMPO DE HONRA,
PATRICIOS FORMEMOS,
QUE O VIL DESPOTISMO,
SEM SANGUE VENCEMOS.

Então o despotismo assim poupado cobrou animo, voltou, e, agora, houve sangue a fartar carniccios, o sangue generoso, dos republicanos generosos, e, sobre o precioso sangue, a lama do bragantismo lusitano. A constituição, ou esboço de constituição, de dezeseite, é a absoluta garantia da honestidade politica dos seus autores: condemnação da escravidão, liberdade de consciencia, liberdade individual, eliminação de todo poder não oriundo da democracia... Tinham fé, e, sinceros, eram tão inacessiveis aos interesses materiaes que, durante toda a sua incontestavel autoridade, não tocaram, os revolucionarios, num vintem do Estado, para qualquer especie de retribuição pessoal: "Os membros do Governo Provisorio, refere Monsenhor Tavares (o que não gostava de Martins), nenhum vencimento recebiam; gratuitamente. Nenhum exigiu retribuição pecuniaria... Nem mesmo lançaram mão da avultada somma que outr'ora recebiam legalmente os capitães generaes a

quem haviam succedido: ninguem lhes poderia disputar essa gratificação". Excitado pelo receio de perder o seu Brasil, o portuguez abre as valvulas, e houve, como expressão de sua alma, aquella repressão, em que os mais justos e humanos eram os humildes carrascos.

Seríamos indignos da gloria daquelles martyrios, si viessemos lembral-os, hoje, para motivo de odios. Mas, a historia tem de ser uma consagração orientadora, e a ninguem se dá o direito de restringil-a: não é possível ao Brasileiro contemplar os dias de dezesete, sem que o seu coração se exalte no nacionalismo a que aquelles patriotas se sacrificaram. A covardia dos militares portuguezes e a adhesão universal, na massa dos reinões, tornaram facil a victoria, e os pernambucanos nem mesmo tomaram a attitude de quem está em luta verdadeira. Monsenhor Tavares, sem receio de que lhe retrucassem, marcou-os com o ferrete: "... dois tiros bastaram; os portuguezes dispersaram, deixando as duas peças (largo do Erario) e não trataram sinão de salvar-se... Ninguem resistiu no Recife..." Quanto á adhesão: "Para as despesas do Te-Deum (em regosijo pela revolução), concorreu largamente a irmandade do Sacramento, quasi toda de portuguezes (53)". Por isso, o asco lhe vem á palavra: "Raça privilegiada, que no tempo da revolução nos adulava..." O proprio Pereira da Silva teve de deixar o conceito — "tão audazes e violentos quando se sentem senhores, como covardes quando têm de defender-se". Confiando no bem a que se propunham, os revolucionarios tudo resolveram pela confraternisação, e foram apanhados a descoberto. Almas avessas á dignidade humana, os seus adversarios "tomaram o gesto por symptoma de fraqueza..." Com a liberdade garantida, muitos ficaram nas posições de mando, e armaram a contra-revolução, que rebentou apenas se viram com as costas quentes pela reacção do Conde dos Arcos. Um sarcasmo do destino: os navios mais á mão do governador da Bahia, tinham nomes sym-

bolicos, da miseria imposta ao Brasil — o “Mercurio” e o “Carrasco”, foram os barcos em que o mercantilismo pôde despejou as suas hostes de sicarios contra Pernambuco. O Bragantismo era a escola de vencer pelo peso do numero, quando não o fazia pela simples traição: contra os poucos companheiros de Philippe dos Santos, foram enviados 4.000 soldados de linha; contra os pernambucanos, sem exercitos regulares, sem armas, quasi, sem munições, foi enviado um duplicado exercito, e uma esquadra.

E, então, nunca terá havido, para mais humanos e generosos dos revolucionarios, inimigos mais torpes e crueis: “... tão insolentes na prosperidade, como vis e baixos na adversidade...” Pronunciado o movimento, a 6 de Março, os generaes responsaveis pela defesa da situação portugueza “aconselhavam ao Governador — que concluisse qualquer pacto, comtanto que as suas pessoas se salvassem”. A valentia com que fizeram a reacção está patente nas proclamações com que se apresentaram, quando os revolucionarios já se tinham rendido. São no tom de um crescendo, sobre a primeira, a do Conde dos Arcos. Rodrigo Lobo, vencedor que não combateu, ao verificar que não havia mais nenhum risco, ostentou a coragem que lhe era propria: “... entrar no Recife com a espada na mão para castigar muito a minha vontade a todo e qualquer patriota ou infiel vassalo, que são synonymos”. É, nesse tom, “exigiu o quinto dos soldados aprisionados para serem immediatamente fuzilados”. Um cirurgião-mor do exercito, em relatorio do que viu, refere, do Recife já tomado: “Tinha a cidade como em assedio... estabelecendo o terror e a consternação por toda a parte, consentindo que os officiaes se locupletassem...” Chegado Luiz do Rego, as formulas eram summarias: “... que as sobreditas penas se executem nos réos; aos que todos, depois de mortos, serão cortadas as mãos e decepadas as cabeças, e se pregarão em postes, e os restos dos

seus cadaveres serão ligados ás caudas de cavallos e arrastados até o cemiterio". Com tal chefe, os soldados não tinham motivos para se conterem, e, relata monsenhor Tavares: "assaltavam as casas e violavam as mulheres..."

O BRASIL SOBERANO — SOB O THRONO FUGIDO...

Já bastante conhecemos o Portugal que veio dominando, ferindo, espoliando, infectando esta patria, de 1640 até que começamos a ser independentes... Conhecemol-o, nos conceitos dos proprios portuguezes, ao Portugal que se continuou daquelle. Resta-nos mostrar, documentadamente, que, aqui, tambem se continuou, nas características especies, aquelle Portugal braganfino, sob a forma de Imperio do Brasil, arranjo dos interesses lusitanos contra a legitima tradição brasileira. O espirito de nacionalidade, despertado havia mais de um seculo, impoz-se para que não se realizasse explicitamente o sonhado Imperio Luso-Brasileiro, fecundado por Thomaz Antonio no cerebro esteril de D. João VI, esse Imperio como o admittia Antonio Carlos, ainda em Julho de 22. Não foi possivel burlar a Nação Brasileira até o ponto de guardarmos o ostensivo nome... Mas guardamos o espirito politico e administrativo transplantado com os fugidos de 808. Ultima carga directa de infecção, necessariamente a mais forte, elle chegou a organizar-se em tradição — o espurio Imperio Brasileiro, que passaria á não menos espuria Republica Brasileira. E não será difficil, nem longo, accentuar o valor dessa ultima carga de infecção.

Ahi está o principe que a symbolisa, e a recúa dos seus fidalgos, desembargadores e esbirros, em que se incorporou a massa da virulencia. De facto, D. João VI, com quem nos veio a alma do Estado Portuguez, era a

synthese, bem representativa da degradação mental e de character em que abatera Portugal. Legitimo e puro Bragança, atravez de uma longa e sinistra degeneração, elle vale realmente como symbolo. Fugiu para aqui tanguido pelo Francez em luta intransigente contra o Inglez, luta pelas armas, luta, sobretudo, em lances diplomaticos — para ganhar nações aliadas: enquanto o Corso augmentava com os seus triumphos, o Inglez insinuava liberdade, sob o influxo da sua politica. Então ao longo de todo esse conflicto, premido por Bonaparte contra os calculos pertinazes do Britannico, D. João VI foi carcassa, ao choque das vagas em disputa... E o lorpa chegou a pensar que embaía a um e o outro adversario, enquanto fazia o jogo para si. O fluxo e réfluxo em que ia e vinha, abandonado á propria insignificancia, parecia-lhe effeito da sua esperteza molle e cretina.

Finalmente, o Francez obrigou-o a despejar o reino, berço de tantas glorias, e que devera ser o digno tumulo de um principe digno d'elle — quando o destino lhe tirasse os meios de defendel-o. Em vez disto, o desgraçado, insulso covarde, só teve animo para iugir.

Caso de tanta infamia, ficaria, sem referencia, si não fora a necessidade de qualificar a esses que vieram fundar, nesta terra, o Estado do Brasil. Quaiquer das paginas da historia portugueza nos dará o valor delles. Sirva-nos o mesmo Sr. Oliveira Martins: "... em 1807 — novembro, embarcava um prestito funebre para o Brasil... enxame de parasitas immundos... Parecia o levantar de uma feira, e a mobilia de uma barraca suja de saltimbancos fallidos: porque o principe-regente, para abarrotar o bolso... ficara a dever a todos os credores... Os cortezaos corriam pela meia noite as ruas, offegantes... as mulheres entrouxavam a roupa e os pós... Era um afan como quando ha fogo, e não havia choro nem imprecações: havia apenas uma desordem surda. Embarcavam promiscuamente, os criados e os

monsenhores, as freiras e os desembargadores... Os botes formigavam sobre a onda sombria, carregando, levando, casando bocados da nação despedaçada, farrapos, estilhas... muita gente, por indolencia, recusava ir... Mais de um regimento desobedeceu aos chefes que o mandavam embarcar; e muitos, vendo a debandada se dissolveram... Outros embarcavam... e voltavam para terra, aborrecidos, enojados de tão grande vergonha... Cada qual cuidava de si e tratava de escapar... O brio, a força a dignidade da nação portugueza acabavam assim... Tudo mais era vergonha calada, passiva ineptia, confessada fraqueza. O principe decidira que o embarque se fizesse á noite, por ter a consciencia da vergonha da fuga; mas a noticia transpirou, e o caes se encheu de povo que apupava os ministros, os desembargadores e toda essa ralé de ineptos figurões de lodo... a esquadra perdia-se no horizonte, ia-se toda esperanza, ficava um desespero, uma solidão... Soltou-se a anarchia da miseria..." Naquelle momento, quando o mundo assistia, havia dezenas de annos, o espectaculo de revoluções, em sacrificios e guerras heroicas, Portugal lhe deu o exemplo do completo desbrio e da covardia definitiva: todo o mundo dirigente que assim fugia. Os soldados, diante de quem capitulavam os exercitos regulares de Portugal, sem ensaiarem qualquer resistencia, eram 9.000 estropiados, cançados, famintos... Houvesse um animo de homem, entre os que tinham o mando, e que tivesse o pundonor de defender a terra sagrada, e, desde logo, o Francez conheceria a serie de revezes, em que finalmente se desfez o prestigio das aguias victoriosas de Wagram. Mas, na deliquescencia do bragantismo, não havia possibilidades disto.

O que fugiu, fugiu na celeridade da covardia; o que ficou, foi para, ostensivamente, renegar a todo o passado, abrindo mão de honra e patriotismo. Contam as "Memorias Contemporaneas", feitas no intuito sensivel

de justificar a fuga que o pobre refugio de principes, ao decidir-se, tinha consciencia de toda sua miseria: "... que se dirá de um rei que foge ao perigo, e deixa os seus Estados ao abandono?..."

UM POVO DE BRAVOS, PARA UM GOVERNO DE INFAMES

Mesmo a fugir, o principe regente nomeara uma regencia, que, em seu nome, devia governar o reino. Ainda se divisavam as velas da esquadra fugida, e os membros da regencia já se prostravam aos pés do invasor insolente, para serem menos do que criados. Eram cinco, todos do escól dos governadores. Começavam os nomes no marquez de Abrantes, passavam pelo do tenente general Cunha Menezes, e acabavam noutro tenente-general — Xavier de Noronha, Junot tirou-lhes toda a autoridade effectiva, e elles, rafeiros, continuaram a lamber-lhe os pés, escondendo cuidadosamente os dentes, promptos de cauda para mostrar o contentamento vil — em serem insultados e batidos. Finalmente, o Francez lhes atira o ponta-pé definitivo: "Dirigiu-se (Junot) com o seu estado-maior á casa onde o conselho da regencia celebrava as suas sessões, e, encontrando-o junto, mandou-lhe ler o decreto de Napoleão, e declarou, dissolvida a regencia nomeada pelo principe D. João. Os membros da regencia obedeceram-lhe immediatamente sem ousarem formular o mais pequeno protesto vocal ou por escripto"... Vem dahi, talvez, o sonho de Junot — de ter tambem a sua corôa, e insinuou a esses mesmos nobres e grandes de Portugal, assim como a outros, que manifestassem a Bonaparte o desejo de terem um "rei francez..." Foi o bastante para que, "alguns fidalgos, parte do clero e o senado da camara elegessem immediatamente o marquez de Abrantes, Marialva e Valença, o conde Sebugal, "o vis-

conde de Barbacena”, o bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, inquisitor Geral do reino, D. José Maria de Mello, o prior-mór de Aviz, e os desembargadores Thomaz Leitão e Alberto Jorge...” Napoleão recebeu os renegados, e respondeu como convinha a quem trata com traidores e transfugas: Dêem-me todas as provas de servidão, e eu lhes darei a honra de terem um rei francez... Voltaram os mensageiros da abjecção, com a resposta humilhante do seu imperador: “Em muitos lugares do reino, effectuaram-se publicas demonstrações de regosijo...”

Te-Deuns e canticos em acção de graças. Recebeu Junot deputações do clero, da nobreza, dos funcionarios, das camaras, agradecendo-lhe...” Foi quando, considerando já maduro o seu plano, Junot fez reunir uma deputação de representantes dos tradicionaes tres Estados — Clero, Nobreza e Povo, para, com elle, fundar-se uma nova dymnastia. Na tal assembléa dos tres estados, houve um homem que protestou vehementemente contra a miseria dos dirigentes: foi o Juiz do Povo — Abreu Campos.

Na sua voz, falou a alma popular. Nesse tempo, seguindo o exemplo de populações hespanholas, já varias populações portuguezas se tinham sublevado contra os francezes. Estalou na cidade de Beja, e o Francez foi inexoravel. O grande Kellerman ufanou-se bestialmente: “Beja já não existe. Os seus habitantes foram passados a fio de espada, e as suas casas entregues á pilhagem e ao incendio...” Ao mesmo tempo refere o heróe — que morreram 1200 portuguezes na luta, e muito mais foram sacrificados na chacina feroz. E foi o que mais estimulou a reacção do povo, caracterisadamente do povo. Não havia armas: serviam-se de chuços, foices, lanças improvisadas... Apesar de dois seculos de degradação dos governantes, as virtudes essenciaes da raça se mantinham. Logo depois de Beja, Marvão, Portalegre, Ouguela, Castello de Vide, Arouches, Tho-

mar... Junot estremeceu quando viu que, até o Sul, lavrava a insurreição, já agora indomável. Sem nenhum auxilio de alliados, nem a assistencia dos dirigentes, como bandos sem chefes titulados, a ausencia dos exercitos regulares, os indomaveis portuguezes vinham eliminando o invasor, de mais da metade da sua patria. Era bem uma resurreição de heroismo patriotico, resurreição em dobrada virtude, porque, agora, o povo, a defender os seus lares, valia por si mesmo. Não havia Viriatos, nem Sertorios... Fora injustiça, talvez, manter esta affirmação. Desde o começo da reacção houve, na direcção dos combatentes portuguezes, um Freire de Andrade, Bernardin, bem representativo dessa familia que parece ter escapado á geral degeneração. Foi a vontade, patriotica e intelligente, com que se levantou Portugal.

E' uma rapida historia, essa crise, em que o velho reino, abandonado pelos que o deviam conduzir e garantir, só foi heroico em proveito da Inglaterra, e mais soffreu do Inglez, a quem os Braganças se entregaram, do que do inimigo francez. Junot governava soberanamente em Lisboa. As tropas portuguezas regulares tinham sido incluídas no exercito francez, e mandadas a combater, por lá, onde Bonaparte derramava a sua ambição. Grande parte da mocidade valida tinha sido recrutada e disseminada pelos corpos francezes das guarnições locais. Parecia que não havia donde tirar mais soldados. No entanto, antes de seis mezes da entrada dos francezes, as cidades mais importantes, do Norte e do Sul, estavam livres e já tinham constituido as suas juntas governativas. Foi nestas condições que as juntas de algumas localidades maritimas procuraram entender-se com os inglezes do bloqueio, ao mesmo tempo que a junta do Porto enviava representantes a Londres, afim de combinar com o Governo Inglez uma acção commum. Tão decisivos eram os feitos de reconquista, que o Gabinete de Londres immediatamente acquiesceu,

e enviou, a Portugal, o soldado que seria, depois, o grande lord Wellington.

Veio á frente de 9.000 homens, de tropas regulares. Já Bernardin Freire dispunha de uns 8.000 homens, sendo que havia sob outros commandos, approximadamente outro tanto, de combatentes portuguezes.

O general inglez, soldado de carreira, não comprehendeu bem o valor da gente com quem os commandos portuguezes haviam repellido o invasor, ordenou que Bernardin se limitasse a guerrilhas, e despresou o conselho deste, quanto á marcha que tinha a fazer para alcançar o forte do exercito francez; por isso, teve os seus momentos difficeis, em face de Roliça. Mas com a segurança de grande soldado, chegados novos contingentes, Wellesley (Lord Wellington) dominou a situação estratergica, e, aproveitando bem o esforço e o sacrificio das populações portuguezas, obrigou Junot a capitular. Ahi, apparece o Inglez qual é: o resultado de uma campanha iniciada pelos portuguezes, para libertação do seu territorio, e na qual tropas portuguezas combatem até o ultimo momento; quando os portuguezes foram os mais lesados pelos francezes; todo o caso se regulou numa convenção — entre francezes e inglezes, com absoluto desprezo dos interesses portuguezes, sendo permittido aos invasores transportarem comsigo todo o producto dos seus saques. Havia uma regencia do reino, e não foi ouvida. O proprio Governo Britannico reprovou ostensivamente o modo de tratar dos seus generaes. Nestas condições, entre os justos protestos dos portuguezes, um dos mais vigorosos e vehementes foi o de Bernardin Freire. Publicou um manifesto, chamando a tal convenção de — desairoza e prejudicial á soberania e aos interesses portuguezes. Isto deu coragem á Regencia, que declarou não cumprir, no que lhe dizia respeito, a mesma convenção. O inglez sentiu que havia em Freire de Andrade um homem que lhe fazia sombra...

Por sua parte, Napoleão, bem reconhecendo que aquel-

le desastre, iniciado pelos portuguezes, devia ser reparado, ou seria mortal para o seu poder, ordenou uma segunda invasão de Portugal. Nesse tempo, já havia uns 40.000 portuguezes em campo, quasi todos ás ordens de Bernardin. Então, os incapazes de Lisboa entregaram-se definitivamente aos inglezes, contractando o celebre Beresford para commandar o exercito nacional, contra Soult á testa da nova invasão. Agora, a tactica do Inglez é, de modo absoluto — reduzir o paiz a cinzas, afim de que os francezes não encontrem nenhuns recursos. E o cumprem á risca. Quanto ás tropas de Bernardin, deram-lhe ordem de não acceitar, em caso algum, batalha campal, limitando-se a atenazar o inimigo, com emboscadas e guerrilhas. O grande portuguez assim o fez: mas tanto fervilhavam, em torno delle, as intrigas e suspeitas, adrede preparadas pelos que tinham interesse em eliminal-o, que as suas tropas se rebellaram e o assassinaram — por suspeita de covardia, ou de não querer guerrear os francezes. Apesar de tudo, Soult não lucrou mais resultados, naquella terra indomavel, do que Junot. Mas Bonaparte insiste, e envia Massena. O Gabinete de Londres, para quem Wellesley já é o grande lord Wellington, a este entrega, novamente, o caso de Portugal, duello terrivel, e que, ganho nas costas da pobre população portugueza, deu ao Inglez a victoria real: Waterloo não foi mais que o espasmo ultimo do moribundo. Wellington executou inexoravelmente o programma de tornar Portugal uma terra de desolação e penuria, tal, que o invasor não encontrasse o menor recurso. Com isto, exasperados, os francezes já não poupavam, nem gente, nem qualquer resto de haveres. Deste modo, por tres vezes, foi a terra portugueza roubada, saqueada, incendiada; atormentada, calcinada — por alliados e inimigos.

Todos os homens de Portugal tinham sido arregimentados pelo Inglez, para a sua acção contra o grande

adversario, e o velho reino deu tudo nessa grande luta — sangue, riqueza, tranquillidade, soberania...

Foi, de toda a Europa, o paiz que mais soffreu; e, como si isto não bastasse, outro Gomes Freire foi executado. Beresford, soberano brutal naquella conspiração — contra a miseria em que estava sepultada a patria portugueza; os seus esbirros, ás ordens de uma regencia nominal e desbriada, fizeram devassa, onde nada se apurou que dêsse para suspeitas, siquer. O proprio Inglez reconheceu a hediondez do crime que Portugal ia commetter. De nada valeu: mataram ignobilmente, na forca, um dos raros dirigentes portuguezes em que havia um homem.

E' innegavel que os primeiros insuccessos das armas francezas, em Portugal, marcaram o começo da queda de Napoleão, e foram devidos exclusivamente ao intransigente patriotismo do povo portuguez. Mas, si tanto se fez, ali, e taes prodigios se realizaram, foi porque Portugal estava alliviado de todo aquelle peso pôdre, que a esquadra de fujões, em novembro de 1807, trouxe para aquí. Por si, os dirigentes se avaliam nos feitos dos que, ao ouvirem os primeiros rumores do inimigo, desertaram e fugiram, saqueando, antes, o paiz, como o fariam os proprios invasores. Salvando-se, com as libras que arrecadou á ultima hora, o Principe regente julgou ter feito tudo o que podia e devia: "Nunca um chefe de Estado fugiu mais covardemente, nem mais miseravelmente foi uma nação deixada ao desamparo". E o conceito se estende aos 15.000 ignobeis que abarrota-vam os navios da esquadra. Era a fina flor da fidalguia, a intelligencia e administração.

E FOI ISTO O QUE VEIO FAZER O ESTADO DO BRASIL...

D. João VI, sem exaltação nem vehemencias de delirio, combinava bem, na sua lorpice covarde, a gestação da rainha louca, fecundada pela decrepitude do tio

degenerado. Repulsivo de modos e de animo, só não é mais odioso porque, á força de covardia, consegue fazer pena.

Não hesitaria diante de nenhuma traição, si o medo não o contivesse. Vive e arrasta-se entre o nojo e a commiserção que inspira. Num mundo de pulhas, degradados e imbecis, elle conseguia ser o mais pulha e imbecil. Não é brutalmente despotico porque lhe falta a coragem; não é rancoroso, porque, tambem, não tem vergonha. Não comprehendia, sequer, o que é brio, sinceridade, lealdade, arrojo... A sua vida se passa numa serie de trambolhices, em que elle vae á mercê de todas as pressões e coacções, não tendo outra força contra as difficuldades sinão a que ressumbra em mentiras e insidias: a 7 de Março jura a constituição hespanhola, sob as exigencias da tropa rebellada em constitucionalismo, no dia seguinte, annulla-se, e a 20 de Abril desfaz tudo... Insinua deliberações e votos, na Praça do Commercio, e quando o filho manda espingardear os eleitores, ali reunidos, elle concorda com a carnificina, desautora os que lhe cumpriam as ordens, e immediatamente obedece á intimação de voltar para Lisboa. Assim — hesitante, dubio, refalsado, a tremer, contradictorio... assim foi elle, ao longo de todos os tristes successos, da sua triste carreira, sempre apavorado diante da mulher, e dos filhos, e dos ministros... Até o Sr. Pereira da Silva lhe marca o valor: "De reservado e timido em 17, passou a dissimulado e covarde..." E como o pouco de intelligencia se subordinasse inteiramente aos motivos de covardia, teve argucia neste sentido. O movimento de 6 de Março, aggravando-lhe os pavores, desceu-lhe ainda mais a humbridade, para que accedesse o conselho de Thomaz Antonio — de que a independencia do Brasil estava feita, e que Portugal não teria meios de dominar a reacção dos brasileiros, quando entendessem romper a união do momento. E, assim, elle ante-

cedeu o proprio conde dos Arcos no plano de escamotear a Independencia. Submisso ao Inglez, aproveitando as estultas pretensões da mulher quanto ao Prata, levou o Brasil a odienta politica de intervenção no Sul, germen de todas as guerras que tivemos no continente. Mas allega-se: abriu os portos, criou os apparatus de governo de um reino... Acaso, sem D. João VI, fugido ou não, deixaria o Brasil de organizar um governo seu?... Valeria, no caso, a qualidade? Poderiam ser peores esses apparatus de governo impostos ao Brasil?...

Como precisava de justificar-se, o Imperio fez louvar, como beneficio supremo do principe aqui refugiado — a criação da imprensa, com a publicação de periodicos... Ora, poderia um governo soberano, installado no Rio de Janeiro, existir sem imprensa e a publicação de jornaes? E, agora: dada esta absoluta necessidade de periodicos — que valia essa imprensa nascida com o reino de 1808? Era um unico jornaleco, que “só informava ao publico do estado de saude de todos os principes da Europa, e, de quando em quando, alguns documentos de officio, noticia dos dias natalicios, odes e panegyricos a respeito da familia reinante...” O ambiente de miseria moral vinha com elle: chega ao Rio de Janeiro, e deprava as gentes simplorias da colonia com as honrarias que espalha, como generalisação de corrupção, na falta de outros meritos para captar os espiritos. “Não havia humilhação nem degradação a que não se sujeitassem de bom grado, para obterem algumas destas emanções do favor da Côrte”. A onda que o acompanhou foi um completo exemplo de pessimismo, para que a administração brasileira se degradasse ainda mais: “Apresentavam-se e eram aproveitadas occasiões de se venderem os favores e as concessões; e, por este meio, cedo se tornaram os empregados publicos brasileiros tão venaes

como os collegas portuguezes... Desde o tempo da chegada da Côrte de Portugal ao Rio de Janeiro, a venalidade em todas as classes tornara-se um habito..." Eis o mais claro beneficio trazido pelos fugitivos de 1808. Soberano o Brasil, da soberania que lhe dera a dymnastia aqui homisiada, houve a sequencia normal de governos. O que se entregara o novo banco, criado — para emprestar dinheiro ao governo. "... o terceiro dos directores, depois de se ter acobertado com a protecção de um ministerio corrupto, fugiu com avultada somma, a maior parte da qual era devida ao banco... Na epoca da retirada de D. João VI, só a divida do governo excedia consideravelmente o capital do Banco". E, para completar a derrocada os apaniguados da côrte fizeram raspar o ouro que havia no banco. E a ignominia fructificou: o primeiro ministro, no governo que succedeu a D. João VI, foi o venal, corrupto, crapula e devasso Conde dos Arcos, assim classificado por todos que o conheceram, e delle deixaram menção digna de fé.

Tudo foi organizado com a nata dos canalhas e ineptos, de que se compunha a degradada classe dirigente do Portugal de 1808.

O IMPERIO LUSO-BRASILEIRO

Antecipando-se de muito aos proprios brasileiros, o Principe Real escreve ao pae, em Janeiro de 21, e afirma-lhe: "Estou contendo com todas as minhas forças a declaração da independencia, já por alguns bem desejada e que será a meu ver (que antes não queria ver) inevitavel..." Nessa mesma carta, de Janeiro, vem a informação, com vistas ás côrtes: "Com força armada é impossivel unir o Brasil a Portugal". O futuro Pedro I não teria tanta visão politica, que assim pudesse ler no futuro; mas ao seu lado estava o dos

Arcos, a apontar-lhe o caminho da ambição, á custa do Brasil, e a fornecer-lhe as predições de tanta justeza. Quando os brasileiros sensatos ainda hesitavam, os governantes portuguezes, todos, já haviam chegado á convicção — de que o Brasil estava independente. E ninguem mais dentro desta convicção do que o proprio dos Arcos, que assistira á toda a machinação do famoso Imperio Luso-Brasileiro, com que Thomaz Antonio, Silvestre, Palmela... pretendiam escamotear a independencia em favor de D. João VI. O futuro ministro de Pedro I contrariou o plano, justamente porque já tramava em favor do Principe Real, cujo governo dirigiria. E isto nos dá o fecho da prova — como, desde os fins de 1820, se convenceram os governantes portuguezes da impossibilidade de dominar por mais tempo a antiga colonia.

A revolução pernambucana de 6 de Março mostrou ao Governo portuguez o perigo; mas tudo não passou de um formidavel susto. E, entre pavores, incertezas e perfidias, iam os dias do bragantismo no Brasil, quando a revolução liberal de 1820 rompeu a crôsta de infamias da politica portugueza, lá mesmo, e impôs a convicção — de que era indispensavel concertar de qualquer forma o regimen, afim de evitar o definitivo desastre. Ora, não havia mais imperiosa reforma do que a da situação do Brasil vis-á-vis da antiga metropole. Para agravar o caso, houve, ainda, que a revolução chartista exigiu a volta do soberano á Europa, quando todos aqui sentiram, desde logo, que a partida da côrte, com a volta ao antigó regimen colonial, era a ruptura completa de toda a ligação do Brasil a Portugal. Nesse tempo estava o neto-bisneto de D. João V entre a sensatez dedicada e conservadora de Thomaz Antonio e as finuras displicentes e chartistas de Palmela, os dois melhores especimens de estadista portuguez da epoca. Reconheceram, ambos, que se tornara inevitavel a so-

berania da Nação Brasileira, e decidiram fazel-a na formula de um Imperio Luso-Brasileiro. Talvez, teve Thomaz Antonio a feliz ideia antes mesmo de Palmela, que chegou ao Rio de Janeiro em Dezembro, de 1820, ao passo que a 27 de Outubro do mesmo anno, logo ás primeiras noticias do movimento revolucionario chartista, Thomaz Antonio fez D. João VI escrever para Lisboa, donde o chamavam instantemente: "Si vos conservaes na obediencia ao rei, irei, mas sempre estará tambem no Brasil uma pessoa real, pois beni vêem que o Brasil não ha de já agora ser colonia, e desconfiarão... e para socegarem é preciso que contem com a união do reino do Brasil".

Veio Palmela — para pôr o pobre D. João VI ao corrente da situação politica de Portugal, revolucionario em chartismo. Empossado de ministro, em Janeiro, já apresenta ao Rei um projecto de constitucionalismo para Portugal e o Brasil. Era o proprio Imperio Luso-Brasileiro: "O Rei outorgaria uma carta constitucional aos seus povos, constituição que seria adaptada ao Brasil por procuradores, representantes das diversas circumscripções do Paiz... o rei continuaria no Rio de Janeiro, e mandaria, a gerir Portugal, o principe herdeiro". Thomaz Antonio, avesso a constituições, impugnou o projecto de Palmela: "Travou-se, então, uma luta franca entre Thomaz Antonio e Palmela, para cujo lado se inclinava o conde dos Arcos, luctando, porém, ás escondidas, alliando-se ao Principe". Veremos, dentro em pouco, os motivos do conde dos Arcos, e que explicam a insidia da forma adoptada. Continuaram as objecções contra o constitucionalismo, juntando-se-lhe immediatamente outra difficuldade: a da capital para o Imperio — si no Brasil, si em Portugal.

A Palmela, portuguez fino, diplomata de carreira, amante dos requintes de civilisação, repugnava profundamente a ideia da capital no Brasil, patente ameaça de

permanencia nestas bandas de selvagens: "Triste perspectiva — de soffrer a galés do Rio de Janeiro", escrevia elle, na intimidade, ao cunhado, o duque de Linhares. Mas, Thomaz Antonio, que já não contava muito com Portugal, era pela capital no Rio de Janeiro. D. João VI, cuja singela lorpice preferia uma "côrte da roça", pedia para a solução Thomaz Antonio, tanto mais quanto esta, para forçar a mão, pagara a redacção e impressão de uma brochura, em francez, tendente a demonstrar que "a familia real" devia residir no Brasil. Ahí, dizia-se, em todas as letras que "Portugal não podia passar sem o Brasil". E, pondo em effeito a doutrina, fez converter em pensões pagas dantes por Portugal — de Luiz do Rego e de Bernardo da Silveira.

Palmela, no primeiro momento, era pela ida do Principe Real á Europa; mas sob as intrigas do conde dos Arcos, e, sobretudo para garantir-se com a capital em Lisboa, mudou de parecer.

Foi maior ainda a differença em face de Thomaz Antonio, que, dizia sem reбуços — só ligava importancia ao Brasil. Finalmente, a 19 de Fevereiro, chegam a uma composição: criar-se-ia o Imperio Luso-Brasileiro; decretar-se-iam duas Constituições, e adoptar-se-iam duas Capitaes; o principe iria a Portugal — ouvir as queixas dos povos... Comtudo, ainda não foi definitivo: Thomaz Antonio, que via o conde dos Arcos a apoiar Palmela, não quiz dar immediatamente a sua assignatura; Palmela pede que se adie a partida do correio. A verdade é que, estimulado por Thomaz Antonio, D. João VI procurava cançar Palmela com evasivas, até que este, realmente cançado, ou para impôr uma solução, apresentou pedido de demissão. Alarmou-se D. João VI, e mandou seu fiel Thomaz Antonio ao conde... Reconciliaram-se, parece, mas era tarde: a soldadesca,

já feita com o Príncipe Real, sob o influxo das intrigas de dos Arcos, desandou para o constitucionalismo, e foi isto o que veio encher a scena visivel da politica. Varnhagen, lá para os seus ideaes, lamenta a propalação, que deu em revolução constitucionalista: "Si as resoluções tomadas se houvessem promulgado logo á chegada das primeiras noticias de Portugal, e antes que os planos de conjuração tivessem tomado tanto incremento... é mais provavel que a independencia do Brasil se teria feito desde então", com D. João VI. Seria, talvez, melhor que a de 22 e certamente mais barata. Varnhagen insinua que Palmela estava com a soldadesca constitucionalista. E isto, é coisa mais que provavel: em vista do seu chartismo, da sua aproximação do conde dos Arcos, e o empenho pela volta de D. João VI.

O MELHOR DO LUGAR-TENENTE, E A SUA FICADA...

Com a partida de D. João VI, fechou-se o primeiro acto da farça, que veio a ser a — Independencia do Brasil, registrando, o mais interessado no embuste, um excellent resultado: achou-se senhor do paiz, livre para arranjar uma independencia em que se garantisse. Reconheçamos, no emtanto, que a situação ainda lhe era muito difficil, porque, agora, tudo dependia de embahir os brasileiros, captando-lhes a confiança, para que o accitassem e lhe dessem o Brasil. Desde o começo, elle appareceu ligado á soldadesca, ao mesmo tempo — constitucionalista, votada ás côrtes inimigas do Brasil, e turbulenta. Ora, bastava isto para indispol-o com os patriotas brasileiros, e confundil-o com os peores adversarios da causa nacional. Armitage debuxa com perfeita nitidez os embaraços e as malhas que elle teve

de atravessar para sahir-se da situação: “A posição do principe era com effeito difficil. Por um lado a manifesta intimidade que existia entre ella e os officiaes da divisão auxiliadora, depois e antes de 21 de Abril (Praça do Commercio), tornava-se offensiva aos brasileiros; ao mesmo tempo que o ministerio do conde dos Arcos, suspeito pelos portuguezes... attrahia o desagrado das guardas pretorianas, sustentadoras da sua autoridade”. Com tudo isto, o filho de Carlota Joaquina fez o seu caminho.

Pedro I é julgado e conhecido, em geral, pelo que facilmente apparecia dos seus gestos; ora, nessa creatura, a exterioridade era justamente o opposto das effectivas qualidades de character. Não ha duvida de que, em toda esta aventura, elle se portou como aventureiro — no sentido pejorativo da expressão, pois que, no fundo, elle não era, nem a natureza romanticamente aventureira, a buscar o imprevisito pelo amor dos riscos, nem o fidalgo cavalheiresco, accetando as aventuras pelo prazer da empreza. Pelo contrario, era o politico calculista, si bem que curto, pois que Bragança; o trameiro alliviado de toda sinceridade, e, com isto, desleal, insidioso, corruptor... Mentindo, cavando, trahindo... sempre que tanto lhe convinha aos planos. Mesmo sem tomar em consideração o como elle tangeu daqui a lorna do pae — soltando-lhe em cima a tropa comprada para o constitucionalismo: só o aprumo com que elle se houve nos dez primeiros mezes de poder, entre o ostensivo anti-brasileirismo da soldadesca, e as aspirações independentistas dos brasileiros; só isto o eleva, com destaque, na galeria dos que Machiavel consagra — mestres em “ingannos...” Durante estes dez mezes, decisivos na organização dos nossos destinos, o principe D. Pedro fez uma marcha por si mesma expressiva: em Abril manda espingardear os brasileiros da “Praça do Commercio”; em Junho é commensal de

Avilez e companheiro nas bebedeiras da sua officialidade farrista, a quem sacrifica o proprio dos Arcos; em Novembro é comparsa de José Clemente-Ledo, para a farça do “fico”; em Março seguinte preside á reivindicação das tropas brasileiras que enxotavam a “divisão auxiliadora”, e faz chefe do governo a esse José Bonifacio que redigira a desrespeitosa representação ás côrtes. No entanto, o emerito não foi de intelligencia, mas de desfaçatez. Nos trez ou quatro primeiros mezes, a duplicidade une facilmente com os dois lados: o conde dos Arcos era caução para os portuguezes que já tinham trocado Portugal pela fartura do Brasil, e para os proprios brasileiros que começavam a comprehender a manobra da Independencia a pingar; o conde de Louzã e o general Caula eram os representantes directos dos portuguezes ainda adhesos ás côrtes. Mas, desde que subiram de tom os rumores de independencia, a soldadesca constitucionalista se arrepelou, veio para a rua, e exigiu a demissão do conde dos Arcos, o qual, a arranjar o Brasil para o principe, era como se fomentasse a independencia: prenderam-no e recambiaranno...

A coisa estava tão bem encaminhada, que o dos Arcos já não fazia falta sensível, e D. Pedro sacrificou-o sem maior hesitação aos zelos anti-independentistas da tropa chartista. Elle bem sabia que, continuando no poder, acabaria arrebanhando um partido separatista, graças ao qual, no momento opportuno, poderia resistir efficazmente á fanfarronice da soldadesca. Comtudo, ainda foi preciso contemporisar alguns mezes, alimentando a situação ambigua, em que deu o melhor de si mesmo: cartas de fidelidade que escrevia ao pae, a abjecta camaradagem com os bebedos da divisão auxiliadora, e uma sorrateira aproximação — dos José Clemente-Ledo... A demissão do conde dos Arcos é de Junho; em Outubro, já o conluio para o “fico” está

em acção. Nesse periodo, em que se decidiu a Independencia como a tivemos, o genio da intriga foi o proprio D. Pedro: transigencias com o liberalismo lusitano para a eleição da "junta", mais juramento de constituição, Macambôa e Duprat, presos, recambiados definitivamente... tudo isto elle arranjou com os seus proprios meios, tergiversando, promettendo, insuflando, fallhando á promessa, manejando... A universal desorientação, o momento, a escola politica já militante. eram para esses processos, e o principe tanto obteve que, se a officialidade embrutecida em constitucionalismo tenta, com os novos alliados, repetir o golpe com que despejou o dos Arcos, já o embusteiro pôde effizazmente resistir: ampara-o o animo do Brasil. De facto: a soldadesca apresentou-lhe uma lista de nomes — de brasileiros e lusitanos (suspeitos por trabalharem pela Independencia), para que fossem presos e enviados a Lisbôa. Eram os proprios que estavam a arranjar a "ficada".

Ora, para os seus intuitos de captar a confiança dos brasileiros, era preciso, agora, resistir. Foi o que fez o principe.

QUEM "FICA" E' PORTUGAL...

Chegamos, assim, ao termo do segundo acto da farça, cujo final é o proprio "fico", estendido até o afastamento da divisão auxiliadora, que, na sua fanfaronice brutal e soez, irritava e amesquinhava os nacionaes. Eram, estes soldados, os representantes directos e ostensivos das pretensões das côrtes, que tão estupidamente ameaçavam o Brasil — de redominio. Isto, mais do que tudo tornava a soldadesca lusitana insupportavel aos brasileiros. O principe bem o comprehendu, e não hesitou em optar — contra ella, isto é, con-

tra as côrtes. O verdadeiro e concreto inimigo das côrtes eram os Braganças, principalmente D. Pedro, cuja mocidade se traduzia forçosamente em rebeldia contra quem vinha podar-lhe os poderes. Por isso mesmo, a sua roda, desde o tempo do conde dos Arcos, forçava a nota, apontando as côrtes como intransigentes inimigos do Brasil, empenhadas em recolonisá-lo. Nada mais natural, por conseguinte, do que a confiança com que o ingenuo Brasil se entregava a um defensor tão graduado... Tal era a situação, no Rio de Janeiro dos fins de 1821, entre os arrotos avinhados da soldadesca chartista, e o recente brasileiro, do filho de Carlota Joaquina. Nesse meio, tão propício e tão affim, trabalhava proficuamente José Clemente, até chegar á instancia em que o Brasil se entregaria definitivamente ao braganatismo. Para isto, concorreram de modo decisivo as relações do mesmo José Clemente com os Ledos, cuja canalhice tornou possível — desvirtuar-se a tradição maçônica, até então brasileira e republicana. Com a transigencia dos Ledos, os ingenuos brasileiros empenhados na Independencia foram tentados a fazel-a com o aventureiro, que a “apressava e garantia”. Como explicar um tão monstruoso proposito?!... E’ que na empestada atmospheria do braganatismo, os animos andavam fora de todo bom senso, e mesmo os sinceros (excepção de um Barata) apanhavam-se com qualquer engodo...

Assim, em meados de Dezembro, o embusteiro podia annunciar ao pae, com a distancia de um dia, apenas, todo o enredo do “Fico”. Não ha no rastro de Pedro I clarão mais vivo que o que se reflecte destas duas cartas de 14 e 15. E ahí se verifica — que era elle mesmo quem conduzia toda a machinação: elle e comparsas empenhavam-se em impedir que se perdesse o Brasil para os interesses portuguezes; e empenhavam-se porque estavam convencidos de que, deixados a si mes-

mos, os brasileiros fariam a verdadeira Independencia... Tal se lê por entre as letras das duas missivas. Ha, no caso, as datas, que, no absoluto das cifras, são provas definitivas. Quem appareceu com o ostensivo convite foi o proprio José Clemente, utero fecundo do producto nascido a 9 de Fevereiro, mas, em gestação desde Outubro anterior. Para espectacularidade da coisa, foi provocada uma manifestação das duas provincias — Minas e S. Paulo.

José Bonifacio foi quem redigiu e trouxe a manifestação de S. Paulo; e com isto, entrou concretamente na acção. Dahi o discutir-se a maternidade do “fico”, visto que essas manifestações se pronunciaram antes que o Senado do Rio dêsse o seu recado. Em definitiva reivindicação, vinte annos depois, José Clemente, ministro da guerra, fez discurso, em contestação com Antonio Carlos: O Sr. A. C. quer que se dê a prioridade aos paulistas; se “prioridade houve, ella pertence aos fluminenses...” A representação da provincia de S. Paulo só pode chegar depois do dia 9 de Fevereiro (do fico)... O nobre deputado quer que se conte do dia da assignatura, 3 de Fevereiro. Mesmo assim... ha-de estar lembrado de que, em 18 de Dezembro de 21, sahiu um commissario... ao governo de S. Paulo, convidando-o a cooperar na ficada... E no dia 20, sahiu outro para Minas... Devo declarar que os primeiros que se lembraram destas medidas, ou pelo menos que a fizeram sentir foram o Sr. José Marianno, e o José Joaquim da Rocha... Tendo eu tratado de saber qual a definitiva opinião do principe a esse respeito, dirigi-me logo a S. Christovam e S. A. ainda reservou de mim a sua opinião... Procurei novamente o principe, no dia 24 de Dezembro... S. A. R. teve a bondade de responder que ficaria... No dia 26 fui á casa de José Marianno, onde se achavam o Sr. Rocha e Frei Sampaio, que foi quem redigiu a representação...” Como vê

José Clemente engrola, para não dizer, em definitivo, de quem foi a primeira ideia da “ficada”: dá uma primeira data — 18 de Dezembro, para a ida a S. Paulo. Até então, parece, tudo estava no ar... Só a 24 é que o príncipe responde, e, elle, sem maior pressa, só a 26 leva a resposta aos que o mandaram. Enquanto isto, o príncipe é preciso: “— 14 de Dezembro (carta do pae). Dou parte a V. M. que os brasileiros e muitos europeus dizem pelas ruas — havemos de fazer um termo para o príncipe não sahir, sob pena de ficar responsavel pela perda do Brasil...” No dia seguinte, completa a historia da machinação: “... Hoje soube que por ora não fazem a representação, sem que venham as procu-rações de Minas e S. Paulo, e que a representação é por esse modo: — “Ou vae, e nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos e seremos responsaveis pela falta de execução das ordens do Congresso” (as côrtes)”.

Aproximados assim, os dois textos — de José Clemente e do príncipe, tem-se, então, a historia exacta: a 14 de Dezembro, já estava tudo decidido e prompto, afim de salvar o Brasil para os portuguezes, inclusive a resolução de tomar a responsabilidade pela desobediencia ás côrtes; já se decide o mandar emissarios a Minas e S. Paulo a buscar... A solidariedade? não, sómente, mas, principalmente — solicitar auxilios, no caso de reacção das tropas de Avilez. E’ José Clemente, mesmo, quem o diz, nos subterfugios da sua lingua: “... que não julgava prudente que o Rio de Janeiro só fizesse a representação, porque não ha força necessaria, existindo no Rio de Janeiro uma força portugueza assaz forte” (o mesmo discurso). E, foi por isso, visto tratar-se, apenas, de obter a solidariedade, que nem se esperou a representação de S. Paulo (Drummond).

E’ facil de comprehender como o povo propriamente dito se achava embaído em tudo aquillo: diziam-lhe que

o príncipe tinha virado brasileiro, e ia dar-lhe uma independência... E os brasileiros a aceitaram, na certeza de que era uma legitima liberdade, e completa separação. Por isso mesmo, não ficaram satisfeitos com a primeira resposta, que foi textualmente a seguinte: "Convencido de que a presença da minha pessoa interessa a toda a nação portugueza... demorarei a minha sahida até que as côrtes e meu augusto pae deliberem". Conhecidas estas palavras, houve um tal desapontamento por parte dos brasileiros sinceros, que os trameiros tiveram de voltar, redigindo-se e publicando-se, no dia seguinte, a resposta que foi pregada á historia como "fico".

Mello Moraes, informado certamente por Drummond, cujo nome repete, insere uma versão do — "fico", só differente em alguns nomes: não cita, quasi, José Clemente, e dá o principal papel, junto ao príncipe, ao criado portuguez Barbuda. "... Barbuda, guarda roupa do príncipe, se offereceu para este empenho (saber si elle ficava), e partiu para S. Christovam... visto que a respeito d'elle não poderia haver suspeitas.

Contou-lhe tudo que se estava fazendo, e então perguntou... O príncipe, a principio resistiu, pelo receio que tinha da divisão auxiliadora; mas, por fim, movido pelas razões de Barbuda, seu guarda roupa, que tinha casado no Brasil onde tinha muitos bens de fortuna, disse-lhe — Fico...".

O cirurgião mór reformado Manuel J. Menezes reivindica a "ficada" para a sua maçonaria: "... conseguida do príncipe, por nossos esforços, a promessa de ficar no Brasil, servindo de nosso intermediario... o nosso irmão José Clemente Pereira, encarregado de pôr em execução o nosso plano..."

Completa-se que a psychologia dos motivos actuaes para o 9 de Fevereiro, com o conceito lapidar de Duprat, aquelle mesmo que May abriu as columnas do

primeiro numero da sua Malagueta: "O Navio que sahir levando para a Europa a familia de Bragança, deixa no Brasil a independencia".

Agora, que estava garantida a partida, para que se fosse a tropa lusitana bastou que a enxotassem. Serviu o primeiro pretexto: uma rusga de officiaes superiores — o coronel portuguez José Maria da Costa, contra o brasileiro tenente-coronel Joaquim Lima e Silva. O lusitanismo fardado ameaçou logo sahir á rua e obrigar o principe a embarcar. Por si, este nada fez mais do que pedir ao commandante do 3.^o de caçadores — que se conservasse neutro; mandar a familia para Santa Cruz; pedir asylo á fragata ingleza Doris, e solicitar soccorros a Minas e S. Paulo. Enquanto isto, os brasileiros militares e civis, prompta e espontaneamente se armaram e vieram para o Campo de Sant'Anna, numa attitude que, finalmente, fez recuar o general de fancaria Avilez. Varnhagen, insuspeito, conta a concentração dos brasileiros, oppostos á divisão auxilia-dora: "Seja como fôr, é certo que nessa mesma noite (da rusga) da ameaça, começou por seu turno a reunir-se no Campo de Sant'Anna toda a tropa da linha miliciana do paiz, incluindo o regimento dos Henriques e dos Pardos, e um sem nome de cidadãos de todas as classes, cada qual armado como poude, entrando nesse numero muitos ecclesiasticos, até frades..." Só então, em face dos 12.000 homens armados que assim se apresentaram, é que o principe teve arrogancia — para ameaçar os seus antigos camaradas, de expulsal-os á força.

Logo depois, foi publicado um folheto — A Heroicidade Brasileira, onde se celebrava a façanha, admit-tindo — que D. Pedro estivera á frente das tropas bra-sileiras. Immediatamente, o Governo fez confiscar a edição — "por conter esse escripto proposições não só indiscretas como até falsas..."

O PRIMEIRO GOVERNO BRASILEIRO

Dominada pelos brasileiros a tropa de Avilez, a situação ficou nitidamente, para o Brasil. Os ministros còrtistas tiveram de sahir; viera ao Rio de Janeiro, em missão politica relativa á independencia, o sabio brasileiro conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, o maior prestigio intellectual do Brasil e de Portugal, e o príncipe o chamou — para seu primeiro ministro. E, por que não? Era, o velho Andrada, um excellentes funcionario portuguez, feito no regaço do throno bragantino, mas sempre alheio ás rixas da politica lusitana, e que se acolhera ao Brasil quando se pronunciou a revolução constitucionalista que veio dar nas còrtes. A situação do Brasil era a da concreta independencia, tão irreductivel que ninguem admittia, a serio, pudesse o paiz voltar a ser colonia. Mas José Bonifacio, que fez o elogio de D. Maria I após o esquartejamento de Tiradentes, nada fizera para isto. Estava no seu S. Paulo, onde se conservava tranquillo, á sombra do seu prestigio de sabio europeu. Alastrava o fogaréu politico; o fidalgo, que governava S. Paulo, era profundamente malquisto pela sua prepotencia, mais irritante do que cruel, e accendeu-se uma revolta contra elle. Muito naturalmente attrahido pelo grande renome, o movimento foi buscar José Bonifacio para chefe: “Viva o Conselheiro!... Queremos que o Conselheiro presida os nossos trabalhos! Está deposto o despota!... Queremos a liberdade!... Viva S. Paulo! Viva o Brasil! Viva a liberdade!...” O velho Andrada respondeu — “Que a revolução não era somente gritar... que os revolucionarios não dispunham de meios para a luta que desafiavam... Que os portuguezes tinham exercito e armada... Que se lembrassem dos dezesete... e quando Portugal não tivesse forças, a Inglaterra o ampararia...” E terminou propondo que a revolução dêsse a

chefia do governo provincial ao mesmo Oyenhausen deposto... Elle ficaria como vice-presidente... Para outra coisa, não contassem com elle... Assim, ao mesmo tempo que entrou para os successos da Independencia, deu arrhas ao Bragança — da sua dedicação anti-revolucionaria. Segue-se o episodio da representação para o “fico”, e José Bonifacio foi chamado para presidir o primeiro governo brasileiro, em vista desses mesmos motivos — notavel bragantista, homem de ordem...

Estava passada a crise, toda resolvida pelo proprio principe, e a independencia jugulada em beneficio do futuro Imperador. Desta sorte, o governo do Brasil — Farinha-Louzã, não fez differença ao passar para Farinha-Andrada... Não mudou, no momento, mas — evoluiu, e tanto que a politica brasileira de Março de 1823 nem parece derivar pacificamente da de Março de 22. José Bonifacio nada preparou, antes, para a Independencia; todavia, uma vez no Governo, foi o senhor da situação, o ostensivo conductor da politica, até o ponto de, apesar de tudo, fazer a mais brasileira das independencias que podiam sahir do fico de José Clemente, tão nacionalista, que nunca mais foi possivel voltar atraz para a sonhada reunião. Por isso mesmo, teve de soffrer a perseguição, a diffamação, a prisão, o desterro... Não obstante, foi de tal modo patente a sua acção para o desfecho de 22 que logo o proclamaram — o patriarcha da Independencia. Mas não tardou que o atacassem duramente para tirar-lhe a gloria de patriarchado. Começou com o romper dos longos e calados despeitos de José Clemente, a reclamar para si mesmo, no euphemismo de fluminenses, a iniciativa do fico. Vem a estatua, e os protestos se repetem. Em 1874, L. F. da Veiga, herdeiro das incompatibilidades dos moderados contra os Andradas, renovou o ataque, dando, no seu livro — O Primeiro Reinado, todo um capitulo

contra o Patriarcha. Finalmente, é uma campanha que se reabre toda a vez que brasileiros, em aspirações brasileiras, vêm verificar a obra da Independencia: acham-na má, incompleta, anti-nacional, amesquinhadora... e resolvem o caso, não só com o condemnar o apontado chefe ou empreiteiro da obra, como lhe tiram a elle todo valor. Não ha duvida: o velho Andrada não era nenhum genio como estadista. Fazia politica, pouco mais ou menos, como versejava: conscientemente, sem maior inspiração á custa de esforço intelligente e boa vontade. Em todo caso, compunha as suas odes, relativamente correctas, e que, si não tinham marejante poesia, podiam contudo commover, e continham ideias bem nítidas. Assim se fez a sua acção politica, começada no declinar da vida, a denotar que elle não era ambicioso, e que foi bem a força das circumstancias que o trouxe para a função.

Já o accentuamos, talvez, a Independencia, tão pobre foi de inspiração e espirito revolucionario, que não deu com que compôr a legenda de um heróe, que fosse. Os dois vultos a destacar, incompletos, sempre adversarios, só se aproximam, na pureza do character, a sinceridade dos motivos e a honestidade dos propositos — Cypriano Barata e José Bonifacio.

Falta-lhes muita coisa para o heroísmo de que o Brasil carecia. E a Independencia passa: começa, desenvolve-se e acaba, sem que appareça a figura de um homem no nivel do acontecimento. Foi uma revolução? Não: não pôde haver realidade revolucionaria sem a substituição da classe dirigente, sem intelligencia de um programma a definil-a, e o valor de uma vontade a conduzil-a. Sobre a fatalidade historica, armaram uma tramoia, e foi preciso a velhice de José Bonifacio para que se desenhasse acção digna, e a tramoia se ennobrecesse um pouco. Dos consagrados, é a unica figura a impor-se ao respeito dos brasileiros.

O mais — secundarios, nullos, reles, canalhas... A victoria dos Braganças em 1817, com a acção diabolica do conde dos Arcos, deixara o Brasil desamparado. Havia auxiliares; mas, faltava, em absoluto, quem fosse capaz de condensar as energias nacionaes, para fazer o Estado do Brasil no lineamento das suas puras tradições. O homem que se revelou, na singular revolução da independencia, foi mesmo o bragantista, conservador e anti-revolucionario José Bonifacio. Tudo quanto se allega contra elle, como não autor da independencia, demonstra, apenas, que esta não passou de escamoteação em favor dos Braganças e dos portuguezes em geral. O pouco que se salvou, foi elle quem o garantiu. Eram todos bragantistas, salvo um Barata, por isso mesmo perseguido, condemnado á prisão perpetua, esquecido nas masmorras da ilha das Cobras, onde o descobre um adversario. Ou um Lino Coutinho, modesto em virtude de acção, identico a um José Custodio; ou Tavares, coherente, mas inefficaz, como naufrago que era, e já meio descrente. Barata, simples agitador revolucionario, sincero, essencialmente brasileiro, seria o precioso companheiro, voz de propaganda inflammada, a serviço da democracia brasileira si tal houvera. Dentro do bragantismo, destacava-se um Feijó, — descortino, coragem, character, honestidade, intelligencia, puro patriotismo, valor de acção, mas ainda hesitante, e inteiramente isolado, naquelle mundo acobimbrado. Não comprehendera, por ventura, a sua funcção naquelle transe da patria brasileira. Também não possuia mesmo as outras qualidades de aggremiador, necessarias para conduzir e garantir a obra de proselytismo, indispensavel na mutação revolucionaria para tornal-a efficaz. Todos os mais salientes eram creaturas pressurosas aos pés do principe. A reacção anterior havia rareado os republicanos de prestigio; os que existiam, si numerosos, eram simples ecos de uma tradição,

vivaz, mas perseguida, limitada, e em efeitos, principalmente porque, na mesma conjuntura, fora trahida pelos que deram a Maçonaria — o seu reducto, ao proprio principe. Si houve agitação, não foi para modificar o character da obra e purificá-la democraticamente, mas para angariar as boas graças do principe, tanto que a luta cessou, ou suspendeu-se, em 1823, com a victoria absoluta dos adversarios dos Andradas. E da victoria só resultou uma aggravação de absolutismo, em profundas offensas do sentimento nacional. Donde a conclusão: Ledos e comparsas não lutavam pela causa brasileira, e, menos ainda, pela causa da liberdade.

Isto, que é verdade verificada, tira qualquer valor aos repetidos argumentos contra os antecedentes de José Bonifacio.

Ninguem o contesta: o velho Andrada nunca se mostrara independentista; era um funcionario portuguez graduado, de tirocinio, bragantista, quasi absolutista; ao passo que a tradição de independencia, no Brasil, era radicalmente — republicana, liberal, maçonica, nacionalista... Ora, si José Bonifacio fez a Independencia com a monarchia do Bragança, estava coerente com os seus sentimentos, e foi além do que se podia esperar. Então, si se fez a Independencia sem a Republica, e, mesmo, sem legitima democracia, a culpa não deve caber ao aristocrata, monarchista, elevado com o favor do throno, e, sim, aos que surgindo no prestigio da tradição independentista radical, democratica, maçonica, tudo abandonam em troca das boas graças do principe. O velho Andrada não se levava por estímulos democraticos, nem se preocupava de liberdade, como se espera — num estadista que vem criar o Estado numa nação americana. Por isso parecia faltar-lhe a audacia, reflexo de animo ardente pela liberdade.

Parecia mesmo, nos primeiros momentos, sem ardor combativo. Mas, desde que se viu na contingencia de

agir como brasileiro, foi audaz e forte. Infelizmente, encontrou-se num desvio de caminho, e sua acção nunca foi a de uma revolução para redimir a antiga colonia, peiada no absolutismo parasita do regimen bragantino. Comtúdo, teve talento e honestidade para fazer de modo completo aquillo a que se propoz — levantar a soberania do Brasil. Teve prestigio incontestavel, enquanto foi governo, tudo devido sómente ao seu valor. O gesto do Ypiranga foi o momento capital, no terceiro acto da farça da Independencia e é o que se salva de toda ella. Ora, por todo espaço brasileiro, o senhor da scena, foi, innegavelmente, José Bonifacio.

O traço geral do enredo era do Principe, em correspondencia com interesses portuguezes; mas, desde que o velho Andrada entrou para o Governo, por si se fez o conductor activo e lucido dos acontecimentos. Sim: no uso da definitiva autoridade, autoritario e intelligente, elle não era homem para manter-se como figura secundaria, ou simples titere, nas mãos do Principe, matreiro, certamente, mas sem vigor de character, nem grande descortino de pensamento. E, com isto, sobre-vem os ataques das côrtes á dignidade nacional, ataques a que José Bonifacio respondeu numa vigorosa reacção, em que falavam vivamente todos os brios dos grandes senhores brasileiros da epoca. Chamado á luta respondeu desassombradamente, e a cada um dos golpes do lusitanismo chartista, respondeu com outro mais efficiente. Foi quando o seu character se patenteou por completo: franco, honesto, decidido, despotico, orgulhoso até vaidoso, e, ao mesmo tempo, simples até a puerilidade, imprevidente, ao ponto de não sentir a impropriedade da obra que pretendia ser — um Estado brasileiro feito exclusivamente com as tradições legitimamente brasileiras. Em todo caso, no curso de uma transformação toda tramada em insidias para o effeito da suprema traição, o velho Andrada foi sempre intei-

riço. Agia como o forte destemido. A lusitanada tinha entrado já toda, para a Independencia; era poderosa, pois que se achava montada nas melhores posições; estava disposta a fazer-se senhora da mesma Independencia, ideada para serviço dos seus interesses... E José Bonifacio, em face della, procedia com a temeridade do suicida: deixou-lhe todas as posições, ao passo que sem reservas nem complacencias se declarou seu inimigo. E' o proprio satellite dos Andradas quem o diz: "... a independencia respeitou todos os direitos, bem ou mal adquiridos..." (Drummond). Tanto vale dizer: a politica da Independencia guardou, nas posições privilegiadas em que se achavam, todos os Portuguezes... Desta sorte, entrou para o ministerio do Principe, a fazer a Independencia, um antigo funcionario portuguez, zeloso da sua lealdade para com o throno braganfino, e, antes de finda a missão, apparecia um ministro brasileiro, sinceramente e intransigentemente realisador de um Estado Brasileiro, absolutamente independente de Portugal, um Estado feito para o Principe da casa de Bragança, mas com a condição de ser exclusivamente brasileiro, até o ponto de lutar concretamente com o portuguez, para manter a sua qualidade nacional: fez guerra deveras a Madeira e aos do Pará, Maranhão; decretou o confisco contra os portuguezes não legitimamente naturalizados, e teria chegado á necessaria expulsão dos reconhecidamente inimigos do Brasil. Por isso mesmo, a Independencia prevalecente o abateu, e o eliminou, e o prendeu, e o perseguiu, e o desterrou.

OS BENEFICIADOS DA INDEPENDENCIA

Assaltada, tomada, occupada a Independencia pelo lusitanismo, não houve lugar, nem possibilidade para mais nada: nem tradição brasileira, nem democracia,

nem legitima soberania nacional, nem dignidade de politica e efficacia de administração. O movimento separatista, que começa logicamente em 1817, foi o esforço, no espremedor do bragantismo, para eliminar, na organização do Estado Brasileiro, tudo que fosse legitima tradição nacional, nas suas puras aspirações de democracia e liberdade. E chegaram a este monstruoso resultado: toda a portuguezada ficou para ser o Brasil autonomo, e sahiram todos os puros brasileiros, inclusive, finalmente, os Andradas, apesar de que não defendiam a integridade das tradições nacionaes — independencia com a Republica, absoluta separação de Portugal por legitima incompatibilidade.

Ora, em antagonismo com estas aspirações, a obra da independencia tinha que ser falha. Podia, todavia, não ser criminosa, tal o tentou José Bonifacio; mas o bragantismo, malfazejo por natureza, deu razão aos seus destinos, e foi até o crime. Reconheçamos, no entanto, que, mesmo na plenitude do programma andradino, a Independencia contrariava os patentes intuitos da nacionalidade segundo a tradição santificada e consagrada no sangue dos nossos mais legitimos e caracterizados patriotas.

José Bonifacio é quem arrasta a responsabilidade da não Republica em 1822. De facto, o velho Andrada não faria nunca a Republica.

Nem mesmo se adaptaria a uma sincera monarchia democratica. Todavia, já o vimos, quem desviou, desde logo, o movimento independentista para a monarchia bragantina foi Ledo, a serviço de José Clemente. E o facto vale por uma traição, pois que a tradição das lutas pela independencia, si estava ligada á Maçonaria, era, em si mesma, essencialmente republicana. As lojas donde saiu o 6 de Março, tinham ligações no Rio de Janeiro, tanto que, para esse fim, mandaram um emissario. No emtanto, de tal modo decahiram os animos

ao contacto da montueira de 808, que não houve uma qualquer manifestação de solidariedade, ou simples sympathia, para com os grandes brasileiros, martyres do Congominho, Rodrigues Lobo, Luiz do Rego. Nem mesmo quando começaram a falar em “liberdade e independencia”; nem sob tão generoso influxo, houve quem lembrasse e evocasse os nomes dos que, cinco annos antes, em Pernambuco, tinham soffrido a peor das mortes — na ignominia da justiça bragantina. Pelo contrario: desde que o ambiente carioca se agitou com as patacoadas do constitucionalismo lusitano, recommençaram os movimentos maçonicos — para entregar a Independencia do Brasil aos Braganças. E’ verdade que José Bonifacio apparece desde o começo — no dia 5 de Junho em S. Paulo, e immediatamente se oppoz a qualquer realidade revolucionaria, bem demonstrando que não admittiria uma independencia republicana; mas tambem é verdade que todos se conformaram com isto; e que não ha outros motivos para acreditar que os revolucionarios paulistas de 21 fossem pela Republica a não ser a sua qualidade maçonica. Ora, os nomes que ali apparecem são de criaturas que, em seguida, ao lado de Ledo e José Clemente, são dedicadissimos monarchistas. E tudo isto nos traz a convicção de que: a Maçonaria, activa em 21-22, si não era cordialmente da forma de governo, esforçava-se, apenas, pela Independencia, que os mais salientes dos irmãos queriam fosse em beneficio proprio.

Por si mesmo, os homens da Independencia não valem as linhas que já lhes foram consagradas. Dado, porém, que a separação obtida em 1822 não foi o natural desenvolvimento da nossa evolução nacional, si não um attentado contra essa mesma evolução, temos de caracterisar a Independencia nos homens que a fizeram. Então, é de justiça — destacar a personalidade de José Bonifacio, principal figura, já o vimos, naquíl-

lo que haja de accetavel, nos successos de 22. Era um character, como affirmação de principios, sinceridade e pureza de intuitos.

O seu maior crime está em accetar de vir fazer essa independencia, uma vez que não a podia realisar no lineamento das nossas tradições, e de accordo com as nossas necessidades mais sensiveis.

Não podemos accetar como boa; mas, por opposição aos motivos monarchistas de José Bonifacio, não vamos transformar os pulhas e canalhas dos seus adversarios, do valor de José Clemente, em homens a admirar, e, menos ainda, em devotados democratas, sacrificados ao bragantismo dos Andradas. Certamente, o velho santista era intolerante contra Ledo.

Mas tudo não passava a principio da repugnancia do aristocrata são, autoritario, honesto e culto, em face de um character polluido e uma mentalidade acafages-tada. Quanto a José Clemente, tudo indica que o velho Andrada o desprezava. E, em verdade, toda essa disputa não passaria de caciquismo obscuro e futil, si, com ella, não se inclinassem os destinos desta patria. José Bonifacio nunca faria o regimen democrata e livre, de que o Brasil opprimido tanto carecia. Todavia, não foi elle o unico a fechar o caminho, sinão todos que, de facto, tiveram poder sobre aquelles acontecimentos; todos contra a Republica.

E com isto, ao mesmo tempo abriam as portas, largas, francas, ao portuguezismo que nos assolava. Foi maior, então, a desgraça, porque aquelle era o momento proprio, inadiavel de levar a antiga colonia á legitima liberdade, fecundante e organisadora, como o tem sido para os povos americanos. Em vez disto, para apavorante aggravação de miserias, entregou-se a Nação Brasileira, nascente, ao lusitanismo bragantino, á propria infecção em que esta patria se consumia; e a Independencia resultou em puro beneficio do portuguez.

Sim: arranjada em torno do príncipe, que aqui ficou, ella veio corresponder, em absoluto, aos motivos com que José Clemente justificou o seu pedido, e que era o de todos elles: "Si partirdes, os brasileiros, republicanos, farão a independência radical de seu paiz... "Ficae", senhor, para garantir a união do Brasil a Portugal!..." Prevaleceu José Clemente, e, tanto que, si as côrtes tivessem logrado impor ao Brasil o regimen que lhe preparavam, não nos teriam afastado mais da verdadeira Independencia, na pratica da liberdade, do que se fez na obra de 22, que devera ser o radical e profundo expurgo. Estavamos embebidos na ignominia: depois de tudo que recebemos desde 1640, a super-carga de 1808!... Toda aquella montueira das oito náos, D. João VI a fixou aqui. — A farandulagem das muitas repartições com que se acabrunhou o orçamento, da ingenua colonia, em nada alterou a essencia do regimen, porque, na pratica, tudo consistiu em dar pasto aos milhares do enxame de aventureiros immundos. E peorou a situação geral do Brasil, uma vez que tudo consistiu na entrada e incorporação, nas tradições da terra, desse mesmo "enxame immundo, sem vergonha e sem principios", como nol-o pinta Armitage que respirou o ambiente politico e moral infectado por elles.

Gente reconhecidamente incapaz, insiste o proprio Pereira da Silva, e que serviu, apenas, para sementeira da variedade ethnographico-politica, de que tanto tem soffrido esta patria — os brasileiros de D. João VI.

Foi a preponderancia dessa gente, na vida publica do Rio de Janeiro, que tornou possivel o monstruoso crime — de uma população carioca, dando assistencia, louvores e applausos, ao governo que fazia martyrisar os brasileiros mais puros, votados a esta patria até o sacrificio supremo, governo cujos representantes ainda profanavam as sepulturas das suas victimas, para mutilar os cadaveres...

Como explicar que esta sujeira se incluísse na Nação proclamada independente?... E' a propria miseria d'alma, delles, que nos dá a explicação.

Afastado D. João VI, verificada a impotencia da tropa de Avilez para conter o Brasil — si lhe viesse a gana de ser independente, estimulados os brios nacionaes pela estupidez das cortes, os portuguezes funcionarios, como os outros, logo reconheceram que a coisa estava para breve, e que só lhes restava uma salvação; uma independencia em que elles pudessem ter primazia. O seu reflectir encontrava-se, muito naturalmente, com o do Principe, de tal sorte que, ao annunciar-se a resolução das côrtes — de extinguir os serviços criados por D. João VI, todos os respectivos apaniguados, toda a crosta da purulencia administrativa e judiciaria aqui deixada pelo marido de Carlota Joaquina, fez-se partidaria acirrada da Independencia. E' certo que, no primeiro momento da baderna constitucionalista, um grande numero de mercantis lusitanos se declararam partidarios das côrtes. Não sabiam, commenta monsenhor Tavares, o que quer dizer constituição; mas constitucionalisavam-se, explica-nos Armitage, na esperança de que o Portugal chartista restaurasse a antiga subordinação da colonia, para florescencia dos seus privilegios de espoliação, sem concorrência de estrangeiros. Isto, porém, rapido passou, e antes mesmo da partida de Avilez, já o commercio do Rio de Janeiro era todo, como nol-o mostra Varnhagen, franco partidario da Independencia, como a arranjava José Clemente. Finalmente, não havia portuguez que não tivesse justificação explicita para ser partidario da Independencia: os constitucionalistas (os proprios que tramaram o fico) porque o Brasil independente tinha que ser constitucional, e mais liberal ainda do que Portugal; já os funcionarios, porque só seriam conservados nos empregos si o Brasil fosse independente; os legiti-

mistas, porque eram inimigos das côrtes, inimigas do Príncipe; os simples realistas e braganhistas, porque uma independência immediata, com o Príncipe, era o unico meio de salvar o principio da realeza, com um representante dos Braganças.

Esta verificação não chegava a ser um segredo, na epoca. Nas côrtes o Sr. Borges Carneiro o disse, com todas as letras: "Sabemos que essa perturbação (o movimento independentista do Rio de Janeiro) é obra de facciosos, aristocratas e empregados publicos, que viram se lhes seccar a fonte, onde saciavam a sua ociosa ambição, bebendo o sangue dos pobres por taças de ouro".

Já o accentuamos: com a responsabilidade dos destinos do Brasil, sem sahir, embora, das suas convicções politicas, José Bonifacio sentiu brasileiramente, e pendeu de modo decisivo para os interesses essenciaes do Brasil. Foi patriota, e tentou realisar o Estado Brasileiro como affirmação nacional, em contestação necessaria com os interesses portuguezes. Teria conseguido essa parte da verdadeira independência, si não fôra o vicio original — de ter pactuado com o Príncipe portuguez, por essencia incompativel com a nacionalização effectiva desta patria, como o patenteou dissolvendo a primeira assembléa brasileira, expressão da soberania do Brasil. Um estrangeiro, Armitage, comprehendeu isto mesmo quando assignala que este facto indispoz completamente a Nação Brasileira contra Pedro I. Podemos descer á miudeza dos successos, e encontraremos a mesma significação. Para defender e justificar o partido de Ledo, na sua opposição aos Andradas, um brasileiro de hoje tem de argumentar nestes termos: "Tendo Clemente Pereira muitas amizades na colonia portugueza no Brasil, de então, sendo quasi toda partidaria de Ledo (pudéra!), José Bonifacio mandou lavar o decreto de 11 de Dezembro de 1822, mandando

confiscar os bens dos subditos de Portugal...” Nunca ninguém defendeu melhor o proceder do Governo Brasileiro de então... Faltou ao Sr. Cintra accentuar — que o Estado do Brasil, em Dezembro de 22 estava em guerra effectiva com o Estado de Portugal... Os portuguezes, activos na politica, em franca hostilidade ao governo de José Bonifacio, que era o Governo do Brasil, tinham que ser tratados como inimigos.

A quem a culpa, si a maior parte dos partidarios de Ledo era desses portuguezes?... O confisco, medida universalizada para casos taes, era indispensavel defesa não de José Bonifacio, mas do Brasil. E, como o mesmo Brasil tinha que ser sacrificado ao interesse do Portuguez, foram os Andradas abatidos, afastados da defesa em que se empenhavam — para que os proprios soldados de Madeira, depois de toda infamia do procedimento para com os bahianos, fossem incorporados ao exercito brasileiro. Um espirito de puro brasileirismo, como Carlos Maul, tem razão quando condemna a obra geral dos independentistas de 22. Mas não na tem — quando oppõe o ledismo, preferindo-o a José Bonifacio. Gonçalves Ledo da Independência é o constante instrumento do portuguez José Clemente; entre os urubús de 22, não ha nenhum mais nocivo ao Brasil, e mais desagradavel ao sentimento nacional do que o torvo arrançador do “fico”, a que se sacrificou a Independência.

ATAQUE A' SOBERANIA NACIONAL

A Assembléa Constituinte, de 1823, foi a primeira expressão da soberania brasileira. Dadas as condições de formação politica do povo, com dois seculos, quasi, de degradação bragantina, era impossivel que a Nação Brasileira se mostrasse, desde logo, um primor em realisações democraticas. Já assignalamos a miseravel con-

dição em que se via o Brasil-colônia, até os seus últimos dias: fechado no ambiente podre, e ao mesmo tempo nullo, do Portugal da decadencia.

Não podia haver, para os brasileiros, nem escola de democracia, nem meios de cultura intellectual. Clerigos e juristas de Coimbra, eram as raras formas de pensamento que se offereciam para conduzir o paiz. Tal foi a "Constituinte".

Ora, num paiz onde o politico é apenas o harmonizador dos meios e recursos nacionaes com as correntes de opinião (tal acontece na Inglaterra), e que esses meios e recursos são organizados e apurados por especialistas e technicos de valor; ainda ahi, si a politica é conduzida exclusivamente por juristas admitte-se que ha, nisto, um grande mal, porque, para a realização e distribuição da vida moderna, a mentalidade do jurista é a menos propria. Considere-se, agora, no que eram as condições do Brasil de 1823, e reconhecer-se-á: que uma assembléa de juristas de Coimbra era, sem duvida, inhabil e contra-indicada para a função de organizar a Nação. Era esse o grande defeito da Constituinte. Mas, dado que não havia outros, e não fôra admissivel organizar o Brasil senão com brasileiros, essa mesma assembléa deve ser considerada excellente, porque continha, evidentemente, o melhor da mentalidade brasileira, já consagrada. Accusava-se nelles um grave defeito: eram, quasi todos, homens velhos, da peor velhice, porque não tinham experiencia politica, visto que o regimen corrente não n'a dava, nem elles possuíam, mais, o ardor da idade, grande elemento numa obra revolucionaria. De todo o modo, não mereciam, certamente, o tom de desprezo com que são tratados nas paginas do Sr. Pereira da Silva, e, sobretudo, nas de Armitage.

"A' parte os Andradas, não havia, na Constituinte,

individuos acima da mediocridade..." Nesse tom pe-remptorio, o historiador caixeiro fulmina a assembléa brasileira, onde havia, além dos mesmos Andradas, Araujo Lima, Carneiro de Campos, Montezuma, Muniz Tavares, Xavier de Carvalho, Araujo Vianna... No entanto, si se formula a questão: "Que lei contraria ás normas juridico-sociaes, ou alheia á moral decretou a Constituinte?"

Nenhuma, responde, com toda a razão, Austricliano de Carvalho: "A' patria livre e independente era o seu alvo".

E' bem de ver que o valor da constituinte de 1824 não pode depender do conceito de quem nem tinha talento, nem a cultura, nem os motivos d'alma, em que o julgamento moral se eleva. Não serão os doestos, ou os louvores de um Armitage que consagrarão a nossa primeira assembléa nacional, mas o valor de dignidade com que ella procedeu, no momento da provação, em face do Imperador anti-brasileiro. O proprio Armitage foi obrigado a reconhecer — que os deputados constituintes se portaram com toda a dignidade e absoluta correcção, sem um pestanejar de covardia, sem um momento de concessão á força covarde que os atacava. Inermes, e cercados pela tropa arrogante, abandonados pelo ignobil presidente cúmplice do Imperador, os deputados permaneceram nos seus postos, em attitude de justo protesto, até que a realidade das baionetas e dos canhões lhes fechou as portas, depois de vinte e quatro horas de sessão permanente: "Cumpre notar, em credito, dos deputados, que, na presença de tão imminente perigo, não mostraram pusillanimidade, nem vacillação: pelo contrario, pelo exemplo, com a exhortação, animavam-se reciprocamente, e, ao raiar do dia seguinte, viu-se que nem um se havia retirado. Aproveitado para meirinho na dissolução da Constituinte, o lusitanophilo Villela Barbosa foi ao ponto de inju-

rial-a: "Estou vendo aqui o mesmo que vi em Lisboa", disse elle, de dentro do lacaismo com que se apresentou á Assembléa. Ora, no que se refere ao proceder da generalidade dos deputados, a comparação foi injuriosa mentira: os constituintes brasileiros, sempre respeitoses para com o principe, responderam-lhe, no entanto, com toda a humbridade, até o ultimo momento, ao passo que os famosos liberaes das côrtes de 1820, antes fanfarrões, nos insultos á corôa, desde que esta se dispoz a dar-lhes o golpe, mal presentiram o perigo, dobraram-se miseravelmente, tão covardes como na vespera haviam sido arrogantes: "Em Portugal, as côrtes mal viram o rei retirar-se para Villa Franca, cinco a seis leguas de Lisboa, dissolveram-se a si mesmas, deixando um protesto que bem poucos assignaram, e cada um dos seus membros foi procurar por-se a salvo, ou na fuga, ou na comitiva do Rei" (A. Vianna). Villela Barbosa teria sido um destes. A unica identidade a notar-se nas duas situações, é a sua miseria d'alma: deputado constituinte por parte do Brasil, dada a dissolução, elle se accomodou perfeitamente ao subsequente inexoravel absolutismo, como, antes, se identificara com aquella atmospheria anti-brasileira onde não puderam ficar os brasileiros de essencia — Lino, Antonio Carlos, Feijó... E porque ali permaneceu, radicalmente lusitano, foi logo aproveitado pelo absolutismo portuguez, em missão secreta junto ao embusteiro que se apoderara do Brasil: representando Portugal, onde tinha officios e funcções publicas; mandado para tecer a reunião do Brasil a Portugal, elle passou, sem transição de alma, a ministro de um Brasil que estava oficialmente em guerra com o Estado que nelle se representava... Naquelle preamar de illogismos e incoherencias, essa escolha é como fulguração de logica...

OS MOTIVOS DA DISSOLUÇÃO...

Dado que D. Pedro I não era um mentecapto, como se explica o ataque directo, impiedoso, contra os brios da Nação Brasileira, dissolvendo-lhe a primeira assembléa, voz necessaria da sua proclamada soberania? Foi tão grave a injuria que, finalmente, o incompatibilisou, ao Principe, com o Brasil. No entanto, no viver da Constituinte nada houve que parecesse ameaça ao throno, nada que pudesse, siquer, despertar susceptibilidades, mesmo num soberano de direito divino, quanto mais em quem se elevara — pela unanime aclamação dos povos. Vindos de todas as correntes politicas — desde Silva Lisbôa até Martiniano de Alencar e Custodio Dias, os deputados timbraram sempre em mostrar-se adhesos da monarchia, com a dymnastia adoptada, e intransigentes propugnadores da ordem. Quando as tropas já marchavam para cercar a assembléa, em face do ultimo officio do Governo, e onde este dizia que os officiaes tinham exigido a eliminação de certos deputados; quando já se votava a mudança da Assembléa para fóra do alcance das tropas sediciosas; mesmo então, si um Carneiro da Cunha, tradicionalmente liberal e irreductivel na defesa dos seus direitos, protesta vehementemente contra o attentado, as suas proprias palavras são, no entanto, demonstrações de moderação: “Muito doloroso me é que o Governo de Sua Majestade respondesse de semelhante fórma, tomando por pretexto dos movimentos das tropas as publicações de dois periodicos! Como é possivel?... Não se tem lido no Diario do Governo tantas doutrinas perturbadoras... incendiarias e que menoscabavam o corpo legislativo e a dignidade desta assembléa; mas o governo não se embarçou com isto, e... respondeu que, como havia liberdade de imprensa, era livre a cada um expôr a sua opinião... Falemos por uma vez claro: este não é o

motivo dos acontecimentos de que somos testemunhas; outros existem seguramente, e elles apparecerão. O que é de todos sabido, é que temos conservado com o poder executivo toda a prudencia necessaria, dado exemplos de moderação, que talvez não se encontrem em outras assembléas, e mostrado por sobejas provas a nossa adhesão á pessoa do Imperante... Não era de esperar que do sabio governo de Sua Majestade sahisse uma tal resposta..." Carneiro da Cunha ainda volta á tribuna, e mais nitidamente formúla as suas duvidas, sem sahir do tom de sobranceiro comedimento: "Que quer dizer chamarem-se a um lugar todas as tropas, e serem chamadas por aquelle que mereceu o voto unanime da nação para seu chefe? Isto indica alguma pretensão e põe em desconfiança os cidadãos pacificos... é falta de prudencia atacar assim a assembléa na pessoa dos seus deputados, quando ella tem marcado sempre as suas deliberações com o cunho da moderação...!" Isto já foi a ultima hora, do proprio dia 12 de Novembro. A pretensão maxima da assembléa taxada de incendiaria, e isto quando viu de perto a ameaça, foi de que se retirassem as tropas ameaçadoras para dez leguas longe, afim de que pudessem continuar os trabalhos legislativos.

Como se explica, pois, o brutal ataque? No momento, apontaram-se como motivos: satisfações ao rancor dos lusitanos, affrontados pela politica nativista dos Andradas, despeitos da imperial comborça contra os mesmos Andradas, pruridos de autoritarismo de um principe malcriado... Annos depois, toda a documentação á vista, Homem de Mello formúla a extravagante theoria: "A Constituinte foi sacrificada ao sedicionismo das tropas... Tropa, em grande parte composta de portuguezes, assumiu arrogantemente uma attitude hostile á Constituinte... E' a esse crime militar..." Antes, o historiador havia consignado a defi-

nitiva verdade: “Em vez de emmaranhar-se na discussão de theorias abstractas, ou de arrogar-se uma dictadura suprema como poder constituinte, a assembléa, dando exemplo do mais admiravel bom senso e madureza politica, concentrou seus esforços no empenho de dar ao paiz uma nova organização politica e administrativa...” E foi por isso que o embusteiro a anniquilou, si bem que, para isso, tivesse de amotinar a tropa, convertendo-a em odio instrumento da sua miseravel politica. Basta a circumstancia de ter sido elle proprio “quem dirigiu as manobras dos batalhões” contra a Assembléa, e de que — não appareceram os nomes dos officiaes reclamantes... para que se verifique, desde logo, a exclusiva responsabilidade imperial, por motivos exclusivamente seus. Depois de açulados os Lapas, para que a soldadesca accedesse em sustentalo contra a Constituinte. Pedro I affirmou que os deputados se dispunham a uma reacção contra o throno e o exercito, e, por isso, como offendido e ameaçado, elle se atirou a doestos contra a Assembléa nacional, injuriando-a como perjura e anarchica... Não se passaram 24 horas, e os sinceros, dentre os soldados, descobriram que haviam sido victimas de um embuste. Foi tal o effeito dessa descoberta, que, embora senhor absoluto da situação, Pedro I teve necessidade de rectificar as suas primeiras affirmativas, numa nova proclamação, a que se seguiu outra, onde elle litteralmente se desdisse das injurias primeiras. Não. O motivo da dissolução da Constituinte não poderia ser um simples motim de tropas, mas a absoluta divergencia — entre os brasileiros, que a inspiravam, e os interesses lusitano-bragantinos, corporificados no Imperador. O verdadeiro motivo, immediato, encontra-se na propria obra, sã, da assembléa de 1823. Toda aquella crise foi de uma torpeza, aggravada na essencial estupidez dos que a conduziram. Por isso mesmo, ficou patente o corpo de de-

licto do crime: a Constituinte estava a fazer uma obra política não condizendo com os planos de reunião e despotismo de Pedro I, e este eliminou-a, antes que ficasse acabada e conhecida a constituição. Nem é preciso qualquer esforço de exegese para chegar a essa conclusão. Homem de Mello, que, por haver bem estudado o caso, é um decidido e entusiasta defensor da obra que lhes consagrou, a exhaustiva e completa demonstração. Só lhe faltou enunciar a formula conclusiva. Nem era necessario. Em longas paginas, elle pôs, lado a lado, os itens das duas constituições — o projecto organizado pela Assembléa Nacional, e em grande parte já approved, e a carta atamancada pelos dez serviços do Principe. E ahí se vê, sem hesitação possível, que a constituição outorgada em 1824, ao Brasil, reproduz formalmente o projecto da Constituinte, com, apenas, estas tres differenças sensiveis: a) foi eliminada a disposição (1) que prohibia explicitamente ao Imperador — acceitar a corôa de Portugal, para accumulal-a com a do Brasil; b) foi eliminada, tambem, a disposição que fazia da Cisplatina, apenas, um Estado federado ao Brasil, intelligente formula ideada por José Bonifacio, e que teria, talvez, resolvido dignamente o caso do Sul (1); c) ampliou-se desmesuradamente o poder do throno e do senado vitalicio, ao mesmo tempo que se podavam attribuições importantes da assembléa dos deputados. Para completar a obra, elevou-se o poder imperante, sob a fórmula de poder moderador, sobre os outros poderes, e cercearam-se, dest'arte, liberdades essenciaes num regimen representativo e democratico.

Para completa demonstração bastará pôr em confronto quatro ou cinco disposições — da constituição discutida na Assembléa e da que foi outorgada em 1824.

No interesse da politica imperial bragantina, multiplicaram-se e consagraram-se elogios á constituição de 24, como monumento de sabedoria e liberdade politica.

E a monstruosa mentira ainda hoje se repete, de par com a justificação e o applauso franco do tacito do proprio crime contra a soberania brasileira. Varnhagen, na sua impavidez contra a verdade, começa afirmando: "... havia poucas sympathias pela constituinte". Rio Branco, o barão, não tem o desembaraço de Varnhagen, mas não é menos esforçado: dá a uma carta de Baependy sentido que ella não tem, e, não contente ampara-se ao prestigio de Feijó, fazendo força de argumento com uma banal diatribe do bom do padre para com os Andradas, seus inimigos. Feijó applaude a politica de Pedro I contra esses adversarios, mas diz categoricamente: "... Quanto melhor seria que o ex-imperador não tocasse na constituinte!..." Enquanto isso Bernardo de Vasconcellos, que será o organizador e a alma da politica conservadora contra Feijó, no manifesto de 1827, chama a dissolução de — funestissimo acontecimento, com que exultaram os nossos inimigos..." Nesse intervallo — de Feijó a Paranhos, monsenhor Pinto de Campos infamou a Constituinte, para contra-canto da sua apologia do Imperador expulso em 1831. Por tudo isto, nos seus dias aureos, Saldanha Marinho accentuou: "Até hoje, os absolutistas condemnam a constituinte". De facto tudo que se tem repetido em detrimento dos constituintes de 1823 é, não sómente mentira, mas crime expresso contra o Brasil. Ahi estão os textos de cujo confronto resulta a verdade irrecusavel: da constituição adoptada pela Assembléa, nenhuma disposição foi modificada, substituida ou supprimida — no sentido de mais liberdade, ou de maior bem para a Nação. Sob o unto de liberalismos vazios e desconnexos, a constituição de 1824 foi a fôrma propria para illudir a situação politica do momento, mantendo, em essencia, toda a aparelhagem do regimen anterior, e com a qual o Bragança continuava a ser, praticamente, o senhor do Brasil. A constituição da

Assembléa reconhecera o mal da antiga distribuição politica e administrativa do paiz, distribuição em que se congregavam os interesses da metropole — no subordinar a antiga colonia; reconhecendo, e, taxativamente mandava fazer novas divisões e subdivisões: ao mesmo tempo assentava a vida politica na autonomia das comarcas. Assim teriamos evitado que, hoje, o paiz estivesse nos dois grandes Estados, que o desfrutam, como Lisboa desfrutava o Brasil do seculo XVIII! Em vez disto, a constituição de 24 conservou a distribuição como nos dias coloniaes, apenas admittindo, pro-formula, a subdivisão das provincias.

O vazio dos liberalismos grudados á constituição de 1824 patenteia-se na vida do segundo Imperio, fachada de liberdade, para uma politica de incapacidade, asphyxia e corrupção.

A REACÇÃO DE PERNAMBUCO

Fecha-se com a dissolução, um entre-acto, da longa farça — A Independencia do Brasil. Segue-se o quarto acto — Reconciliação official no domínio dos Braganças, acto que se abre com a revolução republicana de Pernambuco. Finalmente os homens da Confederação do Equador foram esmagados. Com isto, acreditou o Imperador ter obtido o preciso para chegar á reunião, que se não pudera realizar em 23. De facto, por todo aquelle tempo, não houve outros intuitos nos que conduziam a politica official do paiz. A propria campanha do Sul amortece. Dissolve-se a constituinte para afastar a clausula da incompatibilidade das duas corôas... Mas, acto continuo, reagem os democratas pernambucanos: agora é preciso dominal-os e afastar a nova difficuldade. Depois, far-se-á a sonhada paz do reconhecimento, em termos que permittam insinuar a reunião;

o Rei de Portugal fala como indisputado soberano do Brasil, e passa ao filho e successor a mesma soberania, conservando, comtudo, a qualidade de imperante do Brasil. O zelo nacional dos brasileiros não permitirá que o tratado de reconhecimento se refira ostensivamente aos direitos do Imperador do Brasil — á corôa de Portugal. Mas tal silencio não os destrua — (assim pensava Canning), e foi toda evidencia que o legitimo herdeiro e successor immediato de D. João VI contava investir-se no goso dos seus direitos portuguezes, uma vez chegada a oportunidade...

E' honra de Brasileiro — reconhecer que, desde a reacção contra o Hollandez, Pernambuco dava o tom nacional a esta patria. A victoria do portuguezismo contra os revolucionarios de 6 de Março ainda não suplantou o brasileirismo dos pernambucanos, tanto que, já o notamos, tramada a Independencia de 22, logo se voltaram para ali os politiqueiros da capital, certos que obteriam prompto e efficaz concurso em pról do que elles apresentavam como causa nacional. Lembre-se a carta do Principe Real, a 9 de Novembro de 1821: "... em Pernambuco não querem saber de portuguezes... é a provincia que ha de dar o exemplo ás demais..." Armitage vem confirmar o conceito: "Em Pernambuco, onde o espirito de independencia era mais forte do que em nenhuma outra cidade do Brasil..." Esse mesmo historiador não pode deixar de notar — que as medidas empregadas para dominar o movimento de 1817 criaram radical incompatibilidade entre o patriotismo pernambucano e toda a politica portugueza. E tudo demonstra a verdade da observação. Já em 1821, as manifestações dos representantes de Pernambuco eram formalmente contra a unidade inteira de Brasil Portugal. Nas côrtes, o modesto e recatado Muniz Tavares foi o Primeiro, ou o unico, a falar em — absoluta independencia. Quando se multiplicavam os doestos e as

ameaças dos Borges Carneiro, elle propoz a retirada das tropas portuguezas que sujavam as provincias brasileiras, accusando-as de terem sido a causa de todas as desordens occorridas... si ellas ahi continuassem, chegariam, talvez, os brasileiros a declarar por sua vez a independencia..." Ao transcrever, em grypho, essas palavras, Varnhagen mostra que, "a ameaça proferida em Lisboa produziu éco no Brasil".

Por tudo isso, a politica dos independentistas do Sul tinha certeza de achar decidido apoio em Pernambuco: "No Rio contava-se muito com Pernambuco para resolver a situação". Mas, apesar de tudo, não foi coisa facil, devido ás justas e longas prevenções dos pernambucanos contra o throno dos Braganças. Eram, aquelles republicanos, bem proprios a prever o que seria o Governo do continuador dos ultimos reis portuguezes. No surto da liberdade, sem mais difficuldade, elles enxotaram Luiz do Rego, e elegeram uma junta governativa, sob a presidencia do dezesetista Gervasio Pires Ferreira, e este, tanto se concentrou nas suas legitimas desconfianças contra o Principe Real — por ser portuguez, que deu occasião a que os independentistas do Rio lhe estranhassem o procedimento, averbando-o de adversario. No entanto, é o proprio Drummond, que lá esteve, quem desmente a accusação: "Os pernambucanos não precisam que os estimulem para irem adiante: pelo contrario, si alguma coisa temos a fazer é puxar para traz".

Assim se explica que só a 1.^o de Junho de 1822, tivesse a provincia de Pernambuco reconhecido a autoridade do principe regente, D. Pedro I. Mas, quando se deu a adhesão, foi sob a direcção formal de Gervasio, com a collaboração de revolucionarios fidelissimos, como José de Barros Falcão. Continuando a narrar a sua intervenção, Drummond dá o completo testemunho — da honestidade politica e o intransigente brasi-

leirismo de Gervasio: "... Gervasio... havia tomado parte nos acontecimentos de 17... preso e posto em processo perante a terrivel alçada de Bernardo Teixeira, emmudeceu na prisão, e tal foi a constancia do seu character que, apesar do mais duro tratamento, nunca trahiou o seu proposito... Não era nada affecto a Portugal, mas tambem não queria decidir-se pelo Rio de Janeiro: temia que a regencia do principe deparasse em absolutismo. As suas ideias concentravam-se na republica de Pernambuco, na Confederação do Equador. Manoel Paes de Carvalho... seguia Gervasio nas mesmas ideias... os pernambucanos, de um character tão nobre que duvidar delles seria um attentado contra o bom senso..."

Comtudo, entregue o Brasil a essa politica em que o Bragança era a independencia, a attitude patrioticamente desconfiada de Gervasio e as reservas de Paes de Andrade pareceram opposição á libertação do paiz. Isto mesmo levou o governo do Rio de Janeiro a forçar a mão na intriga politica, dividindo as gentes dali atirando uns pernambucanos contra os outros, dando prestigio e força aos mais detestados pela sua sabujice junto ao throno; entregando os destinos da gloriosa provincia a politicos odiados, como Paes Barreto, ou brasileiros apostatas, como Paula Mayrinck. Para melhor preparar a situação, que permittiria intervenção analoga á de 1817, destacam-se para a heroica provincia commandantes d'armas prepotentes, grosseiros sargentes, como Pedroso, ou reles intrigantes e espiões, como Alexandre Ferreira. E começam, para Pernambuco, os dias agitados e tristes, que vêm ter á revolução com a Confederação do Equador. Nunca bem adherentes ao Bragança os pernambucanos, excitados pelos golpes da insidia imperial, deram signaes de definitivo descontentamento desde que tiveram noticia da dissolução, e que viram o Brasil inteiramente nas mãos dos instrumentos

do portuguezismo. A linguagem do Tiphis Pernambucano (do genial frei Caneca), e do jornal de Cypriano Barata; o procedimento das espoletas de Pedro I, que prendem a este jornalista, arbitrariamente, quando já eleito deputado á Constituinte; isto dá bem idéa dos motivos em que se agitavam os pernambucanos, e o fermentar revolucionário-democratico em que estava a provincia.

E', ainda, Armitage quem formula o melhor conceito, por imparcial, quanto á realidade do sentimento pernambucano: "A cidade do Rio de Janeiro e as provincias circumvizinhas se haviam sujeitado á dissolução violenta da Assembléa Constituinte sem demonstrações de insubordinação, mas em Pernambuco se manifestara um espirito muito differente. A causa da Independencia não havia recebido ali o cunho de ficção, faltando-lhe a presença da côrte extravagante e apparatusa; e por isso tinha produzido raizes mais profundas na população... Os habitantes de Pernambuco haviam-se feito celebres pelo seu espirito democratico... vencidos em 1817, elles pegaram em armas de novo contra Luiz do Rego e haviam expulsado as forças portuguezas sem auxilio extranho..." Foi contra a provincia, assim definida, que a politica bragantina, definitivamente patente com Villela Barbosa e Clemente Ferreira França, teve de travar a lucta mais viva depois do golpe de 12 de Novembro. E resuscitaram, então, o ferrenho afidalgado Paes Barreto, antigo membro da junta de Recife, falho para a funcção, incompatibilizado com o sentimento republicano em que se conduzia o Pernambuco de Frei Caneca e os mais remanescentes de 1817.

Finalmente o morgado do Cabo reconhece que deve afastar-se, e o Rio de Janeiro recorre ao bis-renegado Mayrink Ferrão.

A tudo isto — dissolução, imposição de tyrannia,

Pedroso, Mayrink, Paes Barreto... responderam os pernambucanos elegendo presidente da provincia a Paes de Andrade, genuino democrata. Os instrumentos do throno replicaram: prisão de Paes de Andrade... acção de Lacerda Falcão... Antes, mesmo, da ostensiva revolução, veio a representação dos eleitores da provincia: "... a desconfiança não pequena em que se acham os habitantes desta provincia pelo extraordinario acontecimento... de 12 de Novembro (dissolução), receando o restabelecimento do antigo e sempre detestado despotismo a que estamos dispostos a resistir corajosamente". Em Julho, Paes de Andrade é peremptorio; "Brasileiros! Unamo-nos e seremos invenciveis... Reuniu-se a Soberana Assembléa, e... vimos o Imperador postergando os mais solennes juramentos, e os mesmos principios que lhe deram nascimento politico, autoridade e força, insultando calumniosa e atrozmente o respeitavel corpo que representava a nossa soberania... Não é preciso, Brasileiros, fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do Imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças, por havermos escolhido, enganados ou preocupados, tal systema de governo e tal chefe do Poder Executivo... Salta aos olhos a negra perfidia, são patentes os reiterados perjurios do Imperador... a nossa illusão ou engano, em adoptarmos um systema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições... são feitas para os povos, e não os povos para as constituições... O systema americano deve ser identico..."

Um facto a destacar: os revolucionarios da Republica do Equador, em nenhum momento attentaram contra a unidade nacional. Empenhavam-se com o mesmo ardor, pelo Brasil inteiro, e comprehenderam bem o verdadeiro motivo da dissolução — evitar a constituição a votar-se na Assembléa, onde se estabelecia a

intransigente independencia do Brasil, ao mesmo tempo que se prevenia todo excesso de poder para o imperante, e as possibilidades da centralisação oppressora. Em carta official, do primeiro momento, Manuel Paes o diz: "... O passe injusto do Imperador em mandar bloquear esta provincia de Pernambuco, com o perverso intuito de nos fazer jurar á força de armas um projecto de constituição em que todas as luzes se abrem á entrada para concluir o insidioso fim da intentada união (com Portugal), deve exacerbar os espiritos mais tranquillos... Drummond, sempre monarchista e bragantista, apesar de tudo é peremptorio — em reconhecer a intransigencia dos pernambucanos em preferir a revolução a qualquer transacção com o Imperio corrupto, do filho de Carlota Joaquina: "... eu não podia contribuir para demover certos influentes de Pernambuco, do proposito em que estavam de preferir a revolução a qualquer accordo amigavel..." Note-se: isto elle verificou ali mesmo, nos proprios dias seguintes á dissolução. Quarenta annos depois, quando já não ha sombra de dissentimentos, escrevendo a esse Drummond, Mello Moraes dá o seu attestado de historiador: "O golpe de Estado de 12 de Novembro de 1823 foi tão desastrado que originou, em continuação, os movimentos revolucionarios de 2 de Julho de 24 em Pernambuco, com ramificação nas Alagôas; o de 25 de Outubro do mesmo anno, na Bahia; a perda da Cisplatina, em 1825; o movimento de 7 de Abril de 31, em todo o Imperio; o de 14 de Abril de 32, em Pernambuco; o de Pinto Madeira, no Ceará, e successivamente... explicitamente citando todas as agitações e protestos armados até a revolução de 1848 em Pernambuco. E' obvio, que a rapida resurreição de dezeseite não poderia resistir aos recursos de forças e de insidia, de que dispunha o Imperio de 1824. A traição por um lado, a ferocidade por

outro, a inexperiencia pelo outro, e até o acaso, deram a victoria ao Bragança e lhe reforçaram transitoriamente a situação, com o triumpho, de Lima e Silva, ajudado pelo inglez mercenario — Cochrane. O representante britannico, na Bahia, chegou á infamia de entregar á justiça imperial o refugiado Gervasio de Pires Ferreira.

Repetem-se, então, os castigos — vinganças do bragantismo covarde e mau: foram assassinados 17 brasileiros, dos apanhados pelas forças de Lima e Silva, julgados e executados pelo feitor portuguez Andrea. Repetiam-se, até, as phrases parvamente bestiaes e comminatorias de Rodrigo Lobo. Era governo a abjecção de Clemente, Ferreira França, a completar Villela Barbosa, e aquelle baixou um aviso com vistas á esquadra em operações nas aguas de Pernambuco: "... não admitia convenção alguma ou capitulação, pois que não se deve dar quartel a rebeldes". Finalmente, a ferocidade era mais nos instrumentos do Executivo, convertido em carrasco, do que mesmo nos que apanhavam os rebeldes e os julgavam. Lima e Silva, tão apressado em executar os primeiros, reconheceu que devia voltar a aspectos humanos, e chegou a pedir o perdão dos dois ultimos condemnados — Martins Pereira e o americano Rodrgs. A miseria de Clemente, Ferreira França, a serviço do principe portuguez, foi inflexivel. Não houve indulto, nem mesmo para aquelles que haviam lutado pela independencia, de que se aproveitara o Imperador. Houve até victimas — executadas, depois reconhecidas innocentes. O mesmo Drummond irmão do ajudante de ordens de Luiz do Rego, fecha nestes termos o seu commentario: "O anno de 1825 será gravado como funesto: o sangue brasileiro foi derramado por delicto de opinião em Pernambuco".

O CAMINHO PARA O THRONO DE PORTUGAL

Dominado, duas vezes mutilado para que perdesse importancia, o Pernambuco tradicional e republicano foi profanado, enxovalhado, a ponto de que ali se abriram tendas de ostensivo absolutismo — as famosas Columnas, apostolado ou club, para maior firmeza do throno bragantino, e propagar, e pedir, o puro legitimismo. Antes de chegar a tão propicios resultados, tratou o Imperador de ajustar as coisas com o seu Portugal. A Inglaterra, usofructuaria do velho reino, albardante da casa de Bragança, ia servir de muito: ia resolver a questão a contento dos dois lusitanismos, e que, de facto, era para a satisfação dos proprios interesses inglezes. Mantendo o Brasil jungido a Portugal, mantendo-o na casa de Bragança, o Inglez trabalhava para si. José Bonifacio, brasileiro apesar de tudo, teve, desde logo, a justa impressão dos manejos britannicos, quando de Londres lhe offereciam um emprestimo — de que se tiraria um milhão de libras esterlinas, para pagar a Portugal o reconhecimento. O velho Andrada repelliu a offerta, e guardou a penosa lembrança, que resumbra nas linhas das suas cartas intimas. Passam-se os tempos, e foi isto mesmo (pelo duplo do primeiro preço) o que finalmente se fez.

O reconhecimento de Independencia por Portugal, condição imposta pela Inglaterra para que o Brasil pudesse entrar para o ról das nações soberanas, foi arranjado ostensivamente entre o Governo Inglez e o Portuguez. Tal arranjo se arrastou por longo tempo, e deu trabalho aos respectivos empreiteiros; mas não é que a substancia delle fosse difficil de achar, sinão que, por tão perfido e indigno, o ajuste, e tão vis os interesses em jogo, houve, que, laboriosamente, procurar-se a forma menos asquerosa para apresental-o á luz do dia. Não chegando a bem alcançar toda a repercus-

são da miseria, o Sr. Pereira da Silva insere estas linhas de verdade: “Jorge Canning opinou contra a continuação da guerra entre o Brasil e Portugal, e insinuou ao governo de D. João VI que era preferível tratar amigavelmente com o do Rio de Janeiro, e reconhecer a independência do novo Imperio, com a condição de se conservarem as duas corôas na dynastia de Bragança, e de se reabrirem relações commerciaes vantajosas entre os dois povos...” O Sr. Oliveira Lima, com todo o seu pesado criterio, chama Portugal, muito a serio — Protectorado inglez... Todo o seu livro, escripto na intenção, evidente, de fazer do reconhecimento um bello esforço da diplomacia presidida pelo genio de Canning, deixa evidente isso mesmo: que tudo foi dictado pelo inglez, consultados, apenas, os motivos portuguezes, até nas simples velleidades. O Brasil estava independente; era irreductivel na sua separação... Ninguem o comprehendeu nem o demonstrou melhor do que o mesmo Canning. No entanto, entregue a Nação Brasileira aos interesses vis do Bragança, o Inglez não teve necessidade de contar com ella, e fez o seu arranjo falando, a nós, como se estivessemos nas suas mãos; falava ao Brasil para impor as exigencias de Portugal: “O Brasil tem que ser reconhecido por Portugal, em primeiro lugar; não pôde ser indifferente a uma guerra com Portugal, que é meu alliado — Cesse a guerra!...” Portugal, com isto, ficou senhor da situação, pois que era quem nos abria a porta, como povo soberano.

E’ verdade que os Estados Unidos não estiveram pelas velleidades do governo britannico, e reconheceram o Brasil independente antes de qualquer outra nação. Mas, no paiz conduzido pelo bragantismo, o caso passou como despercebido, e, ainda hoje, as nossas historias parecem ignorar a circumstancia.

O VERDADEIRO PACTO DA FAMILIA

Como convinha ao Governo Inglez manter sob as suas vistas immediatas toda a negociação, fez que o Governo Brasileiro mandasse a Londres os seus emissários, que tiveram de trabalhar com um modelo de tratado dictado pelo proprio Canning. E a vontade de Pedro I — nem essa apparecia? Sim, apparecia, sem poder apparecer, porque o seu intuito exclusivo era garantir a sua successão na corôa de Portugal. Ora, veremos em pouco que o Inglez tambem queria assim. Todavia, a intransigencia dos brasileiros obrigou um e outro a velar, ainda, o plano, passando em silencio por sobre a questã, como já se fizera na constituição arranjada e jurada em 1824. Por emquanto, para o Inglez, bastava a exigencia sobre os brasileiros: “Não de ser independentes com a monarchia, sob um Bragança!...” — Realçar a Casa de Bragança que desejava proteger nos dois hemispherios. Em cinco itens, enviados a Palmela, Canning faz a doutrina completa, que será, finalmente, a incorporada no tratado. Nas instrucções a Gameiro, o Governo do Brasil é obrigado a reconhecer — “que a politica, os interesses nacionaes, o resentimento progressivo do povo, e até a propria natureza tornavam de facto o Brasil independente”; mas, ao mesmo tempo, insinuava: “Esses foram por todo o tempo os intuitos effectivos de todo o arranjo”. Para inteira satisfacção de Portugal, D. João VI assumiria o titulo de Imperador do Brasil; nessa qualidade, e na de rei de Portugal e os Algarves, declararia seu filho e successor investido na soberania do Brasil, com direito implicito da successão á corôa de Portugal. Essa formula, que está, em essencia, no projecto offerecido por Canning, é a que se realisou, com as outras condições tambem lembradas por elle: “Restituicão das presas, levantamento dos sequestros, o encargo por parte do

Brasil de uma parte das dividas publicas de Portugal, e o estabelecimento de um vantajoso tratado de commercio entre os dois paizes. Parecia monstruoso que tal se concedesse por parte do Brasil, que já havia acclamado o seu imperador; que, com as armas nas mãos, havia expulsado os vestigios de ostensivo dominio de Portugal; que não podia temer, de modo nenhum, qualquer reivindicação armada; e que tinha despendido mais, na guerra, do que o proprio Portugal. Mas tudo se obteve porque o Inglez assim o exigiu, e porque o Brasil era representado pelo governo de Pedro I, empenhado em voltar á situação de mero successor de D. João VI. Canning mesmo reconhece — que os termos do seu projecto “são mais favoraveis a Portugal, e menos ao Brasil, do que os da proposta portugueza”.

Nos primeiros tempos, ainda houve uma relativa contemplação para com o amor-proprio do Brasil soberano: eram os seus plenipotenciarios que tratavam com os representantes de Portugal. Com isto, porém, demorava-se um pouco a negociação, e a Inglaterra mandou que o seu Stuart, aqui, regulasse tudo, sem mais contemporisações: o caso da successão foi deixado em silencio, e Portugal obteve mais, por intermedio do Inglez que o representava, do que aquillo que, no primeiro momento, pediu Villa-Real. Palmela, com intelligencia bastante para julgar do caso, querendo accentuar que todo o tratado foi dictado por Canning, chama-o: “O documento vergonhoso da diplomacia portugueza”. Note-se isto, elle o disse muitos annos depois, na calma de um exame de consciencia, ao fazer a sua auto-biographia. Note-se, ainda: Pedro I se portou, em todo o curso das negociações, como quem está tolhido, pelo medo — das chamadas facções demagogicas e republicanas, contido, em certo modo, pela opinião publica: Carecia, comtudo, o Imperador de proceder com toda a deferencia para com a opinião pu-

blica, a qual se manifestava adversa a qualquer composição com a ex-metropole...”

Sem isto, sem essa intransigente opposição do Brasil a qualquer accordo que não fosse o simples reconhecimento, que é que Pedro I não teria ousado?... Teria realizado, desde logo, a ostensiva volta da antiga colonia ao utero portuguez... O Brasil se tornava soberano, entre as nações livres, e é a figura e a acção de um Stuart que apparecem. Foi do seu engenho que sahio a formula explicita — da carta regia, mediante a qual, “o rei de Portugal declarava soberano, na pessoa do seu augusto filho”, esse mesmo paiz já liberado pelo valor dos brasileiros; foi ainda a sua argucia que lembrou o recurso dos tres teores, da mesma carta, para que os brasileiros tivessem a liberdade de escolher o môlho em que seriam digeridos pela sua antiga metropole. A primeira dessas tres formulas era a mais exigente, e foi desde logo a aceita. A’ apresentação das cartas, o Imperador recuou espantado, e fez sentir ao Inglez — que o Brasil não consentiria nunca em dar a D. João VI o titulo de Imperador: Stuart lhe fez comprehender que era essa condição essencial — para ser o seu herdeiro e successor, não só no throno de Portugal, mas, na riqueza da Casa de Bragança. Diante de tal argumento, desapareceu o Brasil, e o seu brio, e a realidade da sua soberania. Apesar de inglez, bem da sua época, entusiasta de Canning e da sua obra, Armitage teve de reproduzir, acceitando-a, a critica em que se dá como “absurdo de ser tratado como uma graça outorgada por D. João VI... o reconhecimento do Imperador na qualidade de herdeiro legitimo á corôa portugueza... que caracterizava a reunião dos dois reinos”. Antes, o mesmo Armitage já havia dito, em linhas assignadas por aspas: “Aqui (no tratado), a loucura atirou por terra o pennacho do vencedor, e recuperou a politica (portugueza) o que as armas ha-

viam perdido”. Depois, para demonstrar a justiça da opposição ao primeiro reinado: “...o alto preço pelo qual o reconhecimento da independencia fôra comprado de D. João VI, fez com que muitos patriotas contemplassem toda essa negociação com muito desgosto”. Esta expressão — compra da independencia se repete na penna documentada do Sr. Oliveira Lima: “A compra da independencia por dois milhões esterlinos, depois della ser um facto consumado e irrevogavel, foi um estigma de que a monarchia, justa ou injustamente, nunca pode livrar-se no Brasil”. Na época, o deputado Lino Coutinho tem, para o facto, formulas mais expressivas: “Os brasileiros compraram a sua alforria a peso de dinheiro: Eu fiz a conta, e sáe a cinco patacas para cada brasileiro...” No dia seguinte ao desse discurso, Odorico Mendes trouxe, tambem, glosas ao assumpto: “Estes senhores negociadores, além de nos fazer grande injuria em assignar em um papel em que se dizia que o Sr. D. João VI tinha cedido a seu filho a soberania do Brasil... injuria fatal á face da constituição, que tinha declarado que o povo do Brasil era soberano e que todos os poderes eram delegações da nação, obrigaram-nos a comprar a nossa liberdade a dinheiro; é a maior infamia... e nem nos poderemos lavar com toda a agua que ha no mar, si approvarmos semelhante coisa”. A commissão, que a Camara dos Deputados nomeara para estudar especialmente o caso diplomatico, considerou os termos do arranjo — pae-e-filho, como DEGRADANTES... Nem poderiam aquelles homens briosos julgar differentemente, quando, no mesmo arranjo, com a chamada CONVENÇÃO pecuniaria, ficava estabelecido — que o Brasil pagaria a D. João VI “pelos direitos dos donatarios das capitancias, havia seculos incorporados á Nação, e para indemnização aos

serventuarios que voluntariamente, ou por força de outros cargos, haviam deixado o Brasil, acompanhando o mesmo D. João VI”...

O PARTIDO PORTUGUEZ

Durante todo o reinado de Pedro I, houve, na politica do Brasil, um partido portuguez, e foi com a victoria ostensiva do brio brasileiro (garrafadas) contra os varapaos da portuguezada, que o filho de D. João VI foi obrigado a abandonar o Brasil, tendo comprehendido que já não havia lugar á sua pessoa, quando a Nação se impunha a taes estrangeiros inimigos. Ao retratar a situação politica do Brasil, em 24-25, Armitage põe em campo dois partidos, bem nitidos — absolutistas-portuguezes, e constitucionaes, “que bem se podem denominar patriotas...” Paginas adiante, ao analysar a situação politica de Pedro I, em 1830, elle deixa a convicção de que elle bem pretendeu repetir o golpe ensaiado em 23 — a reunião, e que, mais uma vez, teve de desistir, porque os seus não eram bastante fortes para garantil-o. E’ nos dias em que Costa Carvalho (Montalegre) dá a formula: “O brasileiro é constitucional...” Muito depois em 61, Drummond dá a explicação de tudo: “O lusitanismo triumphava mas não tinha a coragem de tentar o golpe:

“O partido portuguez, já que não podia ligar de novo o Brasil, queria que o Brasil fosse governado absolutamente por portuguezes”.

Veiga, do primeiro Reinado, chega a uma conclusão analoga: “O elemento estrangeiro, portuguez, assaz possante para perturbar a paz publica, e para comprometter ainda mais a já tão compromettida lealdade, do imperador, era insufficiente e impotente para assegurar o exito feliz e perduravel de qualquer empreza liberticida e anti-nacional.

A retracção covarde de 1831 demonstrou-o cabalmente.

Comtudo, era com elles, ostensivamente, que Pedro I governava o Brasil. José Bonifacio notava, indignado, nos dias de 1825 — que toda a diplomacia do Brasil estava em mão dos portuguezes.

Desta sorte a tradicional indisposição contra os reinões se desenvolveu cada vez mais, á medida que a Nação se sentia amesquinhada e sacrificada, sob os interesses portuguezes. E vemos que na propria Bahia, onde era tão grande a influencia delles, tanto pelo numero, como pela riqueza, em 1826, ha uma vigorosa reacção contra o lusitanismo. O já citado Sr. Antonio Vianna, hoje, sem outro intuito que uma elucidação historica, vem reconhecer que a permanencia de Pedro I no Brasil só teve a significação de conservar o possivel das tradições do passado. Ora, esse passado é — Portugal, a sua soberania, e os seus interesses. E tudo justifica o historiador portuguez: todo o periodo de Pedro I foi o de um principe estrangeiro, governando despoticamente contra a Nação Brasileira. Lembrem-se as palavras de Armitage, e que se completam assim, nas mesmas paginas: “o que perdeu D. Pedro foi... nunca se ter constituido brasileiro... Na época da Independencia, lisonjeou o espirito da nacionalidade nascente mas, depois, fez appello a forças estrangeiras...” E accrescenta: “... o tratado de reconhecimento, a continuada ingerencia nos negocios de Portugal... a nomeação de portuguezes para os mais altos empregos do Estado, a apontada exclusão dos brasileiros natos, haviam suscitado a suspeita de que o proprio monarcha era ainda portuguez de coração... e que procurava apoio em um partido estrangeiro”. Vemos então que, muito logicamente, ao voltar ao Brasil, em 1826, reintegrado na amisade e confiança do Imperador, o con-

selho de José Bonifácio foi — Reconcilie-se V. M. com a Nação.

O Brasil de então, que apenas entrevira liberdade e soberania, não perdoava aos que, acolhendo-se nelle, serviam para atormental-o, afastando-o sempre da sonhada liberdade. Justiniano da Rocha, que foi também da assembléa opposicionista, dá a formula do caso: “Por mais liberal que seja um portuguez na sua terra, no Brasil era profundamente corcunda” — absolutista e anti-nacional. Este jornalista, fervoroso liberal e nacionalista no primeiro reinado, entrado no ventre do bragantismo de Pedro II, feito, assim, esteio do partido conservador, e seu jornalista official, quando quiz explicar a evolução que o trouxe ao conservatorismo, em proveito do bragantismo, é explicito: “No Brasil, o nacionalismo, oppondo-se ao portuguez, privilegiado, em vez de ser reaccionario, retrogrado e conservador, teve que ser — democrata, progressista, mesmo em politica economica, porque eram elles os portuguezes, os oppressores politicos e economicos”. Na voz de Custodio Dias (A Assembléa de 1826), esses portuguezes absolutistas eram: “os constantes inimigos do Brasil, tres vezes levantados explicitamente contra a nacionalidade”. Sem temor de palavras, elle, Custodio Dias, ergue o epitheto com que pretendem diminuir a camara a que pertence, chamando-a de jacobina e sediciosa... Vemos, assim, como nasceu a alliança jacobino-nacionalista... O francez Ch. Reynaut, penna a serviço do segundo reinado, si de passagem se refere a esse periodo de Pedro I, não tem meios de esconder a verdade: “A assistência sinistra ao partido portuguez, que se dizia protegido pelo príncipe, e porque a ordem publica era perturbada por causa dos portuguezes, elevou ao maior grau a impopularidade de D. Pedro I”.

Foi a coisa a ponto que a portuguezada quiz ostentar a protecção que recebia, e o apoio que dava. O Im-

parcial, órgão dos Portuguezes, arrotou: "A quasi totalidade dos portuguezes naturalizados e dos estrangeiros, ligam seus interesses a S. M. Imperial, quer ella seja constitucional, quer não". Nem agua, faria mais claro. Até o Sr. Pereira da Silva teve de marcar os portuguezes como facção absolutista e anti-nacional: "... liberaes e constitucionaes eram em geral todos os cidadãos nascidos no Brasil..." Em seguida, elle fez a sua zumbaiá com o pretender que não havia mais republicanos e eram todos dedicados á monarchia com o Bragança, para, immediatamente, assignalar: "Existiam absolutistas... a maior força desse partido fundava-se em portuguezes de nascimento". A luta que se travou, e que tanto se desenvolveu, entre a Camara de 1826 e o Senado vitalicio, foi, de facto, pelo motivo de que aquella era brasileira, ao passo que este, o Senado dos corcundas e marquezes, era pelo Principe: "... as eminencias dos poderes publicos durante o reinado de Pedro I eram, com raras excepções, restos da disforme, anachronica e imprestavel mobilia dos palacios de D. João VI, os carcomidos cangaços do antigo, velho, cruel e ridiculo absolutismo portuguez". Isto se escrevia, ainda com paixão, em 1876.

Iam-se os annos, e a situação se aggravava. O ministerio dos fins do anno de 1830 causou profunda e explicita irritação no publico brasileiro — por ser ostensivamente composto de portuguezes natos. Então, como sempre, o Bragança transigiu, livre de voltar, em melhor situação, á sua politica lusitana: "A falta de popularidade do ministerio cresceu a ponto de decidir-se o Imperador, no principio de Dezembro (de 1830), a demittil-o e a substituil-o por outro composto exclusivamente de brasileiros natos. Clemente Pereira, um dos ultimos ministros, era portuguez por nascimento, e a essa circumstancia attribuia-se principalmente a conservação da tropa estrangeira, a nomeação de portu-

guezes anti-constitucionaes para os empregos publicos, em exclusão dos brasileiros, e a suspeitada coalisção entre o ministerio e o gabinete secreto de S. Christovam". O novo ministerio foi o de Caldeira Brant (Barbacena), despejado, mezes depois, sob a formal accusação de malversão dos dinheiros publicos. Tratava-se do proprio caso do emprestimo, commissão e emprego, em que Pedro I fôra socio. Barbacena retrucou, pois, que tinha segredos a revelar; o outro enguliu a resposta, e tudo só serviu para mais emporcalhar uma politica já de si turva, malefica e nauseante. E como o Brasil era uma realidade, chegaram as coisas ao extremo de tornar necessario desembaraçar explicitamente a nacionalidade da peçonha que a mortificava: depois de nove annos de vida como nação soberana, o Brasil teve de emancipar-se, ainda, á custa de uma crise em guerra civil, e que foi, de facto, luta de brasileiros contra o lusitanismo renitente. São os successos immediatos para o desfecho de 7 de Abril de 1831.

Desses acontecimentos, devem ser retidas, para especial contemplação, as tres ordens de factos: os termos da representação levada a Pedro I pelos vinte e tres deputados e um senador: o motivo da maior irritação na portuguezada que, entre berros e arrotos, festejava o seu imperador; e o recúo covarde das mesmas hostes de varapaos, quando viram os brasileiros em forma, e unidos no laço, como vieram irmanar-se para enfrental-os. Dizia a representação: "... Senhor, á sombra do vosso Augusto nome, continuam (os portuguezes) na execução dos seus tenebrosos planos; os ultrajes crescem, a nacionalidade soffre, e nenhum povo tolera, sem resistir, quando o estrangeiro venha impor-lhe no seu proprio paiz um jugo ignominioso. De estrangeiros que se honram de ser vassallos de D. Miguel; e de outros subditos de D. Maria II, nós vimos e ouvimos cobrir de baldões o nome brasileiro... Os

attentados contra os quaes os abaixo assignados representam, importarão numa declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar elle mesmo, por todos os meios a sua honra e brio, tão indignamente maculados... A ordem publica, o repouso do Estado, o throno mesmo, tudo está ameaçado si a representação... não fôr attendida..." E o que se assentava no throno, sem valor real para sahir-se dos proprios lances da aventura em que se metterá, deu-se por vencido sem arriscar-se aos transes de luta effectiva. Com isto, sumiram-se, no momento, as velleidades do portuguezismo ostensivo. Partiram os Oliveira Alvares, para continuar a ser portuguez, lá, como já haviam partido os Lapas, Chalaças, e até Gameiro. Em troca de toda essa bôa gente que, com o filho de Carlota Joaquina restituimos a Portugal, recebemos Varnhagen para vir fazer a consagração dos José Clemente, Niemeyer, Andreas, Barbudas, Silva Coutinho, Assis Mascarenhas, Vieira de Carvalho, e todo aquelle percalço de inventario que nos ficou, e para o qual foi bem magra compensação o liberalismo pesadamente sensato de Vergueiro, que só emergiu porque era absoluta a baixamar. Sobre a vasa dos 15.000 despejados das náos fujonas de 1808, de qualquer estatura de homem devia apparecer; mas foram os parasitas immundos que ganharam a partida. Como legitima vermina proliferaram tanto que, se voltam 4.000 em torno do lorpa asqueroso e máo, não chega a haver differença de nivel no Estado que aqui se implantára, e o Brasil ficou pertencendo, e por longos annos pertencerá, a esses brasileiros de D. João VI, em quem a nacionalidade é illudida, mascarada, trahida, deturpada, para miseria do que tem sido sempre a politica brasileira.

Sinistra victoria do bragantismo, não inscripta nas paginas de desinteressantes mentiras da nossa historia, mas que um João Ribeiro soube lobrigar: "... sempre

houve nos nossos movimentos de emancipação politica, duas correntes liberaes separadas: uma dos mamelucos que desde o seculo XVII almeja em suas revoluções a republica, o federalismo e mesmo o abolicionismo; outra da sociedade colonial, latina e portugueza, que fez o constitucionalismo, o imperio, e com elle a centralização...”

A REACÇÃO DA NACIONALIDADE

O BRASIL CONSTITUCIONAL DE PEDRO I

Erguido no Brasil em nome do constitucionalismo. Pedro I dissolveu a Constituinte, e deu á Nação Brasileira, em vez de corpos representativos que a organisassem, as celebres commissões militares, os multiplos Niemeyers e Andreas, que tyrannisavam as provincias e arrancavam á força applausos ao absolutismo. Num paiz nominalmente constitucionalizado desde o começo de 1824, e onde toda a vida publica estava por instituir, só em 26 se reuniu a primeira assembléa legislativa, eleita pela Nação. De facto, a constituição, centralisadora, illusoriamente liberal, só foi doada para ser uma mentira, como a propria independencia. Considerando explicitamente nisto é que Costa Carvalho (antes de ser Monte Alegre) chegou á formula: “Só é brasileiro aquelle que é constitucional”. Com Pedro I se iniciou, no Brasil, o costume que já é tradição: de haver constituição — para não ser cumprida. Nunca o foi a do Imperio, como nunca o foi a da Republica, e nessa mentira essencial vive a Nação Brasileira. Num paiz cujo passado era, apenas, o espontaneo e o arbitrario da vida colonial; num paiz extenso e que possuia tradições de vida local, a constituição arranjada pelos marquezes de Pedro I era, sobretudo, um motivo de constricção irritante e amesquinhadora, sob a

egide de um poder moderador, que era o despotismo pratico e irremissivel. Com os costumes que herdamos na politica geral, dado o mandonismo em que nos formamos, isso deu em resultado a caligem asphyxiante e o liberalismo corruptor do segundo Imperio.

A primeira prova a que se submetteu o famoso constitucionalismo de 24 foi o caso de Chapuis, jornalista aventureoso, e que, dentre o soporifico dos escrevedores brasileiros de então, teve a ideia de dizer banalissimas verdades, quanto ao tratado de reconhecimento.

Tudo se cifrou em mostrar que o tal tratado era desvantajoso para o Brasil e feria a constituição. No entanto, foi tão monstruoso o proceder do governo constitucional do Brasil para com o jornalista, que Armitage sente coegas no seu humor de Inglez: "Estrangeiro no Rio de Janeiro, Chapuis havia formado a sua opinião politica pela leitura da constituição, sem verificar si os seus artigos jamais haviam sido executados. Pode-se, porém, produzir como circumstancia attenuante que o seu erro foi de pouca duração. Em menos de uma semana... sem nenhum processo anterior, foi lançado numa prisão, mandado a bordo de um navio, obrigado a sahir do Imperio". Hoje, sob a proclamada liberrima constituição republicana, fazem a mesma coisa com os pobres e honestos operarios estrangeiros, escorraçados e perseguidos sómente porque têm voz para mostrar a infame espoliação de que são victimas os trabalhadores nacionaes. Curioso aspecto a notar: os panyristas de Pedro I destacam sempre, como qualidade característica d'elle, o que resulta de um temperamento impulsivo — arrebatado diz-se na formula de louvores. Ora, todos os momentos em que ella nos apparece assim — impetuoso, ao natural, por conseguinte, e em lances de arbitrio, apoliticamente, despotico, tyranno, pessoal, máo. Foi com esse principe que começou a tradição de mentira, apurada no segundo reinado: uma

monarchia constitucional, com effectivo governo pessoal. Em 1860, dizia-se correntemente: "... as violencias e iniquidades do primeiro reinado"... (Medrado). Dest'arte, despejado de modos, vibrante dos ardores de Carlota Joaquina, elle leva o seu personalismo a formas de sultanismo: teve um gabinete de favoritos — o celebre gabinete secreto, dos Chalaças. E fazia timbre de nomear para altas funcções criaturas ostensivamente absolutistas. Organizou o Senado como se fôra uma extensão dos seus paços, com criaturas abertamente avessas ás normas constitucionaes — Cayrú, Barbuda, Baependy, Villela Barbosa... Assim, veio a encontrar-se na situação de soberano estrangeiro, a impor-se pelas armas dos seus mercenarios. Um jornalista liberal (Badaró) é assassinado a mando de um juiz, e o crime se leva a sua conta; José Clemente intenta armar um exercito clandestino, e a Nação, já orientada pelos seus deputados, alarma-se, e impede o attentado; os batalhões de mercenarios, Allemães e Irlandezes, revoltam-se, o povo arma-se para enfrental-os, e, finalmente, domina-os. Pedro I sente-se desarmado e inculpa o ministro da guerra — que não soubera conservar-lhe os preciosos guarda-costas, pelo que Barroso Pereira é tratado como lacaio descuidado...

Que valia o Brasil propriamente dito com um tal governo nas vicissitudes que dahi se geravam? Nem mesmo se sabia que regimen prevalecia. Em 1824, as coisas estiveram tão affeitas ao absolutismo que jornaes governamentaes chegaram a pedir ostensivamente, em campanha evidentemente encommendada — que se desprezasse qualquer constituição: "Nas columnas do Diario Fluminense (jornal do ministerio) pugnava-se pela legitimidade de D. Pedro I, ao mesmo tempo que nenhuma palavra se dizia a respeito da sua unanime aclamação..." Achavam-se no gabinete sectarios da facção absolutista. Niemeyer, por haver pedido — que

se adoptasse o absolutismo, foi agraciado com a placa do Cruzeiro; Chichorro, porque proclamara o governo absoluto em tres villas abandonadas á sua sabujice, teve agradecimentos especiaes do ministro, Conde de Valença, em nome de sua majestade; um Teixeira de Freitas escreve ao serviçal sabujo Ferreira França — exaltando o governo absoluto, e recebe, em agradecimento, o baronato da mesma Itaparica onde propagava o seu ideal. O aviltado cabido de Montevidéo requer ostensivamente uma monarchia absoluta, e recebem, todos os membros, commendas e habitos de Christo... Isto continua assim, e tanto que, em 1827, o padre Custodio Dias, no seu habitual desassombro, fala na Assembléa e pede providencias contra esses que abertamente “proclamam o absolutismo... recebendo premios, em vez de castigo, ficam impunes, e até descaradamente premiados”. Nesses dias, Vergueiro, no seu enfartado bom senso, provava — que o governo imperial tinha sido, até então, ostensivamente pessoal: não havia direito que não tivesse sido desprezado, não havia liberdade constitucional que não tivesse sido violada... Varnhagen, querendo elogiar a Pedro I, transcreve a sua carta, de 1821, ao pae, onde o Principe Real era absolutamente contrario á ideia de acceitar-se uma constituição: “... é indecoroso... é vergonha certa...”

Para bem comprehender esta tenacidade no archaismo torvamente prepotente, é preciso considerar, ainda uma vez, que os dois aspectos se fundiam — portuguezismo e anticonstitucionalismo. Quando começaram as transacções para o tratado de reconhecimento, no intento de fazer o verdadeiro entendimento, o Governo de Lisboa mandou ao Rio de Janeiro uma segunda missão Rio Maior: a de Soares Leal. Já estava Portugal restabelecido no absolutismo dos Braganças, e como havia, em Lisboa, uma expedição militar destinada a dominar

o Brasil, Soares Leal vinha offerel-a a Pedro I, para — “destruir a constituição e reunir os dois paizes ficando D. João VI como Imperador geral, e D. Pedro I como imperador regente do Brasil... Aceita a conciliação, o imperador-regente podia, desde logo, empregar a marinha de Portugal, e uma força de 10.000 homens, para repellir qualquer dissidencia nas provincias do Brasil...” A coisa não se fez assim, porque, por si, D. Pedro não tinha coragem de enfrentar o Brasil, e todos o reconhecem, tambem, porque a Inglaterra (que garantia Portugal) se oppoz, uma vez que tentaram fazer o accordo por fora della. Foi motivo, até para que o Governo Inglez exigisse a demissão do ministerio portuguez, que tentara o accordo. No entanto, tal é o character da criatura, que tudo isto mudou quando lhe foi preciso, a Pedro I, em luta com D. Miguel, explorar o constitucionalismo, lá no reino de Portugal. Simples embustes, a maré do constitucionalismo durou pouco; em 29, Pedro I volta á politica de desbragado sultanismo, escolhendo, mesmo dentre os portuguezes, os mais ostensivamente absolutistas. Depois, amedrontado com a opposição da Assembléa, voltou á apparencia de constitucionalismo, na casca dos Barbacena e Calmon. Francisco Chalaça, que continua favorito, garante que dará o baque nos cinco creoulos (os cinco ministros brasileiros). De facto, não tarda que Barbacena seja despedido, com a insinuação de ladrão.

E' quando, numa fala do throno, Pedro I se atira a xingar a Assembléa. Ledo, sempre Ledo, incumbido de dar a sua rethorica alambicada para a resposta, não quiz levantar o desafôro; mas a Assembléa bem se referiu ao facto na voz dos seus grandes homens, e, apesar de tudo, a resposta fala em — Temor incutido na Nação pela volta do absolutismo. Nesse tempo mesmo, é Pernambuco violentamente affrontado pelos sicarios do throno, que se erguem nas celebres Co-

lumnas... destinadas a garantir o absolutismo e abater os republicanos. Emquanto isto, abandonada a Nação Brasileira, atacada e perseguida nos seus homens representativos, via-se reduzida a esse estado de miseria, que se pinta nas proprias palavras da fala do throno, de 1828: "O estado miseravel a que se acha reduzido o thesouro... a calamidade existente... as desgraçadas circumstancias do Imperio..." A calamidade vinha de que, de fins de 24 a começo de 27, tinham sido esbanjadas 3.683.200 libras esterlinas. Pereira da Silva inadvertidamente indica a causa da calamidade: "A administração geral e particular continuava pessima, não por falta de leis, mas, pelo pessoal..."

~

OS MARQUEZES E O RESPECTIVO SENADO

E' bem de vêr que não poderia haver, nestas paginas, sequencia chronologica, mas o simples debulhar de consequencias logicas. Por isso mesmo, muita coisa, bastante interessante, como a incapacidade militar de Barbacena, a alcovitice de ministros, não são notadas. Mas fôra impossivel não destacar — a immoralidade do Imperio nascente, a pagar polpudas percentagens aos Barbacenas e Gameiros, que as dividem com o proprio imperante, ou o absolutismo do portuguez Vieira de Carvalho (Marquez de Lages), repetidamente ministro. São factos caracteristicos, prenuncios tristemente expressivos — do que será a futura politica no Brasil, mesmo nos dias da Republica. Não menos expressiva é a tendencia de corrupção que vem de cima, notada desde os dias de D. João VI, e de que resulta a ridicula fidalguia enxertada pela monarchia no Brasil, necessariamente democrata, essencialmente americano; fidalguia tantas vezes grotesca, não raro pintada de mistura. A constituição não reconhecía corpo de nobreza. Mas,

sempre coisa morta, por fóra della, contra ella, antes della, Pedro I fez para o Brasil uma camada de espurios aristocratas, tão abundante, como nunca conheceu nenhum paiz da Europa sahido do feudalismo. O espirito popular para bastante prova de quanto a coisa contrariava a tradição nacional, glosou a derramada fidalguia, na versalhada, em torno do estribilho: Condes são, posto que vis... deliciosa redondilha, bem na indole das nossas gentes. Os ministerios se succediam assim cotados: "Marquez de Maceió, Marquez de Queluz, Marquez de Paranaguá, Marquez de Lagãs, Marquez de Cayrú, Marquez de Nazareth... Marquez de Maceió, Conde de S. Leopoldo, Visconde de..."

A constituição, em proveito do moderador, e com que se embaira o Brasil de 1824, foi obra de dez cerebros em commissão — os dez do futuro Conselho de Estado: oito marquezes, um conde e um visconde, entre os quaes os indefectiveis Paranaguá e Caravellas, o inefavel Maricá e o esquecido Fanado... No curso da obra, morreram tres dos divinos, substituidos por outros igualmente aristocratisados. Armitage diz que um dos mais notaveis, na companhia, Ferreira França: "Era, talvez, o mais abjecto e servil de todo o conselho". Immediatamente depois, porém, o Inglez corrige o conceito, com o commentario tirado do proprio Ferreira França: "Meus collegas não hesitaram em taxar-me de servil... Eu não sou um atomo mais servil do que ella; mas o facto é que sou menos hypocrita". A chronica ahi está — para dar razão ao Marquez de Nazareth. Onde ella não lhe nega primazia é na crueldade covarde: foi o ignobil ajudante de carrasco dos heróes de 1824; Lima e Silva e o proprio Niemeyer intercederam pelas suas victimas, após o julgamento militar, mas Ferreira França não deu tempo a que se pronunciasse a imperial clemencia, e fez executar immediatamente

os prisioneiros. Não era, talvez por ferocidade propria, sinão para completar a crueza do amo.

Na Marquezada com que Pedro I fez o seu Imperio, destaca-se desde logo Carneiro de Campos, que teria sido o autor dos liberalismos inuteis, salpicados na constituição de 24. No entanto, Drummond, depois de notar que Carneiro de Campos se negára a dissolver a Constituinte, e que sempre fizera a politica para com Portugal de accordo com José Bonifacio, affirma, documentadamente, — que os Carneiros de Campos eram litteralmente criaturas de D. João VI, e que, na Bahia, elles haviam sido contra a Independencia. Apesar dessas relações pessoaes, Antonio Carlos, quando se refere ao governo de Carneiro de Campos, é para taxal-o de “o mais corrompido...” Em mais realce, com legitima primazia, assignala-se o lusitanismo Villela-Paranaguá, com a nota official do exercito portuguez até depois de ministro do Brasil. Foi quem referendou, para o filho de D. João VI, a primeira ostensiva victoria contra a nacionalidade brasileira — com a dissolução da Constituinte. Estava o Brasil em guerra com Portugal, e Villela Barbosa, ministro beleguim do Imperador, apresenta-se perante a Assembléa, na sua farda de militar portuguez. Depois, foi o mais constante nos conselhos do Imperador estrangeiro, e em constante engrandecimento — visconde, marquez, conselheiro de Estado, senador, dignitario e gran-cruz do Cruzeiro... Esteve seguidamente ministro, de 1823 a 27, e só sahiu por algum tempo porque desagradou a Domitilla. Assim, na importantissima pasta da marinha, presidiu a todos os tristes fracassos das armas brasileiras no Prata, e teve como digno executante da sua estrategia ao mesmo Rodrigo Lobo — que arrotara para os pernambucanos a bravura de entrar no Recife de espada desembainhada, para executar os brasileiros patriotas. Na regeneração constitucional de 29, foi de

novo ministro, com o gabinete parlamentar de Barbacena e Calmon. Quando, poucos mezes depois, aquelle se demittiu, ficou Paranaguá presidindo a politica imperial. Foi isso o que acordou definitivamente os brios da nacionalidade, e os concertou, para o desfecho de 7 de Abril. Eis o seu verdadeiro serviço ao Brasil. E foi inestimavel. Ainda tentou evitar a abdicação, já escripta; mas, Frias não lhe deu ouvidos. Então, considerando finda a sua missão no Brasil, foi para bordo da "Warspite", empenhando-se para acompanhar o ex-imperante.

Intellectual e lusitanophilo, como Villela Barbosa, era Cayrú, o redactor do decreto de abertura dos portos, como o tinha decidido o Inglez. Foi um dos mais activos contra as tradições brasileiras. Charlatão idoso, como o trata José Bonifacio, elle fez ao Brasil o mal constante dos charlatães. Teve como maior merito — ser magistrado pobre, "quando poderia ter enriquecido", aponta um seu biographo, á falta de maior valor. Vivia na carapaça de ideias atrazadas de um seculo, isto é, num absolutismo irritante e violento. Combateu a liberdade de imprensa, contra Bernardo de Vasconcellos, e affirmava, na sua vehemencia de decrepito — a imprensa faz mais mal do que bem... Os oitenta annos pesavam-lhe, sobretudo, nas ideias; era já um irresponsavel, e, no emtanto, arvorava-se sobre o Senado como um dos linguas mais acatados. Apesar disto, deve ser collocado acima de Maciel da Costa, tambem marquez — de Queluz. Foi o abjecto presidente da Constituinte, na hora da dissolução; mas só teve voz para responder ao sargentão commandante da força: "Pode assegurar a Sua Majestade que a Assembléa se dissolveu". Affirma Drummond que o marquezado lhe veio por haver feito a prisão de um patriota, naquelles mesmos dias. Com estas provas, mereceu fazer parte dos dez, genitores da constituição de 1824, o que lhe

foi facil porque nem ideias tinha, nem se embaraçava com ellas. Ministro absolutista na pratica, "teve o desinteresse", diz o humorismo de Armitage, de affirmar no Senado — que o regimen constitucional não era proprio para paizes onde as communições eram dificeis..."

Tal é a hora em que a marquezada fermenta e alastra, sem que se distinga — estes, que são brasileiros, dos portuguezes: José Maria de Almeida, guardado para ser almirante ao lado de Rodrigues Lobo, que nos amesquinhára no Prata, e Barbuda, marquez analphabeto, e Mascarenhas, conde-marquez de Palmas, condestavel no ridiculo da corte bragantina, eleito senador por quatro provincias... Aos destes, casam-se os longos e perniciosos serviços dos Inhambupes e Fanados, já conhecidos, ou nullos para tudo, até que chegamos a Barbacena — guerreiro, diplomata, financeiro, estadista, casamenteiro... do imperio de Pedro I. E' brasileiro de tradição, mas, destaca-se, definitivamente, em 1817, secundando a diabolica actividade de dos Arcos, a esmagar o movimento dos pernambucanos. Reassignala-se em 1821, adversario dos liberaes, por occasião da revolução constitucional da Bahia, onde se achava ainda. Por isso mesmo, grato, D. João VI o ajuda a fugir para a Inglaterra. Mereceu o titulo historico de Barbacena, attendendo-se a que o anterior fôra o proprio que ajudára a offerecer Portugal a Junot. Guerreiro, estava abaixo de Lecor-Laguna, e tem como prova definitiva o desastre de Ituzaingo. Lino Coutinho, que o conhecia muito, explicou a derrota: "... generalissimo, que não saberia commandar uma divisão..." Vindo da Inglaterra quando a Independencia estava proclamada, verificando a força dos patriotas brasileiros em face da politica imperial, tratou de convencel-os de que era tambem patriota brasileiro: deu-se a dissolução, e o neto do contractador se passa, todo inteiro,

para o Imperador portuguez, para ser agente e socio nos escandalosos emprestimos de 1824. Tinha topete: de volta ao Brasil, com as algibeiras fortes, farejou a victoria da nacionalidade e passou a ser liberal. Os patriotas condescenderam e consideraram o seu ministerio — liberal e parlamentar. Pedro I se irritou de taes velleidades, e demittiu-o — a bem do serviço publico... Mas apesar de tudo Barbacena era um homem, que bem conhecia a qualidade da coragem imperial: replicou em voz forte ao decreto de demissão, tanto mais quanto tinha um grande sacco de coisas a dizer a respeito do socio... Ficou tudo nisto mesmo, e Pedro I refugou da luta. O publico é que não se illudiu mais com o antigo diplomata, que, com Gameiro, concertára o tratado de reconhecimento, commentando os escandalosos emprestimos, onerosos para o Brasil, e que lhe deixaram, como ao companheiro, polpudas e confessadas commissões. Foi tão escandaloso o caso que a Assembléa pediu contas ao governo. Armitage que o conheceu no fastigio da gloria, moteja britannicamente dos seus talentos "... genio universal... ignorancia e má direcção como general... cortesão sagaz..." Brasileiro de sangue, Barbacena era o nitido opposto dos Vidal, Barbalho, Dessa... Já tinha voltado muito atraz do famoso contractador de diamantes...

Outro brasileiro amarezado, e de destaque, é o Maricá. Foi o ministerio Villela Barbosa que dissolveu a Constituinte. E bem o merecia. Os portuguezes consideraram-no pessoa de confiança, tanto que, nas difficuldades de 1822, em Agosto, o nomearam para o ministerio que, em junta geral, ficaria governando o Brasil quando o Principe da Beira partisse. Era natural que, o imperador, o Principe da Beira, fizesse sua a confiança dos politicos, de Lisbôa. Foi companheiro de Maricá no tal ministerio fracassado de 22, o portuguez, governante brasileiro, Vieira de Carvalho; fez parte,

logo, do primeiro ministerio em substituição aos Andradas; depois, em 1826, foi de novo ministro. Antigo militar do exercito portuguez, teve o marechalato brasileiro em 1827, e foi tambem nomeado senador. Era ostensivamente absolutista, muito do peito de Pedro I, que, em prova definitiva, o nomeou para o famoso ministerio dos marquezes, em 5 de Abril de 31. Com tudo isto, comprehende-se bem que tinha de ser ministro em 1839, com Araujo Lima, e maioridadista em 40. O seu marquezado — de Lages, foi-lhe dado pelo segundo Imperio: teve duplicata de serviços.

Foi tambem liberal, maioridadista, o assignalado marquez Ribeiro Rezende. Era da Constituinte de 1823, e serviu de beleguim contra os seus pares, por occasião da dissolução. Muito merecidamente, foi ministro em 1824.

No seio da marquezada, no mesmo valor, sob o nome de baptismo, outras criaturas de Pedro I se elevaram na triste celebridade dos titulados. Um Oliveira Alvares, portuguez, ministro da guerra em 1829, tivera coragem de repetir-se em commissão militar para tyrannisar os pernambucanos. Fez-lhe companhia na façanha o celebre Teixeira de Gouveia. Foram ambos accusados na Assembléa, onde se propoz fossem processados. Pedro I, servindo-se do seu Ledo, tudo fez em defesa desses servidores. Era o ministerio de José Clemente, já conhecido como o — ministerio liberticida. A Nação Brasileira, que naquella época existia em manifestações evidentes, julgou o caso não reelegendo o mesmo Teixeira de Gouveia. A proposito desse ministerio, Pereira da Silva tem a formula: "Quem se aproximava do governo, tornava-se suspeito á nação". Oliveira Alvares era um qualificado: havia sido ministro do Principe Real antes de José Bonifacio. Imposto pelo Governo, em 1829, para deputado pelo Rio Grande do Sul, a Assembléa quasi o elimina — por ser indigno.

Salvou-se, de par com José Clemente. Quando viu as coisas mal paradas, em 1830, safou-se para o seu Portugal. Ao despedir-se, do patrão Imperador, teria reflectido com elle — que o caso estava perdido, e mais valia uma retirada a tempo. Foi, então, que se decidiu a abdicção. Em 1832, foi o escolhido pelos restauradores, para vir commandar o exercito do Duque de Alcantara contra a Nação Brasileira. Cite-se, ainda, o bispo Silva Coutinho, portuguez, capellão-mór de Pedro I, feito senador por S. Paulo.

Nessa epoca, o Senado já era o absolutismo organizado — para a victoria do portuguezismo, e, assim, quiz impor-se ostensivamente á Assembléa Nacional, annullando-a affrontosamente. Foi o lance resolvido na celebre sessão de quatro dias. Na perspectiva de uma luta decisiva, mais uma vez, amorteceu a coragem de Pedro I; fôra o insuflador da contenda entre as duas camaras, mas, á ultima hora, recuou, enviando ao seu senado uma mensagem aconselhando que se realizasse o regimen da lei, como o reclamava a Assembléa. O Senado obedeceu. O Senado era a marquizada, sobre o qual reinavam, incontestados, numa côrte de bobagem, Pedro I e o seu Chalaça. José Bonifacio não tem cerimonias, e os abrange a todos, na definição: "... os maiores alcoviteiros, bandalhos e ladrões..." Não era muito differente o conceito do proprio D. Pedro I, que os possuia. Historiando a época da dissolução da Constituinte, o bragantista Varnhagen registra: "... Lamenta-se o Imperador do espirito geral de intriga e de inveja, que dominava entre quasi todos os que o serviam..."

A ASSEMBLÉA DE 1826

Toda obra politica de efeitos longos e caracteristicos é o resultado de um sentimento activo, estimulante e exigente, na alma da nação. Sem isto, não ha valor de

estadista ou de dymnastia que dê resultados apreciaveis. O genio de Annibal podia bastar-lhe para fazer toda a guerra triumphante, mesmo sem assistencia do seu povo em recursos de homens e de dinheiro; mas não lhe deu com que resuscitasse Carthago, já abandonada de todo sentimento de intransigencia nacional. É o fracasso do grande Barca foi ali mesmo, em contestação com o Romano, que poude chegar ao dominio de todo o mundo mediterraneo sem ter tido, para isto, nem um grande general, nem um estadista de genio. A Roma dos secundarios Cincinatus, Scipiões e Metellus, bastou para fazer os destinos excepcionaes do povo romano. A primeira e gloriosa affirmação do Brasil contra o Hollandez, foi bem um desses casos: a alma de uma nacionalidade, irradiando nos effeitos prolongados e definitivos de uma grande obra.

Nem se pôde marcar com quem começou a reacção pernambucana: com o primeiro homem da terra, senhor de engenho, ou singelo mameluco; o primeiro que, voluntario, se apresentou a Mathias de Albuquerque e lhe deu estimulo para erguer barreiras no Arraial. André Vidal era quasi um criança quando se engajou soldado no Bom Jesus, e a patria nascente teve energias de resistencia, para esperar que elle, em dezenove annos de campanha, se elevasse ao mestre de campo Vidal de Negreiros. O seu nome é o fecho da grande obra; mas, em verdade, a Insurreição não é exclusivamente sua, porque não poderia ser expressão de um só animo, sinão a condensação de muitas vontades irreductiveis, na focalização de um mesmo fim. Um vivo aspirar de nacionalidade nascente nutria a essas vontades, e os humildes herões de Tabocas e Guararapes puderam bastar para bater a nação mais poderosa do mundo de então.

Outra vez, encontramos, para uma victoria do Brasil, a expressão da alma da Nação, nas consciencias dos lutadores; na campanha que levou ao 7 de Abril,

o brio essencial era do povo brasileiro no seu conjunto. Desde o primeiro momento da luta, desde 1826, notadamente, cada um dos combatentes se sentia como que insuflado, inteiramente possuído, por um estímulo irresistível. Muitos d'elles eram, apenas, contaminados pelo animo da luta, arrastados no entusiasmo do grande numero. Assim se explica que, passado o orgasmo do primeiro momento, muitos, sobretudo entre politicos de profissão, houvessem desarmado, e alguns chegassem a trahir o programma de onde vieram. Já o notamos: não fôra a Assembléa quem criara a formidável opposição que deu com o primeiro Imperio dos Deputados, e era de toda a Nação Brasileira. E já foi esse mesmo animo que orientou as eleições — para que fossem eleitos todos os antigos deputados das côrtes e da Constituinte, já conhecidos como nacionalistas, democratas e liberaes. Comtudo, apesar da presença d'elles, a Assembléa de 1826 começou a sua vida timidamente, hesitante, como sem proposito determinado. Dir-se-ia que aquelles brasileiros, em face de uma situação que já era de decomposição, voltaram-se para o grande e vivificante ambiente da nacionalidade: sorveram-no fartamente e tomaram-se do mesmo espirito em que a nacionalidade se exaltava, e foram, então, legitimos representantes della. Um anno depois da eleição já existia uma Assembléa empenhada na causa do Brasil em contraste com o throno. Alteam-se as vozes, ali; manifesta-se a politica da maioria da Assembléa; isto, por sua vez, repercutiu sobre o publico, e a opposição cresceu de valor: “Os debates da Camara temporaria de 1827 tinham poderosamente excitado os animos... Não houve mais no Imperio quem dali por diante se conservasse neutro ou indifferente na luta partidaria...” São palavras do Sr. Pereira da Silva, que adiante dá a razão do entusiasmo, e a summa dos debates: “Nem uma voz se ouviu (em 1826-30), em favor do governo... Muitos deputados

annunciaram opiniões opposicionistas; mas um appareceu em defesa do governo posto que severamente censurado". E' o momento em que até José Clemente tem voz para ataque... Chega o fim da sessão: "... a assembléa deixou gravadas no animo do povo impressões profundas e duradouras... O Senado alienara as sympathias pela sua subserviencia ao poder... A casa temporaria, pelo contrario, adquiria consideravel influencia no paiz; e seus debates affeiçãoaram-lhe proselytos e excitaram o enthusiasmo... pela pureza das intenções, acrysolado patriotismo, bôa fé e activissimo zelo".

Não é de admirar, por consequente, que, mesmo por fora da Assembléa, subisse a maré da opposição. Ensaiaava-se a campanha no crepitar dos espiritos, ardentes em nacionalismo patriótico, contra Pedro I e os seus marquezes. De um dia para outro, no Brasil, que, até 1826 não conhecera imprensa livre, multiplicam-se os jornaes de opposição; sobe de tom a critica, e cresce o valor da imprensa sobre a opinião: "muitos desses jornaes (opposição) eram exaggerados... Comtudo, o espirito em que eram escriptos agradava ao povo, e a sua influencia em todo o Imperio era prodigiosa" (Armitage). Nessa maré, subiram os homens que foram os deputados apostolos, de 1827-30. Responderam ás ancias da nacionalidade injuriada; vibraram e agiram em unisono com a alma da Nação. E isto não lhes diminue o valor antes o accentua, porque o caracteristico da legitima politica é essa correspondencia com as necessidades geraes, no estimulo dos sentimentos dominantes do grupo nacional. O muito valor daquelles homens vem, justamente, dahi: inspiraram-se nos sentimentos nacionaes, condensando nas suas consciencias as aspirações da communitade. Não houvesse, depois, a maioria delles abandonado o caminho por onde subiram, abandonado com isto o programma de democracia e brasileirismo; não houvessem, alguns dos mais repre-

sentativos e fortes, por ineptia, ou por ambição immediata, trahido o ideal em que se engrandeceram, e o Brasil, no surto de energia e de virtude de 31, teria reconstituído os seus destinos, como o determinavam as suas tradições de 1640-817.

Do mundo geral, a opposição activa, do primeiro reinado, foi de grandes brasileiros. Descontem-se, mesmo, as hesitações e incertezas, as puerilidades, os compromettimentos e as rapidas descachidas, até traições reconhecidas: o que resta, no depurar de serviços, ainda é valor excepcional. Depois da Insurreição Pernambucana e a conquista dos sertões a obra da Assembléa de 1826 é a maior significação nacional. Foi o que remiu em parte a nacionalidade, dos embustes e traições de 1822. Eleita sob um governo despotico e corrupto, a primeira assembléa democratica do Brasil exprimiu a justa reacção de um povo que quer ser livre; nenhuma covardia em face do throno, nenhum contacto com a corrupção. Os mesmos que seriam pelo bragantismo, mantinham-se recatados. Essa é uma pagina da nossa historia, tão patente no seu valor, que não pode ser desfigurada nem turvada pela pulhice e má fé dos historiadores a serviço da dymnastia. Todos elles dão paragraphos e paragraphos a enumerar e louvar os serviços da Assembléa de 1826: foi toda a organização do paiz para a liberdade. Foram, em sinceridade, os unicos e reaes esforços em pról da justiça e da felicidade commum, ao longo de todo o primeiro reinado, especialmente importante neste sentido — por ser a iniciação da politica nacional. E tudo que se fez de bem para o paiz, vinha como se fôra arrancado á má vontade do Governo: “Dahi resultou, nota Armitage, um governo olhado com aversão... uma extrema irritabilidade no espirito publico”.

E' preciso não esquecer que, apesar de todo o abuso de poder em 823, quando foi conhecida a constituição

de 24, muitas municipalidades a repelliram, porque lhes repugnou o senado vitalicio, assim como a omnipotencia irresponsavel do Poder Moderador — chave de toda a organização por quatro annos de affrontas e despotismo, exaltados com a perspectiva de um regimen de livre soberania nacional. E a Assembléa correspondeu á expectativa. E' longa a lista do seu activo: regulou direitos, preveniu e curou abusos, instituiu serviços; aboliu quanto emprego inutil havia, desde o tempo de D. João VI; criou a justiça popular — dos juizes de paz; descentralisou quanto possivel a justiça e a administração; criou a escripturação da Caixa de Amortização — para que o Thesouro tivesse indicações precisas nos serviços dos emprestimos; organizou em regimen a liberdade de imprensa; deu justos limites ao direito de propriedade, segundo os interesses geraes da communiidade; regulou praticamente os Conselhos Provinciaes; decretou a responsabilidade dos ministros de Estado, e dos demais funcionarios; prohibiu o engajamento de estrangeiros no exercito nacional. Mello Moraes, verificando archivos e annaes, firma-se na convicção: “Nas primeiras legislaturas cuidava-se muito seriamente das cousas nacionaes, e o que temos de bom foi feito por elles...”

Já sem prestigio, incapaz até para isto, o Governo imperial nem mais tentava obstar a votação dessas medidas que, em affronta ao seu disfarçado absolutismo, a Assembléa lhe impunha. Uma das mais frisantes, então, foi a lei que organizou a vida municipal, e a que criou os juizes de paz. No animo de combatividade daquelles dias, municipalidade e juizes de paz, eleitos na affirmação dos seus direitos, foram barreiras ás arbitrariedades dos presidentes de provincias, despoticos e mandões. Finalmente o governo de Pedro I nem pelo veto se oppunha aos projectos da Assembléa. E quando o Senado tentou resistir, foi o proprio Im-

perador quem mais depressa cedeu. O Governo reconhecia que a Nação Brasileira estava com os seus deputados, homens que, em tudo, timbravam por mostrar-se representantes de um povo livre. Assim como propunham a responsabilização dos ministros infractores da constituição, criticavam a politica financeira, com a coragem de reduzir o orçamento da despesa a $2/3$ do que fôra pedido. Tiveram, ainda, a coragem de discutir a dotação do soberano, mostrando, sem rodeios, que ella era, relativamente a mais elevada, dentre os soberanos constitucionaes. E agiam seguros do apoio do paiz, porque eram criaturas com o prestigio — de quem cortára no proprio subsidio.

O PADRE FEIJÓ

A primeira menção, nos homens de 1831, deve ser a do Padre Feijó, a figura mais viva e mais distincta, mais forte e mais nobre, de toda a politica de então, de toda a politica nacional no Brasil monarchico. Valeu, de facto, como um homem — character, vontade, intelligencia profunda, original, lucida e culta, mais do que qualquer clerigo do seu tempo; vontade — incompleta em recursos de congraçamento, mas definitiva como execução. Foi o animo dominante nos transes em que organisava a victoria de 1831, e garantia com isto o poder para os moderadores — supplantando, ao mesmo tempo, os exaltados e os restauradores. Isto se dava quando na primeira linha dos que tinham as vantagens e as responsabilidades do poder estavam esses Limas — chefes militares com um longo prestigio, de campanhas e victorias. Em face do senado, de bragantistas reaccionarios, mais marquezes do que brasileiros, si Feijó o não supplantou é porque se viu trahido pelos companheiros: os Hermeto que, no momento decisivo, vão

combater com o inimigo da vespera, os Evaristo, que lhe defendem a politica diminuindo-lhe a força, com o achar inconveniente e mau aquillo mesmo que defendem...

Intrinsecamente democrata, ligado á politica dos moderadores, Feijó manteve absoluta coherencia com o programma do seu partido na revolução. Armitage, que, aliás, não morre de amores por elle, ao contemplar-lhe a vida synthetisa assim o seu feitio moral e politico: "Era de costumes ultra-republicanos..." A coherencia do proceder o levou a actos que parecem exaggeros: um tratado com a Regencia e os collegas, ao entrar para o ministerio em 1831; uma orthographia pessoal, em meio ao arbitrario da orthographia commum; explicita opposição, apesar de clérigo, ás pretensões da Curia Romana contra o Estado Brasileiro. Coherente com o seu ideal de democracia, chegava a reivindicções de effeitos sociaes, e francamente republicanos. Clérigo, propoz legislação de divorcio e de casamento para os sacerdotes. Abolicionista de coração, uma vez no Governo, executou rigorosamente o ajuste que prohibia a entrada de africanos escravizados. "Os portuguezes estavam desapoderados", commenta Austriaciano de Carvalho. Nas côrtes, nenhum brasileiro foi mais radical — liberdade politica e emancipação nacional. Aceitava a revolução constitucional, comtanto que a applicassem integralmente ao Brasil, porque isto significava a nossa liberdade. Por isso mesmo, com os quatro companheiros, teve que sahir de Lisbôa como perseguido pela portuguezada. De volta, no Rio de Janeiro de 1823, encontrando a Independencia atamancada por José Bonifacio, Feijó envia ao Imperador uma exposição das suas ideias, quanto ao que lhe parece necessario como organização de um Brasil democratico. José Bonifacio se limita a fazer um resumo da exposição; Feijó insiste e leva pessoalmente a Pedro I a sua ex-

posição, ao mesmo tempo que pede ao governo permissão para publical-o. Aparece o opusculo, e o monarcha o considera — republicano. Vae o padre para o seu torrão natal, e, lá chegado já encontra as autoridades oficialmente prevenidas para vigial-o — como republicano e carbonario perigoso. Tudo isto por ordem do Imperador, em cuja sinceridade e liberalidade Feijó ainda acredita. O embusteiro tira a mascara, e quando, em 1824, se pede o parecer das camaras municipaes a respeito da constituição outorgada, Feijó foi um dos raros que, em nome da camara do seu Itú, fez reservas e propoz varias emendas no sentido dos seus ideaes — descentralização, abolição das condecorações... Não prevaleceram, é de ver, taes emendas, mas Feijó se mantem democrata, para vir ser, na Assembléa de 1826, um dos mais decididos opposicionistas á politica imperial. Nessa qualidade, com Alencar, Custodio Dias, Lino Coutinho... elle fez parte dos moderados. Pediram-lhe para acceitar um lugar no Governo, quando a situação era incerta e arriscada: elle acceitou, e salvou o poder atacado por todos os lados. Então, julgou-se capaz de, em forma de lei e moderada, realizar o programma de 7 de Abril. Na rua, os exaltados, justamente descrentes das fórmulas legais, clamavam sublevados, e Feijó, decidido e vigoroso, deu toda a acção de que era capaz, para restabelecer a ordem e salvar os creditos do seu partido — como partido de governo... Grande erro, que entregou a sorte do Brasil á politicagem dos moderados, para a definitiva victoria do senado dos marquezes.

Por que esse erro?

Feijó, realmente energico e inteiriço, tinha a illusão das proprias forças, e sentia a necessidade de não transigir nem ceder. Assim, resistiu energicamente, efficaçamente, á pressão dos companheiros radicaes, quando estes quizeram impor-se pela força. Mas, dirá o mes-

mo Sr. P. da Silva: "Muitas ideias e principios dos exaltados eram do seu programma": Governo, atacado, elle respondeu vigorosamente, e dominou os adversarios. Ha, no emtanto, sua differença — no modo como foram atacados, Já os exaltados, já os restauradores... Para estes é que Feijó foi o inimigo irreconciliavel, ao passo que uma vez senhor da situação, elle não insiste em perseguir os antigos correligionarios. E, por isso, os adversarios o accusaram de os proteger, como aconteceu no caso da Republica de Piratinin. Foi assim que, abusando da propria força, Feijó veio a despejar do ministerio o leal companheiro, França, substituindo-o por Vasconcellos, que, depois, contra elle construiu a sua politica de regresso e de degradação. Dest'arte, quando pretendeu apurar os esforços no sentido de cumprir o promettido pelo 7 de Abril, já se achou inteiramente cercado e á mercê dos marquezes do senado, que lhe negaram a demissão de José Bonifacio, cujo prestigio animava a campanha reaccionaria dos caramurús. Foi quando se planejou o golpe de Estado de 30 de Julho — para a inteira reforma da constituição, democratizando-a radicalmente. Tudo demonstra nessa emergencia, que faltava a Feijó visão politica, sinão elle teria comprehendido que, depois da victoria dos marquezes no caso da tutoria, tudo estava perdido: o appello para o golpe de Estado, o supremo recurso illegal, sem a justificativa da revolução, era a confissão explicita da derrota. Agora, a situação era dos reaccionarios.

Apesar de tudo, o padre Feijó sahiu do Governo engrandecido, na aureola que nunca mais se dissipou. Intimamente forte e activo, quiz continuar na politica, e concorreu muito para o Acto addicional. Como vislumbre das ultimas esperanças, elegeram-no Regente, e elle foi, nas funcções majestaticas, o homem puro, probo e simples — de costumes ultra-republicanos. Mas, nada mais havia a fazer: passara o momento, tudo sacrificado

á ambição torpe de uns, a explorar a estulta sensatez de outros. Apesar de tudo, o bom do padre continuou a trabalhar pela realidade da democracia no Brasil. Era, nelle, uma necessidade irresistivel. Um pobre de espirito, o Sr. Pereira da Silva, dirá de Feijó: "Talento mediano (porque não se exaltava em rhetorica), doutrinas anarchicas (na medida em que eram liberaes e democraticas), incoherencia de ideias..." — porque não achava que o regimen de liberdade fosse parlamentarismo por fóra da constituição, como o pretendia Vasconcellos, como o arremedaram depois, no segundo Imperio. Dentro dos seus principios, Feijó exigia dos outros a sincera applicação das leis. Era intransigentemente pelo systema representativo — expressão da vontade da Nação; mas, na pratica, propendia para o regimen presidencial. Dahi a sua manifesta antipathia pela ingerencia do legislativo nas funcções immediatas do Governo. De boa fé, não se pode achar incoherencia na actividade de Feijó, aquelle que, absolutamente, escoimado de haver preparado o levante de 1842, foi pôr-se á frente d'elle — porque era um protesto em nome das ideias que elle sempre professara, porque nesse movimento se encontravam os seus amigos de sempre. E por ser inteiramente coerente com os principios que proclamava, e absolutamente probo, ao sahir do lugar de chefe da Nação, apenas tinha o necessario para transportar-se ao seu Itú.

EVARISTO E A TURMA DE MONTALEGRE A VASCONCELLOS

Foi no proprio curso da campanha iniciada em 1826, que appareceu o mais decisivo, ou, melhor, o mais caracteristico dos seus grasnadores, da defecção moderada de 1832-34. Certamente, não foi Evaristo o mais

activo na degradação ostensiva que ahi começou; mas foi o manancial da sensatez, a palavra educadora — o pneu-mogastrico daquelles corações, para que não se exaltassem. Vendeiro de origem e de profissão, elle fez politica com a honradez, a sizudez e as precauções de um vendeiro, arvorado em jornalista doutrinador. Achou a moderação como formula revolucionaria-reformadora, e, na crise de 1831, foi o breack com que se garantiu, a um tempo, a monarchia e o lugar do menino aqui abandonado por Pedro I. Tudo isto, Evaristo o fazia sizada e convencidamente. Era uma dessas naturezas por egual sinceras e convencionaes. Dentro de si, elle nunca achou uma ideia original; o talento, formado no seu commerciozinho, dera-lhe apenas para compor um aspecto de sizudez e commedimento. E, com isto, fez-se toda a gloria da sua carreira, mesmo porque não lhe havia n'alma nenhuma chammas ardentes, das que inflammam a propria pessoa, e deslumbram os outros. O seu ideal foi o commedimento, escola efficacissima da politica brasileira, no que ella teve, depois, de mais sincera e leal. Lingua do moderatismo, Evaristo redigia as falas com que a grey circumspecta excommungava os discolos exaltados, si bem que da exaltação se tivesse elle bem aproveitado quando as garrafas da portuguezada lhe ameaçavam a integridade craneana. Passados os coriscos, porém, elle voltou á moderação em que caracterisava e distinguira a sua Aurora. Com a moderação, elle foi poder, e, em nome da mesma, exigia que lhe respeitassem o usufruto do poder. Quando as coisas se turbaram, nessa revolução de que elle se aproveitara, e a que negava o direito de ser revolução; no auge da crise, elle foi a expressão mesma da turbacão confusa: defendia atacando, atacava sem enthusiasmo, defendia sem convicção, como por occasião do governo Feijó. Um fim precoce, por uma morte opportuna, conservou-lhe toda a gloria possivel: não foi mi-

nistro, não teve occasião de ser escolhido senador, não foi visconde nem marquez, e, assim, não houve possibilidade de saber — si, com Feijó, elle se apartaria dos Hermeto e Vasconcellos, ou si deixaria a sua fumarenta candcia abafar-se na sombra dos mesmos conservadores.

De todo modo, Evaristo foi abundantemente coherente: começou moderado e assim acabou, em formal contraste com um Costa Carvalho, democrata-republicano, e que acabou marquez e carrasco dos democratas de 1842 — de Vergueiro e Feijó. "... em S. Paulo casou com uma viuva rica, informa Drummond. A riqueza lhe augmentou a actividade... Ligado com pessoas da familia da mulher, procurou ser o arbitro da provincia onde residia (S. Paulo). As ideias o levaram para o republicanismo, mas os interesses não permitiam que se separasse dos portuguezes. Brasileiro, portanto, republicano e portuguez ao mesmo tempo. Depois ficou, por certo tempo, exclusivamente republicano... e contribuiu para a abdicação do primeiro imperador. Foi, por isso, elevado a membro da Regencia trina; nas horas de perigo, desertou do posto, e veio para S. Paulo, recebendo, sempre, os proventos d'elle. Logo que alcançou posição, elevado pelos amigos, que entre si distribuíam as posições, mudou de parecer. Marquez, grão-cruz, conselheiro de Estado e ministro varias vezes, inclinou-se mais para o absolutismo do que para a monarchia constitucional". Dir-se-á que Drummond, o amigo de sempre dos Andradas, é, por isso mesmo, suspeito; note-se, porém, que Drummond só aponta factos. A monstruosa carreira politica do homem que de democrata radical passou a marquez, é isto mesmo. Montalegre foi adversario dos Andradas, mas tambem o foi de Feijó, o constante adversario dos mesmos Andradas. Em verdade, — Costa Carvalho pouco fez na campanha de 1826-31, e explorou o respectivo desfecho mais do que nenhum outro. Precedeu a todos

que se degradaram, tanto que foi marquez antes que muitos outros. Sempre que achou um caminho para subir, descendo embora em dignidade politica, elle o fez. Por isso, coube-lhe o papel de ser o carrasco das duas ultimas revoluções liberaes — 1842 e 48. Foi um dos primeiros estadistas enfeixados em homem de negocios; funccionou como commanditario de Mauá. Mais regente do que Costa Carvalho foi o Lima e Silva. E enquanto passavam as regencias, e que a politica do Brasil declinava, florescia a familia Lima e Silva.

Já o accentuamos: quem salvou o Governo de 1831-32 foi Feijó, no entanto, um dos regentes, mais tempo regente nas primeiras regencias, foi um Lima e Silva, o mesmo que tinha o supremo posto militar no Imperio. Conta Macedo, entre as suas lendas, que Pedro I foi avisado pelo seu commandante das armas — de que tudo estava perdido, e lhe respondera: “Bom, vou abdicar...” Pode muito bem ser verdade. Defendendo a imperial criança, os Limas defendiam as formas politicas que lhes seriam mais propicias e convenientes. Os Limas, que só á ultima hora se manifestaram — negando-se a sustentar o Governo que lhes dera todos os cargos militares de confiança foram decisivos na crise de 7 de Abril. Militares de carreira, palacianos em solidariedade de familia, elles faziam, desde 1824, a policia militar do Imperio dos Braganças. No commando das armas, no commando do batalhão do Imperador, em alto posto dos guardas urbanos, os Limas, si quizessem, teriam impedido, ou, pelo menos, estorvado muito a victoria do 7 de Abril. Por que não o fizeram?... Pedro I tinha que cahir, nada mais o salvaria: por que não entrar logo na nova ordem de cousas? Foi assim que elles se collocaram logo nos altos postos, isto é: passaram-se para os democratras, com os respectivos altos postos em que se encontravam, ou melhorando de sorte, como aconte-

ceu com o que foi Regente. Comtudo, é de crer que o prestigio guerreiro da familia, multiplicado mesmo pelos muitos galões, não era grande, pois que os soldados, inflammados de democracia, entraram a revoltar-se contra o governo que era delles, e foi preciso Feijó para salvar a situação, que elles pessoalmente desfrutavam. E' verdade que um delles esteve com a Republica de Piratinin, mas tão apagadamente que o nome nem se lê. No mais, elles se fizeram penumbra, cada vez mais penumbra, até os dias da definitiva degradação. Então apparecem Limas — dominando os restos de brios da politica brasileira. De 1840 em diante, onde haja revoltas contra a ordem e o bragantismo, surgem Limas: para ser Caxias com os legitimos democratas maranhenses, Caxias contra os Paulistas e os Mineiros de 1842; Caxias contra os Farrapos, Caxias contra a revolução Praeira... Este é o maior delles: caracteriza tão perfeitamente a tribu, que a si tomara ao fazer a policia do segundo imperio. Foi o mais efficaz instrumento do bragantismo, sempre com decencia e relativo valor, como general ao mesmo tempo: mata revoluções e pacificador. Caxias serve, principalmente, para criterio de valor de todos os Limas. Das muitas conjuncturas historicas em que o encontramos, nenhuma mais eloquente e manifesta do que o seu proceder em 1842, tratando com o ex-regente Feijó. Todo mundo sabia que, profundamente doente, duramente desilludido, o grande brasileiro não armara nenhuma revolução; por coherencia e absoluta honestidade politica, veio juntar-se aos companheiros, para defender pela imprensa o movimento, quando já desencadeado. Então o seu empenho era evitar os horrores da guerra civil, perseguições e a torrente de miserias na sua terra, possuida e espezinhada pela politica torpe de Souza Carvalho. Assim, logo que o futuro marquez commandante de grandes forças imperiaes se aproximou, Feijó lhe enviou uma carta, de in-

teira coragem, e definitivo desprendimento, carta que é dos ultimos documentos dignos, da politica brasileira. Caxias só teve, para responder ao antigo Regente de quem fôra esbirro, as mesmas jactancias duras com que o nullo e cruel Rodrigo Lobo affrontara os recifenses, rendidos em 1817. E a gloria proveitosa dos Limas continuou a crescer gavião peneira, ou carará, no gallinheiro dos patos em partilha e franca sociedade com elles...

A propria campanha de 1826-31 fez surgir e deu nomeada a um dos primaciaes, na politica em que a vida publica do Brasil se degradou: Bernardo Pereira de Vasconcellos, que repete, na insignificancia das nossas coisas, e sem os impulsos superiores do outro, o milagre de Loyola-aleijado. Tambem sem pernas, que a syphilis em tabes lh'as annullara, Vasconcellos refez a vida — para ser um poder. Era uma vontade, inflexivel, mesmo. Encontrando-se na situação de decadencia organica, em que o grande goso só é possivel numa posição de mando, avançou para ella com decisão e sem escrupulos. Era o momento em que a vigorosa campanha contra o primeiro imperio se abria numa perspectiva de victoria, e Vasconcellos animo de lutador, ambição inexoravel, veio para a opposição, certo de que por ella teria o poder. Combateu com vigor, e subiu constantemente com o prestigio de combatente efficaz. No entanto, nunca foi um centro de attracção, como Evaristo, ou mesmo como Feijó. A intensidade da vontade má, naquelle corpo fragil, fazia delle uma vibora cujo contacto é repellido. Não tinha contemplações generosas, nem provocava enthusiasmos. No fundo dos seus ataques, lobrigava-se o calculo frio, do feroz e insincero liberal, que seria futuramente o fundador do definitivo partido conservador, e abateria o democrata Feijó, apesar de toda energia. Esteve com os moderados, Feijó inclusive, até que o successo de Hermeto, no desertar,

lhe mostrou o bom caminho para ir com aquelles patos ao poder: andar para traz. Bernardo de Vasconcellos, dizem os seus panegyristas, teve coragem para retrogradar... Para muito mais. Não hesitou em confessar que errara em trabalhar pela democracia nacional, e affirmou que, para regenerar o Estado Brasileiro e dar-lhe o indispensavel progresso, o essencial estava em, como o entendiam os marquezes — instituir um regimen anti-democratico: “Apregoava Vasconcellos a necessidade de centralisar-se a acção politica, de fortalecer-se o ministerio preponderante (em 1838), ao mesmo tempo o arauto da reacção monarchica... Na sua opinião, o mal da situação derivava tambem das ideias e theorias democraticas...” Foi justamente nesse momento, quando Vasconcellos quasi desatinava sobre o lombo de Araujo Lima, que este o atirou em terra, sem que isto chegasse a ser uma crise para a politica de regresso. Vasconcellos, que já estava nas formulas politicas assentes para o futuro do Imperio, não se deu por achado, e continuou conservador, a apoiar o torvo regente, que, elle bem o sabia, não podia governar sem a sua ajuda. Fôra, o golpe, a expressão de uma politica organizada por elle mesmo, Vasconcellos; não havia razão para combatel-a. Voz do governo, no parlamento, Vasconcellos se prestou, um anno depois, a desatar a crise da maioridade, diante da qual se lamentava a insufficiencia de Araujo Lima. Foi quando elle, o tabetico, quiz responder com energia ao golpe dos palacianos, unidos aos restos ingenuos liberaes. Temos, ahí, o seu ultimo passo em falso: no fim de nove horas, estava abatido, vencido pelo desatinado Antonio Carlos, amparado na palavra e nos gestos de Villela Barbosa. Ainda assim, Vasconcellos mostrou quanto valia a sua politica, no meio de trefegos, ingenuos e çovardes: antes de cinco mezes, o imperial adolescente, realmente precoce na politica instituida pelos moderados, entregou-

lhe as classicas redeas do matungo, que seria levado depois, alternadamente, pelas mentiras dos partidarios parlamentares. Foi criação sua — o partido conservador do Brasil, para os effeitos da ficção parlamentarista, como a tivemos. Esta, que é a sua gloria, foi uma obra de tal consistencia que resistiu, depois, ás manobras e espertezas da conciliação de Hermeto, e ás tergiversações de Olinda: esses grandes misturadores passaram, e a politica do Imperio voltou ao parlamentarismo de Vasconcellos. A sua gloria é dupla: foi o primeiro escravocrata confesso, e conseguiu obrigar o Regente Feijó a demittir-se. Para isto, elle não hesitou em resuscitar a canalhice de Ledo, alugando-o, a preço de uma cadeira na provincia do Rio de Janeiro — para escrever pasquinadas contra o partido liberal. E Ledo, o eterno adversario dos Andradas, o rotulado liberal, a isto se prestou... Era do tempo, e é assim que elle participa da politica brasileira depois de 7 de Abril.

A acção deleteria de Vasconcellos se completou com a actividade de Carneiro Leão. Eram dons differentes, mas perfeitamente ajustados — para os processos que, de mentira em mentira, de transigencia em transigencia, fez cahir a politica brasileira até o abastardamento do espurio parlamentarismo do segundo Imperio. Hermeto, merecidamente marquez do mesmo segundo Imperio, foi uma vida mais cheia, numa acção mais longa e mais complexa do que a de Vasconcellos, e tão funestamente efficaz como esta. Um foi a intensidade do veneno, e outro a extensão da virulencia. Vasconcellos deu o golpe que dobrou a politica de 1836, e Hermeto foi a infecção que nesse golpe a corrompeu definitivamente. E como a sua vida foi bem mais desenvolvida, o reflexo della é mais patente. Cabe-lhe, mesmo, o primeiro lugar, na marcha das miserias. Apareceu quasi no fim da campanha, como deputado, em 1830. Formou-se em Coimbra, na época em que o Brasil estava em guerra

com Portugal. Não trazia carga de convicções politicas, nem intransigencias nacionaes. Na Assembléa, ficara sem successo até 1832, porque a natureza, que tão bem o dotara em manhas, tudo lhe negara em qualidades francas, necessarias na tribuna. Era um zero, mas sempre mettido entre os moderados representativos, e, assim, esteve no celebre conciliabulo da chacara da Floresta, para o plano de 30 de Julho. Ahi se declarou contrario ao golpe de Estado; mas comprometteu-se a, na Assembléa, não combater a medida, si a maioria dos presentes a acceitasse. No emtanto, no dia seguinte, rompe o debate sobre a proposta, logo combatida pela opposição restauradora, e os poucos conservadores confessos — Martim Francisco, Rebouças, Calmon, Montezuma... e, quando menos se espera como um punhal pelas costas, rompe o gaguejar de Hermeto combatendo a medida... Ninguem se espantou mais do que Evaristo, que, aliás, tambem havia impugnado a ideia, mas com ella se conformara, compromettendo-se a defendel-a porque assim o determinara o voto da maioria. Carneiro Leão nada valia, até então; mas tivera o grande merito do faro: descobrira que os moderados, depois de tantos agachamentos diante do senado, e já desfalcados dos exaltados, não eram mais capazes de resistir á reacção, e teriam de ceder, ou retirar-se... E como elle não queria retirar-se, nem perder as posições occupadas, fez fogo no flanco descoberto dos correligionarios, e os obrigou a renderem-se. Ganhou, com esta façanha, um lugar no ministerio que nesse dia se formou. Os companheiros, inclusive Vasconcellos, mais commedido em baixezas, passaram a tratal-o de — traidor. Os eleitores mineiros chegaram a cassar-lhe o mandato, depois da revolta restauradora de Minas, e a que elle dera acquiescencia. Como governo, foi publicamente accusado, pelos proprios moderados, documentalmente — de despotico, arbitrario, perseguidor e

injusto... Por tudo isto, como ainda restavam pudores politicos, Hermeto teve de demittir-se, no fim de cinco mezes, apenas. E ficou desoccupado, quasi esquecido, até que, com a eleição de Feijó — Regente, Vasconcellos julgou opportuno utilizal-o na inexoravel opposição que fazia ao Governo. Foi quando organizou o seu partido conservador, onde lhe deu lugar de destaque, tanto mais merecido quanto era certo que, desde o seu tempo de liberal, já Hermeto fazia politica com o futuro Itaboraahy. Dest'arte, para a politica de então, elle, Hermeto, trazia processos e qualidades que eram outras tantas vantagens. Comtudo, Vasconcellos nunca o teve em confiança. Ministro de Araujo Lima, preferiu deixal-o na Camara, com a missão de ensaiar os ataques á interpretação. Estava ás ordens de Vasconcellos, sem meios de fazer obra por si, tanto que, assim, foi apanhado em politica hostil ao arranjo da maioridade. Vasconcellos deitou manifesto, e Hermeto apenas se encolheu, como que a protestar: estava, de coração, com a revolução vencedora. Por isso mesmo em 1842, puzeram-no na presidencia da provincia do Rio de Janeiro — em prevenção contra os revolucionarios liberaes. Como ainda havia espirito civico, a sua provincia não o reelegueu. Mas não tardou que o Governo dos conservadores atamancasse uma eleição de senador, para dar-lhe o lugar vitalicio. Estava garantida a sua sorte: logo depois foi chefe de Governo, e, em 1849, encarregou-se de acabar com os liberaes da Revolução Praeira, como presidente da respectiva provincia. Dahi por diante, alternadamente com Olinda, foi o realizador constante da degradação politica nacional. Teve todas as naturaes recompensas: em 1852, visconde, em 54, marquez... Estava na plena expansão do seu genio, cuja fibra-mestra foi a decantada reconciliação, partido unico, de usufrutuarios... Foi uma escola politica, a mais caracterizada que tem havido no Brasil, e tanto que, hoje, nos principaes Estados da

Federação Brasileira também se faz a politica com um só partido — usufruario. Na litteratice politica do tempo, trataram a Hermeto de — sceptico; elle se abespinhou, pois no intimo se considerava sincero, crente sincero de que politica era aquillo mesmo. E' notavel! Hoje, exalta-se o marquez de Paraná como um dos raros chefes autonomos em face do throno... O facto serve para dar ideia do quanto desceu o nivel dos caracteres.

Dentre os secundarios daquelles tempos, ha alguns que merecem ter o nome reparado. Seja um Paula e Souza, liberal de sempre, desde os dias da Constituinte, e com quem, assim, todos contavam. Seria um exemplo, si na hora augusta de 1842, quando tudo fazia acreditar que elle estaria com os revolucionarios da sua terra (até o prenderam), não tivesse renegado os companheiros, ao invés dos Feijó e Vergueiro.

Bem differente é Ferreira França, que leva a coherencia democratica até o ponto de apresentar projectos — de federação, de libertação dos filhos da mulher escrava. Os Hermeto e Vasconcellos não permittiram que a materia fosse acceita para discussão. Nesse mesmo tempo, França expunha da tribuna a sua ideia de — uma Assembléa internacional de nações livres. Por tudo isto, repetidamente eleito senador pela sua provincia, nunca foi escolhido pela corôa.

Cite-se também — França Leite, o democrata da chacara da Floresta, e que, em 1842, foi um dos seis liberaes deportados para o estrangeiro, pelo Imperio. Cite-se ainda — Martiniano de Alencar, republicano de 1817, deputado ás côrtes da Constituinte, da Confederação do Equador, perseguido... Deputado em 1830, para opposição ao Imperio... sempre amigo de Feijó... nunca accitou ser ministro... Senador, continuou coherente com o seu passado, e, por isso, em 1842, foi preso. Antes, resistira á politica da lei de Interpretação; de-

pois, foi contra a conciliação de Paraná... Toma-lhe o rastro Theophilo Ottoni, o liberal que tambem redimiu o erro de 1840... E quasi não ha mais a citar, dos homens que effectivamente foram factores, pois que Araujo Vianna, Rodrigues Torres, Fernandes Pinheiro, Calmon, Aureliano Coutinho... quando não foram meros caudatarios, mais ou menos interesseiros de uma politica por outros organizada, avolumavam-se em canarihas de aulicismo, como essa que celebrou Sepetiba!...

O TRIUMPHO SOBRE FEIJÓ

Desambicioso, Feijó acceitou a candidatura á regencia por instancias de Evaristo, que foi o seu grande sustentaculo... Esta circumstancia basta para patentear a fragilidade da situação inaugurada em 1835. Elegera-se o regente Feijó, mas a politica, quer dizer a situação de facto, pertencia aos Hermeto, Vasconcellos, Rodrigues Torres... completados pelos Calmon e Araujo Lima. Foi possivel levar o grande ituano a chefe da Nação, mas não era isto o bastante para deter a decomposição do mundo politico, e que já era uma recomposição em miserias. Que o diga o Sr. P. da Silva: "Quão diversa era a época em que agora assumira Feijó a regencia, daquella em que occupara o ministerio da justiça!... Já não eram as mesmas paixões, os mesmos enthusiasmos, que dirigiam os homens publicos... Lutara-se na primeira quadra com o ardor juvenil e pujante que incitam as ideias... Succedera agora um desanimo, uma prostração e mesmo uma tendencia á dissolução dos partidos... a qual os fazia oscillar e tripudiar, conforme as novas circumstancias, que, não raro, surprehendiam os mais perspicazes..." Qual a causa disto? A mesma penna, na mesma pagina o diz: "A re-

volução de 7 de Abril fora contida e sopeada em seus efeitos e consequencias... Novas combinações se pactuaram entre os politicos, que lograram prever as metamorphoses que deviam soffrer os partidos até então pleiteantes. A maior parte dos antigos restauradores se ajuntou ao nucleo constitucional monarchico (Hermeto-Vasconcellos), que, ainda em embryão, patenteava, todavia, abonos seguros de desenvolvimento e influencia futura. Os grupos exaltados reuniram-se de preferencia aos sustentadores do governo do Regente (Feijó)". Tem toda razão o homem da Fundação: esse embryão, que foi o proprio embryão do constitucionalismo parlamentar do segundo imperio, dominou o futuro, e conformou definitivamente a politica nacional. Segue-se a historia da torva, rude, encarniçada e deselegante opposição ao padre Regente. Havia a proficua abundancia de quantidades nos processos implacaveis a completarem-se: a viscosidade de Araujo Lima, a esperteza tortuosa de Carneiro Leão, a ambição inexoravel e tabetica de Vasconcellos, a unctuosidade de Araujo Vianna, a constante traição de Sousa Carvalho, a precocidade politica de Rodrigues Torres e, até o servilismo de Ledo. Emquanto isto, já na falta de Evaristo, teve Feijó de amparar-se no mercenarismo de Montezuma — quando contra elle se uniam todos os tradicionaes reaccionarios, de Villela Barbosa a Martim Francisco.

Como prenuncio do que seriam aquelles tempos, nas eleições de 1834, a portuguezada do Rio de Janeiro dera os seus suffragios a José Clemente, e ao constante partidario de Pedro I. Então, foram eleitos os mais decididos, dos novos adversarios, na futura opposição a Feijó; Rodrigues Torres... Paulino Torres... Nesse tempo, o absolutismo de Pinto Madeira, o protegido de Andréa, ensanguentava o Ceará, emquanto o mesmo Andréa fazanhava no Pará. Com taes antecedentes, é logica a formidavel opposição, que annullou a Regencia

de Feijó, e o obrigou a deixar o poder. Franco atirador contra os radicaes de 1832-35, Carneiro Leão despertou as invejas e desencadeou a ganancia de poder de Vasconcellos, que, logo depois de eleito Feijó, contra este organizou a opposição conservadora, furiosa investida para o poder. Acreditando que o enaltecia o panegyrista Macedo pinta a situação e retrata o homem: "Vasconcellos observou... sentiu a reacção anti-liberal no espirito de muitos... os antigos partidarios do ex-imperador fazendo causa commum com os diversos grupos de opposição, prevendo proximas e inevitaveis combinações futuras, estadista vidente, habilissimo e astuto, encaminhou-se, colligou os grupos dissidentes, pronunciou a palavra regresso, separou-se dos liberaes (quantos, então?), e organizou... o partido conservador..." Faltou ao biographista contar — que a astucia do conservador o levou, até, a fomentar revoluções, para crescer as difficuldades da Regencia (Sabinada). Conservadores, Hermeto e Vasconcellos, atirados contra Feijó, negavam-lhe, tudo, do que era necessario para meios de governo. Negaram-lhe, até, esses esteios da ordem, o estado de sitio, para o Sul em franca revolução. Ao mesmo tempo, accusavam-no — de ficar inerte em face da revolução. Feijó, sacerdote virtuoso, mas brasileiro integral, defendia as prerogativas do Estado brasileiro contra as investidas da Santa-Sé, e Vasconcellos, secundado pela hypocrisia de Araujo Lima, encontra nisto mais motivo para, a pretexto de zelar pelos direitos dos catholicos, atacar a politica democratica do Regente. Note-se, a Santa-Sé tanto não se sentia ferida, que nomeara Feijó para o bispado de Diamantina. Assim atacado, o grande Regente respondeu com toda energia, nas formas que lhe eram proprias. Ao encerrar-se a legislatura (de 1836), marcou-os, aos adversarios, com a censura publica: "Seis mezes de sessão não bastaram para descobrir remedios adequados aos

males publicos. Elles infelizmente foram em progresso. Oxalá, que na futura sessão, o patriotismo e a sabedoria da assembléa geral possam satisfazer ás urgentissimas necessidades do Estado". Responderam em doestos, e elle replicou:

"Como me interesso muito pela prosperidade do Brasil, e pela observancia da constituição, não posso estar de accordo com o principio emittido no segundo periodo da resposta á fala do throno: e sem me importar com os elementos de que se compõe a Camara dos Srs. deputados, prestarei a mais franca e leal cooperação á Camara, esperando que ao menos desta vez cumpram as promessas tantas vezes repetidas de tomar em consideração as propostas do governo".

Araujo Lima, como presidente, passou o recibo; é certo porém que Feijó não pretendia fazer effeito sobre o parlamento onde mandavam os seus adversarios: falava para a Nação, a mostrar que não tinha como obrigar-os a esquecer os seus interesses, para attender aos interesses do paiz, e que, não tendo meios de obrigar os Hermeto e Vasconcellos a serem probos, preferia demittir-se a ser, mentirosamente, rei constitucional, para o parlamentarismo que elles ensaiavam, e que não era de Constituição. Coherente com o seu programma deixou a regencia. Ainda chamou companheiros a quem entregasse: nenhum acceitou, e o Padre foi honesto até o ponto de fazer Araujo Lima seu ministro, para passar-lhe o governo.

A regencia de Feijó foi esteril, commentam os historiadores bragantistas; esteril e de um democratismo incoherente, inorganico... A lingua em que Feijó falava não lhe permittia as longas explicações, para mostrar como não lhe cabia a culpa de nada, e que não era — nem incoherente nem inorganico. Não ha exemplo, mesmo, na politica brasileira, de tanta coherencia, tanta intransigencia em torno de um programma. Já o mos-

tramos — que a politica dos moderados, mesmo os radicães e sinceros como Feijó, estava condemnada á esterilidade, uma vez que não ousou realizar revolucionariamente os fins da revolução. No mais se falhou a acção de Feijó foi porque, no mundo dos homens onde elle teve de agir, não havia o com que organizar uma obra de longos effeitos, a não ser aquillo mesmo que os Hermeto e Vasconcellos nos deixaram, e que lhe inutilisou todos os esforços em prol do Brasil. De facto, Feijó nada fez: prisioneiro da ordem legal, cuja garantia efficaz fôra elle mesmo, eram-lhe carcereiros os proprios encarniçados inimigos. O parlamento onde estes mandavam, fechou-lhe todas as possibilidades, e elle, o Feijó energico, pessoal e indomavel, não quiz sahir da legalidade: nunca sahiu da legalidade, exemplo unico, na sequencia dos chefões de Estado do Brasil. E, assim, foi um governo esteril a sua regencia; isto, porém, não prova incapacidade de acção politica, em quem já havia dado as provas que elle dera. Falhou, mas toda a falencia proveio do vazio hostile e esteril em que agia. Não havia, não podia haver, a collaboração efficaz de companheiros superiores aos egoismos dissolventes, companheiros, como elle, lealmente votados á realização do bem commum. A estreiteza do criterio do Sr. P. da Silva o leva a affirmar que, com o decorrer de trez annos, mudara a orientação dos espiritos, e não eram mais as mesmas paixões a conduzir os politicos... Não: era tudo o mesmo; apenas mudara a phase do desenvolvimento, na obra que pelos Vasconcellos e Hermeto se realizava. Como o Brasil era uma vida, em ansia de affirmar-se, houve o 7 de Abril; como, dentre os dirigentes e politicos, um grande terço se veio collocar nas filas da revolução, o Brasil foi por estes empolgado: é a phase do assalto ás posições. Passados, porém, os fogareos da refrega, vem a accommodação: á beira da cova, afastam-se as difficuldades e eliminam-se os dis-

colos. Para os politicos que, em definitivo, organizaram a politica do Imperio Brasileiro, Feijó era um discolo. Naquelle mundo de insinceros e pulhas, mas activos e fortes, occupados exclusivamente em firmar a situação propria do pessoal, não havia lugar para a acção sincera e desinteressada do Padre que havia recusado o bispado, e que, padre, em defesa do Brasil, arcara com a má vontade da Santa-Sé. Os que inutilizaram a tentativa de Feijó, em Julho de 1832, foram os mesmos que fizeram votar a lei de interpretação, e que, equivalente a uma reforma da Constituição, não podia ser feita pelo parlamento commum, incompetente para o caso...

UM LANCE DE LIBERALISMO — “QUERO JA”

Num mundo politico derivado directamente do estado portuguez bragantino, quasi unanime em bachareis de Coimbra, uma vez inclinado a descer, a degradação foi prompta e, desgraçadamente, definitiva. De começo, a opposição aos politicos do regresso era sómente a dos liberaes a Feijó. Não tardou, porém, que o poderio aspero de Vasconcellos despertasse despeito nuns, impaciencia noutros, e, sem demora, se formou a segunda onda de opposição amadrinhada no rotulo de liberal. Os ingenuos radicaes pensaram que podiam aproveitar o concurso da nova opposição, e, amparando-se no Principe, abater a olygarchia de escravocratas, com o seu sequito de mercenarios... Dest'arte, no mesmo bando, com o odiento Martim Francisco, o trefego Hollanda Cavalcanti, e o archi-reaccionario Villela Barbôsa, completado pelo ineffavel Conde de Lages. Ao lado desses constantes inimigos da democracia brasileira, tomaram lugar os que ainda restavam dos tradicionaes defensores das liberdades nacionaes — Vergueiro, Alencar...

que serviram de engodo para os novos radicaes. — Alvares Machado, conego Marinho, Ottoni, Nunes Machado. A' turma dos conservadores, em renovação de miserias, veio juntar-se o futuro Montalegre, sobre-
peso excellente, na balança dos Hermeto, Araujo Lima, Rodrigues Torres, Araujo Vianna, Soares de Sousa... Por fora, girava o commercialismo dos Limas, para garantir o governo, fosse quem fosse. De uma tal gente, com taes motivos, que é que se podia esperar para o Brasil?... Produziu-se uma falsa crise, com refalsados intuitos. Crearam-na e dominaram-na os soffregos de poder. Como havia o menino Imperador, para elle se voltaram os mesmos soffregos. Em 1835, já Luiz Cavalcanti apresentara um projecto — estatuindo a que a maioridade do Imperador fosse recuada aos quatorze annos.

Restavam laivos de vergonha, e o projecto nem foi julgado objecto de deliberação. Em 1836-37, ancioso por arrancar o poder Feijó, Vasconcellos levantou, por fóra do parlamento, a ideia da regencia da princeza Januaria. Elle presentia que trazida ao supremo poder por sua mão, ella lhe entregaria o Brasil. Resquicios de pudor politico contiveram os homens a quem elle se associara, e tudo não passou de ideia vã. Apontado esse caminho — de assalto ao poder, em fins de 1839 os adversarios de Vasconcellos tomaram por ahi: Montezuma, nos seus modos destemperados, fez resurgir o projecto de Luiz Cavalcanti, e toda a politica passou a fazer-se em torno da maioridade. Foi uma campanha rapida, sem nenhum perigo, e, dada a degradação geral, sem receios de insuccesso. Os maioridadores, cujos passos eram cuidadosamente seguidos por José Clemente, tiveram no successo deste, em 1822, uma preciosa lição: "Quero já" é o parelha complemento natural, do "Fico". Numa politica que se reduzira a transigencias tecidas em insinceridades, com o fim explicito de regresso, quando

o melhor recurso — o unico confessavel era a sizudez vazia e moderada; o character já patenteado do impetrante foi uma suggestão a que todos cederam. Habsburgo, feito numa cõrte ridicula e frusta, cuja melhor tradição era a de D. João VI, Pedro II veio a ser o adolescente circumspecto, alheio a puericias, avesso a arroubos de juventude, e cujo melhor elogio estava em que, “ainda não tinha attingido a idade dos quinze annõs... os que o conheciam prestavam homenagem sincera às suas qualidades de reflexão, prudencia... ao procedimento grave...”

Previendo os resultados da campanha da maioridade, Araujo Lima, que já conformara a espinha no beijamão, afanoso em garantir a sua situação junto ao throno, foi esclarecer o caso, e saber os desejos da imperial criança. “Majestade, teria elle falado, a opposição anda a fazer o jogo politico de promover a vossa maioridade; com o açodamento com que a querem proclamar, é uma illegalidade deslavada... Esta semana, mesmo os conservadores farão passar uma lei proclamando-vos maior, e sem demora estareis no throno, si tanto o quizerdes”. Pedro II acquiesceu em que — era esse o modo mais legitimo de maiorar-se, e que esperaria pela solução de Bernardo de Vasconcellos e a sua gente... Tal nos garante o Sr. P. da Silva; mas, fosse impaciencia de criança, fosse capricho de ser proclamado revolucionariamente, como o seu augusto antecessor, a verdade é que o imperial adolescente, com toda a sua circumspecção acceitou o offerecimento da minoria parlamentar — para escalar o throno, passando embora por sobre a Constituição.

E o paiz conheceu, então, a mais sinistra das revoluções, sinistra nos factores, sinistra na forma e nos effeitos. Não houve como esconder a monstruosidade da coisa: “Foi a maioridade um acto intempestivo e revolucionario, que agitou o paiz sem necessidade... foi

um movimento que sahiu da orbita da lei e da legalidade; não se attendeu mais, nem á constituição, nem ao corpo legislativo..." O homem da Fundação é igualmente peremptorio nos conceitos: "Outra revolução proclamou a maioria antes da época marcada para ella... revolução feita pelas minorias das duas casas do parlamento, reunidas sem caracter official, nos paços do Senado..." Sim, foi uma revolução, mas faltou-lhe tudo que dá nobreza e justifica taes crises. Faltou-lhe inspiração desinteressada, espirito de sacrificio, realidade de riscos, força de motivos e de resistencias a vencer, differença de nivel a escalar.

Com isto foi a mais descabellada e mais enervante das agitações, para os maus effeitos de desorientação dos espiritos, abalo das instituições, falseamento das tradições, derrama de odios... Um salto num tremedal! E para que? para que sahisse Vasconcellos e viesse Antonio Carlos, pela mão de Villela Barbosa... sob um principete que, desde logo, mostrou como entendia a sua função moderadora: antes de quatro mezes, antes que o gabinete resultante da revolução tivesse tempo de fazer melhoramento ou reforma, despediu-o — para trazer ao governo os escravocratas de Vasconcellos. De permeio, a Nação teve a medida de degradação a que tinha chegado essa gente. Nos lances do movimento todo realizado nas casas do parlamento, Hermeto, aquelle que por apego á legalidade fôra até á traição: Hermeto á vista do throno da criança, abandonou todas as convicções constitucionaes: "E' um golpe de estado, dizia para os maioridadistas; assusta-me, mas submetto-me á sabedoria dos que descobriram esse grande remedio para o mal do momento; não tenho razões para combatel-o". Um Navarro, safa-se de entre as pernas bambas de Vasconcellos, para ser um dos mais afoqueados maioridadistas; o pequeno Alvares Machado convida emphaticamente o povo indifferente — para

fazer revolução, enquanto Antonio Carlos, sem mais delongas, grita para o recinto dos deputados: "Abandonemos esta Camara prostituida!" Elle tinha razão... teria inteira razão, desde que fizesse a corrigenda de que — não só a Camara, mas tudo se prostituira. O espectáculo era para nauseas: um punhado de liberaes desorientados, num torvelinho de pulhas, que só se aventuravam porque se amadrinhavam com um throno. A Camara era aquillo, e o Senado?... Apresentada a proposta de maioridade, não houve, ali, onde assentavam as instituições; não houve, marquez ou não, que se levantasse, para atacal-a, ou para defendel-a. Na votação, foram 16 x 18, e viu-se Paranaguá contra Maracá, Vergueiro oppondo-se a Alves Branco, Hollanda Cavalcanti contra Caravellas... Já fora os tramites constitucionaes, manifesta-se, então, Paranaguá, a convidar os presentes para um arremedo de sessão revolucionaria, ali mesmo, sessão em que elle foi o liberal-revolucionario em chefe. Como consagração da victoria, organizou o typico ministerio da maioridade: 2 vezes 2 irmãos, um sobrinho, aglutinados pelo moderatismo de Limpo de Abreu.

Embuste em 1822, mallogro em 31, ostensivo regresso conservador em 37, revolução palaciana em 40, a politica nacional teve que ser o entendido paúl, donde saímos para esta Republica, que já é asphyxia, como é a mais sensivel traição aos ideaes de democracia do que a dos carcereiros de 1832, dos interpretadores de 39, e dos farcistas bajuladores de 40. De todo modo, a maioridade foi a escala geral — a convergencia definitiva, dos emmaranhamentos e transigencias da definitiva politica. Depois, não houve mais em que transigir, nem o que perverter. Já estava iniciada a obra de destruição das poucas liberdades conquistadas com o 7 de Abril, e, agora, a destruição se accentuou, systematica, e inexoravel. Timandro dirá: "Oito mezes depois da maio-

ridade, o novo reinado constituia-se solidario e continuador do antigo, e riscava da nossa historia o grande factio da revolução”.

Já o notamos: não foi Pedro II quem provocou o desvirtuamento, a corrupção, a inanidade de ideias, da politica nacional; foi, porém, quem lucrou definitivamente com isto, para reinar como poder incontrastavel; foi quem systematizou os processos corrosivos de caracteres; foi quem presidiu e conduziu toda a subse- quente degradação da vida publica, em liberalismo va- zio, e insincera legalidade. O adolescente do Quero já, correspondeu á revolução que o elevou.

O CRIME CONTRA O PARAGUAY...

Toda essa historia, lobrega, coxeante, desinteressante, só é lembrada porque nos dá o espelho mesmo da estúpida, derreitada e sinistra politica imperial do Prata. As antigas colonias de Castella traziam a tragica herança — das facções caudilhescas, e o Brasil, explo- rando ignominiosamente essa triste condição, foi uma terrivel aggravante nas lutas internas do Prata, sobre- tudo no Uruguay, por intermedio dos Colorados. Já vimos que era dos Blancos a maioria da opinião na- cional; mas, unidos — os seus adversarios com o Go- verno Imperial, não podia haver paz interna. Por si mesma, a Nação Uruguaya elegia um representante do partido guerreado pelo Brasil, e não tardava que Flores, assistido, já agora, por Argentinos e Brasilei- ros (governo), viesse dar com o presidente eleito por terra. Foi assim até 1863, quando o Governo Imperial entendeu abater definitivamente os Blancos. O momen- to pareceu propicio, pois que dominava agora, na Ar- gentina, os mitristas, antigos alliados do governo de S. Christovam, na guerra contra Rosas. Governava Mon-

tevidéo Aguirre, blanco, que succedera normalmente a Gabriel Pereira, e era tido como adversario, não só pelo Governo Imperial, como pelos mitristas, que haviam combatido contra os Blancos de Oribe. Sem gente e sem dinheiro, lá estava em Buenos Ayres, Venancio Flores, tão desprevenido para o caso, quando o atiraram a perturbar a paz de sua terra, que só encontrou para a aventura — quatro soldados. Nesse mesmo tempo, em grande apparatus, é mandado ao Uruguay o já respeitavel liberal Saraiva, incumbido pelo Governo Imperial de pedir contas das antiquissimas reclamações (1842-45) dos estancieros ex-brasileiros, partidarios dos Colorados. Era, pois, uma allegação caduca, mas não havia outro motivo utilizavel, e o grande liberal lá vae com ella e um ultimatum formal, tendo ás ordens, para demonstrar as razões do Imperio, uma esquadra sob os bordados de Tamandaré, e um exercito com Menna Barreto, Ozorio e o que havia de mais aguerrido nas cochilhas rio-grandenses. Paysandú, Montevidéo... são os passos dessa campanha. Saraiva, Paranhos Octaviano Rosa... foram as habilidades diplomaticas para a obra, em que, finalmente, abateram os Blancos. Nominalmente vencera-os Flores, que entrou em campanha, com os seus quatro soldados, logo depois de entregar o ultimatum de Saraiva; e venceu promptamente, porque o Governo Imperial já não sentia necessidade de mascarar a sua politica. E foi nesse momento impropicio, que Solano Lopes ousou encarar o imperial poder, e o affrontou, offerecendo-se como medianoiro, entre o Brasil e o governo legal do Uruguay.

Nada mais justo e mais legitimo, em face de todos os direitos; mas o Imperial poder não pode supportar tal attitude, e decidiu castigar inexoravelmente — a quem parecia querer pedir-lhe contas da sua politica platina.

Para alcançar toda a extensão do crime, contra o

Paraguay é indispensavel buscar a historia dessa Republica, desde os seus primeiros dias, porque é a historia de uma constante aproximação do Brasil, atravez de confessada amizade, e que foi até a alliança.

Dadas as suas condições de formação — Jesuitas, Missões, e com o radicado facciosismo dos Platinos, e as suas tendencias particulistas, o Paraguay decidiu, desde logo (1812), ficar independente da Republica Argentina. Governava-o, já, o dictador Francia, de origem brasileira, e que, em vista das pretensões dos Platinos, se isolou completamente delles, isolando-se, quasi, do mundo, visto que o Prata é a sahida possivel para os paraguayos. E foi assim que o Dr. Francia se aproximou diplomaticamente do Brasil. Era como uma alliança implicita: militares brasileiros iam instruir as tropas do Supremo senhor do Paraguay, traçar as fortalezas, até que com o successor de Francia foi uma alliança explicita, si bem que de character defensivo. O Governo do Brasil accitou a amizade do Paraguay, e correspondeu a ella, prestando os já assignalados serviços; o Paraguay valia com uma fortaleza no flanco da Argentina, com quem o Governo Imperial teve de lutar. Nestas condições, a amizade de toda uma vida continuou mesmo depois de desaparecido Francia. Mas aconteceu que Lopez não tinha sangue brasileiro, e o Paraguay de 1860, prospero, organizado rigidamente, bem disciplinado, fóra das agitações do caudilhismo, era uma potencia. Foi justamente quando o Governo Imperial, já desembaraçado de Rosas, e confiante nos mitristas, entendeu ser senhor ostensivo nas aguas do Paraguay, ao ponto de querer do Governo de Lopez (o velho) aquillo mesmo que, no Amazonas, elle negava aos ribeirinhos superiores. Sem mais hesitações, o Governo do Rio de Janeiro fez applicar ao Paraguay os processos correntes, de intrigas politicas usados por elle nos outros paizes, platinos, e Lopez teve de dar

os passaportes ao ministro brasileiro, censurando-o em nota official — de fazer intrigas contra o seu governo. Nesse tempo, já o imperialismo brasileiro fazia questão de obter a livre navegação no baixo Paraguay. Dado o caso dos passaportes, foi mandado a Assumpção o plenipotenciario Ferreira, commandando uma esquadra, a pedir satisfação da offensa. Lopez não consentiu que subisse a esquadra, concedendo que proseguisse, apenas, um navio com Pedro Ferreira. Mas esse mesmo navio encalhou, já perto de Assumpção, e Lopez permittiu que subissem os outros afim de safar o primeiro. O plenipotenciario obteve a satisfação que fôra buscar, lavrando-se as competentes convenções. E com isto se verificou que o intuito da embaixada militar de Ferreira, intuito não indicado, era bem mais longo e importante: o Governo Imperial não ratificou as taes convenções, sob a allegação franca de que tinham sido concluidas antes de concedida a navegação exigida pelo Brasil. No entanto, Lopez demonstrou desejo de conciliação, e logo depois, em 1856, mandou ao Rio um seu ministro de Estado, Berges, para realizar um accordo. Paranhos obteve de Berges tudo o que queria, mas, por sua vez, Lopez rejeitou o tratado do plenipotenciario, si bem que logo depois mandasse o proprio filho (em 1858), o infeliz Solano Lopez, concedendo a livre navegação, como o queria o Brasil.

Com isto, teve o Paraguay justos motivos de desconfiar do imperialismo de Pedro II. De facto, o governo de S. Christovam, liquidado Rosas, arrancou todas as mascaras; mostrou que a amizade ao Paraguay não valia mais do que o commum das amizades diplomaticas, e pesou sobre a politica da Banda Oriental como nos dias da Cisplatina. Enquanto isto, o Paraguay chegara ao ponto de ser a mais poderosa das republicas platinas: sentia-se forte e digno de occupar o seu lugar na politica internacional da America do Sul, e jogou

um golpe — para esclarecer a situação e affirmar a sua soberania... Quem podia garantir que não se faria o accordo — Uruguay para o Brasil, Paraguay para a Argentina?...

O tratado de 2 de Janeiro de 59 não chegava a ser um obstaculo. Dados os resultados, verifica-se que Solano Lopez agiu precipitadamente: não deixou atraz da sua pretensão, a sahida que lhe permittisse conservar a paz. E' que, fraco diplomata, não suppoz o facciosismo imperial capaz de já ter disposto da soberania de uma nação nominalmente independente. Não foi perspicaz, Lopez, mas patenteou intuitos muito patrioticos e americanos. Si o governo imperial estivesse ali de boa-fé, e tivesse accedido a sua mediação, sendo, no accordo com o governo dos mitristas, a parte mais forte, teria realizado, certamente, uma politica muito conveniente aos interesses brasileiros no que elles tivessem de justo, e o Paraguay lograria sahir do ingrato isolamento em que se achava. Assim prestigiado, viria a ser, bem accentuadamente, um factor de equilibrio naquelle Sul do continente, e, por mais que a Argentina se desenvolvesse, jamais seria uma ameaça real para a Nação Brasileira. Perante a justiça absoluta, o Brasil não devia intrometter-se na politica interna das nações vizinhas; perante o tortuoso e insufficiente direito das gentes, elle não podia rejeitar a mediação amistosa do Paraguay, de quem era alliado. Por tudo isso, manifestada a resolução imperial — de impor-se discricionariamente a uma nação vizinha; dada a acintosa repulsa da mediação, só restava ao Paraguay considerar-se inimigo, prevendo-se ao mesmo tempo contra o faccioso imperialismo do Brasil. E assim teve Lopez de agir. A sua linguagem só teve o defeito de ser peremptoria quando a diplomacia prefere os subterfugios: "A segurança da paz e a prosperidade do Paraguay ficarão ameaçadas si as tropas do Imperio entrarem no Estado Oriental...

O Paraguay não pode consentir que se desdenhe de sua politica; já é tempo que se ouça a voz da nossa patria". Foi a sua declaração de guerra. Mas tão premeditada estava a politica imperial no Uruguay, que a attitude peremptoria de Lopez já se encontrou com o caso resolvido. A Argentina, ao mando dos antirosistas, acceita a missão de ajudar a aniquilar o povo irmão, ou, pelo menos, não teve a audacia justa de a isto se negar, e celebra a covardissima triplíce alliança, em que o Uruguay é, apenas, na subalternidade de Flores o caudatario da politica imperial. Dest'arte, tres quartas partes do continente, em extensão, riqueza e população, marcham contra o acanhado Paraguay... Ainda assim: tanto pesa o crime, que levam cinco annos para realizar uma victoria de antemão garantida.

Allegaram, os que pretendiam justificar o crime — que os Lopez eram inimigos do Brasil... Não ha, em toda a historia, uma só verdade em favor dessa affirmacão. Nem o pae, nem o filho jamais procederam de modo ou praticaram qualquer acto que se pudesse qualificar de hostilidade ao Brasil, como nunca intervieram antes, nas questões que o Governo Imperial discutia despoticamente com os outros platinos. Mudaram de sentimento para com o Brasil, e no final, tornaram-se suspeitosos. Nada mais natural: homens intelligentes, patriotas, puros castelhanos, sem os motivos pessoases de Francia — Brasileiro de origem, elles encontraram o seu paiz enfeudado á politica platina do Governo Imperial; ora, foi quando este, por se sentir victorioso sobre o resto do Prata; começou a serie de exigencias — navegação, limites... que se estenderam por seis annos. Dissipou-se, naturalmente, a confiança do Paraguay, ao mesmo tempo que a sua prosperidade e força eram patentes. Quando o governo de S. Christovam appellou para o tratado de alliança, afim de que Lopez viesse fazer guerra contra Rosas, elle teve a medida da má fé im-

perial, e respondeu, com toda a razão e justiça; não é uma guerra de defesa; não marchou... Pelo seu lado, S. Christovam comprehendeu que não podia contar com o Paraguay para o seu imperialismo torvo, de funesta e ridícula hegemonia. Agora, continuando o Governo Imperial na sua politica de intervenção acintosa nos negocios do Prata, a guerra com o Paraguay era uma questão de tempo, apenas. Pouco diplomata, o dictador foi adiante dos planos imperiaes. Então, os liberaes de S. Christovam começaram a ver em Lopez — um tyranno, despota, tratando-o nos mesmos termos em que falaram e detractaram Rosas. Admittamos que os liberaes chocados ao calor de S. Christovam fossem sinceros: partir, o Governo Imperial do Rio de Janeiro, em campanha contra os dictadores de Buenos Ayres e de Assumpção é prova bastante do seu facciosismo.

Mas todos o sentiam e o sabiam: a meditada aggressão contra os governos daquellas republicas, provinha de outros motivos, e ninguem dava fé á insinceridade das allegações. Só uma boa fé que já fosse estultice, poderia admittir que o imperio bragantino-brasileiro fosse combater Rosas, Oribe, ou Lopez — por amor á liberdade... O estado que, com toda desfaçatez, tirava riqueza da condemnada escravidão, e protegera, emquanto pudera, o hediondo negreirismo portuquez — e ha um paiz que a bandeira empresta para cobrir tanta infamia e covardia!...

O estado prohibe a entrada da Cabana do Pae Thomaz; o Estado onde, mesmo depois de anniquilado o Paraguay, foi preciso um longo discutir — para que se concedesse a minguada e assassina libertação dos nascituros, e que teve legisladores para estender a escravidão para o seculo XX, pois que tal aconteceria si a Nação, revolucionaria, não houvesse repellido as leis de 28 de Setembro e a de Saraiva-Cotegipe; um tal Estado, apresentar-se como paladino da liberdade, chega a

ser irrisão. E é preciso não esquecer que um dos motivos decisivos, no animo imperial — para attender á questão da escravidão, foi a cerrada propaganda que o Governo Paraguayoz fez contra o Brasil, contradizendo as pretensões liberaes do seu governo, apresentando-o ao mundo, qual elle era: um Estado que explora o captivo, e não tinha pensamento official no sentido de redimir-se disto.

O Governo Imperial pavoneou de — defensor da liberdade mas a verdade é que, dada a miseravel triplice alliança conduzida pelo Brasil, e feita em segredo, só revelada por uma leviandade do ministro uruguayo, todo o resto da America, todo o mundo deu as suas cordiaes sympathias ao Paraguay. Dir-se-á: mas o Brasil nenhum lucro tirou de tal guerra (mas tirou a Argentina), por que, então, fez o Governo Imperial? E, então, por que accusal-o? Como culpar o Brasil, si, ao termo, elle não despojou o vencido nem o submetteu? Não se peça, nunca, explicação de actos insensatos: a estupidez, por si só, é a unica explicação possível.

Tal se dá no caso. O bragantismo se caracterizou, sempre, por uma sinistra estupidez. Senhor de si como nos dias do Imperio, elle virá, fatalmente, a esses resultados. Na essencia dos seus sentimentos, o Brasil nunca molestaria nações platinas, ou qualquer nação da America, ou do mundo. Os effeitos da acção brasileira no Sul são manifestações exclusivas da politica pessoal dos Braganças. Concretamente, não foi um motivo só que determinou a criminosa guerra contra o Paraguay, mas um feixe de motivos, qual mais estúpido, qualquer delles insufficiente por si só, mesmo em criterio de estupidez, mas poderosissimos quando sommados: consequencias immediatas da politica donde nasceu a Cisplatina; prevenções malevolas, de um governo imperial. Contra nações vizinhas que se chamam republicas, e que, certamente, viriam a ser democracias, desde que se

curassem do facciosismo inicial; empenho de, por isso mesmo, fomentar o facciosismo; empenho de mostrar que, por serem Republicãs, eram aquellas nações organismos politicos agitados, instaveis, incompativeis com o progresso; estúpida pretensão — de impor a hegemonia, do Brasil, no continente, não por engrandecimento proprio, mas abatendo os vizinhos, desnivelando-os; finalmente, o intuito de criar, com guerras externas, um derivativo ás ansias da Nação, repetidamente burrada nos seus esforços para a realização da democracia. A erupção de 1848, (quando 42 parecia o fim das impaciencias politicas), foi um aviso, e o mesmo Tosta, finda a empreitada contra os Praieiros, é mandado para fomentar a guerra na Banda Oriental. E o Imperio veio, assim, de guerra em guerra, até o crime hediondo de 1865-70.

O INDIANISMO

Exaltando a belleza do que é natural a este Brasil, os nossos românticos foram até — cantar a alma que lhes apparecia como essencialmente brasileira: o Indio. E de facto, não se comprehende a realidade humana, aqui, sem os quadros das tribus que humanisavam a paisagem do primeiro Brasil e se identificaram com a historia de sua primeira formação. Si Anchieta é um marco de virtude na tradição desta patria, o Indio deve ser um motivo constante na poesia que se inspira de nós mesmos. E a prova o temos no facto de que — todos os nossos grandes poetas, até hontem, tiveram carmes para elle. Além disto: desde que o nosso espirito de nacionalidade se affirmou, foi na opposição á metropole; então o Indio — a perenne reacção ao Portuguez, tinha que ser cantado e amado por esses românticos, as vozes mais puras do nosso nacionalismo. E vem

do primeiro. Apesar de todos os laços de família, e de que formou o seu espirito em Portugal, Gonçalves Dias os marcou: "... homens... que vivem sem patria... atraz de ouro correndo, voraces, sedentos..." Mais explicito, elle accentua, nos Tymbiras, o que faz a desgraça do Brasil: "America infeliz... tão ditosa antes que o mar e os ventos nos trouxessem o ferro e os cascaveis da Europa. Velho tutor e avaro cobiou-te, desvalida pupilla, a herança pingue!... Entrelaçaste os annos da mocidade em flor, ás cans e á vida do velho que já declina do leito conjugal immerecido..." Era fatal, por conseguinte, que o romantismo brasileiro buscasse uma nota de character — no voltar-se para o indigena. Posteriormente, criticos pseudo-scientificos, num discorrer parvamente objectivo, procuraram diminuir o valor litterario e nacionalisante do Indianismo, negando-lhe sinceridade de emoção e realidade de vida.

Tonteira de um "tainismo" mal digerido, desamparada de criterio legitimo, essa critica julga de uma obra que é a expressão da alma do Brasil atravez do romantismo, como si o Brasil não existisse e o romantismo não fosse de romanticos. Ignorancia arrogante, o objectivismo critico de 187... condemnou o Indianismo — por falta de inspiração e de realidade, como "pastiche" serodio de Chateaubriand e Cooper, disseram: e que — indio não fala como Itajubá, nem sente como Iracema... e que, finalmente, o gentio de Anchieta não teve influencia na formação do Brasil... Aspecto negativo, a ignorancia não pode ser, creio. E só por isso se explicam destemperos destes. Lá no seu tempo, Taine foi uma attitude de reacção, e nada mais. Ainda não se calara a sua voz, e já se apontavam os seus crimes como historiador, já toda gente reconhecia nas suas theorias de critica uma vertiginosa insufficiencia: a de quem pretende julgar de obras humanas como si ellas brotassem directamente de alimentos e climas, como se entre a na-

tureza psycho-social, com as energias e os valores que lhe são proprios. As civilizações, e tudo que a ellas se prende não são emanações directas das forças cosmicas, mas derivações dessas mesmas energias atravez do espirito, ao influxo de toda a experiencia humana. Isto é, as obras de pensamento são fulgurações da realidade — nas formas especificas da consciencia. Si em taes criticos houvera, em vez de desabusada ostentação mental, um puro desejo de comprehender as expressões da alma brasileira; si, em vez de leituras de oitiva, houvera o real criterio scientifico elles teriam percebido as diferenças essenciaes, entre o nosso Indianismo e o dos francezes e norte-americanos. Teriam reconhecido, em Chateaubriand, o simples enlevo do romantico europeu em face do Indio, o Francez seduzido pelo exotismo das tribus, (como succedera com os poetas e philosophos do seculo XVII), mas patenteando uma mentalidade absolutamente distincta das tradições indigenas. Em Cooper, elles encontrariam mais penetração na vida do gentio, mais realidade de almas; em todo caso, verificariam na sua obra, a expressão de duas vidas parallelas: o Indio, que se extingue, e o branco americanizado. Nas paginas dos nossos indianistas, ha solidariedade de destinos, assimilação de animo, mesmo no caso em que o Indio é apresentado na pureza do seu viver primitivo, e Y Juca-Pirama exalta-nos e commove-nos, ainda mais, porque no seu heroismo de sacrificio ha alguma coisa da virtude christã, que lhe foi infundida pelo coração do poeta, ao contemplar o Indio com quem se solidarisa.

Os nossos lyricos romanticos foram as primeiras vozes originaes, no conjunto do pensamento nacional, e, com isto factores decisivos nas transformações sociaes e politicas do Brasil. A sua obra tem significação bem nitida na historia dessas transformações, e não pode ser bem comprehendida e julgada si não a referirmos ao

conjunto da vida nacional. Tanto vale dizer: o Indianismo, nas nossas letras, é um valor definitivo, e teve causa necessaria, inilludível, bem mais significativa do que o simples intuito de imitação. Pastiches, não teriam o tom de exaltação das obras primas de Gonçalves Dias e Alencar, cuja inspiração primeira foi sempre o amor desta patria. Tanto num, como noutro, a consagração do Indio resultou directamente do empenho de apurar o sentimento de nacionalidade, na linha das accentuações historicas; a tradição do indigena lhes parecia genuinamente brasileira, e banharam-se nella. Não esqueçamos que o nosso nacionalismo se definiu e accentuou em opposição ao lusitanismo: prevenção, desconfiança, mal-querer, odio, guerra ao portuguez... eis as etapas do coração brasileiro em animo nacionalista. Achegamo-nos ao Indio certos de que, congraçando-nos aos seus destinos, distinguimo-nos absolutamente do povo que foi a real hostilidade á affirmacão da alma brasileira, o povo que, si continha a nossa historia, continha-a — para que ella não fosse nossa... Tentamos identificar-nos com os brasis, na crença de que nelles estivesse a essencia mesma do nosso americanismo. Tudo isto se explica pelas condições primarias da nossa formação — com a assimilação franca e cordial do Indio. Dahi resulta o contraste: nas outras sociedades neo-ibericas, mesmo onde o romantismo teve expressão bem nitida, não se conhece o Indianismo. Por que? Meditem-se nas condições que se faziam ao indigena: haveria inspiração para cantal-o?...

A ABOLIÇÃO: A TRADIÇÃO BRASILEIRA PARA COM OS ESCRAVOS

A Abolição teve que ser feita revolucionariamente: é uma rapida demonstração a deixar, demonstração facil, e que servirá tambem, para verificar, na politica

do Imperio para com a escravidão, todos os lineamentos em regressões aviltantes, da sua politica geral. E' um aspecto em que se tem a medida de tudo. Veremos, num parallelismo infame, como — á medida que o Brasil glorioso de 1824-31 decae para as apostasias que dão na frouxidão insincera e dissolvente de 1860, degrada-se a moral governamental, para vir, do programma abolicionista dos revolucionarios de 6 de março de 1817, dos projectos generosos de José Bonifacio e das realizações nitidas de Feijó, a essa politica torpe e inhumana que só extingue o trafico quando o Inglez o impõe com vilipendio da soberania nacional, e só attende á questão da emancipação para desmentir o Paraguay que, em propaganda de defesa, apresenta o Imperio Brasileiro como o paiz da escravidão, sendo preciso, ainda, a intervenção dos abolicionistas francezes, perante quem o Imperante quer ostentar philanthropia. Já infamado o Brasil no negreirismo de 1838-50, mais o aviltam quando armam uma legislação de illusoria libertação (28 de Setembro de 71), para marcar, definitivamente, escravos, centenas de milhares de brasileiros, homens livres, assim como os africanos importados, depois de legalmente suspensa a importação de escravos. E tudo isto se fez contra as tradições patentes da nacionalidade brasileira.

De todos que estudaram o Brasil colonial, e podiam julgar desse caso, nenhum o conheceu melhor do que Southey, e este, ao definir as possibilidades desta patria para prever-lhe os destinos, predisse — a prompta extincção de trafico, e, a seguir-se-lhe, a abolição do trabalho escravo. Foi a conclusão que se lhe impoz, ao constatar a relativa bondade dos brasileiros senhores de escravos. Isto elle o proclamou mostrando-nos muito mais humanos do que os seus patricios. E razão lhe foi dada, seis annos depois, pelos revolucionarios de 6 de Março de 1817, esses, que, ao sentirem a responsa-

bilidade da organização de um Brasil independente, inscreveram entre as necessidades essenciaes da Nação a constituir-se, a extincção da escravidão. E' um cancro social, disseram elles, logo no seu manifesto de governo. Nem podia ser de outra forma, dadas as qualidades geneticas do animo brasileiro. De intelligencia prompta no aprender, compassivos e abertos cordialmente aos ideaes de justiça, os revolucionarios pernambucanos adoptaram os principios de humanidade proclamados desde os meados do seculo XVIII. A escola maçonica, onde elles se inspiravam, era essa mesma de Bolivar, que formulava: "O ouro e a escravidão são dois elementos inimigos de todo o regimen de justiça e de liberdade". Noutras palavras. é o conceito de nosso José Bonifacio, quanto á necessidade de fazer-se a emancipação dos escravos, afim de chegar á condição de povo livre. Antes, já o brasileiro Maciel Costa, futuro Queluz, havia escripto uma memoria — sobre a extincção da escravidão. Passou o caso sem maiores referencias, mas o esforço de José Bonifacio, na situação de responsabilidade em que elle estava, tem significação absoluta. E' factó a notar: os dois maiores estadistas brasileiros, no periodo de formação mesma da Nação, adversarios e antagonistas de sempre, e em tudo, sem nenhum contacto politico em toda a vida de ambos; esses dois homens porque são realmente estadistas e brasileiros, estão de accordo — nas ideias de emancipação dos captivos.

Ministro, chefe de gabinete, José Bonifacio tratou de dar realidade ao convenio de 1817, que extinguiu o trafico ao norte do Equador; ministro, ainda, e deputado, fez publicas as suas ideias a respeito da emancipação, e começou a formular o projecto em que as incorporava. E' a esse proposito que elle assignala Portugal como — a nação que mais crimes tem commettido contra a humanidade. A dissolução da constituinte não lhe permittiu apresentar o seu projecto, mas era tal, e tão

sinceró o seu empenho que, em 1825, lá no exílio onde estava, publicou uma representação — A memoria sobre o assumpto, e que é o transumpto do mesmo trabalho. No projecto de constituição elaborado pela Constituinte, que elle inspirava, está a disposição: “Artigo 254. — A Assembléa (o Parlamento) terá particular cuidado de crear estabelecimentos para a catechese e civilização dos indios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial”. A Constituição de 1824, o tal monumento de liberalismo, teve o cuidado de omittir essa disposição. Justificando a sua representação, o velho Andrada é de generosa franqueza: “Comecemos, pois, desde já, esta grande obra (a emancipação) pela expiação de nossos crimes e peccados velhos...” De facto deveramos, hoje, em vista do passado, ajoelhar perante as victimas, para os fins do necessario perdão, e redimir, a preço de desinteresse e de belleza moral, as torpezas desses que fizeram o Brasil sobre as dores e o captivo de duas raças. E ha dignidade em reconhecer que, ainda hoje, soffremos as consequencias de termos sido a ultima nação do Occidente a eliminar a escravidão. Tal não se daria, si a vida do Brasil houvesse proseguido nos destinos que se lhe annunciavam. Mas houve que o proprio José Bonifacio teve que ser eliminado; comtudo, si elle não pode apresentar o seu projecto de emancipação, chegou a submeter á apreciação da Assembléa Constituinte um regulamento de civilização dos indios, onde mostra que, praticado o regimen proposto “... com o andar do tempo, isto tornará inutil os escravos”.

Note-se: essas ideias abolicionistas não eram exclusivas do velho Andrada. Ellas formavam, pode-se dizer, a ambiencia politica daquelles dias. Já vimos que Maciel da Costa precedeu o proprio José Bonifacio. Voltou atraz... e isto ajuda-nos a comprehender como o Brasil emancipador de 1850. Queluz é um padrão, mas não

se extingue com elle o animo de justiça, dos brasileiros para com os escravos. Em 1826, um official superior do Exercito, o brasileiro Eloy Pessoa, fez publico um conjunto de medidas — para a extincção gradual da escravidão. Nessa mesma data, começa um outro aspecto da politica do Imperio a esse respeito: é a historia que deriva da convenção firmada, então, com o Governo Britannico, para a extincção do trafico. Havia, contractada pelo governo de D. João VI, a convenção de 1816, onde se prohibia captar negros ao Norte do Equador, criando-se, ao mesmo tempo, commissões mixtas para verificar a legitimidade de procedencia dos africanos importados no Brasil depois da convenção. Foi um ajuste tratado em animo de apparente justiça, mas não passou um anno, que o Governo do Rio de Janeiro arranjasse nova convenção, a pretexto de regular o trafico permittido na de 1816, e, com isto, achou meio de produzir novo tratado: direito de marcarem-se os escravos com carimbo de tinta preta, e de transportarem-se nos navios tantos negros quanto o quizessem os traficantes, em attenção á tonelagem da embarcação. Este passo diz bem o que será a futura politica do Imperio. A convenção de 1826 — prohibindo todo o trafico de pretos africanos nas costas do Brasil, a começar tres annos depois, essa foi arrancada ao governo de Pedro I pelo gabinete de Londres, nos ajustes de Reconhecimento. Era ministro de estrangeiros, no tratál-a, o mesmo Maciel da Costa, já avolumado em Marquez de Queluz, e este, ao enviar á Assembléa o referido tratado, em vez de assignalar nelle qualquer merito, diz, com todas as letras — que o Imperador resistira em assignar tal convenção, e só o fez porque o Governo Britannico não lhe deixou possibilidade de recusa. Desappareceu, assim, no Marquez, o antigo abolitionista. Em compensação, a Assembléa, cuja grande maioria era de irreductiveis adversarios de Pedro I, ao discutir o tratado manifes-

tou-se desassombradamente contra a escravidão, em idéias e sentimentos só comparaveis aos dos grandes abolicionistas de 188... Um Cunha Mattos, com voto separado contra o tratado, diz, no emtanto, que reconhece no trafico — coisa condemnavel... O futuro conservador e escravocrata Bernardo Vasconcellos, como estava a explorar a corrente de idéias da época, dando a essas idéias a força do seu talento, produziu admiraveis discursos, fulminando, não só o trafico, mas a propria insituição da escravidão. Até José Clemente, alteiando-se em patriotismo, condemnou o trafico e o trabalho dos escravos, como nocivos aos legitimos interesses do Brasil. Foi nessa occasião que Ferreira França ao ouvir do luso-brasileiro — que o escravo era uma propriedade, não pode conter, e veiu á tribuna protestar: “A proposição mais horrivel que ouvi foi de que os escravos eram nossa propriedade: é horrivel!...” Mezes depois, o mesmo José Clemente apresenta um projecto mandando que se vendessem os escravos pertencentes ao Estado do Brasil; Ferreira França replicou-lhe com uma indicação — para que, em vez de vendidos, fossem taes escravos libertados... Era expressão de aspirações normaes na época. E é por isso que, apesar da opposição ao Governo Imperial, a maioria da Assembléa approvou-lhe o tratado de 1826, extinguindo o trafico. Outros grandes politicos manifestaram-se francamente emancipadores — Lino Coutinho, José Custodio, Paulo e Souza, Paula Cavalcanti, Hollanda Cavalcanti... Estabelecendo o prazo de tres annos — para suspensão do trafico, a convenção de 1826 criava, para realidade da disposição, penalidades pesadas sobre os negreiros recalcitrantes, assim como a obrigação de, á sua custa fazerem a repatriação dos africanos transportados para aqui depois do citado prazo, que findava a 3 de Março de 1830. Ora, o primeiro Imperio viveu ainda um anno, e nada, absolutamente nada, elle fez, no

sentido de impedir que continuasse o hediondo commercio. Pelo contrario: então, entrou elle em incremento. Veio a Regencia, para aquella vida agitada que teve; no emtanto, sob a direcção politica de Feijó — ministro “leader”, a Assembléa votou a lei de 7 de Novembro de 1831, tão completa nas providencias contra o trafico infame que Tavares Bastos poudé dizer: “A lei de 1831 acabaria com o trafico, si a houvessem executado com o zelo e a intelligencia necessarios”. Por isso mesmo a lei de Euzebio de Queiroz, de 1850, foi quasi a reproducção daquella. Antes mesmo da lei de 7 de Novembro, o ministro Souza França, baseado na convenção de 1826, fez processar, em Maio de 1831 — diversos negreiros. Ao mesmo tempo, accentua-se a acção anti-escravocrata de Feijó. Ministro exigiu immediatamente uma lista de todos os africanos declarados livres pela commissão mixta. Logo depois, a 22 de Julho de 1831, voltou ao assumpto num aviso — para que “se dê regularidade a este negocio que tanto interessa á humanidade, levando-se ao conhecimento do governo a effectividade da responsabilidade dos que tão escandalosamente abusaram da parte que sobre tal objecto lhes fosse confiada”. A 17 de Janeiro de 1832, baixou outro aviso — para que os juizes de paz procedessem a corpo de delicto e summario de culpa, sempre que escravos soffressem dos seus senhores castigos immoderados... Em Abril do mesmo anno, publicou o decreto regulamentando a lei de 7 de Novembro, de modo a tornal-a praticamente efficaz. Ha, nesse regulamento, disposições assim: “Não serão os donos de barcos admittidos a justificar a morte dos pretos sinão pela inspecção do cadaver pela autoridade que lhe tomou os signaes... Havendo presumpções vehementes de ser um preto livre, será depositado...” Num longo e bem regulamentado relatorio á Assembléa Geral, ainda em 1832, elle mostra os repetidos crimes dos negreiros, e lem-

bra differentes medidas com que se garantissem os direitos dos africanos. Em Maio seguinte, tomou serias providencias contra contrabandos no porto do Rio de Janeiro (bergantin Lobo), e em Bertioga. Deputado á Assembléa da sua provincia, Feijó apresenta um projecto de lei tendente a proteger os escravos, suavizando-lhes a vida, facilitando-lhes a libertação. No tempo, compararam o seu projecto ao famoso codigo colonial francez — regulando liberalmente o direito dos pretos. Candidato á Regente, o grande paulista fez o seu testamento, onde libertou, a curto prazo, todos os seus escravos, e, ao mesmo tempo, determinava — que os filhos das suas escravas, nascidos depois da libertação dellas, eram immediatamente livres. Regente, elle marcou a sua curta passagem pela suprema magistratura com uma serie de providencias em que patenteia o sentimento de um anti-escravocrata. Logo a 7 de Março de 1836, faz baixar um aviso — criando cofre onde se recolhessem as quantias provenientes da arrematação dos serviços de africanos livres, isto é, entrados depois de 30 de Março de 1830, e, ao mesmo tempo, com todo o desassombro de voz, elle denuncia os repetidos crimes contra esses africanos, importados de contrabando em Setembro do mesmo anno, ordena que as autoridades sejam avisadas da morte dos arrematantes, afim de serem garantidos os direitos dos presos arrematados. Ora, essa arrematação, instituida na convenção, era uma forma aproveitada para converter o pobre africano em escravo, e Feijó, em desenvolvimento das outras providencias, fez tão difficeis as condições de arrematação que tornava preferivel o reembarque — para restituil-os á patria, de onde tinham sido tirados. E fechou o anno de 1836 com este aviso: “Constando ao Governo Imperial que em uma casa da rua do Conde n.º 4 fôra... atrozmente espancado por seu senhor um escravo... o Regente... ordena que V. passando

imediatamente á dita casa, proceda a corpo de delicto e ás competentes informações... afim de que se possam dar as devidas providencias, como requerem a justiça e a humanidade". Antes, já Feijó, Regente, havia incumbido ao Marquez de Barbacena de, em Londres e em Lisbôa — ajustar com os respectivos governos, medidas capazes de dar fim ao hediondo trafico de pretos africanos. Em 1837, ainda como Regente, pediu á Assembléa, cuja maioria lhe era hostil, uma lei de colonização, para tornar desnecessaria a escravidão, cuja extincção muito servirá á moral e á fortuna do cidadão... São as suas proprias palavras. Mezes depois, o grande estadista volta ao assumpto, perante a Assembléa — insistindo para que lhe dêem os meios de colonização, que substituam o trabalho escravo e tiraria os pretextos para a importação dos africanos de contrabando — "trafico que a politica condemna e a humanidade detesta..."

INFLA O IMPERIO SOBRE A ESCRAVIDÃO

A politica genuinamente brasileira para com a escravidão é essa que vem dos independentistas de dezeseite a Feijó; a do regimen bragantino será a que começa no reajuste de D. João VI, e vem até a legislação infanticida de 1871. No mesmo anno da eleição de Feijó — regente, o seu adversario desde os dias de 1831, Ferreira França que votara até pela denuncia do grande ministro, em 1832, Ferreira França — democrata, exaltado, isto é, genuinamente brasileiro, apresenta um projecto estabelecendo a libertação do ventre da mulher, e em termos que dava a effectiva liberdade aos nascituros. Tal projecto nem foi julgado objecto de deliberação... E' que, de 1826, atravez de 1832, fizera-se a torva involução que chegara aos dias hediondos de 1849-60-65...

Quando Feijó se sente repellido pela politica dos dirigentes brasileiros, a crise de 1831 já se resolvera pela volta definitiva e completa da politica nacional ás formas do puro bragantismo, até o ponto de um deputado da Nação escrever e publicar um livro para demonstrar as vantagens legitimas do trafico, indispensavel (em 1845), afirma elle, para o progresso do paiz; até o ponto de que em 1861 ainda havia africanos livres trabalhando como escravos na fabrica nacional de Ipanema. A tradição brasileira ainda tem raras vezes, (com occasião, Antonio Carlos, ministro em 1841), de recetar os ajustes contra o trafico, ajustes tentados com o Governo Inglez, por Feijó, em 1837; mas desde 1833, 34, á medida que se desnaturava a politica brasileira, avultava a escravidão. Aproveitando, com habilidade infame, as difficuldades feitas aos governos da Regencia trina, os negreiros reforçaram o seu negocio. Num aviso de 29 de Outubro de 1834, o Governo Geral deixa a confissão implicita — da impossibilidade de defender os africanos importados de contrabando, e, a pretexto de promover a educação dos mesmos, toma uma serie de providencias que importavam na escravisação delles. Nesse aviso, commenta Tavares Bastos, ainda ha um pouco de pudor: em 1836, a injustiça se desmascara, em 43 é a ostentação... Vem Feijó, com toda a sua energia, mas não consegue ser um dique á miseria, e, de 1838 em diante, é a franca enxurrada da escravidão, em que se fará a apothese do regimen resplendente em 1865. O Governo Imperial não se limitava a fechar os olhos ao trafico: a sua politica dizia, em todas as linhas, que o Brasil estava votado ao trabalho escravo, unico possivel, e o negreirismo alastrou com o prestigio do mesmo imperio. Nunca entrou tanto africano escravizado no Brasil. A civilização nos vem da Africa, proclamou desde logo a politica conservadora. Segundo as estatisticas adoptadas pelo Governo Brasileiro o nu-

mero de escravos em 1819, era de 1.930.000, numero que, até 1840, não augmentou, quasi: a importação foi apenas o bastante para compensar o excesso de obitos sobre os nascimentos; de 1841 a 51, despejaram os negreiros dentro do Brasil — 325.615 africanos, para a escravidão francamente aceita pelo regimen... Comprehende-se — que o bill Aberdeen seja de 1845... E isto ainda não bastou: não lhe dando maior importancia do que o tardio protesto de 23 de Outubro, o Governo Imperial como que estimulou a infamia; em 1846, o trafico dobrou — 51.000, em 1847 — 57.000, em 48 — 60.900... E si desceu em 49 para 50.000, foi para subir logo, em 50, a 57.000... O Governo Inglez já havia perdido toda paciencia, e, sentindo-se justificado, não teve medida nos ataques á nossa soberania nacional, que era, desgraçadamente, a de uma nação empolgada pelo negreirismo.

De facto, de 1837 em diante, salvo os momentos de absoluta confusão, governava-se o Brasil com animo dos escravizadores. A primeira tradição — do Brasil anti-escravocrata sumira-se nas apostasias dos Vasconcellos e os mais, com quem se constituiria e se engrandecera o segundo imperio. Nem no caso mais expressivo do que o desse Vasconcellos — liberal e abolicionista em 1820, para dar em conservador e escravocrata. Saldanha Marinho o disse em 1869, sem que o contestassem: “Os conservadores são os mesmos que subiram (em 1841) e enriqueceram á custa da introdução criminosa de africanos no Brasil...” Em verdade, não é preciso ser conservador; naquella indeterminada exploração do captivo, ha casos como este: “Hollanda Cavalcanti que, em 1826, fôra abolicionista, apoiando explicitamente a convenção contra o trafico; em 37 — apresenta um projecto, no Senado, revogando a mesma convenção.

São os dias em que Candido Baptista vem com aquelle

projecto cujo artigo 13 concedia indultos aos contrabandistas de africanos. Nunes Machado ao discuti-lo, chamou a tal disposição — artigo-monstro. E o Senado, depois de dar tempo a que o publico se habituasse com a infamia, approvou o conjunto do projecto, que chegou á Camara em dias de 1850, quando a pressão do Governo Inglez não mais permittia legalizar o perdão dos negreiros.

A tradição destacada em José Bonifacio e Feijó teve a ultima manifestação, como politica anti-escravocrata, no esforço de Antonio Carlos, em 1840, para obter em Londres aquillo que Feijó propuzera por intermedio de Barbacena. Mas esse Andrada teve de deixar o Governo aos mais adequados ao regimen, e nada concluiu do que intentara. Dahi por diante, a politica nacional fazia-se com o interesse do senhor de escravos, e exprimia a degradação do negreiro. O café já era ouro, e o negro se estimava assim: “Compra-se um negro por 300\$000; elle colhe, num anno, 100 arrobas de café, que produzem liquido pelo menos o seu custo”. Os grandes politicos assentavam, pois, a economia nacional na exploração da escravidão. Nem admira que houvesse um desses politicos escripto um livro de mais de 300 paginas — para demonstrar, em 1845, a necessidade e as vantagens do restabelecimento franco e legal do trafico, que, aliás, se fazia abertamente. Como o Inglez reclamava o cumprimento do trabalho de 1826, e dava caça aos negreiros, lembraram-se, então, os inefaveis politicos dos brios patrioticos, e fomentaram os mesmos brios contra o estrangeiro que affrontava a soberania da Nação... impedindo-lhe de cevar-se no trabalho dos africanos... Num certo momento, o escravocrata essencial, Soares de Souza, foi ao ponto de ameaçar o representante Inglez: “Dada a insistencia do Gabinete de Londres em reprimir o trafico, mesmo nas costas do Brasil, o Governo Imperial via-se for-

çado a collocar o commercio brasileiro sob a protecção dos Estados Unidos, ou da França...” ao que replicou Lord Palmerston, com toda a propriedade: “Lembre-lhe que, tanto a França como a União Americana estão ligadas á Grã-Bretanha por tratados contra o trafico...” A inflexão de voz do Inglez teria completado a resposta: “... e esses paizes cumprem os seus tratados... Completando a inepecia em má fé, um ministro brasileiro repetiu, em pleno parlamento, as razões do celebre deputado defensor do trafico, affirmando que a Inglaterra de 1850 — só perseguia a importação de africanos, no Brasil, por motivos de concurrencia e ganancia commercial. Esse foi, ainda, o argumento do proprio referendador da extincção do trafico, Euzebio de Queiroz, quando protestou contra o procedimento do Governo Britannico, que, desesperançado da dignidade governamental dos nossos estadistas, puzera um navio de guerra bem defronte do paço, para apresar, dentro da Guanabara, os negreiros que, desassombradamente, faziam os seus desembarques.

Convencido de que ejaculava bom patriotismo, o mesmo ministro Euzebio affirmou: Si o trafico se extinguiu foi porque o Governo Imperial assim entendeu fazer... Nem lhe acudiu ao discernimento que isto vinha provar, justamente, a these do Inglez: “O trafico se faz com a aquiescencia do Governo Brasileiro; só temos um meio de extinguil-o — obrigal-o a isto”. De facto, quando o Governo imperial o quiz, acabou com a entrada de africanos escravizados... mas já a voz de Gladstone havia lançado sobre o Brasil a vehemente maldição — em que nos apresentava ao mundo na nudez dos negreiros, ao mesmo tempo que nos ameaçava com uma guerra de exterminio... E era merecida, si tal só alcançasse o corpo dos dirigentes, cuja mentalidade se afinava com a do deputado provincial Vidigal, aquelle que, em 1859, ainda teve a coragem para apresentar

à sua assembléa um projecto — restabelecendo o trafico. E tanto elle o fez, porque a ambiencia politica o estimulava. A inflexibilidade do Governo Britannico arrancou-nos a lei de 1850 — extincção do trafico, mas, segundo as historias correntes, o infame commercio só cessou em 1853; Mello Moraes, com a responsabilidade de politico e historiador, estende-o até 1861: “As diversas negações a que está acostumado o governo do Brasil, obrigaram a lord Aberdeen a exigir do parlamento inglez o bill de violencias contra os traficantes de escravos, protegidos pela má fé do Governo do Brasil, e para mais aviltar-nos mandou collocar uma presiganga, mesmo na frente do paço imperial, onde eram lançados estrangeiros e brasileiros que se entregavam no trafico da escravatura. E durante os annos de 1845 a 1861, o que não soffremos!...” Sá e Albuquerque, ministro da corôa, confessou, em nota ao representante inglez (Junho de 1861), a responsabilidade do Governo Brasileiro no trafico infame. Tavares Bastos, que a tudo assistiu, attesta, por sua vez, naquelles mesmos dias: “Pessoas altamente collocadas não se pejavam de advogar a causa e os interesses dos criminosos (negreiros)... A attitude provocadora dos traficantes e a imbecilidade do nosso governo exigiam um procedimento energico. Promulgou-se o bill Aberdeen... A violencia do governo inglez devia estar na razão da nossa cumplicidade com os traficantes”. Logo ao começar a sua campanha, elle, Tavares Bastos, refere casos de africanos importados depois de 1831, indiscutivelmente livres, e que, desde sempre reclamando a sua liberdade, nunca a obtiveram. Em demonstração, elle transcreve a correspondencia do ministro brasileiro, F. Octaviano, com o representante da Grã-Bretanha: “A correspondencia mostra que, de facto, existem africanos livres a serviços na fabrica de Ipanema por mais de 14 annos”. Nessa mesma correspondencia, o Governo Imperial, na

voz de Paranhos, confessa que não tinha, como devia, o cadastro dos africanos entrados depois de 1831. Os negreiros estavam, pois, inteiramente isentados de darem conta dos seus crimes. Em 1863, tres annos, apenas, antes de manifestar-se o tardio abolicionismo de Pedro II, o mesmo Tavares Bastos faz sua uma serie de accusações ás autoridades — de se negarem a reconhecer os direitos de africanos patentemente livres, e, por sua conta, eleva a voz contra a politica escravocrata do Governo Imperial: “O Governo Central é o primeiro a dar o mau exemplo do escandalo. Não é esculpulo, nem sequer guarda a decencia com os africanos da Casa da Correção, isto é, que ali trabalham. Antes, em 1861, já o grande liberal havia contado: “Ainda agora... o ministro da agricultura remetteu 30 africanos emancipados ao presidente do Amazonas que os solicitou, para serem empregados nas obras publicas. Singular emancipação!...

Nesta forma, á medida que o resto do Occidente se redimia, na conquista da justiça para com os captivos, nós tínhamos uma classe dirigente que não podia conceber outra forma de producção além do trabalho escravo, e só attendeu a essa questão quando o imperante, por interesses seus, por si a levantou. E, em vista desses mesmos dirigentes, nem se extranha que o Brasil chegasse á monstruosidade que é a da sua historia: sendo a alma da nação essencialmente anti-escravocrata, a Abolição teve que se fazer depois que já não havia mais paizes de escravidão, e, ainda assim, em franca revolução contra a politica corrente. Quando uma nação é governada por estadistas tão ausentes das suas legitimas tradições, a politica será forçosamente perversão a contrasenso de todo legitimo desenvolvimento. Pois não vemos? O Imperio Brasileiro, armado e conduzido por esses dirigentes ao zenith de gloria e prestigio, marca o momento em que o estro brasileirissimo de um

Castro Alves tem de desferir as notas da mais sentida compaixão, que jamais soaram em lingua portugueza. O facto está no lineamento deste outro: o primeiro chefe do Governo que apontou a necessidade da abolição foi Zacharias de Góes, no emtanto, cinco annos depois, manifestou-se e votou contra o insignificante abolicionismo de Paranhos, e isto concorda, ainda, com o proceder do mesmo Paranhos, que no Conselho de Estado se manifesta contra as insinuações da corôa — fazer-se alguma coisa no sentido da Abolição, e, tres annos depois, acceita, chefe conservador, fazer votar, contra o seu partido, o projecto que a corôa preparava... A seu tempo, será apreciada a qualidade de abolicionismo da mesma corôa.

ABOLIÇÃO E REPUBLICA

Em face da victoria abolicionista de 13 de Maio, exclamou Cotegipe: Agora a Republica... O conceito valeu por uma previsão, quando, no emtanto, não o dictou nenhuma perspicacia. O velho conservador continuava insensivel á realidade, principalmente naquelle momento, em que se lhe movia a lingua pelo valetudinario despeito. Cotegipe quiz dizer que abandonando os interessados na manutenção da escravidão, o throno perdia o seu sustentaculo, e tinha de cahir ao primeiro embate dos republicanos. E, desenvolvendo o conceito, os sorrateiros monarchicos depois virão repetir — que, por ser abolicionista, o throno se sacrificou... que a Republica Brasileira resultou do despeito dos escravocratas contra o throno que os desamparou... Sob uma tenue sombra de verdade, taes juizos consagram os mais affrontosos ultrajes ao bom senso e á exactidão. De facto, o throno acreditava — dever sustentar os interesses dos senhores de escravos, como interesses con-

servadores e de ordem, e sacrificou-se, tentando amparal-os, mantendo a nefanda instituição, quando, além de crime, já era estupidez uma tal politica. Não ha quem contemple a nossa historia desapaixonadamente, e não chegue a esta conclusão: o Brasil foi o ultimo paiz a extinguir a escravidão por causa do Estado bragan-tino que se incluiu nos seus destinos. Não ha duvida que a Republica se liga directamente á Abolição; mas toda a dependencia entre os dois successos está em que a Republica aproveitou a ruina do regimen monarchico, abatido e desarticulado pela victoria da revolução abolicionista, e que — todos os republicanos da propa-ganda eram abolicionistas. A torva politicagem do Im-perio só teve sinceridade para ser escravocrata. A unica luta séria em que se empenhou foi contra os abolicio-nistas, luta que era, finalmente, a do proprio regimen a defender-se. Nessa luta, o regimen exgottou as suas poucas energias moraes, ao mesmo tempo que se mos-trou a nú, na miseria dos seus processos e principios. E, vencido, ficou á mercê dos vencedores immediatos, esse Exercito que fez a Abolição e fez a Republica. Para inteira demonstração, basta rever o memoravel desfecho: estimulados e conduzidos pelos abolicionistas, desilludidos dos recursos legaes, os milhares de es-cravos levantam-se e embrenham-se nas selvas da serra-nia; quasi inconscientes, quando já tinha ás costas a questão — as questões militares, o Governo Imperial insiste em não ceder, e ordena, ás forças militares que vão capturar os escravos levantados. O Exercito, levado pela ambiencia, que é a propria alma da Nação, nega-se... Attonitos, os estadistas do regimen e da escravi-dão correm a atamancar um projecto de lei em que se acobertem, na esperança de evitar que a victoria da revolução os incompatibilize com o goso do poder, e para que este não fique nas mãos dos triumphadores... Foi uma questão de mezes: transigindo com a derrota,

o regimen imperial alluiu em todas as juntas, e, palanque desmantelado, ahi ficou, arrastado pelo tempo, até o primeiro pretexto — para que os vencedores de hontem viessem cobrar o disputado triumpho.

Nem outra significação se pode dar áquelles successos. Depois da legislação iniqua e falha de 1871, em seguida a resistencia cega de 1879-87, acceitar, de tal modo, a abolição completa da escravidão, equivaliou, para o Imperio, o reconhecer a sua politica anterior como — injusta, impatriotica, cruel, criminosa, e, sobretudo, incapaz de attender ás legitimas necessidades do paiz... Ora um regimen que se assim confessa, não pode prevalecer em face dos que o obrigaram á confissão. Acceitando o papel vergonhoso de subscreverem a reforma a que obstinadamente se oppuzeram, os politicos do Imperio patentearam uma tal insufficiencia de fé nos principios que defendiam, e tanta falta de lealdade aos tempos de onde vinham, que mataram todas as poucas convicções monarchicas ainda subsistentes, dissolvendo os já frouxos laços do regimen, em que viviam. Nas suas mãos, quando impatrioticamente resistiam a palpitantes anhelos nacionaes, quando torpemente acceitaram de ser, immediatamente depois, os tropegos e insinceros realizadores da Abolição; nas suas mãos se esboroou o throno, que, sem taes desacertadas miserias, teria ainda vivido decennios, talvez. Liquidada a revolução abolicionista, cuja victoria foi levada pelo governo ao Exercito, liquidada ella, nada mais restava como prestigio do Imperio: a mesma voz dos soldados que se negaram a apanhar os escravos em Cuba-tão, intimou de despejo a Monarchia. Não ha duvida que, sem a victoria dos revolucionarios abolicionistas, os republicanos, todos — antigos abolicionistas, não teriam tentado a jornada de 15 de Novembro. E, em face de todos esses factos, vêm, os que não tiveram brio para defender as instituições a que se deram, e

affirmam: que a Republica foi effeito da reacção escravocrata, contra o throno liberal, e que, liberal, preferiu sacrificar-se!...

A Abolição foi hontem; vivem ainda alguns dos seus promotores, e muitos dos que a viram realizar-se, e todos sabem: ella resultou de uma desinteressada e impavida campanha, levada pela imprensa, realizada em comicios, e logo comprovada em actos — as multiplicadas liberações de escravos, conferencias, defesas directas de victimas... Estrophes, artigos de fundo, discursos, meetings... foram as suas armas na luta reiterada e indefectivel, para a imposição revolucionaria da redempção absoluta dos captivos. E o throno permanecia á parte de tudo isto, director supremo da futricagem parlamentar, em que se sacrificaria o projecto Dantas, antes hostile á abolição, até que, nas vespervas da victoria, os imperiaes, poetetes lhe trouxeram as suas versalhadas. Que tem, pois, de commum, a realeza com essa campanha revolucionaria?... Imaginemos que o throno se oppõe á Abolição, nos dias de 1888: o Exercito que, em 89, o deu por terra, teria feito ali mesmo a Abolição e a Republica. E, agora, si os factos não bastam para demonstração, temos os nomes. Toda a imprensa que concorreu para a victoria da Abolição, do Globo á Gazeta da Tarde, passando pela Gazeta de Noticias, foi, ao mesmo tempo, demolidora da monarchia. Si destacamos as pessoas, ainda é mais expressiva a concordancia — abolicionista-republicano. Saldanha Marinho, republicano desde 1869, redactor do celebre manifesto, comparece como personalidade de destaque ás festas onde se consagra o poeta dos escravos, e é o presidente de honra da primeira Sociedade Brasileira contra a escravidão. Não que se deixe ficar — a esperar pelo emancipacionismo de Nabuco, em torno de quem se organiza a mesma Sociedade. Benm Antew: quando ella ataca os celebres liberaes do Imperio, é

para mostrar-lhes a sua insufficiencia — por nada terem feito pela Abolição. Depois quando pela agitação em prôl do projecto Dantas, elle, Saldanha, é um dos abolicionistas a achar escasso o mesmo projecto, e escreve um opusculo para defender a extincção immediata da escravidão. Usou os proprios termos usados na lei de 13 de Maio: “Declare-se extincta a escravidão; é o unico caminho... Nenhum brasileiro que ame a sua patria pode deixar de ser pela abolição absoluta... Só a inepcia e a improbidade administrativa podem sustental-a...” Nos outros chefes, a mesma coherencia de doutrina — liberdade politica — liberdade civil. Em 1878, por iniciativa dos republicanos, é apresentado e votado um projecto de lei, prohibindo a entrada de escravos na provincia de S. Paulo, ao mesmo tempo que criava uma taxa de conto de reis, por inscripção em matricula de escravos adquiridos. O Presidente da provincia nega sancção, e o projecto se repete successivamente. Pouco depois, vêm á Camara os republicanos eleitos deputados; vota-se o projecto Dantas e só Anthero Botelho, de Minas, por doente, não comparece; os outros, Campos Salles á frente, votam pela Abolição com a declaração de que — assim se incluíam com os liberaes ministerialistas porque a bandeira da Republica não podia cobrir o reducto da escravidão. Antes, já o intrepido propagandista da Republica, João Cordeiro, com igual actividade pratica o abolicionismo para ser um dos libertadores da sua provincia. Quintino, como é republicano, é obreiro da Abolição (campanha do Paiz). E, assim: Ubaldino do Amaral, Julio de Castilho, Annibal Falcão Martins Junior, Luiz Murat, Cassal... foram outros tantos lutadores do abolicionismo. A Escola Militar donde vieram os Benjamim Constant, Barbosa Lima, Lauro Muller, Serzedello Corrêa... era irmã gêmea daquella Escola de Tiro, onde

sob a direcção de Senna Madureira foi festivamente recebido o jangadeiro Nascimento, heroe da libertação do Ceará. Pode-se mesmo dizer que — ali nasceu a questão militar, que fez ruir o Imperio. Assim entrelaçadas, Abolição e Republica, chega a ser ineptia na exactidão — o pretender que 15 de Novembro foi obra de escravocratas, contra o throno. Aponta-se um deputado que por despeito se declarou republicano. Apagado o caso do subsecundario deputado Penido, escravocrata antes, despresado ali mesmo, esquecido depois, o que vale uma excepção destas contra toda a sequencia dos factos?... Quando o grande Luiz Delphino, republicano e abolicionista, veio consagrar com o seu poema a tardia redempção dos captivos, elle, que o podia fazer, irmanou numa só liberdade as duas redempções:

..... rompa em breve um grito
 Da nossa rude voz, dura como o granito,
 Retemperada aos soes, na cama dos sertões...

 Que arranque o servo á gleba, ao somno ás multidões.
 Então, comò hoje, em louca effervescencia
 Far-se-á de uma vez só a nossa independencia,
 Teremos liberdade inteira, de uma vez;
 E em todo o continente americano, um bravo
 Como o que hoje soou, libertado do escravo
 Soará amanhã libertado dos reis!

A PROPAGANDA REPUBLICANA

A victoria do abolicionismo abriu caminho á Republica; mas, assignalando esta verdade, é preciso notar, tambem, que a propaganda republicana, pelo necessa-

rio tom de affronta em que se fazia, alluiu muitos dos valores em que se fortalecia o escravatismo. Nem seria possível desconhecer que os abolicionistas, vendo e sentindo ao Lado uma outra propaganda, a republicana, refaziam-se em animo, para mais ataques, cada vez mais fortes. Uma propaganda insuflava a outra, communicavam-se enthusiasmos, com effeitos mais vastos e mais externos. Eram consonancias que se reforçavam. O abolicionismo falava á generosidade, commovia; o republicanismo enthusiasmava os animos e os inflamava: uns propositos aproveitavam os effeitos do outro, sobre tudo porque diziam, ambos, com a essencia da alma brasileira. Ruy Barbosa, visão sem perspectivas, mentalidade sempre apaixonada e pessoal, porque fôra um batalhador ardente da Abolição, e que não viera da propaganda republicana, depois de accentuar — o quanto se compadecera e se exaltara o paiz pela sorte dos escravos, diz, da Republica: "... originou-se de um mero accidente o movimento (republicano); a Nação accitou-o. Mas não era seu. Não lhe deriva das entranhas como o abolicionismo..." Voltado para a crise de 1831, mais apparente razão teria o famoso orador — de se considerar o 7 de Abril mero accidente, pois que se fez sem preparo ostensivo, sem propaganda explicita para redimir a Nação Brasileira pela eliminação do Principe: uma simples irritação, por motivo de um ministerio reaccionario, faz desencadear-se o movimento revolucionario mais nitido da historia nacional. E tudo que se segue patenteia profunda convulsão, em crise inilludivel, organica, de toda a Nação Brasileira.

As difficuldades que se multiplicavam e a sinistra politica involuntaria em que esta patria cae, depois, vêm de que, mal comprehendidas as coisas pelos sinceros, com a moderação por ideal, (porque as coisas facilmente se passaram) esses mesmos pensaram resol-

ver o caso na solução da crise apparente, sem attender a esses motivos profundos, que levaram a Nação ao vomito de 7 de Abril.

O Snr. J. Nabuco enxerga o movimento republicano numa visão mais retrahida ainda. Dá que “o espirito republicano começou a lavar nos brasileiros durante a guerra do Paraguay, pelo contacto com os republicanos do Sul...” Os republicanos declarados seriam impotentes... si a attitude dos monarchistas tivesse sido previdente e precavida contra semelhante perigo. O instincto, o sentimento da nação, em sua quasi totalidade, era de adhesão e lealdade ás instituições (monarchicas)... a crença, porém, de que as instituições não corriam verdadeiramente perigo, a certeza de cada partido, de cada politico, de poder ella salvar a monarchia... quando esta recorresse a elle, fazia os nossos partidos constitucionaes olharem com sympathia as difficuldades que os Republicanos criavam ao governo, e o concurso que indirectamente lhes prestavam. A ideia republicana, apenas defendida e advogada por homens que renunciavam a tudo para servil-a, era quasi um soliloquio; o que a engrossava... eram os ataques dos que, monarchistas, hostilisavam a monarchia por impaciencia de subir...” Passemos á implicita condemnação do regimen monarchico, e que se contem nesse cotejo, donde resultava que os brasileiros viajados pelas republicas do Sul se tornavam republicanos; pensemos, para passar, nessa indifferença do Pernambucano pela historia da sua terra, que, em alma, nunca foi sinão republicana; no mesmo lance, consideremos a facilidade com que Nabuco se move por entre inverosimilhanças e inexactidões, e demos ás suas verdades o verdadeiro valor. Sim: Não viria a Republica si os monarchistas — ou, melhor, si houvera monarchistas sinceros, para se arrecearem de um novo regimen a que não quizessem

adherir... para serem previdentes. A quasi totalidade, não da Nação, mas dos incluídos nas classes dirigentes, era de futuros adhesistas, sem preocupações de lealdade á monarchia. A prova dessa ausencia de lealdade, é o Sr. Nabuco quem a dá, quando nol-os mostra, aproveitando as difficuldades que os republicanos causavam ao regimen, engrossando com os seus ataques, de ambiciosos e desleaes, a propria campanha dos republicanos. Ideia republicana — soliloquio é phrase, no vesio de litteratar.

Um outro liberal adiantado, tambem elegante em não adherir á Republica, o Sr. Affonso Celso, hoje conde, tambem indifferente á historia do Brasil, levou a sua elegancia ao ponto de affirmar: "... raizes e tradições republicanas é o que nos falta..." Não occorreu, siquer, que o Brasil está na America, penetrado de todas as suas tradições; não lhe lembrou o heroismo de todos que deram a vida no empenho de um Brasil independente e livre, e que, todos, foram republicanos. Antecipadamente, Silva Jardim lhe deu resposta, quando accentua que não houve brasileiro a morrer pelo rei, ao passo que muitos affrontaram a morte pela Republica.

Parallela ao movimento abolicionista, a campanha pela Republica tem origens proprias, mais profundas ainda que as da Abolição. Na nossa historia, ella mergulha até os dias de 1710, até a rebeldia de Bequimão. E', ao lado do zelo patriotico, a mais antiga e formal das tradições nacionaes. Os republicanos de 6 de Março de 1817 chegaram a ser poder. E foi preciso a insania de generosa concordia delles, e todo o peso do Estado Portuguez já aqui estabelecido, para que não se fizesse, ali, a definitiva autonomia do Brasil. Depois com esse peso, que já era asphyxia na infecção, foi preciso, ainda, a realidade da intervenção ingleza, para que a tradição republicana não se impuzesse nos dias de 1822. Real-

zada a Independencia, com todo o prestigio do Principe, que fundara a Nação Brasileira, o vigor da tradição republicano-nacional ainda é capaz de levar o Brasil a expellir o mesmo Principe. Nesse transe, com toda a deturpação ligada á presença da massa dirigente na revolução, ainda foi preciso a invencivel generosidade do coração brasileiro, quando o bragantismo renitente mostrava o throno num berço, para que em 1831-32 não se eliminasse a monarchia.

Em verdade, o Brasil nunca deixou de ser da tradição republicana. Mesmo quando o nome não é referido, as aspirações essenciaes vão para a realização democratica radical.

Repassem-se as reformas decretadas pelo Governo Provisorio da Republica, consagradas depois pela Constituição de 24 de Fevereiro: são, substancialmente, as mesmas do projecto acceto pelos moderados — para 5 de Julho de 1832, e que só não foi reforma da Constituição devido á traição dos Hermeto e parilhas. Si a Republica aproveitou o desmoronamento do Imperio, vencido pela Abolição, tambem é certo que a aspiração republicana precedeu de muito a propaganda abolicionista, e quando o Brasil, nos estos do romantismo, renasceu para ideias, uma democracia radical foi reclamada antes de qualquer pretensão á abolição completa e immediata, isto porque, no sonho de um Brasil — brasileiro e livre (1817), a emancipação dos escravos era apenas um detalhe como condição de uma patria que si propõe á justiça e á liberdade, ao passo que a Republica valia como necessidade substancial, forma de aspiração em molde de virtude. Com isto, toda a belleza dos sacrificios patrioticos, do Brasil em formação, é de heroes republicanos — de Bernardo Vieira a Tiradentes, aos esquecidos executados de 1799 na Bahia, ao padre Pessoa, Frei Caneca, Sabino, Pedro Ivo... Nas fileiras deste (em 1848) cahiu heroicamente um

Borges Fonseca, quasi obscuro, e que, no emtanto, indefectivel, foi perseguido pelo Governo de 1822, lutou ao lado de Paes de Andrade, para vir morrer já velho, nas hostes de Nunes Machado... Não haveria nada disto, si a Republica não fosse constante aspiração da alma brasileira. Os resultados resolveram-se em infamias sobre esta patria: não importa, e tudo se explica pela circumstancia de que essa universalização de animo, a que chamamos de genio brasileiro, realidade para aspirar, continua enleada pelas gerações de dirigentes em que se perpetua o Estado bragantino aqui plantado em 1808. Hemos de apreciar em especial os motivos e processos que levaram a campanha de 1870-89 a taes resultados. Agora, cabe accentuar que si essa propaganda fez adoptar a Republica é porque naturalmente já propendia para ahi o Brasil. Citamos esta data — 1870 — como organização da campanha de opinião levada systematicamente até a victoria de 15 de Novembro; mas não quer isto dizer que, antes, não houvesse manifestações em prol da Republica. Em 1860, por ocasião da apparatusa viagem do Imperador ás provincias do Norte, um dos cuidados, na récua dos cortesãos, era impedir os gritos de VIVA A REPUBLICA!!! Repare-se no tom dos ataques de Landulpho Medrado: são de implicita campanha republicana. Em 1862, a proposito do bronze levantado no Rocio pela adulação dos tempos, Theophilo Ottoni publicou o seu manifesto, percuciente grito de protesto, com o valor de um accordar de brios, ao influxo das puras tradições de 1817-24-31-37-42-48... Em 1866, vem á luz o jornal "A Opinião Liberal", orgão dos radicaes, esses mesmos que, quatro annos depois, serão ostensivos republicanos. Toda a actividade politica delles, radicaes — Saldanha, Silveira Lobo, Christiano Ottoni... é contra o regimen. Em 1870, realiza-se o Congresso donde saiu

o famoso manifesto, cujas assignaturas são expressivas, mesmo nos nomes dos que se convertem á monarchia. Em 1870 mesmo, publica-se, na Côrte, o orgão ostensivo á propaganda — “A Republica”, e, logo a seguir, em diferentes cidades, os jornaes francamente republicanos — “Seis de Março”, “Republica Federativa”, “Republica” (Maceió), “Horizonte”, “Sentinella da liberdade”, “Voz Americana”, “Revolução”, “Democracia”, “Nacional”...

Como justificativa da imprensa republicana, criam-se para mais do dobro de clubs ou associações de propaganda, como o club Tiradentes, ou o Centro Academico do Rio de Janeiro, em que se destacava Lopes Trovão, ainda estudante. E porque o movimento se affirmou vibrante, logo em Fevereiro de 1873, fez o Governo Imperial, pela sua Policia da Côrte, empastellar “A Republica”. A republica dos republicanos foi o apparecimento do “Globo”, desde logo celebre, pelo nome, já feito nas letras, e na imprensa, de Quintino Bocayuva. No anno seguinte, apparece, como jornal partidario da Republica, a “Provincia de S. Paulo”, e que subsiste no actual “Estado de S. Paulo”. Ali mesmo, São Paulo, logo em 1871, reúne-se um Congresso Republicano, de que participa — Campos Salles, Prudente de Moraes, Rangel Pestana. Em 1873, publicam esses republicanos o seu manifesto. A Faculdade de Direito, onde fulgurára o poeta republicano dos escravos, era um foco de irradiação das suas ideias. Dahi partem os que vão, logo em 1884, organizar o vigoroso partido republicano rio-grandense. Já em 1881, os republicanos paulistas haviam pleiteado as eleições geraes, sendo Campos Salles derrotado apenas por 7 votos!... Nas eleições seguintes, são eleitos dois republicanos em S. Paulo, e um em Minas. Ha districtos em que liberaes e conservadores têm que unir-se — para evitar a elei-

ção do candidato republicano... Finalmente, nas vespéras de cahir o Imperio, ha, no Brasil, cerca de setenta periodicos francamente republicanos, notando-se, ainda, que todos os diarios de opinião livre, feitos nas sympathias do publico, como a "Gazeta de Noticias", do Rio de Janeiro, tornam-se orgãos de demolição do regimen imperial.

No emtanto, taes resultados sobre a alma nacional se faziam num paiz sem tradições de lutas de opinião, como sem pratica de verdade eleitoral: o paiz das camaras unanimes, para cada novo ministerio a quem se dava invariavelmente a dissolução. Ora, isto demonstra — que o Brasil queria a Republica, e que a tarefa da propaganda foi, por isso, grandemente facilitada: tratava-se de convencer e arrastar um povo já effectivamente adepto da Republica. Dest'arte, como não era preciso nenhum esforço mental para fazer acceitar a Republica, e não tínhamos outro modelo de dialectica politica sinão a penuria de pensamento dos dirigentes consagrados, ahi, na mentalidade delles, moldou-se a propaganda republicana, que resultou, por tudo isto, num verbalismo fôfo, de antemão esteril, nullo e pedante, como ideologia, incompleto e desconjuntado como preparo do novo regimen. Quem vem daquelles dias — de propaganda, nas vespéras já da Republica, recorda, envergonhado e triste, a pulhice, o obsoleto, a mesquinhez e o anachronismo das predicas e das columnas impressas, gastas em repetir as sedições tiradas de 1789 e 1830. E ha muita coisa já reclamada pelos convencionaes e os revolucionarios contra Luiz-Phelippe, que não desponta nas reivindicações apagadas dos nossos de 1870-89. Tanto é assim que quando essas criaturas se encontram com o triumpho das suas ideias, e as realizam em estatutos politicos e juridicos, não vão além do que haviam feito os moderados radicaes em 1832.

Bem rebuscando nas concretizações, haveria, em Feijó, mais radicalismo com realidade de justiça e de progresso social, do que nos ineffectivos revolucionarios republicanos de 1889.

Como explicar tal insufficiencia? A aspiração de democracia republicana estava na massa da Nação; mas valia, apenas, como instincto. No esforço de conquista politica, era mister, antes de tudo, dar forma consciente ás mesmas aspirações, precisar os motivos, e, com isto, formular as realizações que definiram, em funcções, as nossas necessidades essenciaes. E, agora, ou surgiria da massa mesma um desses illuminados — genio politico como intuição e acção, ou as formas tinham de ser definidas em mentalidades já educadas no pensamento politico, e com affinidades nas aspirações revolucionarias e que substituiriam a intuição genial, pelo treino dialectico. No Brasil, infelizmente, esse treino era o da classe dirigente, invalida como significação politica, morbidez de concepção na perspectiva das legitimas aspirações nacionaes, toda ella profundamente viciada em vista da tradição bragantina em que se formara. E foi isto que a propaganda republicana se afinou. Naquelles dias, quando, havia decennios, já, eram conhecidas as concepções de Carl Marx, esses aspectos politico-sociaes não existem, no emtanto, para os revolucionarios que pregaram a Republica Brasileira, como existiam, para os propagandistas e organizadores da nossa Republica, os aspectos sociaes-economicos dentro dos quaes se formulavam noutras partes as reivindicações realmente republicanas, e para as quaes gravitava já a nova politica do mundo occidental. O anno de 1870, data do celebre manifesto republicano, foi a da formidavel tentativa — da Communa de Paris... E os do Brasil ficaram tão contidos nessa prova vazia, que, quatorze annos depois, Prudente de Moraes, deputado,

julgando-se dispensado de dar um programma do novo regimen: O nosso programma está no manifesto. Naquelle momento, como primeiro grito, sobretudo como revivescencia da velha tradição, a voz de 1870 podia bastar mas que a propaganda consecutiva não sahisse dahi!... De facto, a ideologia com que se pregou a Republica, e o movimento em que esta se preparou, não correspondem á época, nem procuraram inspirar-se nas legítimas necessidades desta patria, em ansia de liberdade e de justiça. Tudo não passou de serodios e inefficientes liberalismos, dissolvidos no môlho pôdre de um positivismo cego. Uma abstracta separação da Igreja do Estado, com absoluta annullação deste em face da acção pertinaz da Igreja historica na Nação; a atoleimada liberdade de profissões, incompativel com a forma legal dos mais importantes serviços publicos; a nominal secularisação dos cemiterios; o abandono da instrucção essencial do povo á inexistencia dos poderes municipaes; e outras menores e contraproducentes franquias, exgottaram a capacidade reparadora dos revolucionarios brasileiros do fim do seculo XIX. Mais distantes da alma popular, e alheios a ella do que os de 1831, elles deixaram intactas, apenas despertadas e irritantes, todas as ansias em que o Brasil manifestava a sua fome e sêde de justiça. Nem os casos e as necessidades meramente politicos como realidade da federação; nem isto elles souberam comprehender, pelo que consagraram na sua obra toda a monstruosa distribuição circumscripcional do paiz, qual arranjava, nos seus fins de espoliação e tyrannia, a metropole sobre a colonia, tal a conservara, por serem os mesmos interesses, o Imperio sobre a Nação. E resultou da federação herdada da colonia e do Imperio, mais ignobil despotismo sobre as populações do que nos dias dos capitães-mores.

Um pertinaz coimbrismo reduzia todo discorrer politico ao vazio do bacharelismo juridico, enquanto o Brasil fechava a sua vida social e politica no que a mentalidade de juristas, continuadores dos de 1808, podia descortinar.

Por maior desgraça, as contingencias da situação geral, agravadas na incapacidade dos politicos do Imperio, engastaram a Republica na contenda que os militares travaram com o mesmo regimen imperial. A propaganda abolicionista havia alluido ás velhas instituições, a propaganda republicana offerencia uma nova ordem no sentido das tendencias politicas mais patentes na historia do paiz, e antes que os republicanos intensassem deveras a conquista do poder, o Imperio se entregava. E ha, tambem, que, como depreciação do regimen monarchico, occorreu o efficacissimo concurso dos monarchicos sem fé, nem sinceridade para com os principios que aparentemente professavam, e que, ao menor despeito, atacavam e desprestigiavam o throno, fornecendo á propaganda republicana o melhor dos argumentos concretos.

A REVOLUÇÃO PARA A REPUBLICA

Os homens do Imperio, que justificavam, e, indirectamente, completavam a propaganda da Republica, finalmente crearam a situação de que resultou a irremissivel queda do throno. Crearam-na protelando a solução da questão servil, resistindo estupidamente á Abolição, obrigando, assim, a Nação a agitar-se até a revolução. Essa agitação, que apaixonou intensamente a alma nacional, coincidiu, toda ella, com a campanha pela Republica, e formou-se, dest'arte, a critica e espessa atmospheria revolucionaria em que viveu o Brasil de 1883 em diante. Pois bem foi nessa conjun-

tura que a politica imperial deu lugar ás chamadas — Questões militares, que, finalmente no exercito, se incorporaram num protesto geral, na sua parte mais representativa. E começou o conflicto, para dar lugar immediatamente a um recuo do poder civil, tão desastrado e vergonhoso, que logo convenceu os militares de que podiam ir até onde quizessem. Paranaguá, Presidente do Conselho, apresentou ao parlamento um projecto de reforma das forças de terra, com o qual se julgaram lesados, ou offendidos, os officiaes do Exercito; o pessoal da Escola Militar decidiu, então, discutir a projectada reforma, e acceitou de escrever os artigos o Tenente Coronel Senna Madureira, official de grande actividade, competencia e prestigio na classe, ao mesmo tempo — republicano e abolicionista. Formulam-se censuras, ha um quasi abalo nos meios politicos, e a Escola Militar, com grande numero de officiaes, de todas as patentes, vem publicamente apoiar a attitude de Madureira. Resultado: Paranaguá, no Senado, engole o seu projecto. Agora, quando era preciso evitar qualquer attricto com o Exercito ensobrecido o Governo reaccende a crise, no anno seguinte, a proposito de uma manifestação abolicionista de Senna Madureira, inocua e perfeitamente cabivel (no Governo Lafayette).

Carrega-se, definitivamente, a agitada atmospheria politica de mais electricidade revolucionaria; tudo é motivo de manifestações, sempre provocadas politicamente pelos governantes. Um deputado, baldado de effeitos oratorios, trata o coronel Cunha Mattos, a proposito do serviço publico, de traidor e covarde; o ministro da Guerra ouve impassivel o insulto ao official, e este vem responder ao politico em tom correspondente á injuria, ao mesmo tempo que estranha a indifferença do seu superior hierarchico, o ministro, o qual, agora desper-

tado em brios, reprehende e faz prender Cunha Mattos. O Exercito assanha-se, naturalmente, e antes de qualquer manifestação de solidariedade, sente-se de novo atacado na pessoa do mesmo Senna Madureira: o ex-ministro que o demittira em 1884, veio, em 86, e o ex-probra, taxando-o de indisciplinado. O brioso official replica em artigo, e se justifica, sem nenhum insulto, aliás. Mas o ministro da Guerra do momento, o celebre Alfredo Chaves, repete com Madureira a nota de reprehensão que despedira contra Cunha Mattos. Deodoro, o general de mais prestigio, então autoridade suprema — civil e militar, lá no Rio Grande do Sul, (onde fallara Madureira), apoia-o plenamente, ao mesmo tempo que Pelotas, com a autoridade militar de — ultimo vencedor no Paraguay, e a situação de chefe liberal e senador do Imperio, vem solidarisar-se publicamente com os officiaes offendidos. A respectiva declaração se faz pelo jornal dos republicanos.

Já era governo Cotegipe, que pede informações, e a quem Deodoro respondeu officialmente: "... que o Exercito estava, com razão, magoado, que a ferida fôra forte, cruel e mortal..." Em começos de 1887, volta Deodoro para a côrte; pouco depois, vem Pelotas, para a sessão parlamentar. O Supremo Tribunal Militar, devidamente consultado, declarou: "Segundo a Constituição, os officiaes tinham, como qualquer outro cidadão, o direito de manifestar livremente as suas opiniões pela imprensa". Reclama o Exercito, assim justificado, o trancamento das notas offensivas aos dois officiaes; reunida solennemente, a officialidade da côrte dá plenos poderes a Deodoro — para defender o Exercito perante o Chefe da Nação, e o commissionedo, saltando por sobre os ministros, envia ao Imperador uma carta no sentido da incumbencia que tivera. A resposta é a sua demissão — de quartel-mestre-general.

Não obstante, volta Deodoro, em nova carta a Pedro II em tom de quasi exigencia. Não lhe veio, ainda, nenhuma resposta. O ministro da Guerra propõe, então, ao Chefe da Nação, a prisão de Deodoro, ou a sua remoção para longe da cõrte; não obtem, nem uma coisa nem a outra, e dá a sua demissão. Pedro II já se acha enfraquecido pela molestia, que pouco depois o levou á Europa, assim como sensivelmente combalido pela repercussão da dupla campanha de opposição — Abolição e Republica. Já a penna vehemente de Ruy Barbosa aproveitava, com desenvolvido successo, a mesma questão militar. O successor de Alfredo Chaves, na persistente politica de Cotegipe, tambem não deu o reclamado trancamento das notas, pelo que os dois, Pelotas e Deodoro, publicaram um manifesto sensivelmente energico, e em que consubstanciavam as reclamações do Exercito. Nesse meio tempo, declarou publicamente Pelotas: “Que fôra convidado, por Parana-guá, para tratar da questão directamente com o Imperador, e não accedera — por ter sido um convite particular...”

Das mãos desses ministros, que tão estupidamente zelavam pela humbridade das suas funcções, havia cabido toda a legitima autoridade do poder civil. No Senado, o incorrigivel Cotegipe — ri da importancia da questão militar, e Pelotas, que de tudo sabia, e havia dado o seu prestigio em solidariedade com os collegas, respondeu-lhe com um sincero, completo e leal aviso, só com a falha de ser tardio: “O nobre Presidente do Conselho terminou rindo-se, e o seu riso me contristou. Atravessamos um momento grave, e S. Excia. não lhe dá importancia... Um de nós está inteiramente illudido nesta questão. Declaro com toda a franqueza que queria ser eu o enganado. Desgraçadamente parece que é S. Excia. Peço encarecidamente... que reconsidere o seu

acto, por amor a este paiz, não por satisfação a mim... Si não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar S. Excia. nas forças armadas... Taes serão as circumstancias, que talvez ellas lhe faltem". Os liberaes propuzeram, então, uma moção — que permittisse satisfação ao Exercito; o chefe conservador acceitou-a: o governo convidado a declarar sem effeito a reprehensão... E Cotegipe, cuja finura de espirito falhara, pois não fôra perspicaz, fazia verve, ainda: acceitava, reconhecendo que sahia com alguns arranhões na dignidade... Não arranhada, mas dilacerada sem concerto possível. Contra a politica imperial, havia desde então, não só abolicionistas e republicanos, como o Exercito. Depois dos arranhões, a insania escravocrata de Cotegipe fal-o dar ordens ás tropas do Exercito para apanhar escravos fugidos. Equivalia a convidar os officiaes á desobediencia: elles se negaram estrepitosamente, e como, agora, todo pretexto serve para as manifestações da força publica em hostilidade ao poder civil, a insignificancia de um caso policial — Leite Lobo, bastou para pôr os clubs — militar e naval, em permanencia, a pedir a demissão das autoridades responsaveis. Deram-lhes a do delegado: não bastou, e exigiram a do proprio Chefe de Policia, inimigo declarado dos abolicionistas... Assoberbado pelos effeitos das proprias ineptias e as dos que o precederam, bateu Cotegipe com a porta, e deixou o Governo para João Alfredo, que arrastado, sem nunca tomar pé, atamancou a lei de 13 de Maio.

E acabou o partido conservador, sem que o Exercito, todo entrado, agóra, para a generalizada agitação, se dêsse por satisfeito. Os mezes do governo João Alfredo apenas bastam para legalisar a liberdade que os escravos por si mesmo tomaram, desde que os officiaes brasileiros não se prestaram a entregal-os de novo ao capti-

veiro. Vencedora a Abolição pelo gesto final do Exército, ainda tentaram os políticos do Imperio fazer a sua vida sob o regimen imperial desmantelado, perdido: toma-se do primeiro pretexto, e afastam-se para Matto-Grosso os batalhões mais em vista na côrte, indo á frente delles, pois que é a mais sensível ameaça, o general Deodoro. Era a luta franca, já agora sob a responsabilidade dos liberaes, de Ouro Preto, ingenuamente confiante na propria sobranceria. No momento, volta-se a mesma sobranceria como fanfarronice: a propaganda republicana e a opposição liberal radical, já em direcção á Republica, atacaram vivamente a attitude confiante de Ouro Preto, a quem se dava, com mais ou menos verdade — e por que parecia deducção do seu programma, o plano de desorganizar o Exército enfrentando-o, si preciso, com outras milicias. E vem a demissão de Mallet, com a nota a bem do serviço publico, e vêm os disturbios de S. Paulo — Exército e Policia, para que o Exército continue a considerar-se offendido, perseguido... e reivindique, e exija reparações. A propaganda republicana rejubilava do poderosissimo auxilio e irmana-se com as reivindicações do Exército. Ha Benjamin Constant, ao mesmo tempo — abolicionista, republicano, e official professor, com effectivo prestigio, mental e moral sobre as novas gerações de officiaes. Com elle, a propaganda aproveitou quanto pôde da attitude dos militares: aproveitou demais; assim como, com elle a campanha pela Republica passou das mãos dos propagandistas consagrados — para ser a revolução feita como que exclusivamente pelo Exército, na forma infeliz de um levante militar. E isto obriga a que, na apreciação da realização republicana, haja paginas especiaes para estudar o papel e o effeito dos militares na mesma realização.

Na sua ingenua e leviana confiança em si mesmo, o

Governo com que morreu a monarchia levantava programmas, fazia actividade vazia, enquanto os officiaes de prestigio aprumavam o gesto em que avançariam para o poder, sobre as distracções do regimen anniquilado por elles mesmos. Aproveita-se o borbolino das festas aos chilenos; Benjamin Constant, com o ensejo de uma visita dos marinheiros visitantes, festejados na Escola Militar, faz um discurso que, noutro momento, na bocca de um official, como elle, consciente dos seus direitos politicos, podia passar sem reparo — somos soldados, não seremos janizaros... Naquelle momento, dadas as suas crenças republicanas, foi, e era, uma provocação. A prova é que, ao mesmo tempo, com elle — élo de republicanos e chefes militares; com elle se dispunha a conjuração: nos dia 12 de Novembro já está tudo assentado, e Deodoro, apalavrado, assente em fazer a Republica, uma vez que o poder imperial não deva ao Exercito as satisfacções pedidas, uma vez que o Imperador já não regulava...

Os propagandistas republicanos, que, gostosamente, haviam passado a tarefa ao Exercito, continuavam a fazer-lhe cortejo: Francisco Glycerio, com toda a sua belleza d'alma e sinceridade de convicções veio de S. Paulo para ver fazer-se a Republica, pois que elle, como os outros propagandistas de responsabilidade, estava ao par de tudo. Quintino chegou a estar a cavallo, na massa da brigada em marcha para tomar conta do poder... Era, isto, o bastante para tirar ao acto, da proclamação da Republica, o character de levante militar? Pensemos que a tropa foi puxada e o movimento teve por chefe um soldado que nunca se dissera republicano, um dos mais moços numa irmandade de generaes, todos ostensivamente monarchistas; e que esse mesmo era tido como admirador e amigo do monarcha. Mais do que tudo, a fórmula mesmo do acto lhe tirou a qualidade de movimento de opinião.

A FARDA NA REPUBLICA

Gerada uma propaganda vasia e archaica em ideias, nulla como preparo de governo, a Republica de 15 de Novembro encontrou-se, pelo proprio nascimento, travada em tres tropeços que logo a destorceram: a iniciativa militar, a ideologia positivista, trazida pelos mais representativos dos mesmos militares, e o liberalismo demagogico do bacharelismo jurista e verbocinante. E resultou dahi que, desde o primeiro dia, o novo regimen ficou oscillante, entre — a protervia invasora dos militares, na casca de vencedores, a vaidade do coimbrismo phraseologico e vão, e a estreiteza das formulas positivistas, inertes mas irritantes. Eram mentalismos inassimilaveis, por isso mesmo que incompativeis com a vida a refazer-se. Fôra impossivel tirar delles uma organização politica malleavel, generosa e ubera, ou mesmo razoavel, como inspirada da realidade.

Quanto aos militares, o mal não foi que delles viesse a garantia do triumpho. Já o lembramos: assim se deu em 1831 e em 1888; mas foi desastre — que o destino lhes desse a iniciativa da Republica, e o pleno dominio sobre ella. Um chefe, em dictadura republicana, e sem nenhuma concepção de politica democratica, sem nenhum sentimento republicano, sem ligações, siquer com a propaganda, como sem experiencia politica. Pelo contrario: Deodoro, chefe da Nação republicanizada, senhor discricionario das novas formas a instituir, não tinha nenhuma das qualidades proprias a tal funcção. Mentalidade sem profundeza e sem horizontes, já emperrada no circulo de conceitos de um velho soldado indifferente ás coisas de pensamento, elle nem podia julgar do que se continha naquelle momento da Nação Brasileira. São de character esse dictador não possuia, siquer, a dura tessitura moral em que se trama a acção

de um verdadeiro politico. O melhor da sua pessoa estava por fóra: esbelto, bronzeo, arrogante, sem dureza, desimpedido e franco de gestos. Fronte miuda, vazio olhar leonino lampejando sobre a linha aquilina do perfil, barba eriçada, rudemente aberta, a guardar o gesto de franca expressão... elle faria um magnifico general de ordenanças, a dominar uma côrte com toda a irradiação de brio, lealdade e valentia. A vel-o, ninguem podia pensar em politica. No seu conjunto, impetuoso e superficial, não havia onde fazer a condensação de existencia, para as intuições que a instituição de um regimen e a transmutação de um Estado exigem.

Com esse ostensivo predomínio do Exercito, entrou para a actividade politica desproporcionado numero de militares. Teria sido um bem — essa partilha da organização republicana com agaloados revolucionarios. Homens novos e puros, teriam aperfeiçoado os motivos e processos da obra politica, si a politicagem tradicional os não absorvesse, si fossem os mais puros e capazes que viessem para essa obra. Infelizmente não podia ser assim: aproveitaram-se da politica, na maioria dos casos, justamente aquelles já tentados para ella, promptos a adaptarem-se ás suas formas. Como quem se entrega a um ideal, Benjamin Constant, Floriano, e mesmo Deodoro, foram exemplos de abnegação, honestidade e desinteresse pessoal, a par de uns raros capitães e tenentes intransigentes de pureza e coherencia republicana; mas, para estes poucos, quantos para quem os galões foram, apenas, as senhas, na arrancada facil para a carreira politica, em todas as miserias da politica nacional?!... Para isto, concorreu especialmente a onda de lisonja e servilismo que, aqui, como em qualquer outro paiz, se espraiou e veiu aos pés dos vencedores: rara terá sido a unidade politica, na Federação, que não procurasse a honra — de incluir galões na sua

representação parlamentar e nos altos postos da sua administração. E houve, até, officiaes que rejeitaram a honraria. Resultou, assim, que a incorporação de militares na politica republicana foi antes um maleficio.

Junte-se a tudo isto, o que aconteceu como inevitavel degradação da victoria do Exercito: immediata elevação de soldos, accentuação de privilegios, exploração sediciosa do prestigio da victoria. Póde haver nada mais monstruoso, numa organização democratica, do que os privilegios das patentes militares, conferidos nessa constituição republicana, que, no emtanto, aboliu todos os outros? É a negação do voto ás praças de pret?! Não se conhece, na vida moderna, mais flagrante desigualização perante a lei. Dahi resultou a actual monstruosidade: obrigado ao tempo de fileira, o Brasileiro decae da situação de eleitor; isto é, o serviço da Nação determina diminuição da personalidade politica do cidadão. E, mais turbador ainda: desencadeados pela victoria facil, alguns agaloados nem souberam freiar as ambições, e, explorando a exaltação do refazer politico, tomaram de qualquer pretexto para tentativa de assalto ao poder, tentativa muitas vezes justificada pelo mesmo fracasso da Republica. Assim se explicam, neste Brasil tão avesso a levantes, militares, ao caudilhismo e ás guerras civis, tantas sedições armadas contra o Governo. Por isso mesmo, a Nação as condemnou todas, que só foram aggravação de males, e só serviram, muitas vezes, para amparar a autoridade desprestigiada de politiqueiros ignobeis, repellidos cordialmente pela Nação, e que, assim, em legitima defesa, se despojaram em violencias, desmandos, tyrannias e negociatas.

Como a arranjaram, a realização da Republica teve de chegar a tudo isto, quando, no emtanto, aquelles primeiros tempos se limpavam numa atmospheria de

ideal. O chefe militar da Republica, apesar de absolutamente improprio para a tarefa, não desmentiu em insinceridades, o arrojo desinteressado com que se atirou ao movimento; mas, no conjunto do seu caracter, impetuoso e superficial, não havia onde fazer a condensação de experiencia social e politica, que brotasse em instituições decisivas, como o exigia o momento revolucionario. Ostensivamente leal e franco, elle aceitou, no emtanto, as intelligencias civis que a situação pareceria indicar, e organizou o seu ministerio bem dentro da crise, de accordo com os proximos antecedentes della. Todavia, dado que elle, chefe, era insufficiente como inspiração, e que a situação do momento era dispersa, partida em diversas orientações, o ministerio não podia fazer obra coherente, realmente vivaz e organizadora. O fulgurante prestigio mental de Ruy Barbosa deu-lhe, desde logo, accentuado ascendente sobre o dictador, desnivelando o resto do Governo, e cada um dos outros veio confinar-se dentro da sua pasta, si bem que as resoluções se annunciasssem em conjunto do gabinete. Não tardou que o ministro positivista discordasse (com razão) de uma qualquer medida resultante da abundancia financeira ruydesca. Foi o primeiro dissidio dentro da Republica, dissidio aggravado da immiscibilidade das ideologias — liberal e positivista. E o dissidio se multiplicou em fendas por todo o primeiro decennio da Republica, principalmente porque intransigencias e ambições, mascaradas nas mesmas doutrinas positivistas, davam pretextos a repetidas disputas estereis, para o fermentar dessa opposição que, alastrando, atirou o soldado desinteressado e franco de 15 de Novembro nos braços do reaccionarismo, para os dias tristes do golpe de Estado, e tudo mais... que ainda não acabou.

A REACÇÃO CONTRA A REPUBLICA

O periodo da revolução republicana serve bem para patentear a insufficiencia della, e seu lamentavel mallogro, até que a Republica teve de enfrentar a reacção. E' uma historia curta, mas expressiva. Passados os decretos do revolucionarismo inicial, — inertes formulas positivistas ou serodios liberalismos vãos, a vida politica da Republica restringiu-se, continuando nas pastas ministeriaes, onde se destacou, desde logo, a abundancia financeira e contraproducente de Ruy Barbosa, festejada pelo ensilhamento. Nos outros, é para notar: o codigo criminal, de Campos Salles, e a nova diplomacia, no Sul, realizada pelo velho republicano Quintino Bocayuva. A esse proposito se manifestou a primeira opposição á Republica, no insidioso combate á politica americana, adoptada de 15 de Novembro em diante. No emtanto, é este o melhor no activo da Republica... E a revolução esteriliza-se, quando, evidentemente, teve prestigio e força para ser um movimento fecundo. E, por que não no confessar? Deodoro teria garantido a organização de uma razoavel democracia — desde que nos companheiros houvesse homogeneidade republicana que os englobasse. Mais, não; desse companheiro o mais famoso e popularizado, guindado nos seus talentos, desembaraçado de liames com os propagandistas, como se elevava em situação politica, isolava-se dos outros. Armado do seu liberalismo vasio e inorganico, dava como feita a Republica — dissipada nesses mesmos liberalismos; e, como os companheiros não tinham prestigio para contrastar com o seu, ou talvez, nem sabiam bem como realizar uma Republica de verdade, malleavel, justiceira, aberta á franca evolução do povo brasileiro, o governo provisorio deixou intactas todas as legitimas necessidades da nação a republicanisar-se.

Já estrugia a opposição de propagandistas, quando se conheceu o projecto de constituição, gerado no seio do governo: incluia as famosas conquistas liberaes dos decretos iniciaes, as garantias civis e politicas de que sempre gosamos, e a explicita federação das antigas provincias, monstruosa federação, cuja apreciação exige paginas especiaes.

Foi esse projecto que, com pequenas emendas, e alguns empréstimos das constituições — argentina e americana — se fez o estatuto essencial da republica brasileira. Logo depois do projecto governamental de constituição, foi decretado e publicado um regulamento eleitoral — falho, aberto á fraude, avesso a qualquer possibilidade de legitima manifestação do paiz no definir da sua vontade. Melhor não o arranjaría qualquer dos viciados politiqueros do Imperio. E veiu a constituinte, timida, apagada, nos primeiros dias. Viulhe a vida á constituinte, quando, na sua surda intensidade, a opposição poz nas mãos de Ubaldino do Amaral uma celebre moção que, a ser acceita pelo congresso, tiraria o poder ao governo provisorio. A maior parte dos antigos republicanos votaram contra, mas já estava definida a opposição — como de “republicanos historicos”, e, com isto, romperam-se os diques; a politica da Republica se fazia, agora, para a esterilidade dessa luta. Já Deodoro rumava para a reacção, e não tardou que os Companheiros do “Provisorio” se sentissem desaffectedados: demittiram-se, vieram para a opposição, principalmente os antigos propagandistas — de Glycerio a Campos Salles. O resto da constituição é votado nesse influxo — opposição ao dictador e ao seu ministerio de Lucenas, mais reaccionarios do que o dictador. Logo se trata de elaborar o “empeachment”, que o chefe do governo recebe como affronta. E já se pleiteia abertamente a eleição presidencial, para derro-

tar o dictador, — grande combate em que elle é moralmente vencido: uma quasi maioria de votos foram para Prudente de Moraes. A atmospheria é de accessa campanha, já agora, em torno da constituição, repellida pelo dictador. No dia em que esta foi jurada, estavam todos a postos, queimavam morrões; a banda de musica que lá estava para consagrar o acto foi mandada por um particular, em attitude de opposição ao governo. No dia seguinte ao da eleição, encheram-se as galerias de partidarios — da dictadura e da opposição. Mezes depois, sem pasmo para ninguem, é dissolvida a constituinte, eliminada a constituição...

Viera, como vice presidente, Floriano Peixoto, o mesmo que, a 15 de Novembro, decidira da sorte da revolução determinando que ella se fizesse sem luta. Apesar disto, até então, e, mesmo depois da eleição, esteve sempre afastado, das contendias já abertas na Republica. Era um proceder muito de accordo com o seu fei-tio — reservado, retraido, avesso a exhibições. Comtudo, mesmo á margem dos acontecimentos, figurava com um prestigio crescente. Todos sentiam que havia ali uma força, mas como energia intima — para a obra a que se dêsse. Foi, essa obra, a propria vida e estabilidade da Republica. No antigo regimen classificara-se Floriano como "liberal", talvez que pela realidade de espiritos democraticos que o animava. De todo o modo, nunca fora um politico, para a carreira de Caxias, Camara... Destacara-se, apenas, como official, nas qualidades e na intelligencia proprias á funcção. Desta sorte a sua nomeada fóra da classe era como irradiação do prestigio que ahi gosava. Ouro Preto fóra buscal-o, porque intentava constituir um nucleo potente, dentro do exercito, e com o qual pudesse contar em face dos galões que, na questão militar, affrontava o poder. Floriano accitou a commissão, no animo, evidentemente

de servir ao seu paiz; e, no momento opportuno elle o disse: “estes galões ganhei-os no serviço da Patria; não no de ministros”. Foi o primeiro momento em que elle teve de decidir-se — entre o regimen imperial, ex-gottado, e a experiencia republicana. Foi o momento certamente, em que, dentro do soldado feito, até então apenas soldado, falou a alma do Brasil no seu renovar de esforços para a democracia.

No normal do seu feitio, Floriano conservara-se afastado das turbações e disputas dos primeiros tempos da Republica, mas não perdera, por isso, o prestigio. Pelo contrario: á medida que se gastavam os trefegos e ambiciosos, a sua personalidade crescia de vulto, como qualquer coisa de forte e de serio, com que o momento teria de contar. E, nesse prestigio, foi incluido na chapa dos partidarios de Deodoro, para vice-presidente. A opposição, que o viu assim desambicioso recatado, calmo, forte e limpo, comprehendeu que elle não era, nem seria nunca, um instrumento da reacção. De facto: Floriano, por todo esse tempo — de 1889 a 91, nunca deu mostras de apoiar o dictador por espirito de classe. A opposição não pleiteou contra Floriano, e, desde os prenuncios da alliança de Deodoro com a reacção, procurou-o, de quem ouviu sempre, com a calma e lucidez do seu feitio — que não pactuava com as reacções contra a Republica. De facto, o seu proceder nos dois primeiros annos assim o demonstra. Entre a eleição e o golpe de Estado, Floriano esteve inteiramente afastado do circulo de Deodoro, em manifesta divergencia com a reacção a que se entregara o chefe militar da revolução, tão franco e prompto em enfrentar o Imperio e proclamar a Republica, como em levar-se pelo despeito, até se entregar a decididos inimigos do novo regimen. Por isso tudo, dado o golpe de 1.º de Novembro, resolvidos os republicanos a reagir em luta arma-

da, tomaram o caminho da pacata e modesta rua de Santa Alexandrina. Floriano recebia-os, ouvia os seus planos, de pleno accordo com o movimento projectado, bem no seu papel de successor legal do Governo. Sabia-se que as forças do Exercito, nas unidades mais representativas, não estavam de accordo com a reacção. e era Floriano, numa tacita acceitação, o centro dessa resistencia. Dest'arte, bastou um tiro do Aquidaban, e Deodoro, desilludido dos fallazes apoios ás suas pretenções dictatoriaes, abatido por doente, enfadado da politicagem em que se metterá; bastou um tiro que, sem o intimidar, lhe deu o ensejo de reconhecer que lhe faltavam elementos de força, para a possibilidade de victoria, e Deodoro entregou o poder ao successor legal, que, no caso, valeu como chefe da politica republicana. Houve, certamente, na attitude de Deodoro, o animo de não abrir uma guerra civil, pois que a 23 de Novembro elle não se encontrava como Pedro I a 7 de Abril — inteiramente abandonado. Conheciam-se corpos que, chamados a reagir contra o movimento chefiado por Custodio, teriam vindo lutar em pról da situação dominante.

A reacção recebeu Floriano como inimigo declarado. Desde os primeiros dias do seu governo, elle teve de defender-se contra os botes insidiosos expressão de uma vasta trama para afastal-os. Os mais representativos dos deodoristas multiplicaram os ataques — Seabra, Epitacio... ao mesmo tempo que se repetiam as tentativas de sedição militar — S. Cruz, 10 de Abril... No emtanto, a luta armada contra o grande alagoano foi levantada pelo mesmo chefe militar do movimento de 23 de Novembro, Custodio, ministro, no ministerio organizado nesse dia. Tambem foi desse governo Antão Faria, representante da facção republicana rio-grandense em opposição a Castilhos. E foram esses rio-

grandenses — de Cassal, que vieram juntar-se a Custodio. Mas, é verdade, também, que este se juntou ao monarchista Silveira Martins, e, posteriormente, ao proprio Saldanha da Gama.

Tudo somnado e apurado, tem-se o resultado: competencias de predominio local, dissidios de ambições soffregas, planos de explorar as difficuldades da Republica, surto de caudilhismo desabado da agitação do momento... aproximavam e colligavam elementos politicos, dos mais disparatados, numerosos e fortes, todavia, e que só não triumpharam porque se encontraram com a unidade de acção, e sobretudo — unidade de motivos em que Floriano conduziu a defesa da sua politica. Também aqui, como em Deodoro, a physionomia diz muita coisa — do character, e até dos effeitos obtidos. No emtanto, ao em vez do outro, Floriano tem a mais simples exterioridade com que um conductor de homens se pode impor: physionomia serena, singela, despreoccupada, equal, quasi immobil, sob o arqueado de uma testa de pensamento, illuminada por um olhar quieto, limpido, quasi intraduzivel, a não ser na mesma immobilidade — de tenaz energia, na serenidade de profundeza percuciente e decidida. Nem falava, para que pudesse permittir interpretações; mas ninguem, dos que realmente o conheceram, se illudia a respeito da nitidez do seu querer, nas inspirações dos seguidos e patentes intuitos da sua politica. Com a differença de antecedentes, e o antagonismo dos resultados, Floriano reproduziu muitos aspectos da carreira politica de Feijó, e do seu genio, em equal firmeza de character: a mesma essencia de brasileirismo, o mesmo radical democracismo, identica rigidez e simplicidade de costumes, e honestidade e abnegado desinteresse pessoal, e o tom de virtude e a inflexibilidade de propositos...

Como vinham de caminhos differentes, com a nota-

vel distancia de treino politico, o destino, para criaturas eguaes, deu resultados absolutamente divergentes. Recatados ambos, nem um nem outro foram os provocadores do movimento revolucionario em que agiram; mas, Feijó, feito na politica, com situação parlamentar, achou-se, desde o primeiro momento, em necessaria actividade, e, politico de sempre, enleiado nos preceitos da mesma politica, considerou como dever garantir o Governo, que era o da revolução — num regimen de legalidade e de ordem. Confiante em si, acreditou poder, nesse mesmo regimen de legalidade, realizar os intuitos da revolução, e, por isso, teve de lutar contra os legitimos revolucionarios; então, vencendo-os, aniquilou as melhores forças da democracia, e encontrou-se, depois, com a reacção já desaffrontada, destemida e que o bateu. Emquanto isto, Floriano, que não interveio de nenhum modo na organização da Republica, e não tem responsabilidade das suas deficiencias, só encontrou em situação politica, pela propria sorte da mesma Republica, quando teve de lutar e de enfrentar a reacção anti-republicana. Desta sorte, tudo que restava de bem inspirado na politica republicana, e a mocidade ardente em inspiração de um Brasil — brasileiro e democrata; tudo isto, em energias irreductiveis, veio para elle, Floriano, que venceu, finalmente, quando o enleiado Feijó teve de confessar a derrota, na grandeza daquelle gesto com que deixou o poder soberano, que nada significava para elle, uma vez que, na illusão da legalidade, tudo lhe falhara, até tombar nas mãos dos companheiros da vespera, salvos pela sua energia. E Feijó, ás portas da morte, ainda veio ser revolucionario, quando fôra sua primeira politica — ataque aos que, revolucionariamente, queriam realisar a revolução.

Floriano achou-se, tambem, como defensor da legalidade; os criterios curtos quizeram ver na sua energica

resistencia a simples defesa da legalidade, quando elle foi, realmente, a defesa da Republica, a que se ligara. Homem de ordem e de legalidade, apenas, elle teria defendido o throno, ou se teria chegado ao Deodoro da reacção, que, talvez, não commetteria, então, os erros com que fechou a carreira. E Deodoro enfermo gravemente, sentindo o fim da sua aventura, lhe teria passado o Governo da mesma forma. Não: Floriano, para quem o radicalismo republicano foi uma revelação de destinos, só foi legalista pela força das situações, mas fez revolucionarismo dentro da legalidade, revolucionarismo nas praxes e no pessoal, e que foi mais salutar e efficiente do que a pallida revolução de 15 de Novembro. Elevou os costumes politicos, dignificou os intuitos, foi puro, abnegado e intransigente em principios, como foi energico e radical em acção. Definiu uma nova politica; mas, infelizmente, no Brasil, tão profundamente alcançado pela degradação dos intuitos e dos processos, a sua passagem pelo poder supremo não bastou para crear novos costumes, com effectiva regeneração da vida politica. Militar, senhor discricionario do paiz, si o quizesse, como o poder consagrado na victoria sobre a mais forte e mais desenvolvida revolução armada da nossa historia, Floriano, neste paiz de mandões, foi o sincero chefe de Estado em nome da Nação: chegado ao termo do seu governo, com o prestigio incontrastavel do triumpho militar sobre a reacção; quando já se presentia a animosidade de Prudente contra o florianismo, isto é — a politica de desasomburada defesa das instituições republicanas; podendo desembaraçadamente fazer eleger o seu successor; convidado insistentemente para isto: tentado mesmo — a declarar-se dictador, Floriano provou a absoluta honestidade da sua politica, não abusando do poder, alheian-do-se inteiramente do pleito, deixando que fosse eleito

o adversario da sua politica, e, sem um gesto de hesitação, entregou-lhe o poder, expressão da mesma estabilidade que dera á forma republicana. Em resposta, Prudente não voltou o olhar, sequer, para o lado onde estava o homem que tornara possível o governo civil na Republica; entrou para o Governo como para uma casa deshabitada, onde, apesar de historico, fez acolherem-se quantos representantes da reacção se apresentaram a combater o florianismo. E foi assim que, como 1838 de Araujo Lima, se recompoz a nata dos tradicionais dirigentes brasileiros sobre a Republica, que, desde então, foi partilha delles, no criterio da monstruosa federação adoptada. E Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, eleito no inteiro alheimento do antecessor, entendeu eger o seu successor, como este. Campos Salles, elegeu Rodrigues Alves, que só não fez Bernardino Campos, já anunciado, porque S. Paulo não é o unico — Estado grande... Contra a pretensão gritaram de dentro da politicagem, dos outros grandes Estados, o “nos quoque...” E como Minas ainda é maior do que S. Paulo, veio um presidente mineiro. Ainda não estava bem achada a forma da livre escolha dos presidentes da Republica, e o mineiro entendeu dar á sua Minas, ainda, a successão. Agora, é o Exercito que profere o — “nos quoque...” E veio a presidencia Hermes, cuja successão se fez por entre incertezas e politicagens, até que foi possível um novo presidente mineiro... Com este, cahiu a Republica nos trilhos — Minas-S. Paulo, e já não se conhecem difficuldades de escolha, nem quanto ao nome: simples promoção. E, assim iremos, emquanto a Republica for o feudo das olygarchias em que se degradou. Parece que, por uma vez se normalisou o regimen republicano, usufructo dos respectivos mandões, na proporção consagrada na federação...

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

A revolução republicana se fez com chefes de ocasião, quasi todos estranhos á propaganda... E foi peremptoria; qualquer coisa como a essencia mesma das necessidades nacionaes conduziu os successos para o triumpho de 15 de Novembro. Não houve ensaio de resistencia, nem gesto de desgosto, nem hesitação de apprehensão; e a Nação recebeu a Republica num tom natural, de sorriso, sereno, como quem se encontra com o esperado, para o renovar irrevogavel de um destino completo... É a Republica, reclamada em nome de justiça, liberdade, competencia de administração, jogo de opinião, autonomia local, honestidade, tolerancia... a Republica se limitou a fazer a abolição da monarchia, com a federação das antigas provincias, para uma tal realização de governo que, finalmente, todas as miserias da vida interna do paiz se aggravaram: substituiu-se um despota manso, limpo, de origem conhecida, por successivos e espalhados tyrannos, nem sempre mansos, muitas vezes sujos; aboliu-se a centralização, para entregar as provincias á tyrannia voraz das olygarchias de enfeudados aos interesses dos grandes Estados, numa subordinação mais degradante que a mal-sinada centralização de antanho. De facto, desde que esta democracia de mentira assentou no que tinha de ser, foi para fazer-se o apanagio ostensivo dos que se tornaram donos de S. Paulo e Minas Geraes. Si não, veja-se: como se faz a escolha dos mesmos governadores, ou presidentes, escolha de alicance essencialmente local?...

Lá — S. Paulo-Minas, senhoras de tudo, as respectivas olygarchias dispõem as coisas a seu bel prazer, sem dar conta a ninguem; mas, já, para Bahia, Pernambuco, Estado do Rio... é preciso o aprazamento

dos mandões supremos, o que se arranja, geralmente, na forma de simples consultas telegraphicas. Nos pequenos Estados, a submissão feudal-politica é formal: muitas vezes, os insignificantes donos da actualidade têm que vir á homenagem, para, curvados no solio do Cattete, receberem o nome que convem.

A Republica que nos levou a essa degradação, dispensavel mesmo nas mentiras assentadas si tanto o fez foi mais por incapacidade que por maldade. Da vida colonial, resultou um Brasil perfeitamente unificado, como solidariedade nacional, mas iniquamente distribuido — nas respectivas circumscripções territoriaes. Espoliador, corrupto e estupidamente tyrannico, o Governo da metropole arranjava e modificara a seu talante as divisões administrativas da colonia, attendendo exclusivamente á baixeza dos seus interesses, que eram geralmente crimes: S. Paulo e Espirito Santo espoliados dos territorios mineiros; Pernambuco, que redimiu todo o norte — do Ceará ao S. Francisco, repetidamente mutilado, até ficar reduzido áquella insignificante faixa de territorio, alheiado de populações feitas na sua expansão natural, e que, por mais de seculo, foram pernambucanas. Herdeiro e continuador do regimen colonial, dirigido nos mesmos interesses, o Imperio bragantino tivera o cuidado de não tocar na obra feita — como divisão politica e administrativa do paiz, e as antigas capitancias passaram intactas para o Brasil independente, como o Reino Unido de D. João VI passara á nação soberana: nada de alteração essencial. E, como era a mesma coisa, Pernambuco, já tão diminuido do que historicamente era seu, ainda foi podado, em 1824, — castigo das suas velleidades de ser de um Brasil livre e americano. Como representativo successor da metropole, o Imperio precisava de dominar circumscripções bem absurdas e deseguaes, porque o absurdo

e a desigualdade mais facilmente lhe permittiam subjugar o todo: senhor de duas ou tres provincias maiores, estava seguro do resto. Assim o Imperio ampara-se, successivamente: em Minas, e S. Paulo, quando o Pernambuco de 1824 se ergue reivindicador; em Pernambuco quando Sabino revolucionou a Bahia, como nessa mesma Bahia se apoia quando S. Paulo e Minas se armam para o duro protesto de 1842, e ampara-se no Pará e na Bahia, ainda, quando Pernambuco revive os seus brios levados por Nunes Machado e Pedro Ivo...

Não pense que a adopção inicial, pelo Imperio, da divisão circumscripcional herdada da colonia, tenha sido qualquer coisa irrecusavel, realmente imposta pelas tradições historicas, indiscutidas, e universalmente acceitas. De modo nenhum, tanto assim que, si prevalecesse a legitima constituição, a da Constituinte de 1823, lá está dito: "Far-se-á do territorio do Imperio conveniente divisão em comarcas, destas em districtos... nas divisões se attenderá aos limites naturaes e egualdade de população". Na notação foi este artigo assim commentado: "... mantem-se a divisão actual, e para o futuro far-se-ão novas divisões ou criações segundo pedir o commodo dos povos ou a necessidade do serviço". De todo o modo, deduz-se, desses textos, que a distribuição circumscripcional historica estava longe de parecer intangivel: antes, admittia-se a necessidade de prevel-a.

O que se seguiu, explica-se muito bem. A revolução de 1831 trazia como intuito explicito — nacionalizar o Estado Brasileiro e fazer a democracia pela federação; no emtanto, quando ensaiou o seu segundo proposito, limitou-se a dar autonomia ás antigas provincias, conservando-lhes a monstruosa divisão territorial historica: por que um tal descaso?... O Portugal bragantino,

única escola política dos nossos dirigentes de então (e hoje), tanto se caracterizava pela corrupta tyrannia, como pela incapacidade de inspirar a sua política em realidades. O primeiro defeito, de aspectos positivos, pesava sobre os patriotas brasileiros, e os levava a reagir; o segundo, expressão do regimen mental reinante, era todo negativo, mas, como regimen mental, communicou-se aos proprios patriotas brasileiros, incapazes, igualmente, de sentir a realidade, e de, por ella, orientar a sua politica. Nestas condições, quando os patriotas de 1831 abateram o Imperio centralizado, continuador do regimen bragantino, viram na centralisação o unico mal das instituições, e trataram, apenas, de eliminá-la. De outro modo, elles, os adversarios de Pedro I, não considerariam a simples federação das antigas capitánias como remedio bastante para regenerar a politica nacional. Formado por Portugal já unificado e centralizado, o Brasil foi, desde sempre, um sólo politico, patria de um povo cordialmente unido, sob o influxo deste mesmo nome; a sua evolução, porém, se fez em torno dos dois centros distinctos, aproximados pela Capital. Diante disto, a metropole bragantina acabou por arranjar uma distribuição territorial ao acaso dos seus intuitos immediatos, absolutamente arbitraria, indifferente, quando não inteiramente infensa, aos verdadeiros interesses da futura Nação Brasileira, que resultou, como distribuição circumscripcional, numa disparatada manta de retalhos, monstruosamente desproporcionados, absolutamente improprios para formar federação viavel. Sem attender a nada disso, os homens de 1826-31 deram-lhe, a essa federação, toda a fé... Trahidos, eliminados, os verdadeiramente democratas, não chegaram, de facto, a realizar a sonhada autonomia das provincias; e é possível, mesmo, que, numa pratica maior, elles tivessem reconhecido o defeito, e

tentassem legitima federação. Mas, com toda a victoria da reacção — Hermeto-Soares de Sousa, ficou, apenas, a formula dada pela revolução de 7 de Abril. E quando, na caligem do segundo Imperio, houve almas para aspirar e trabalhar por um Brasil realmente livre, sempre incapazes de apreciar a realidade das coisas, os novos radicaes souberam, apenas, voltar-se para o programma de 1831, a pedir a federação das provincias, num voto tão ingenuo e sincero como o dos vencidos de 32. Na historia, encontraram uma formula, e ficaram-se nella, timidos, ou improprios — para ajustar as suas concepções ás necessidades concretas do paiz. E, como os falhos revolucionarios de antanho, trataram de aproveitar para a federação republicana as antigas provincias, sobrevivencia archaica e despotica do Imperio herdada da politica administrativa com que a metropole procurara destemperar, espoliar e opprimir o Brasil, reduzindo-o, com as repetidas injustiças, ao aleijão circumscripcional que elle é.

Não ha duvida que a centralização com que o Imperio viera substituir immediatamente a metropole, contrariava directamente o progresso e a liberdade desta patria; mas, ao tratar-se de corrigir os males das formulas imperiaes era indispensavel attender a elles explicitamente, corajosamente, sempre com vistas ás suas origens. Uma federação republicana, em paiz que vem de formal centralisação politica e administrativa, só tem razão de ser como: condição de vida local, dentro da pratica democratica, no intuito explicito de desembaraçar a vida administrativa immediata. E' o recurso de autonomia circumscripcional, para a indispensavel ponderação, na distribuição dos poderes politicos, evitando-se um Estado unitario, omnipotente, como acontece quando não ha o contraste dos Estados federados. Ora, para tanto — nos dois intuitos, o essencial, abso-

lutamente necessario é a relativa equivalencia das unidades federadas. Sem isto, desde que algumas têm mais recursos e elementos de poder, acabarão subordinando as outras, absorvendo, de facto, o poder total da Nação. E' bem o caso do Brasil, onde, mesmo na monarchia, quando o poder central compensava taes desequilibrios desde cedo se sentiram os maus effeitos da desproporcionada divisão administrativa do paiz, alvitrandose mesmo corrigir o defeito.

Como em 1826-31, a propaganda democratica-republicana atacava a fórma centralizada do regimen imperial, sem buscar as suas origens, sem mostrar os meios de corrigil-os... Ou não tinha coragem de os applicar. E havia necessidade, ainda, de mostrar — que a centralisação, num tão vasto paiz, entorpecia formalmente seu progresso, como contrariava a verdadeira liberdade?... Nem a federação, para a autonomia local, com a eliminação do incontrastavel poder central, era remedio a descobrir, para dissertações abstractas. O interessante e necessario, na propaganda, seria — reconhecer as difficuldades do nosso caso, e apontar os meios de realizar uma verdadeira federação, capaz de curar os males da centralização anterior, correspondendo apropriadamente ao desenvolvimento de um povo que fôra, desde sempre, uma tradição nacional, explicitamente unificada como solidariedade dos destinos. Attendido, coisa aliás muito simples, o que era realmente, tradicional o que havia de essencial e indispensavel, consistia em destacar as regiões naturaes quanto ao valor e ás condições economicas, e a ajustal-as á distribuição politica.

Allega-se para justificar o immediato aproveitamento das provincias em Estados federados, a existencia das tradições historicas... Ora, não ha aspecto em que sejam mais sensiveis as differenças e desigualdades das

mesmas provincias. De facto, só ha tres provincias que, historicamente, se equivalem — Pernambuco, S. Paulo e Bahia, ainda assim, com particularidades muito proprias, em significação muito differente. Do norte, expansão natural de Pernambuco, destaca-se, desde logo, até para fóra do Brasil, o Estado do Pará-Maranhão; o Ceará define-se como o centro secundario mais importante do lado de Pernambuco; Piauhy, mal apparece, some-se na sombra das capitánias visinhas; o Rio Grande do Norte vale como limite dos influxos pernambucanos, de que dependem, de modo directo, ao longo de toda aquella historia, Parahyba e Alagoas. A Bahia tem valor muito especial: Capital, que preside á unificação do povo brasileiro, formula em que se realiza a sua solidariedade historica; ao mesmo tempo, como a abusar da sua situação politica, herda os territorios baldios — de Porto Seguro e Ilhéos, ao passo que mantem preso á sua ilharga o pequeno Sergipe, que, apesar de tudo, em vicissitudes tão especiaes, adquire significação propria — entre o influxo de Pernambuco e o da Bahia. Ao Sul o Espirito Santo, germen do primeiro plantio, a medrar acanhadamente, para ser, logo cedo, abafado pelo Rio de Janeiro, e o tumulto das minas. Esse mesmo Rio de Janeiro prestigio da victoria sobre o Francez, tambem evolue, lentamente, na sombra de S. Paulo, até que as minas lhe dão prestigio, para ser a segunda capital. O Paraná nasce como dependencia de S. Paulo; Santa Catharina, um Espirito Santo no extremo sul, até que o caso da Colonia lhe crêa motivos de vida mais intensa. S. Pedro do Rio Grande, extensão da historia da Colonia do Sacramento, é o caso mais divergente na formação das provincias. Ora, como pôr na mesma balança a tradição historica de Sergipe, Matto Grosso, Paraná... e a de S. Paulo, ou mesmo da Bahia?...

Nestas condições, nada incompatibilisa mais as antigas capitánias-províncias, para uma immediata federação, do que a respectiva historia. E a Republica, que veio para mais irmanar e harmonizar os povos brasileiros, tinha por dever primeiro dar-lhes as bases justas dessa irmanação — na egualdade. Nada a obrigava a respeitar os limites arbitrarios, feitos pela metropole, no seu exclusivo interesse.

Em vez de realizar as condições da franca solidariedade nacional — pela justa distribuição territorial das unidades, a federação republicana creou, com os Estados poderosos e grandes, novas difficuldades á necessaria união de espirito e aproximação de interesses geraes, dentro da União. Não havia, aqui, zelos de tradições localistas; sempre acceitaram, os brasileiros, serem — UMA NAÇÃO, e apparecer ao mundo como o Brasil. Para nós, a federação não era — nem a reivindicación de províncias e povos aproximados a contragosto, nem a simples necessidade de politica externa. Era, sim: a vantagem da vida local, para attender a tudo que é propriamente regional, assim como a necessidade de, para a politica geral da nação — evitar-se a existencia de um Governo central ultra-poderoso, incontrastavel, como representante exclusivo da Nação Brasileira. Uma das paixões humanas mais violentas e funestas ao bem geral — a paixão do poder, resulta justamente das formas centralizadas do Estado. Na monarchia, o mal se corrige, aparentemente, isto é, dissimula-se, como — prestigio da corôa; nas republicas é o motivo em que ellas se viciam e definitivamente se degradam. Dest'arte: desembaraçar a vida regional, prevenir a paixão do mando, tal se esperava da federação brasileira, e que devera ser tão empenhada nisto, como em não despertar zelos particularistas, nem contrafazer a solidariedade nacional. Ora, o que ahi está agrava

o que se devera evitar, sem attender aos intuitos mesmos da organização federativa: divide regiões homogeneas, engloba zonas absolutamente heterogeneas; deixa desamparados largos tractos do territorio nacional, sob a forma de Estados, que só tem extensão — e uma olygarchia para, de qualquer forma, exploral-o. E resultou que o regimen republicano, dentro do qual logo se renovou a crôsta de sempre, veio a ser a reconstituição do poder central, metropolitano, em torno dos dois grandes Estados em que se absorveu a Republica federada. E, dados os vicios de mandonismo em que nos formamos, dissipadas as ficções de que se cercara o Imperio, a mesma Republica se tornou num arbitrio politico mais deslavado que nos dias turbados de Pedro I.

Capitanias... provincias... estados... mudança de nomes, tal se resume a evolução politica do Brasil. E como desapareceu a côrte, a que se subordinavam as provincias, eil-as despejadas legalmente para serem mais ostensivamente dos capitães-mores, olygarchias em quem reconstituiu o poder central-metropolitano, agora abocanhado pelos dois grandes Estados conluiados, em tal desplante que, de facto, nunca pesou sobre esta patria mais mesquinha tyrannia: num Brasil de 37.000.000 de habitantes, o chefe do Estado, a maioria dos ministros, todos os cargos e commissões superiores — até da justiça, só podem caber a politiqueiros de S. Paulo ou de Minas; brasileiro de qualquer outra origem, está por isso mesmo, eliminado. E' bem de ver que nenhum povo atura uma tal espoliação. O movimento de reacção se fará, fatalmente e, já agora, a reacção necessaria será um prejuizo da solidariedade nacional. Hontem, eram ciumes de populações — Estados reduzidos á tutela, iniquamente despojados de direitos essenciaes na realização da Republica; hoje, são despeitos e irri-

tações mal dissimulados; amanhã... ciumes, despeitos e irritações, de que brotarão, por força, reivindicações nutridas em odio, irresistiveis quando são justas, nocivas quando são odientas, e dissolventes do espirito de união nacional. Hontem, quando pesava a centralização, os movimentos de repulsa eram das provincias — do Brasil — contra uma instituição abstracta, e que podia ser eliminada sem indispor as populações umas contra as outras. Hoje, as queixas e o mal-estar são bem explicitamente, de uma parte do Brasil contra outra, em prejuizo da solidariedade nacional. A' antiga antipathia — das provincias contra a côrte, substituiu-se outra, mais pronunciada e mais grave — dos pequenos Estados contra as grandes unidades, que em si incluíram todo o prestigio e todo o poder da Nação. E, com isto, a revolução foi, não sómente um logro ás aspirações desta patria, mas uma aviltante aggravação dos males anteriores. Bachareis, positivistas, ou soldados, os organizadores "post" 15 Novembro, não tinham a comprehensão das necessidades reaes do paiz, nem animo revolucionario. A Nação Brasileira fez a revolução — tornando-a inadiavel e irresistivel; elles a estragaram, em tal forma, que, dois annos depois, potente a reacção, foi preciso o milagre da energia sincera de Floriano para adiar, por tres annos sómente, a volta definitiva á politica tradicional dos nossos dirigentes, já agora em formas de podridão.

A POLITICA BRASILEIRO-BRAGANTINA

SIGNIFICAÇÃO DA TRADIÇÃO DE CLASSE

Si ha um genio nacional-brasileiro, esse ainda não teve realização pois que a Nação continúa abafada, escravizada, pela classe dirigente, como era dantes pelo

Governo da metropole, de quem são, os mesmos dirigentes, herdeiros directos e continuadores immediatos. Por isso mesmo, tratando de — tradições nacionaes, não pensamos, de modo nenhum, na tradição da politica dirigente até hoje dominante. As tradições nacionaes, manifestadas somente com os movimentos de solidariedade em torno da patria idealizada, e em revolta contra a pressão dominante; estas correspondem justamente ao espirito de reivindicações contra a tradição politica: aquellas valem como inspiração de justiça e liberdade; esta, como tendencia ao despotismo vil, insincero e espoliador.

E vale, ainda, por preconceitos varios, numa ideologia reles e mesquinha, torpe justificativa do ignaro governo que tem tido esta patria. Será preciso notar explicitamente taes preconceitos, assignalando, ao mesmo tempo, os seus desastrosos effeitos concretos. Antes, porém, para não deixar no vasio essa resenha, torna-se preciso dar a significação do facto — tradição, referido a classes.

Desde que uma classe activa — dirigentes, exercito, mercantis... se caracteriza em manifestações proprias, tal actividade se define por uma generalização: mentalidade, e conceptos e sentimentos, e processos de conducta. São formas ideologicas e moraes, que se organizam e vivem, com todas as propriedades da vida; tendencia de expansão, tenacidade de conservação... Vivaces, impositivos sobre as consciencias que entram na acção da classe, e que por ella vivem, esses conceptos e sentimentos e processos se incorporam, em cada caso, á respectiva tradição. A não ser num movimento de explicita revolta, com o intuito formal de reforma, é impossivel ao individuo pertencer a uma classe, ser solidario dos seus destinos, e furtar-se ao influxo da respectiva tradição, que é como activo agglutinante das

consciencias, enleando-as, fundindo-as, dando-lhes o feitiço commum, característico. Imagine-se alguém — militar, marinheiro, sacerdote, commerciante, juiz, burocrata... e que faça a vida em attitudes e ideias divergentes da generalidade da sua classe: tornar-se-á incompatível com a propria função adoptada; será supplantado, ou aniquilado pelos companheiros cuja fortuna depende disto mesmo a que se chama — ESPIRITO DE CLASSE, e que é a expressão da respectiva tradição. Em verdade, toda classe é um meio humano, especial, cuja estrutura viva se impõe na formula intransigente — Assimila-me, ou elimino-te!... Quando se trate de individuos creados e feitos no influxo da classe, a assimilação é de sempre; quando elle venha de meio ou classe differente, o proprio movimento de attracção para essa outra classe traduz a sua intima affinidade com o espirito a que se incorporou. Póde ser que a pessoa dantes se inspirasse de principios politicos e sociaes bem differentes dos dominantes na nova classe, ou, mesmo, radicalmente oppostos: desde que venceu as differenças moraes e mentaes, desde que entrou para o novo meio, e o acceitou qual elle é, seguem-se as coisas como si o individuo houvesse pactuado formalmente com o regimen e as attitudes da classe adoptada. E, na generalidade dessas adopções, bem ha differenças a vencer. Em todos os grupos humanos se encontram dessas criaturas sem estrutura moral intima, como sem principios estaveis nem convicções. Necessidade de fazer a vida, ambições neutras, atiram taes individuos para as funções e as classes que parecem offerecer-lhes uma carreira prompta e uma boa situação; e, ahi, eil-os tanto mais explicitos e formaes nos conceptos e nas formas da classe, quanto são vãos de convicções e de principios propios. Nem poderia ser de outra forma, porque a acção de cada um,

como membro da classe, presuppõe normas correntes de proceder e que não podem ser inventadas no momento; porque em cada individualidade se reflecte a condição da solidariedade no grupo, donde resulta que, finalmente, as conductas pessoas, na actividade corrente, ajustam-se num molde geral. Em taes condições, si o individuo não é bem nitidamente um character, terá como feitio pessoal esse molde geral.

Si tanto acontece em outras classes, que não existem para continua e solidaria acção collectiva, quanto mais na dos politicos, que além da unificação de destinos, devem solidarisar e harmonisar a acção para cada caso, em cada campanha. E, por isso, não ha verdadeiras reformas sociaes, com modificações radicaes nos intuitos e nos processos politicos de um povo, sinão por meio de revoluções completas, em que haja, além da substituição de programmas, e de processos, a de gentes; por isso mesmo serão frustrados todos os movimentos politicos que deixem o poder e a machina administrativa com os antigos servidores, em quem se refaz toda a substancia do antigo regimen. Em razão desse imperio das tradições de classe, e porque os primeiros dirigentes brasileiros foram continuadores immediatos da tradição politica portugueza-bragantina, no que se lhes seguiram, encontramos todos os defeitos e vicios dessa politica, que moldou a dos governantes brasileiros — Imperio ou Republica.

Não ha quem tenha meditadamente analysado a miseria da nossa vida politica que não haja apontado como causa de tudo as falhas characteristics dos dirigentes. E que são os vicios e defeitos em que se define a respectiva tradição. Subimos das abjecções de de hoje e vamos até á carencia e o crime dos governos da metropole sobre o Brasil; perscrutamos os males em que actualmente se amesquinha esta patria; e

deparamos, como fonte de tudo com as proprias formas de pensar e de sentir dos desfructadores do governo. Então se lhes catamos a alma apenas encontramos: vaidade de mandonismo, tendencia ao uso despotico do poder, incapacidade para a pratica da justiça, prepotencia e intolerancia, incompativeis com a cooperação necessaria na verdadeira politica de um governo livre; incompreensão das responsabilidades, cegueira para a realidade, inhabilidade no apurar dos factos para a legitima inspiração politica; nullidade de concepções syntheticas orientadas pelas necessidades collectivas; ausencia de senso critico substituido por estupidos e maleficos preconceitos mascarados das leituras mal assimiladas; carencia de preparo e de segura ideologia; grosseria de inspirações; seducção pelas riquezas e a grandeza material; tyrannia sobrenadando o servilismo, a insinceridade e o animo de transigencias, a falsidade na corrupção até a degradação e a ignominia...

O exame dos principaes aspectos desta tradição, remanescente vivo do bragantismo, será demonstração necessaria, objecto deste capitulo.

A DESCENDENCIA DE COIMBRA

Vivendo parasitariamente sobre a nação, já parasita da colonia, a classe dirigente do Portugal bragantino — tenia armada — perdeu toda capacidade de outro esforço e outra virtude para viver, além da firmeza dos colchetes e a adherencia das ventosas. A realidade deixou de ter significação para taes governantes, que se tornaram insensiveis ás condições do mundo e á contingencia dos factos, qual o ascaris asylado no intestino, ou a trychina enquistada no musculo. De tal sorte, a mentalidade

delles decahiu para a futilidade esteril das formulas verbaes, do eruditismo, com o criterio unico dos preconceitos. Tal se patenteia no bacharelismo legista, como nos nossos dirigentes se concretisa a herança da classe em que se fizeram. Si ninguem recusa esta verdade — de que os maiores males do Brasil vêm do seu governo: a mentalidade de legista entra por muito nas causas desses males, pois que, em vista da mesma tradição, a generalidade dos nossos governantes tem sido de bachareis em direito; são elles que dão o tom á mentalidade dominante e exprimem a sua ideologia. Os primeiros desses legistas vieram directamente da escola de Coimbra, cujas portas, fechadas em 1827, obrigaram a que se abrissem aqui succursaes do seu direito, como forçaram os Sergio de Macedo, Franco de Sá, Gonçalves Martins, que lá estavam a prepararem-se como futuros governantes do Brasil, a recolherem-se á patria, onde puderam terminar, na mesma orientação, a formação iniciada ali. Foi a primeira turma dos preparados lá mesmo em Coimbra, que deu feição definitiva á politica nacional: além dos marquezes e desembargadores de Pedro I, os Araujo Lima, Paulino Soares de Souza, Araujo Vianna, Bernardo de Vasconcellos, Hermeto, Souza Mello, Vieira da Silva... Depois porque houve o interregno do miguelismo, com a cessação de Coimbra, as nossas faculdades systematisaram-se em dar as fornadas de politicos e estadistas, sem que houvesse differença a notar ao passar de Aureliano Coutinho ou Souza Carvalho, a Wanderley ou Saraiva... Em essencia, nada se modificou. Nem chega a ser novidade a notação da ascendencia, quasi dominio, do bacharelismo legista no governo do Brasil. Mello Moraes, por muito enfronhado na historia já o accentuara: “A FALSA POLITICA, que a escola de direito coimbreense havia plantado em Portugal... tendo-se

naturalizado no Brasil... em vez de se modificar com a amenidade do nosso clima, tornou-se tão alentada, que, minando os fundamentos da nossa Independencia... As Academias de Direito são as mais fataes no paiz... Depois que a Escola de Direito tomou conta do governo da Nação, e se apoderou dos empregos publicos, tudo se complicou, porque, em nome do direito, appareceu o governo da mentira, filho muito do peito da falsa politica... Os bachareis, como classe privilegiada e numerosa..." De facto em vista da tradição, encaminhavam-se, e encaminham-se, para essas escolas de direito, todos que aspiram fazer carreira na politica e na administração.

E, no Brasil do seculo XIX e o XX, o bacharel jurista veio a ser equivalente do desembargador portuguez, do seculo XVIII — UNIVERSAL NOS CARGOS... e naquella ignorancia registrada por Oliveira Martins. Antecipando-se ao historiador portuguez, Mello Moraes havia notado: "... chegando a ministros julgam-se grandes financeiros politicos amestrados, como si a sciencia administrativa, ou antes o governo da nação possa ser devidamente realiado por theorias vagas dos livros do direito... E' triste dizel-o porém é uma realidade: a pessima escolha de homens inhaeis, sem sciencia, sem conhecimentos, para o pessoal dos ministerios..." Apesar de acrimoniosa, a critica do velho historiador ficou sem resposta, pois que era impossivel negar a relação proxima entre as duas circumstancias: a predominancia de juristas na politica e a má qualidade do Governo. A desastrosa coincidencia começa na historia da primeira assembléa nacional — a Constituinte. Não se pode desconhecer a dignidade e o patriotismo de que deram prova aquelles homens; mas, tambem não se deve negar a impropriedade da acção que desenvolveram a ponto de darem ensanchas

de victoria ao Principe embusteiro. E a explicação ahi está: para um total de 83, trinta e dois eram bachareis em direito e leis, doze eram desembargadores...

Esses resultados derivam do preparo mau e insufficiente do jurista para o governo de uma nação moderna. De facto, quando a funcção do Estado se resumia em fazer a guerra e policiar as populações, ao lado de Nun'Alvares, João das Regras podia bastar. Hoje, porém, quando o Estado tem de ser a organização intelligente, justa e progressista dos interesses communs; quando se reconhece na guerra a suprema desgraça social, e só se admite o uso das armas para defesa da nação atacada: no estadista se exige que seja mentalidade a par dos conhecimentos positivos, de modo a fazer a mais sabia e humana organização da solidariedade nacional, com capacidade de animo superior aos grosseiros preconceitos guerreiros, para a realização de um Estado votado, por conseguinte, á politica de paz e á cordialidade entre os povos. O puro legista não tem o necessario criterio de saber positivo, nem se inspira dos ideaes que levam á desprevenida aproximação entre as nações. Bem orientada, a instituição do direito, como tudo que é organização social, nutre-se na sciencia; mas, em si mesmo, o estudo da jurisprudencia não é sciencia. Noutros paizes, onde os estudos secundarios são convenientemente feitos, um legista de boas escolas tem certa dose de saber positivo, ainda assim, o seu criterio se inclinará principalmente para os motivos puramente juridicos, uma vez que foi esse o objecto principal da sua instrucção, e, sobretudo, porque o concreto da vida imporá constantemente ao seu estudo formulas e textos legaes. No Brasil, dadas as condições historicas da instrucção secundaria e da superior, um diplomado de direito não possui saber effectivo. Não o tinham, de modo nenhum, os do seculo passado, não

o têm esses mesmos de hoje, porque o que se dá, na exigencia do preparo vestibular, não passa de obrigação de exame. O legislador, ou estadista, para a efficacia consciente da sua função, deve poder fazer um juizo sobre as condições de realização da vida, e da situação do Homem no Universo, pois o essencial, no seu papel, é ajustar as energias sociaes e mentaes das populações ás energias naturaes, e transformar os simples instinctos de vida em formas conscientes, activas, utilisaveis na obra do progresso. Ora, que sabem os nossos juristas, applicavel a esses fins? Ignoram a vida e o Universo; desconhecem a realidade da natureza humana, nos seus desenvolvimentos physiologicos, como nos aspectos psychicos e sociaes. Quantos delles, serão capazes de reconhecer e conduzir uma força social, no complexo da vida moderna? Nos seus dias, Richelieu e Cromwell puderam encaminhar as singelas energias das respectivas patrias, aquella que tendia para a unificação, esta, a Inglaterra, que devia tomar a feição parlamentar, propria ao seu liberalismo de commerciante. Hoje, os estadistas dali precisam saber coordenar, em formas muito mais complicadas e difficeis, os recursos naturaes, ajustando-os ás tradições nacionaes, dobrando-os ás pronunciadas conquistas da justiça e da bondade.

Dir-se-á que os mais representativos, entre os juristas reconhecendo a insufficiencia do preparo primeiro, falhos de instrucção realmente scientifica, procuram, depois, inteirar-se de conhecimentos positivos. Sim: ha muito bacharel que, post-diploma, se entrega a leituras scientificas, mergulhando nellas como em poço de saber. E assim aggravam o mal, muitas vezes. Uma coisa é a cultura scientifica systematisada, feita a tempo, nos recursos e nos processos dos estudos positivos; outra coisa é o simples appello a leituras retardadas,

sem a segurança de um criterio didactico, por sobre a destorcida e insufficiente cultura juridica. No primeiro caso, o saber adquirido faz parte da formação essencial do mentalismo no que se refere aos aspectos geraes da vida, e vem constituir a estructura mesma do seu espirito; um tal preparo scientifico precede os julgamentos philosophicos e sociaes, e dá-lhes uma base constante e segura. Outra coisa bem diversa é o que acontece com individuos que procuram um supplemento de saber quando já têm a sua mentalidade feita, inclinada em taes ou quaes preconceitos — falsa philosophia ou interesseira sociologia, e o saber, tardio e mal assimilado, como emplastro sobre um pensamento viciado, serve, apenas, de justificação a compromissos e prejuizos. Nem podem fazer um preparo de autodidactas, porque o curso falho de onde vêm tirou-lhes toda a iniciativa mental e a independencia do pensamento. Tomemos para exemplo qualquer famoso bacharelado, bem em vista: por motivo exterior á verdadeira sciencia, fez corpo com os theoristas da exploração humana, e mais aryanisantes; sente-se baldado de argumentos para justificar a monstruosidade dos conceitos que repete; mas lá, até empazinar-se, — Le Bon, Lapouge, e quantos têm maculado a sciencia em beneficio do colonialismo; e, com uma tecnologia cujo valor lhes escapa, arrevesam soberanamente um pensamento pobre e sedição, na empáfia de quem o evangelho mesmo dá sciencia.

Governar deve ser — fazer o reinado da lei, em legitima realisação da justiça. Parece que ninguem mais proprio para isto do que o jurista. Resista-se ás apparencias: Quantas vezes temos visto a justiça legal armar-se contra a verdadeira justiça — humana, reparadora?... Uma justiça viva, fecunda para a solidariedade social; a outra é a rigidez juridica, anquilosada nas jurisprudencias, e que, por vezes, é o proprio motivo das

reivindicações revolucionarias contra as jurisprudencias. O puro jurista, bem penetrado da excellencia da justiça codificada, nunca será factor de progresso nas instituições, pois que, de modo geral, a sua cultura a uma mechanização, do espirito, manifesta resistencia a tudo que não está consagrado nas legislações. Nem mesmo se pôde pretender que elle, o jurista, seja o bom interpretador das leis, porque os ha, sempre, para interpretações oppostas. A propria exegese dos textos encurta-lhes e amiuda-lhes a visão, como disseca o entendimento. Já houve quem apostrophasse: "Perfido como a alma de um jurista profissional!..." Sim; visto que o melhor dessa profissão é contestar direitos, e toda contestação de direito é uma perfidia ao espirito de humanidade. Por isso mesmo, para o barbaro, que não conhece outra justiça sinão a pendencia de honra e a cordialidade dentro da tribu; para este homem da lei é um perfido, um mau. Contemplando a degradação da Roma republicana, observa Mommsen: "... a censura cabe a todos (os dirigentes), as mais crueis, porém, devem dirigir-se aos advogados".

Si se procura uma formula para o intuito supremo da politica, a mais propria e expressiva será realizar a felicidade do maior numero... Ora nesse proposito, o jurista será sempre o mais improprio. Cultor da caudica, vergado sob interesses de incidentes entre individualidades, reduz-se-lhe o horizonte, e mingua-se-lhe o coração para o ideal de solidariedade, que é a propria extensão do affecto. Lutas da razão, conquistas sobre a justiça legitimificada, expansão dos corações para a bondade... assim se faz o progresso humano: como pretender que a isto nos levem mentalidades peiadas ao juridismo?

IMMIGRAÇÃO... LIMA...

No vasio da intelligencia, com a grosseria das inspirações, incapazes de correspondencia com a realidade, promptos a explorar o que a força e a riqueza material offerecem os nossos dirigentes são promptos, igualmente, em accetar quantos conceitos e juizos lhes dêem as suas curtas leituras, desde que se accordem á insufficiencia de pensamento e grosseria de propositos que os caracterizam. Assim se explica o empenho com que appellam para a immigração, o valor que lhe dão as estultices que repetem, quanto á significação historica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empafia bestial e anti-brasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa sciencia, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de hontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças.

Feitos em governantes brasileiros, os continuadores dos que encheram a colonia com os pretos africanos, tiveram a mesma hedionda escravidão como a definitiva forma de producção "... consideram eterna a escravidão", testemunha Nabuco. Mas, pois que a estupidez interesseira de tal conceito não tinha razão para prevalecer, passou a escravidão legal, e á sua mentalidade insana, e torpida, de desfructadores do trabalho alheio, outros problemas se impuzeram — o da immigração. Que haja, e que venha quem trabalhe, sem o que não se póde ter orçamento farto. Os mais pen-santes foram, talvez, além com os conceptos: a Norte-America se fez opulenta, forte e rica ao mesmo tempo que a penetrava uma forte corrente immigratoria... e, certamente, foi a immigração que ali produziu riqueza... com a immigração, teremos prosperidade, don-de tirar gordas receitas... Nem sabem velar o pensa-

mento: os projectos, decretos, regulamentos... em que se organiza a immigração, escorrem, como a baba de cobiça do trabalho alheio, ou como inveja da prosperidade estrangeira. E houve essa quadra, da vida governamental, em que se pedia e se fazia a entrada, a jorro encommendado e continuo, das sobras da população europeia, infelizes desherdados, quanto cooly houvesse, promptos até a fazerem de gado que se importa. Buscavam-na e recebiam-na, como o remedio supremo, á propria vida da Nação. Extacticos ante a prosperidade material da grande Republica Americana, nunca lhes occorreu verificar as condições em que se fazia, ali, a copiosa entrada de novos habitantes, como se preparavam aquelles yankees para recebê-los, como os distribuiam, quaes os remotos effeitos de desenvolvida immigração e, sobretudo, a lição que os norte-americanos, e outros povos, em paizes despovoados, tiraram de uma tal precipitada e basta populisação. Nem as questões se discriminavam nas suas mentes, nem teriam elles o criterio bastante para a justa apreciação. Queriam, e querem, quem trabalhe e faça riqueza, de que, diz-lhes o instincto, tirarão uma bôa parte. Queriam quem trabalhasse, o mais possivel, nas condições da escravaria, em que se fartou o negreirismo de onde vêm.

E a tonteira da cobiça mais lhe aggravou a estupidez. Si não, reconheceriam as differenças de formação, que deram, áquelles fortes do Norte, a capacidade de receber, em tempo, francamente, quantos viessem viver ali, sem que tal fosse turbação na vida da nação, sem que houvesse maiores difficuldades para os mesmos immigrants. Povo nascido na essencial liberdade democratica, realisando desde os primeiros dias o "self-government", os norte-americanos estavam em condições de impôr, ou melhor, de incutir, o seu genio, já

revelado nas mesmas praticas democraticas, aos recém-chegados. Tinham desenvolvida vida politica, sinceramente livre, que absorvia immediatamente os recém-chegados. Havia, ali, povo, consciente dos seus direitos, com a boa educação politica, na pratica efectiva do regimen adoptado, com uma relativa instrução para ser uma maioria esclarecida, propria para a vida que proclamavam: Antes de abrirem o paiz á forte corrente immigratoria, os governos tinham, num empenho constante, organizado a instrucção popular, de sorte que naquellas republicas de 1870 (quando mais numerosos eram os immigrants), já lá não havia quasi nacionaes analphabetos. E o resultado foi que os immigrants encontravam uma nação já potente na sua vida interna, com uma grande industria para incorporar os trabalhadores á medida que entravam, com uma vida agricola na parte mais procurada, instituida desde sempre no trabalho livre, com uma tal pujança externa, e tal actividade de vida politica democratica, que os adventicios eram immediatamente assimilados, sem que resistissem de qualquer modo, á mesma assimilação antes, preparando-se para ella, assimilando-se de coração antes de entrarem nos costumes, antes, mesmo, de possuirem o idioma da terra. Com o bom preparo da massa da população não era possivel que o immigrant trouxesse nivel mental e ardor patriotico superiores aos dos naturaes. Com isto, podiam os Estados Unidos receber milhões de novos habitantes: vinham ser francamente americanos, orgulhosos do paiz que adoptavam, sem tentações de superiorisar-se sobre a patria que os recebia. Notemos, ainda, que aquella nação nunca pediu immigração como recurso de ter valor, ou possibilidade de um progresso inaccessible por outros meios, como o fazem os nossos dirigentes. A politica norte-americana facilitava a immi-

gração, e as condições naturaes — economicas, politicas e sociaes faziam o resto. Nunca succedeu que o Governo da grande Republica mandasse arrebanhar as manadas de desortidos da vida europeia, para pedir-lhes que, como immigrants, viessem fazer o progresso da nova patria. Nestas condições, a Norte-America poude receber imigrantes até fartar-se, até que lhe pareceu melhor difficultar-lhes a entrada, proporcionando-lhes, sempre, situação, de vida livre e possibilidades de existencia, sem que a abundancia dos novos povoantes fosse alteração na vida geral, nem modificasse o character da nação. Em menos de meio seculo quadruplicou a população, sem que se alterasse a linha do desenvolvimento natural do paiz. E' verdade que, previdentes, aquelles Yankees, como povo de iniciativa, nunca entregaram zonas inteiras do paiz — para que fossem desbravadas, povoadas e formadas exclusivamente por allemães, polacos e italianos, como fizeram os ineffaveis governantes brasileiros. Quando muito, permittiam que houvesse povoação exclusivamente de — allemães, ou polacos, sob o regimen rigorosamente democratico americano. Aproveitaram os americanos do Norte, quanto puderam, da copiosa corrente immigratoria que os procurava, e que lhes foi aceleração de desenvolvimento, mas, hoje, amiudaram tanto o crivo da entrada, que foi como si francamente a vedassem. Por que, si a larga immigração tanto lhes aproveitou? As difficuldades em que se encontra hoje a grande Republica, cuja população se vê enxertada dessas massas de estrangeiros, justificam plenamente as restricções de agora. O seu poder de assimilação por muito desenvolvido que fosse, não bastou para dar homogeneidade nacional á copiosa gente adventicia, e, hoje, além do que lhes pesam os milhões de negros, que ali são mantidos infamemente á parte, o povo Yankee

se sente ameaçado, ou embaraçado por — japonezes, chinezes, slavos, judeus-polacos... inassimilados, mas ao mesmo tempo, potentes, destacados em grupos, vivaces nas respectivas tradições. E, contra a diferenciação dissolvente, reclamam-se medidas ostensivas.

Eis, a lição que deviam aproveitar, si nos governantes brasileiros houvesse capacidade politica. A troca de um violento incremento de população, e concomitante prosperidade material, a Norte America turbou a cohesão nacional, criou problemas internos e externos (Japonezes e chinezes), desequilibrou certos aspectos no desenvolvimento nacional, e exgottou antecipadamente algumas das suas riquezas naturaes. Tudo isto, apesar de serem tidos os norte-americanos, pelos immigrants, como — de raça superior, e de facto, politicamente bem organizados e intelligentemente conduzidos. Transponha-se a situação para o Brasil: temos uma vida politica caracterisada em vicios e archaismos, desmoralisada, insufficiente, sob dirigentes que buscam immigração com a confissão explicita da — inferioridade dos nacionaes. Ora, quando um povo se mostra incapaz, e começa por dizer-se inferior, não deve procurar immigrants: prepara-se primeiro, procura remir-se da inferioridade effectiva, de cultura. Nação cujos governantes vêm directamente dos negreiros e escravocratas de hontem, numa mentalidade que via a Abolição como a definitiva desgraça, o Brasil tem uma politica official, que, ainda hoje, vê no immigrant — braços, para uma lavoura indefinidamente archaica, braços, que permittam continue o fazendeiro ansioso de faltar-se no labor alheio, como nos tempos nunca esquecidos da escravidão. Por isso, a immigração melhor, para os nossos governantes, é a que se faz com o desembarque das levas de resignados á miseria, por isso, pedem refugos de chinezes, hindús, japonezes...

e já aviltados, na esperança de que lograrão fazer, com esses immigrants, facil exploração, até substituir, talvez, a extincta escravidão. Que venham: a experiencia lhes dirá a verdade — como quando esses amarellos se encontraram, face a face, em confronto com o desabusado governo Yankee, a cujo respeito se impuzeram, criando, em cidades importantes e vivaces, grandes centros ou colonias de grandes recursos, relativamente bem reputadas.

Em criterio de verdadeira politica, a propria immigração espontanea deve ser regulada, como o fazem, hoje não só nos Estados Unidos, como os outros saxonios, da Australia, Nova-Zelandia e Canadá. Immigrantes notoriamente differentes, e, sobretudo, os que se reputam superiores, devem ser rejeitados. Mesmo não argumentando com o facto dessa Germania, renitente no Sul, já o caso das antigas colonias allemãs, fundadas pela grande Catharina, e que, até hoje, guardam com toda a superioridade em que se enfronham todas as differenças que realmente apresentam, relativamente aos nativos, tornando-os além de estranhos, irritantes no seio da população slava: “Conservaram-lhes a lingua e os costumes originarios... resistiram tanto quanto puderam ás medidas tomadas pelo governo Russo para fazel-os aprender a lingua nacional. Como lhes diminuissem alguns dos muitos privilegios de que gosavam, em grande numero emigraram para os Estados Unidos, em cujo meio cederam rapidamente. Os allemães immigrados do sul do Brasil guardaram a sua lingua e individualmente muito mais do que os compatriotas nos Estados Unidos, facto que pode ser attribuido, em parte, ao sentimento de superioridade sobre os seus vizinhos”. Tudo isto passa despercebido, por sobre a incapacidade do bacharelismo senhor da politica brasileira, alheio, e hostile, até, á verdade que devera inspirar todas as medidas a respeito de immigração.

População numerosa e prosperidade material não significam progresso effectivo, nem valor social e politico. Sim: apesar de que são as pequenas populações do Occidente — Belgica, Suissa, Hollanda, nações scandinavas, estão ao par da grandeza de civilização no mundo, num gráo mais potente e mais sensível que a Hespanha, ou a Persia, onde, no emtanto, já houve grandes civilizações, e que têm uma população bem mais numerosa. Tudo isto porque a grandeza effectiva e humana de uma nação está no valor moral e mental dos individuos, e não no numero delles. Si aos nossos dirigentes houvesse chegado o reflexo das condições reaes a que a politica deve attender, elles teriam comprehendido que, no Brasil (como existe até hoje), dado o nivel medio-mental, social, e politico das populações, não é possível a grossa e intensa injeção de immigrantes, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da Nação se perturbe, e que todo o character nacional se resinta.

Não temos uma população superiormente preparada — para impor a sua mentalidade aos milhões de immigrantes, que, si realmente têm valor humano, necessariamente se sentirão superiores ao povo a que se vêm incorporar, e que ao influxo da extranheza e dos expatriamentos, ostentarão a mesma superioridade, criando formidavel difficuldade para a conveniente assimilação. Offerecemos o spectaculo de uma vida social e politica inorganizada, quasi, despresivelmente fraca, sem nenhuma seducção, a não ser a da licença dos desorganizadores.

E assim ficamos, ostensivamente, por longos decennios, com os allemães do Sul, os italianos de S. Paulo e Espirito Santo, e, ao mesmo tempo do Rio Grande do Sul. Note-se, isto é assim, apesar da grande cordialidade e do franco accesso do coração brasileiro. Aspi-

rando a ser um povo livre, em caminho para a justiça, sejamos um paiz novo, francamente aberto a quantos o procuram. Iremos ao ponto de sinceramente dizer aos que possam e queiram procurar-nos — qual somos e as possibilidades que offerecemos. E a boa immigração virá, para um desenvolvimento que será, então, o do proprio Brasil, a completar o seu genio em mais variadas formas.

RAÇA

Num povo que se exprime em patente nacionalidade, caracterizada numa historia inconfundivel, com tradições seguras, o primeiro esforço de engrandecimento politico está em apurar o seu valor nacional. De outro modo, si se faz, sobre esse Brasil tradicional, indifferente a elle, uma outra população — multiplicadas Germanias ao Sul, e Italias em S. Paulo ou Espirito Santo, outra nacionalidade admirá, mais apta, si quizerem, em gentes mais cultas e mais prosperas, si tanto o forem; mas aquillo que era Nação Brasileira, continuação e expansão dos que expulsaram os hollandezes e conquistaram os sertões, esta desappareceu, eliminada pelas tradições adventicias, naturaes a novas populações accumuladas nas zonas vasiaas, populações ensoberbecidas pelas mesmas tradições em que se formaram, e, até pelos inconsiderados e desqualificados elogios que lhes fazem a maioria dos dirigentes. Pois não é nota caracteristica delles — enaltecer o valor do gado humano que importam, em cotejo com o trabalhador nacional? E' a propria nota de bom tom, em que elevam as estultices e lugares communs, quando discorrem a respeito de immigração e de brasileirismo. Podem ter vivido annos e annos, nessas paragens, onde houve abundante immigração: não trazem dahi uma observação original, nada

colhem para commentario de questão. Note-se: estas restricções não pretendem diminuir — o valor humano dos estrangeiros que aqui se têm estabelecido, sobretudo tanto desprotegidos, espoliados na sua patria, e que, aqui, ainda continuam a dar o melhor do seu esforço para a parasitagem de fazendeiros ou industriaes, sem outros meritos além da ganancia com que exploram o trabalho alheio, graças ás facilidades que a politica brasileira offerece aos poderosos e desescrupulosos. Não com o intuito de retaliar, mas porque é verdade, e porque os estultos conceitos dos dirigentes a respeito do seu valor são descabidos e injustos: não ha duvida que immigrants provenientes de uma Allemanha disciplinada, ou mesmo, da Italia, bem mais culta que a média do Brasil, aqui estabelecidos, em povoações que quasi são suas, dão um espectáculo de mais ordem, mais actividade e mais conforto do que o temos em arraiaes de humildes brasileiros, descendentes dos perpetuos escorraçados, bestialmente opprimidos, e cuja forma geral da vida é ainda a continuação do antigo escravo, ou do pobre caboclo, que passou da ingenuidade á degradação. Mas, não é a simples inspecção de povoados que permite fazer o completo juizo, no caso, sinão a verificação explicita de uma totalidade de resultados: a vida economica por todo aquelle Norte, onde não ha immigração, e que prospéra, apesar da inclemencia do clima; a segurança de animo dos intrepidos nordestinos, que só abandonam a terra atormentada pela secca quando já não ha agua para a sêde, e que, si emigram, é para o duro labor em que se tem feito a patente prosperidade do Amazonas. A par disto, procurem-se os descendentes dos allemães de Petropolis: que situação têm, dentro do resto da população? E os de Nova-Baden, em Minas?...

A resposta leva-nos directamente a questão de raça

— para reduzir á inanidade do proprio merecimento as babozeiras, pretenciosas e erradas, dos que, brasileiros, e das classes dirigentes, têm feito para esta patria um estigma de irremissivel inferioridade — o ter, na massa da população caracteristica, a combinação dos tres factores, onde entra o caboclo e o negro, condemnados, inhumanamente, anti-patrioticamente, e asnaticamente, por inferiores. E', essa, a mais caracterisada pulhice do bacharelismo em arremedo de sciencia.

Ha um seculo, no encanto das filiações linguisticas, destacou-se, no pensamento scientifico, o typo — Arya... Era natural: confundiu-se parentesco idiomatico e aproximação ou filiação de sangue: o Arya, que conquistara o idiomatismo, tomou o vulto de uma humanidade superior, a avassalar povos, dominara a universidade do pensamento, tanto como avassalara o regimen de expressão. Mas, presto, se fez a correcção, e não ha criterio scientifico em que o conceito aryano se não tenha limitado a um valor linguistico: o Arya-raça passou definitivamente para o museu das futilidades e pulhices, mas permaneceu no uso do pensamento bacharelesco, enfartado de dolicocephalia, nordiquismo, lourismo... com que a protervia pseudo-scientifica distribuiu a especie humana, qual o zootechnico separa bovinos — pelas tetas e o pello. Nesse criterio, o francez Gobineau, mesquinha mentalidade de diplomata, que se promoveu a conde, considerou-se promovido tambem em sangue, e proclamou, sobre as raças deseguaes, a absoluta superioridade dos germanos... pois que um aristocrata francez é de sangue germano: *Les plus purs, les plus intelligents de la race blanche...* decretada essa raça branca — a mais elevada, unica realmente civilisavel... E num momento decisivo, esses brancos destroem-se estupidamente, como si nelles não houvesse nem humanidade, nem visão po-

litica. Nessa instancia mesma, os mais puros e fortes, e intelligentes, os que deram á humanidade todos os progressos, fazem á prova da superioridade em insuficiencia: sabem, apenas, bater-se — barbaros, em technica scientifica. São, esses puros germanos, os mais empenhados em conservar a paz; querem-na sinceramente; têm, indiscutivelmente, a superioridade militar sobre os outros, e não sabem manter essa paz de que tanto aproveitavam: querem-na, são os unicos a convencidamente desejal-a, e, finalmente, dão ao mundo o spectaculo de serem os provocadores da guerra!... 8.204.000 mortos, 5.669.000 estropiados, expressão da inferioridade sob a permanencia do dolico-louro-cephal...

Pois é nessa monstruosa concepção que se monta uma ethnologia official brasileira, na pretensão de trazer inspiração scientifica á solução do problema da população! E como tanta insania não podia deixar de decompôr-se em novos erros, da falsa sciencia, bacharelesca vêm brotando preconceitos de raça, theoreticas incompatibilidades, difficuldades que se annunciam, e de que, cincoenta annos antes, ninguem desconfiava. Motivos historicos — a necessidade de aproveitar o indigena e o negro, facilidades de contacto do Portuguez, desenvolvida mestiçagem, na bondade do coração brasileiro, fizeram que não houvesse, aqui, prevenções da raça, motivos de graves turbações noutras colonias; e o que para outros foi doloroso problema, no Brasil era questão de antemão resolvida. Ha, reconheçamol-o, uma fortissima proporção de sangue indio, hoje contado nos pretensos brancos-morenos, de cabellos corridos; ha, tambem, em muitas partes do paiz, forte dosagem de sangue negro. Mas como o numero de misturas é ainda maior: dada a tradicional ausencia de preconceitos — o preto no mulato, o mulato no claro, o claro no bran-

co... em dois ou tres seculos, com o infallivel affluxo de estrangeiros brancos, teriamos uma população relativamente homogenea, com o negro muito esmaecido, e o caboclo incorporado ao branco.

Contemos que será assim; mas já surgem velleidades, em futricadas ethnologias bacharelescas, e que proclamam a essencial inferioridade de indios e negros, inferioridades irremissivelmente communicadas aos respectivos productos com o branco. São asininas pretenções, fatuas cretinices de impostores da sciencia, e que repetem de oitiva mirrados conceitos, havidos de conclusões vesgas, contrariadas ainda na época em que foram enunciadas. Em verdade, nunca foi moeda corrente — qualquer hierarchia organica ou psychica das raças humanas: a historia não permittiria tal concepção. Admittamos, no emtanto, que haja sciencia verdadeira, nessa ethnologia e sociologia grimpadas em despejados desniveis, e que têm de varrer os irremissivelmente inferiores — japonezes, e chinezes: um verdadeiro brasileiro, quando verifica que, durante todo o periodo de formação desta patria, a proporção de brancos era inferior a 30% das outras duas raças, trata de dar, de si mesmo, o melhor esforço, no sentido de compensar qualquer effectiva inferioridade do elemento humano. Em vez de arremedar sciencia, que só poderia deprimir e desmoralisar os animos por ventura crentes no suspeito aryanismo, volta-se para essa tradição, onde não ha incompatibilidade de união e de solidariedade por motivo de sangue, e apura-a, sublima-a concorrendo para formar a liberdade, e educar, e cultivar, os descendentes das raças infelizes, cujo trabalho fez esta Nação, e que, nella, foram sómente bestas de carga, esbulhados de toda a justiça.

Só não foram alijados da condição humana justamente porque na população que finalmente se formou, com

abundancia de origens inferiores, infiltrou-se muito da cordialidade e da compaixão ingenua e primitiva das raças dominadas. Redimimo-nos, assim, em parte, da injustiça original, e, com isto só, compensamos qualquer differença mental, ou social.

Lembremo-nos de que, nos Estados Unidos, os preconceitos de raça cortaram a população em brancos e negros (e mais amarellos) de tal sorte, que os proclamados superiores não sabem como se sahirem da difficuldade. Ha labours-unions, allí, que não acceitam negros entre os seus consocios...

Esta, sim, é uma comprovada inferioridade. Um americano de sangue e de tradição, com toda a responsabilidade de universitario, com reputação europeia, registra: "Em nenhuma parte do mundo se encontra, entre gentes humanas, o abysmo que separa o americano do negro". Em desenvolvimento de consequencias esse mesmo Coolidge nos mostra a sua patria — na perspectiva de difficuldades com meio mundo, por motivo dos seus preconceitos de raça. E, note-se, elle mesmo é uma voz ostensiva desses preconceitos. Note-mos, ainda, que na outra America — a hespanhola, não faltam incompatibilidades de sangue; mas, deverão, os neo-castelhanos, felicitar-se porque os reputados brancos se consideram superiores aos indios e aos muitos pretos que por lá existam? Uma estatistica reproduzida pelo peruano Sr. Garcia Calderon revela que na Argentina de 1905: "... sobre 1.000 habitantes, havia 128 platinos, e que sómente 99 argentinos por mil possuíam terra... para 1.900 mulheres argentinas, nascem 88 crianças, o mesmo numero de hespanholas dão á luz 123 filhos, e 1.000 italianas, a 175". Dir-se-ia que a patria dos heroes de 1810-1822 está passando para gentes que não são os descendentes dos mesmos heroes. Garcia Calderon, no intuito de reforçar as razões dos

partidarios da superioridade branca, copia o argentino Manoel Galvez, que, superiormente, acceita a supremacia financeira da fortuna material, é justo que nos outros disponhamos da riqueza intellectual..." Triste soberbia de superior!... Uma tal desvirtuação de criterio não se explica, em entes que se exaltam de patriotismo, sem o preconceito que fecha a luz da razão. Na voz dos argentinos, brasileiros, peruanos... taes conceitos levam á penosa meditação: será possível que povos feitos, com uma tradição onde commovidamente se reconhecem, acceitem, ou aspirem, assim, a ser o que não são; aspirem desaparecer — afogados, diluidos... nas ondas vivaces e... purificantes, de uma abundante immigração?... "Sem novas gentes, estamos perdidos!..." brama, desvairado e confuso, o mesmo Garcia Calderon. Será possível?!... Pois não era muito mais purificante que esses patriotas, daqui e de lá, se erguessem no ideal de — dar ao seu povo, qual elle é, o maximo das qualidades boas da sua tradição, do que aspirarem, desse modo, ser o que são? Apuremo-nos, em nós mesmos, como expansão natural de um genio proprio, em vez de pedir supposta superioridade, destemperando o que possa haver de original nessa combinação já feita — branco, indio, negro, na massa de expatriados, menos affirmativos, por isso mesmo que são expatriados e desenraizados.

Em verdade, a unica inferioridade de que soffrem os ibero-americanos é essa insufficiencia mental que os leva a receber, sem critica, os mais descabidos julgamentos dos que têm interesse em manter-nos humilhados, baldos de confiança em nós propios. Em si mesma, tal inferioridade se explica pela nossa evolução social — desigual, turbada, hesitante... E, dahi, essa esquivaça em concluir por conta propria, e a incapacidade de conceber systemas em correspondencia com

a nossa realidade, a dubiedade de conceitos, e a acceitação de formulas desmentidas na nossa mesma experiencia. Nem é preciso ir mais longe, para ter o exemplo: esse mesmo Garcia Calderon, que endossa todas as inferioridades a nós imputadas, e que só lhes vê o remedio na inflação de immigração branca. Sem dar fé, talvez, consagra a verdade, que lhe inutiliza o remedio: "Não esqueçamos de que o nosso povo não é, nem o europeu, nem o americano do Norte". Depois, ao passar pelos factos, elle comprova, orgulhoso, a franca prestabilidade dessa gente provinda do cruzamento, e onde se encontram verdadeiros heroes, que elle enumera: "...Paez (Venezuela), Porphirio Diaz, Castilla (Perú), Santa Cruz (Bolivia), eram mestiços". Não são menos deploraveis os conceitos, analogos, por conta de dirigentes brasileiros, faceis, quasi enlevados, em repetir as babozeiras que, da borra da sciencia, têm derivado em detrimento do Brasil. Um caso, entre muitos: a proposito desse mesmo Centenario, que fez publicar-se a Evolução da Raça: a titulo de propaganda da festança no estrangeiro, o Governo Brasileiro organisou a distribuição, na Europa e Norte-America, de um longo reclame, em que eramos oficialmente apresentados como — preguiçosos; então, como justificativa, desculpavamos, o phraseado do reclame, com o clima... No emtanto, um Southey, que nos conheceu melhor que essa tropa dirigente, repelle, de antemão, a accusação: "Onde quer que o brasileiro se negue ao trabalho outros motivos haverá, não a preguiça". Não houve, entre os muitos que ingressaram na festança e nella tinham responsabilidade nem um que voltasse os sentidos para este Brasil, notadamente para aquelle Norte, cuja população representa completa fusão — de sangue e tradições, das raças formadoras, aquelle Norte onde não tem havido injeções immigratorias, capazes de mo-

dificar as qualidades em que os brasileiros se definiram... Não seria preciso inspiração patriótica: pelo prestígio simples da verdade, o observador exacto e sincero, reconheceria, nas populações naturaes, qualidades e virtudes que, bem conduzidas, podem fazer grandeza e gloria de qualquer povo.

Verdades assim, que dignificam o animo brasileiro, e podem valer, mesmo a observadores desinteressados, escapam aos dirigentes brasileiros, ou são por elles despresadas, justamente porque a estes falta o verdadeiro patriotismo. Tão abundantes de invocações em nome desses motivos, não ha um só delles, que tenha deixado por onde verificar — como comprehendiam a realidade da patria, como concebiam a nacionalidade. Os raros — José Bonifacio, Feijó, Floriano... patentearam, em actos, que sentiam a patria, atravez de uma nacionalidade. E é tudo. Para os outros, patria, nacionalidade... são coisas nullas no pensamento, inertes no coração. No entanto, não ha efeitos de emphase mais repetidos do que esses. Busque-se, porém, nos longos e insípidos verbalismos que têm produzido, a sequencia de conceitos em que se define a patria de que falam, e em que se affirma a nacionalidade que os incorpora: só se encontra a patria — pretexto e excusa de sordida ambição, como só figura a nacionalidade no sentido de nosso — delles. E não cause estranheza o vazio e a inercia de taes noções, na mentalidade desses dirigentes. Patria e nacionalidade valem em formas e em intuitos diametralmente oppostos — nas mentalidades reaccionarias, de espoliadores, e nas consciencias em halo de justiça e de solidariedade. Para aquelles, é a oppressão imperialista, é a politica de armamentos, a instigadora da guerra, como é, na vida interna, a justificativa da eterna espoliação e do irreparavel parasitismo da classe dirigente. Para os justos e livres, a patria, necessaria-

mente nacionalisada, é a simples cordialidade immediata, concreta, da realisação humana. Para dar pleno sentido a essa patria de reaccionarios, torna-se indispensavel um passado de aventuras guerreiras, expressão do imperialismo implacavelmente dominador, incorporando a propria existencia do Estado. No Brasil, dada a sua historia, e, sobretudo, a indole compassiva das suas gentes, os dirigentes não poderiam, nunca, erguer-se em nome de uma patria aggressiva e guerreira; estariam tão fóra de realidade que já não teriam base para os privilegios de que vivem. Lembremo-nos de que a aventura da Cisplatina, como as demais guerras externas, sempre foram odientas e repellidas pela Nação Brasileira. Nestas condições, egualmente exploradores da patria, os nossos dirigentes, não na podendo erguer em nome de um imperialismo aggressivo, tem-na como tabua rasa dos seus pretextos de existencia, lugar common vasio, com que mal disfarçam os intuitos de espoliação, torpemente pessoal. Nullos para qualquer sincera affirmação de character, elles não têm, siquer, o valor mau em que se eleva a patria reaccionaria e imperialista, e, menos, ainda, o livre animo de justiça em que se proclama a patria ideal, formula de irmanação dos povos.

Como estas paginas têm que chegar a conclusões condemnadoras de todas essas torpezas, mascaradas em patriotismo e nacionalismo, torna-se preciso prevenir confusões e definir o valor com que as duas ideias — patria e nacionalidade entram nestas considerações, em que esta é reclamada e aquella se ergue idealmente.

Consciente dos seus destinos, o Homem se reconhece na humanidade, incorpora-se a ella, e, sedento de justiça, incorpora-se cada um dos seus companheiros naturaes: todos que, egualmente carecidos de justiça, vivem espoliados e oprimidos em nome de diferencia-

ções que a força brutal tem instituído, e que o privilegio conserva. Forma-se, dest'arte, a classe proletaria, a grande reserva da humanidade. Mas, essa humanidade, a que propendemos nas formas politicas e sociaes, é como abstracção: não na sentimos sinão fraccionada em grupos, as proprias patrias em que nos encontramos. Tanto vale dizer: a humanidade se realisa em grupos, nitidamente e necessariamente situados atravez de um passado: são as patrias, cada uma das quaes tem a significação de — uma paisagem humanisada numa tradição. Não ha que fugir dalli; isto é, na serie social, não podemos sahir da patria sem sahir da propria humanidade. E a nacionalidade? E' a caracterisação da tradição historica em cada patria. Então, não ha nenhuma restricção, nem privilegios, e a necessidade de pertencermos a uma patria, e de reclamá-la livre e defendel-a, como não ha antagonismo entre essa mesma concepção de irmanação dos povos, com a inteira cordialidade de relações, e a caracterisação de cada grupo, na feição que a historia e a geographia lhe deram. Não poderia haver contestação de intuitos entre patria, nacionalidade e solidariedade e justiça, pois que ahi estão necessidades da realisação humana, estas como condições daquellas. Eis outros tantos factos positivos, iniludiveis.

Existimos incorporados a uma patria; reconhecemos como — consciencia impregnada de uma tradição nacional; aspiramos justiça, clamamos pelo progresso consubstanciado em reivindicações precisas: justiça contra os privilegios em que se avilta essa patria que conhecemos. E' a reivindicação de progresso, em que a tradição nacional humanamente se possa expandir. O patriotismo que assim reclama, não pode convir com esse, que é dos nossos dirigentes, em que a patria se avilta, odienta, como elles mesmos. Nem ha maior ini-

migo desta nacionalidade e mais forte obstaculo ao amor de todos nós pelo Brasil. Um tal affecto, sem reservas, não pode ganhar os corações, quando já os encontra tomados de asco — pelas formas em que os dirigentes realisam o Estado Brasileiro. Este é o grande mal que elles fazem a esta patria: o mal supremo. Como exaltação, de amor ao Brasil, quando a moldura em que o mostram é isto que ahi está?...



UNIVERSIDADE DO BRASIL
BIBLIOTECA

FIM

Soc. Impressora Paulista
Rua Scavero, 152 — São Paulo